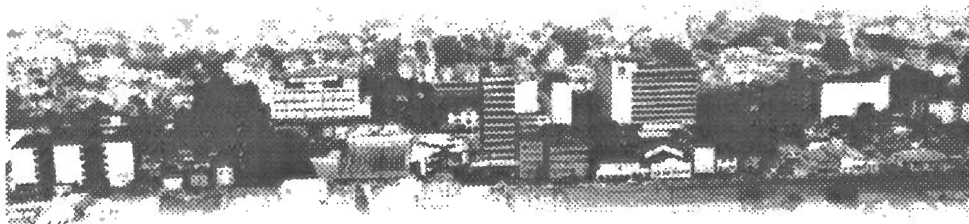


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY
CURSO DE DOUTORADO

A CONSTRUÇÃO DA ENFERMAGEM
NO SISTEMA DE ENSINO PARTICULAR:
O Caso da Universidade Gama Filho



Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez

Orientadora:

Prof Dr^a Ilda Cecília Moreira da Silva
Doutora em Enfermagem

Co Orientadora

Dr^a Vivina Lanzarini de Carvalho
Doutora em Enfermagem

Rio de Janeiro

1998

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Teresa Cortez', located in the bottom right corner of the page.

**A Construção da Enfermagem no
Sistema de Ensino Particular:
O caso da Universidade Gama Filho**

Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez

Tese submetida ao Corpo Docente da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessário à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

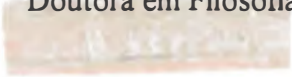
Prof. Dr^a Ilda Cecília Moreira da Silva
Doutora em Enfermagem (orientadora)

Prof. Dr^a Vivina Lanzarini de Carvalho
Doutora em Enfermagem (co - orientadora)

Prof. Dr^a Elvira de Felice Souza
Doutora em Enfermagem

Prof. Dr^a Alacoque Lorenzini Erdmann
Doutora em Enfermagem

Prof. Dr^a Helena Theodoro Lopes
Doutora em Filosofia



Rio de Janeiro
1998

Soares Cortez, Teresa Cristina Escrivão.

Processo de Construção da Enfermagem
no Sistema de Ensino Particular: O
caso da Universidade Gama Filho. Teresa
Cristina Escrivão Soares Cortez, Rio de
Janeiro: UFRJ / EEAN, 1998.

xii , 287 p.

Tese Doutorado - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna
Nery.

Orientadora: Ilda Cecilia Moreira da Silva.

História da Enfermagem. 2. Enfermagem e
Ensino 3. Ensino Particular I. Título.

610.730.9

Dedicatória:

A minha mãe,

Lucília Therezinha Cassavia Escrivão Soares Cortez,

A brevidade da vida não nos roubo a cumplicidade.

A Doutorada Vivina Lanzaolini de Carvalho,

A plenitude da vida nos permitiu a cumplicidade.

Homenagens

**Ao ser supremo, onde busco energias;
aos meus pais presentes na iluminação de meu caminho,
aos meus filhos, Paulo Rogério e Taís Cristina,
presentes que a vida me deu e razão maior das minhas lutas,**

Agradecimentos

**a Dr^a Ilda Cecília Moreira da Silva:
amiga no momento certo,
pela diretriz deste trabalho;
a Dr^a Ieda de Alencar Barreira
por apontar o valor
da pesquisa histórica;
a Joana D'Arc Tenório que com
o seu empenho criou as condições para
o desenvolvimento do estudo;
a equipe do Museu Universitário
Gama Filho Roseméri Henut
Gleyce e Consuelo Ferreira;
as enfermeiras e os enfermeiros q
que possibilitaram,
a realização deste estudo.**

**"...por que tu, ó Senhor, és o meu refúgio
eles te sustentarão nas suas mãos,
para que não tropeces com o teu pé em pedra ..."**

Resumo

O estudo trata da construção e desenvolvimento do curso e do ensino da enfermagem no âmbito de uma unidade didático-administrativa de instituição particular da cidade Rio de Janeiro, a Universidade Gama Filho. Acompanha o período de 1975 a 1991, analisando e interpretando as estratégias realizadas na implantação do curso. Revela e discute os jogos de poder e a coerção simbólica envolvidos na criação e manutenção de interesses e política organizacionais, capazes de formar uma estrutura monolítica e preservar a especificidade do campo de ensino da enfermagem. Para colocar em perspectiva o contexto de um curso superior na Universidade Gama Filho, e estudar a ampliação do saber e da prática de enfermagem dentro dos critérios de eficiência e lucratividade exigidos no contexto do ensino particular, foram utilizados os referenciais teóricos de Pierre Bourdieu e instrumentos de análise histórico-jurídicos, atinentes à evolução da enfermagem brasileira, desde os primórdios de sua implantação incluindo seus ambientes educacionais culturais e acadêmicos. A temática não foi esgotada do ponto de vista conceitual e analítico mas a trajetória percorrida viabiliza a compreensão dos paradigmas das hierarquias que concorrem na evolução da enfermagem como profissão. Permite identificar a busca de maior independência em termos de atividades curriculares, pedagógicas, e de avaliação e a procura constante de participação no contexto do ensino particular. Fica assinalada a reprodução de modelos consagrados de enfermagem, bem como hábitos culturais e científicos típicos da sociedade brasileira. O Estudo oferece subsídios e serve de estímulo para realização de outras investigações no ensino particular.

Abstract

The study deals with the construction and development of the course and teaching of nursing in the helm of an unit didactic-administrative of the particular in the City of Rio de Janeiro, the University Gama Filho. It follows the period from 1975 to 1991 analyzing and interpreting the strategies done in the implantation of the course. It reveals and discusses the power games and the symbolic coercion involved in the creation and maintenance of the monolithic structure and preserve the specification of the field of the nursing teaching. To place in perspective the context of a superior course in the University Gama Filho and study and amplifying of learning and kin the nursing practice with in the criteria of efficiency and lucrativity demanded in the context of private teaching, it was utilized the theoretic references of Pierre Bourdieu and instruments to historic juridical analyses pertinent to the evolution of the Brazilian nursing since the beginning of the implantation including their educational, cultural and environments. The thematic was not exhausted from the conceptual and analytic view point but the course taken makes viable the understanding of the paradigms of the hierarquies which concur in the evolution to identify the search of greater independence in terms of curricular activities and pedagogic and of the evaluation and the constant search of participation in the context of the particular teaching. It becomes pointed out the reproduction of models consecrated to nursing as well as cultural habits and typical scientific of the Brazilian society. The State offers subsidies and serves of stimulus for the realization of other investigations in the private teaching.

Resumé

L'étude traite de la construction et du développement du cours et de l'enseignement des professionnels infirmiers dans l'unité didactique et administrative de l'institution privée à Rio de Janeiro, l'Université Gama Filho. Elle suit la période de 1975 à 1991, analysant et interprétant les stratégies pour l'implantation du cours. Elle révèle et discute les jeux du pouvoir et la coercition symbolique compris dans la création et la manutention des intérêts et de la politique organisationnels, susceptibles de former une structure monolithique et de préserver la spécificité du domaine de l'enseignement des professionnels infirmiers. Pour mettre en perspective du contexte d'un cours supérieur à l'Université Gama Filho et étudier le développement du savoir et de la pratique de la profession d'infirmier dans les critères d'efficacité et de rentabilité exigés dans le contexte de l'enseignement privé, des références théoriques de Pierre Bourdieu et des instruments d'analyse historico-juridiques concernant l'évolution de la profession d'infirmier au Brésil dès le début de son implantation, y compris ses milieux éducationnels, culturels et universitaires, ont été utilisés. C'est un thème qui n'a pas été équisé, mais le trajet parcouru rend possible la compréhension des paradigmes des hiérarchies qui participent à l'évolution de la profession d'infirmier. Elle permet de repérer la recherche d'une plus grande indépendance en ce qui concerne les activités curriculaires, pédagogiques et d'évaluation, et la recherche permanente de la participation au contexte de l'enseignement privé. La reproduction de modèles consacrés dans la profession d'infirmier reste bien définie, aussi bien que les habitudes culturelles et scientifiques typiques de la société Brésilienne. Cette étude offre des subsides et sert à stimuler la réalisation d'autres recherches dans l'enseignement privé.

Anexos

Anexo 1 Reconhecimento do curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.

Anexo 2 Portaria de Reconhecimento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.

Anexo 3 Relação de Professores Pioneiros do Curso de Enfermagem e Obstetrícia. Período de 1976 a 1980.

Anexo 5 Relação de Formandos da Primeira Turma do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Gama Filho, 1980

Anexo 4 Quadro demonstrativo do percentual de formandos do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho, do primeiro semestre de 1980 ao segundo semestre de 1990.

Anexo 6 Relação dos Documentos referenciados

SUMÁRIO

I - Delineando o Estudo

	<i>pág.</i>
<i>1.1 As interfaces entre o objeto de estudo e a trajetória profissional</i>	02
<i>1.2 As justificativas</i>	05
<i>1.3 As questões e objetivos</i>	06
<i>1.4 Abordagem Teórico - Metodológica</i>	07
<i>1.5 Plano Geral da Tese</i>	14

II- Retrospectiva histórica do processo de implantação do ensino de enfermagem no Estado do Rio de Janeiro

<i>2.1 O Cuidar no processo de colonização no Estado do Rio de Janeiro: do atendimento rudimentar ao institucionalizado: de 1500 a 1889</i>	17
<i>2.2 A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, do Hospital Nacional de Alienados do Ministério do Interior e a mudança de paradigmas na área da saúde: 1890 a 1914</i>	23
<i>2.3 Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e os movimentos paralelos na enfermagem: 1914 a 1921</i>	25
<i>2.4 A enfermagem moderna: A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública e o deslocamento da enfermagem, no contexto sócio - econômico - político e educacional: 1921 a 1940</i>	30
<i>2.5 A Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac e os movimentos da enfermagem de 1939 a 1943</i>	45
<i>2.6 As Escolas de Enfermagem da década de quarenta: a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro e Escola de Enfermeiras da Prefeitura do Distrito Federal e o contexto sócio - econômico - político e educacional desta década</i>	49
<i>2.7 A legislação educacional e ensino de enfermagem de 1960 a 1970</i>	57
<i>2.8 Síntese do Capítulo</i>	64

III - A Construção de um novo espaço de saber:

A Universidade Gama Filho

3.1 A trajetória de Gama Filho: 1906 a 1939	68
3.2 A construção do espaço de ensino Gama Filho	70
3.3 Análise do Regimento da Universidade Gama Filho	110
3.4 Síntese do capítulo	120

IV - A enfermagem no espaço formativo da

Universidade Gama Filho: O empenho das pioneiras: de 1975 a 1985

4.1 A desvendar de horizontes	124
4.2 O caminhar da Primeira Diretora	126
4.3 Os motivos da implantação	134
4.4 A organização do Departamento de Enfermagem e os planos de expansão	
4.5 O processo de reconhecimento e o movimentos iniciais do Departamento	171
4.6 Síntese do capítulo	190

V- A iniciativa do Departamento de Enfermagem por uma formação profissional específica: de 1986 a 1991.

5.1 A reorganização do Quadro Docente	197
5.2 Os novos planos e a continuidade das metas anteriores	204
5.3 O processo de mudança como fator gerador de confrontações: os embates entre poderes.	217

VI- Tecendo as considerações finais: análise e interpretações dos achados reais ou relacionais do estudo empreendido.

243

Referências Bibliográficas	250
-----------------------------------	------------

Anexos	271
---------------	------------

<i>Anexo 1 Reconhecimento do curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.</i>	272
<i>Anexo 2 Portaria de Reconhecimento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.</i>	278
<i>Anexo 3 Relação de Professores Pioneiros do Curso de Enfermagem e Obstetrícia.</i>	279
<i>Anexo 4 Relação de Formandos da Primeira Turma do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Gama Filho, 1980</i>	281
<i>Anexo 5 Quadro demonstrativo do percentual de formandos do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho, 1980-1990</i>	283
<i>Anexo 6 Relação dos Documentos referenciados</i>	284

I- Delineando o Estudo

1.1 As interfaces entre o objeto de estudo e a trajetória profissional

A construção da Enfermagem da Universidade Gama Filho , uma Instituição de Ensino Particular, da Cidade do Rio de Janeiro, no recorte temporal de 1975 a 1991, constituiu **o objeto de estudo desta pesquisa**.

O referido recorte corresponde aos primeiros movimentos de implantação do Curso de Enfermagem na Universidade Gama Filho, correspondendo ao período de 1975 até 1991, ocasião que terminou a gestão administrativa da sua primeira diretora.

Aspectos significativos de nossa vida são os fios condutores da nossa aproximação com este espaço de saber, e conduziram-nos a elegê-lo como objeto de estudo no Curso de Doutorado em Enfermagem.

Nossa formação profissional iniciou-se em 1975, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no Estado de São Paulo, uma Escola de Enfermagem confessional, não dirigida por Irmãs, mas por enfermeira oriunda da Escola de Enfermagem Anna Nery, que trouxe ao ambiente acadêmico características de sua formação e iluminou-nos o futuro na enfermagem, conduzindo-nos, à necessidade de lutar em prol da qualificação do exercício de nosso ofício.

No penúltimo ano do Curso de Graduação, iniciamos a Licenciatura em Enfermagem, e após a colação de grau, como professora na Escola Técnica de Enfermagem, em nossa cidade natal, Rio Claro, interior do Estado de São Paulo, conseguimos unir os conhecimentos teóricos à vivência prática, dando os primeiros passos em busca do amadurecimento profissional.

Em 1984, na cidade de Niterói, continuamos a trilha, participando na formação de pessoal de nível médio, especificamente o ensino para auxiliar de enfermagem, em Curso conveniado com o Hospital Universitário Antônio Pedro

Procurando progredir em nosso conhecimento acadêmico, em 1986, realizando um Curso de Pós Graduação Lato Sensu, no qual certificamos que a pesquisa deve fazer parte da rotina da enfermagem.

Em junho do mesmo ano, conhecemos a Enfermeira e Livre Docente¹ Leda Santos Pires, Diretora de Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho, que nos convidou a atuar como docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia nesta Universidade.

Nossa primeira experiência docente no referido Curso foi como supervisora do estágio dos alunos do quinto período. Percebemos, então, a necessidade de buscar maior qualificação. Tal aspiração foi reforçada pela Diretora, ao comunicar a necessidade do Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho de formar um quadro de professores com o predomínio de Mestres, incentivando a capacitação docente.

Em 1987, iniciamos o Curso de Mestrado na Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde no ano seguinte, fomos admitidos, por Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor Auxiliar de Ensino.

Na Universidade Gama Filho passamos a ministrar aulas teóricas e teórico - práticas e participamos dos primeiros movimentos para a reformulação curricular, no ano de 1990.

¹ A Livre Docência prevista na Legislação do ensino, Decreto Lei 465/69 e Parecer 930/70, confere o Título de Livre Docência ao profissional que obtém aprovação em Concurso Público de provas e títulos.

A partir de 1991, continuamos nossas atividades na Comissão de Reformulação Curricular, formada para dar prosseguimento ao processo de adaptação do Currículo de Graduação a novas tendências, delineadas na Portaria nº 1.721², do Ministério da Educação e do Desporto, que estava em fase de aprovação.

Em 1996, ao colaborar com a Comissão responsável pela organização da Comemoração dos vinte anos de existência da Enfermagem na Universidade Gama Filho, constatamos a importância de reconstruir dados e organizar fontes sobre o processo de implantação e implementação da Enfermagem, nesta Instituição.

Consideramos que a inclusão desta trajetória de vida, embora em tempo limitado, é significativa na medida que representa uma inserção com a realidade estudada, portanto um conhecimento mais claro da realidade investigada.

Iniciamos, assim, o esboço do projeto de pesquisa do Curso de Doutorado, buscando delinear as conexões possíveis e a trilha a ser seguida, para (re)construir a trajetória da Enfermagem na Universidade Gama Filho.

Delimitamos, neste estudo, a primeira gestão administrativa do Departamento de Enfermagem, procurando analisar os caminhos da Enfermagem no Sistema de Ensino Particular e os jogos simbólicos de poder, presentes desde a implantação do Curso de Enfermagem na

² A portaria 1721/94 foi oriunda do desejo de reformular o parecer 163/ 1972, discutido amplamente pelas Entidades de Classe, Escolas e Comissão de Especialistas em Enfermagem da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação(CEEEn/CESu/MEC). No Seminário Nacional, em 1987, apresentou-se a modificação curricular, originando uma Proposta de Currículo Mínimo, discutida amplamente em 1989 E 1990. Após uma revisão ampla, em 1991, elaborou-se um documento final encaminhado ao SESu/MEC e posteriormente ao Conselho Federal de Educação.

Universidade Gama Filho, em 1975, até a mudança de gerência administrativa, em 1991.

Não analisamos detidamente o sistema de formação da enfermeira na Universidade Gama Filho, esclarecendo, na verdade, como a enfermagem se construiu no espaço de Ensino Particular, citando um campo próprio de ação que lhe deu especificidade.

1.2 Justificativas

O estudo da construção da Enfermagem na Universidade Gama Filho visa a obtenção de informações que auxiliarão na compreensão de um contexto maior, ou seja, o da expansão de escolas de enfermagem no sistema de ensino particular.

Entendemos que este fato mereça ser analisado, já que as escolas de enfermagem particulares predominam no Estado do Rio de Janeiro, e tal crescimento ocorreu no período de 1976 a 1988, quando foram criadas oito Cursos de Graduação em Enfermagem, totalizando em 1993, doze Cursos³, todos reconhecidos pelo Ministério de Educação e Desporto.

No contexto nacional, as escolas de enfermagem confessionais ou particulares, não vinculadas a instituições religiosas, correspondiam, em 1990, a 44%(quarenta e quatro por cento) do total de escolas de enfermagem brasileiras, uma vez que dos 102 Cursos de Graduação de Enfermagem, 56% (cinquenta e seis por cento) pertenciam ao governo Federal, estadual ou municipal.(Baptista, 1995, p. 53).

³ Quadro esquemático das Escolas de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, ano de 1993. Documento distribuído pelo Fórum de Escolas de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

Este estudo está ligado à Pesquisa: O espaço da Enfermagem na Universidade, do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (NUPHEBRAS), do Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola de Enfermagem Anna Nery/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Acreditamos, ainda, que o estudo contribuirá para a criação de um Núcleo de Pesquisas na Universidade Gama Filho, pois além de (re)construir parte de sua história, poderá abrir caminhos para a análise de outros aspectos referentes a enfermagem nesta instituição ou de estudos sobre outros cursos desta Universidade.

1.3 As questões e objetivos

Neste estudo, descrevemos a construção da enfermagem na Universidade Gama Filho, procurando elucidar as **questões**:

Quais foram as estratégias de luta das enfermeiras para construir a enfermagem, no espaço de ensino da Universidade Gama Filho?

Como se caracterizou o jogo do poder que delineou o desenvolvimento da enfermagem no sistema particular de ensino da Universidade Gama Filho?

Para facilitar a compreensão das respostas intentadas, formulamos os **objetivos**:

Analisar as circunstâncias da implantação do Curso Graduação em Enfermagem e Obstetrícia na UGF;

Discutir as inter-relações que determinaram o processo de construção da especificidade na Enfermagem na UGF.

1.4 Abordagem Teórico - Metodológica

Encontramos nos preceitos de **Pierre Bourdieu**⁴ um referencial teórico adequado às buscas empreendidas, capaz de iluminar, no cenário investigado, os aspectos que consideramos essenciais, em relação às possibilidades de resposta às questões formuladas, no alcance dos objetivos e no deslindar da pesquisa.

Reportamo-nos aos preceitos de Bourdieu, no que se refere à autonomia relativa do sistema de ensino, à sua dependência da estrutura das relações, principalmente no que se refere às classes dominantes, colaborando, muitas vezes, com a manutenção da uma padronização e demonstrando a dificuldade de neutralidade.

Procuramos, seguindo Bourdieu, analisar a lógica interna do objeto social estudado, ou seja, as relações e estruturas sociais que determinam o processo de conquista e construção de espaços, demonstrando a dependência relativa do homem ao contexto socioeconômico, político e cultural.

Ao explicar as lutas internas, os mecanismos de funcionamento dos diferentes espaços sociais, a gênese desses espaços, suas hierarquias e as estruturas mentais e de poder de seus agentes, que possibilitam a intercessão entre o agente e o social, Bourdieu, ofereceu subsídios para a busca e análise das informações pertinentes a este estudo.

⁴ Pierre Bourdieu é um sociólogo e filósofo francês nascido em 1930, no final dos anos sessenta, tornou-se uma das figuras proeminente da sociologia contemporânea, debatendo essencialmente os espaços sociais, as suas hierarquias e as lutas internas, os processos de reprodução oriundos do poder, da opressão simbólica. Professor do Colegê de France desde 1982. Suas principais obras, publicadas no Brasil, são: Desencantamento do Mundo(1980), Lições de Aula(1988), Antologia política de Martin Heidegger(1989), O poder simbólico(1989), Coisas Ditas(1990), A Reprodução(1992), Economia das trocas simbólicas(1992), Economia das trocas linguísticas(1996), As regras da arte(1996), Razões práticas(1996).

Investigamos, assim, o conjunto: o indivíduo e o seu campo de ação, pois: “...a verdade desta instituição reside na rede de relações de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto das instituições... e que ligam esta mesma rede ao conjunto das posições no campo do poder”. (Bourdieu, 1989,p.31).

Consideramos como campo o espaço social onde se firmam as relações, cuja interação é influenciada pela posição dos seus agentes, englobando uma crença que o sustenta, “um jogo de linguagem que neles se joga, de coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram...” . (op. cit,p.69)

Ao analisar este campo, reconhecemos a necessidade de apreender e compreender, no cenário a ser estudado, as relações de forças, “ o poder simbólico”, o jogo de forças na própria estrutura do campo em que se produzem e se reproduzem as ações que as legitimam. Para tanto valemos de documentos e depoimentos, identificando lutas entre os agentes do espaço social “:...as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos.”(op. cit,p.133).

Em outras palavras, o poder impõe significados e os torna legítimos, dissimulando as relações de força oriundas deste processo, e que estão na base desta força, acrescentando através deste movimento, uma retroalimentação, um feedback constante, propriamente simbólico, a essas relações de força . Este poder, molda os indivíduos, compondo o habitus, a bagagem de informações, atitudes, as práticas, iniciadas no seio familiar e completadas no meio social, caracterizando um conhecimento adquirido, duradouro e transferível, bem como induzindo a homogeneização dos agentes e a tendência à manutenção de uma relação harmônica.

A manutenção deste habitus envolve a interação do indivíduo com o campo social , as posições conquistadas e garantidas por uma força social

ou cultural. Elas podem ser modificadas mas exigem uma luta simbólica contínua, ou seja, um sistema de relações por vezes invisíveis que tendem a impor uma visão única e específica do agente ou de um grupo de agentes.

Os preceitos de Bourdieu, envolvem relações dialéticas, por estudarem o movimento constante dos agentes sociais e suas contradições, no *habitus* e no campo que os cercam, onde “*os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital... que possuem e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital... o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural.*”. (Bourdieu, 1989, p.19)

A união incessante de contrários, de interações entre *habitus* e campo de atuação, conduz Bourdieu a defender a idéia que o processo de ensino reforça e pode estar legitimando, a reprodução circular das hierarquias sociais e das hierarquias escolares, que pelo próprio movimento dialético, está em constante reorganização. Entendemos, assim, que a implantação do ensino passa por uma rede de articulações, que trazem em seu bojo a relação pedagógica, o trabalho do professor que é influenciado pelas particularidades do espaço, das condições materiais e simbólicas. É nítido que o sistema escolar tem uma forte tendência à reprodução de modelos históricos das próprias instituições ou das tendências próprias de um corpo docente profissional, influenciado pelas relações.

O processo de ensino confere, assim, aos indivíduos uma formação, compondo o que Bourdieu e Passeron (Op. cit. p.204 - 206) denominam *habitus secundário*, isto é, esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, fruto da produção em série, transmitidos por agentes também programados e legitimados de instrumentos padronizados, geralmente estabelecidos através de reprodução da desigualdade cultural e social entre as classes da sociedade em questão.

Os preceitos de Bourdieu, deste modo, permitiram analisar o campo, as relações, e o habitus dos indivíduos envolvidos no caminhar da Enfermagem na Universidade Gama Filho, além de favorecer o entendimento do processo de construção de um espaço dentro de outro, que, apesar de seguir determinados parâmetros, não se tornará necessariamente “homogêneo” por comportar questões muitas vezes contraditórias, que, pelo processo dialético, viabilizam sua própria reorganização.

Naturalmente ao englobar tais perspectivas, este estudo seguiu métodos qualitativos de investigação, englobando considerações de cunho histórico, onde a compreensão e relação de um fato estão ligadas às relações e conexões intrínsecas àquele.

Em razão disso, ao realizarmos este estudo, fizemos paulatinamente uma análise crítica reflexiva dos acontecimentos analisados. Procuramos não só indagar o que aconteceu no caminhar da Enfermagem na Universidade Gama Filho, mas perquirir passo a passo os pressupostos desta história, debatendo as estruturas, os movimentos, a totalidade que envolve todos os processos, consciente da temporalidade da historicidade, ou seja, da mobilidade constante da história e das transformações sociais.

Ao (re)construir esse caminhar, defrontamo-nos com fatos que ocorreram, e muitas vezes passaram despercebidos, mas que delinearão sua história e nortearão a sua trilha, pois que: “... *história é...descobrir ou encontrar um objeto/coisa que já existe, embora o desconheçamos. Com ela apropriamo-nos legitimamente de algo que jazia ignorado e desprezado por outros homens.*” (Wehling, 1994, p.5).

Partimos do princípio que tudo tem um passado que pode, em princípio ser reconstruído, em razão disso, analisamos os documentos

encontrados no Departamento de Enfermagem, no Museu Universitário e na Biblioteca da Universidade Gama Filho, pertinentes a temática, por descreverem o contexto que envolveu o processo de implantação e implementação da Enfermagem no espaço de ensino universitário particular, permitindo a (re)construção deste caminhar.

Ressaltamos que foi somente a partir da busca dos depoimentos que localizamos, por orientação dos depoentes, a maioria dos documentos, elementos centrais e indispensáveis para a realização deste estudo.

Entretanto, não desprezamos os depoimentos, uma vez que deram conexões aos fatos e permitiram vislumbrar os aspectos reais e relacionais da construção da enfermagem neste espaço universitário.

Associamos, assim, à análise dos documentos, a fala dos atores sociais que participaram deste caminhar, procurando detectar nas vivências relatadas conteúdos vinculados ao tema estudado, isto é, os fatos da vida do entrevistado relacionados ao processo de construção da Enfermagem na Universidade Gama Filho.

Essas falas não foram registradas de forma aleatória mas agrupadas na medida em que tinham aderência real, simbólica e relacional com o objeto de estudo facilitando a construção dos argumentos e a estratégia de análise dos achados.

Com a associação dos dados obtidos nos documentos e com as falas conseguimos maior compreensão dos fatos que conduziram e permitiram esta investigação.

Portanto, as fontes utilizadas neste estudo foram:

. *fontes primárias escritas*, englobando: projetos, relatórios, livros de registro, memorandos, Leis, Decretos, Pareceres e outros documentos oficiais, que normalizaram o Curso de Enfermagem na Universidade Gama

Filho, além de recortes de jornais que comentavam, de alguma forma, aspectos desta Universidade, no período de 1975 a 1991.

Os documentos escritos possibilitaram reconhecer aspectos de natureza legal, científica, política e cultural, que foram inter-relacionados com os depoimentos, permitindo o desenvolvimento deste estudo.

Os documentos, sejam eles oficiais, técnicos, pessoais, foram selecionadas, através da análise documental, envolvendo a leitura e exame do material, realizando-se o fichamento por tema e períodos, e agrupando os dados pertinentes às questões e aos objetivos deste estudo.

A inclusão de documentos provenientes da imprensa tencionou captar o espaço social formado e delimitado pela própria dinâmica social e transmitida para a massa populacional, numa tentativa de apreender um entendimento mais completo sobre a construção da enfermagem na Universidade Gama Filho.

. *fontes primárias orais*: elaboradas a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, sejam eles: professores de enfermagem, Corpo Administrativo do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, egressos do Curso de Enfermagem, que fizeram parte da história do Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho, no recorte temporal de 1975 a 1991.

A entrevista com a primeira Diretora não foi codificada pela impossibilidade de manter o anonimato, uma vez que no período de 1975 a 1991, foi o período de vigência da sua administração, e com a sua expressa autorização, foi feita a análise e interpretação dos dados fornecidos.

O mesmo acontecendo com Clay Hardman Araújo, professor da UGF, responsável pela organização dos fatos históricos desta Universidade, o Vice Reitor Acadêmico(neste período José Gomes Tubino), e o Vice

Comunitário(Peralva de Miranda Delgado). Ambos autorizaram a divulgação das informações.

O anonimato foi mantido para docentes e egressos do Curso de Enfermagem da UGF. Foram entrevistados oito professores, sendo quatro pioneiros e quatro admitidos entre 1984 a 1990, e quatro egressos, dois da primeira turma, um da terceira turma e outro formado em 1989.

Os roteiros das entrevistas foram elaborado a partir das questões que norteiam este estudo, e ficaram como se segue:

- a. **Diretora e Professores:** escola de origem; trajetória de vida profissional antes de ingressar na UGF, ingresso na U.G.F e as suas razões; participação no Curso e sua Trajetória: considerações sobre o Departamento de Enfermagem, o ensino de enfermagem. colegas e alunos. Disciplinas que lecionou e leciona. aceitação do Curso na própria U.G.F., tipo de contrato de trabalho: vantagem e desvantagem; outras atividades exercidas concomitante a U.G.F.
- b. **Egressos:** Opção pela enfermagem no Curso de Graduação em Enfermagem Universidade Gama Filho (U.G.F.); descrição do curso: facilidades e dificuldades: relacionamento com professores, Direção, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; descrição do ensino e campos da prática, aceitação do Curso na própria U.G.F, impacto do curso para a sua vida pessoal: ao longo da formação e após formada.
- c. **Dirigentes:** Descreva a sua inserção na implantação do Curso de Enfermagem , e ou em sua Trajetória. Na sua opinião o que levou a UGF implantar o Curso de Enfermagem. Qual é a imagem que possui sobre o Curso de Enfermagem na U.G.F. Dê a sua opinião sobre o docente do Departamento de Enfermagem da U.G.F.

Na fala dos depoentes foram selecionadas aquelas relacionadas com o estudo, agrupando as informações que se confluíram, possibilitando delinear as categorias conceituais, que para Egry(1996, p.51) formam: *“um conjunto totalizante de noções e idéias historicamente construídas que demarcam em seus espaços as partes interligadas de um fenômeno”*.

As fontes secundárias foram: projetos, relatórios, livros de registro, memorandos, Leis, Decretos, Pareceres e outros documentos oficiais, que normalizaram o crescimento do Complexo Universitário Gama Filho e os estudos que descrevem a evolução do ensino de enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, além de outros que analisam o sistema universitário e o contexto histórico social brasileiro.

Entendemos ser essencial conhecer o campo institucional , em que a enfermagem seria inserida, uma vez que as características desta estrutura influenciaram a sua construção.

Consideramos oportuno consultar e analisar estas fontes, uma vez que a Enfermagem na Universidade Gama Filho contou com a participação de docentes provenientes destas escolas, portanto com um habitus, que repercutiu neste novo espaço de saber.

A (re)construção do caminhar da Enfermagem na UGF, no entanto não restringindo-se a estas fontes, mas as nossas interpretações pessoais, à luz do referencial teórico oferecido pelo pensamento de Bourdieu.

1.5 Plano geral da tese

Defendo a tese que - a enfermagem pode se desenvolver no âmbito particular, a partir de estratégias que permitem unicidade dos docentes em prol da especificidade de um ensino de enfermagem institucionalmente consagrado, mas que dependem da possibilidade de serem mantidos, os interesses e as políticas organizacionais específicas.

Esse estudo, foi desenvolvida em seis capítulos, partindo do genérico para o específico, aproximando gradativamente do objeto de estudo.

Neste capítulo, denominado “delineando o estudo”, explicamos os motivos que nos conduziram a analisar o processo de implantação e implementação da Graduação em Enfermagem na Universidade Gama Filho, as questões que deram diretriz à pesquisa, os objetivos seguidos e o referencial teórico e metodológico utilizado.

No segundo capítulo, analisamos o caminhar da Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, proporcionando um quadro evolutivo da

implantação do seu sistema de ensino. Relacionamos com este caminhar, sucintamente, a evolução do sistema de ensino superior, o processo de formação de universidades, e as mudanças no currículo do Curso de Enfermagem, por entender que desta maneira tornamos mais nítido as raízes da criação do Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho, uma instituição particular de ensino, localizada nesta cidade.

No terceiro capítulo, apresentamos os aspectos históricos da formação da Universidade Gama Filho, o contexto político, socioeconômico, cultural e educacional, onde estava inserido Luis Gama Filho, e sua participação no processo de ensino básico e universitário desta instituição.

No quarto capítulo, analisamos o caminhar da primeira Diretora do Departamento de Enfermagem. Os motivos de implantação do Curso de Enfermagem, a organização do espaço da enfermagem na UGF, o processo de reconhecimento e planos de expansão, abrangendo o período de 1975 a 1986.

No quinto capítulo, discutimos a reorganização do Departamento de enfermagem, os novos planos e a continuidade das metas anteriores, a relação de poder entre o Departamento de Enfermagem e a Universidade Gama Filho. Este recorte temporal abrange o período de 1987 a 1991.

No sexto capítulo, procuramos identificar o real e o relacional nas buscas empreendidas, oferecendo uma síntese das argumentações, que se fazem acompanhar de novas reflexões sobre a Enfermagem na Universidade Gama Filho.

II - Retrospectiva histórica do processo de implantação do ensino de enfermagem no Estado do Rio de Janeiro

**“é preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças,
ou mesmo de nossas idéias, não são originais:
foram inspiradas nas conversas com outros. Com o correr
do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente,
acompanham nossa vida,
e são enriquecidas por experiências e embates.”**

Bosi, 1987, p. 331

Ao descrevermos o caminhar da Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, pretendemos proporcionar um quadro evolutivo da implantação do seu sistema de ensino, delineando a criação de escolas de enfermagem no cenário onde se insere o Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho. Analisamos, de modo sucinto, a evolução do sistema de ensino superior, a formação de universidade, e as mudanças no currículo do Curso de Enfermagem, entendendo que esta análise irá contribuir para a compreensão da configuração atual que apresentam atualmente.

2.1 O Cuidar no processo de colonização no Estado do Rio de Janeiro: do atendimento rudimentar ao institucionalizado, de 1500 a 1889

A enfermagem no Estado do Rio de Janeiro iniciou-se com os índios que, ao tratarem dos que adoeciam, se valiam de rituais próprios como fonte cura, utilizando plantas, forças da natureza, além da inovação de entidades que povoavam o seu mundo simbólico.

Com o processo de colonização, outros elementos assumiram o cuidado dos doentes, geralmente voluntários leigos, sendo que por

volta de 1532 os jesuítas, começaram a cuidar ou treinar de maneira informal “os voluntários” para realizar este cuidado. As atividades desenvolvidas por jesuítas e índios catequizados no campo da saúde podem ser entendidas como as primeiras atividades de enfermagem no Brasil.

No século XVI, por volta de 1543, a fundação das primeiras Santas Casas de Misericórdia, reforçou o atendimento ao doente realizado por jesuítas ou outros religiosos, que além de terem uma educação específica, continuaram a “formação informal” de leigos.

A primeira mudança neste cenário ocorreu com a implantação do regime escravocrata dos negros, em 1570, fruto principalmente das inconveniências da escravidão indígena.

Com a chegada do africano, outras formas de cuidar foram incorporadas, sendo também perceptível o uso de rituais próprios, que ainda se fazem presentes nas práticas de muitas comunidades brasileiras urbanas e rurais.

Os negros realizaram “o cuidar” nas Santas Casas, uma vez que os religiosos entendiam o regime escravocrata como natural⁵, e em casas particulares, assistindo aos enfermos ou amamentando os filhos das brancas.

Ainda no século XVI, é necessário recordar que as “comadres ou parteiras curiosas”, atuavam conhecendo a arte do “partejar”, baseada unicamente em noções elementares transmitidas pelas mais velhas ou antecessoras ou em livros rudimentares⁶.(Matos, 1993, p.95).

⁵Os religiosos não se opuseram à escravidão negra, argumentando que era a escravidão era uma “instituição” existente na África, e transportar os negros para o mundo cristão, propiciaria o seu crescimento através do processo civilizatório e do catolicismo. Fausto, 1997, p. 52. Alencar, 1995

⁶No século XVII, em 1725, a impressão do manual: “Luz das Comadres e Parteiras”, ensinando a maneira de aparar a criança, cortar o “umbigo”, além dos cuidados com a mãe, poderia ser considerado um dos primeiros passos para um ensino rudimentar de enfermagem.

Estes dados permitem-nos afirmar que as ações ditas de enfermagem, do século XVI ao XVIII, foram efetuadas por diversas pessoas: índios, religiosos, voluntários leigos(homens e mulheres), e escravos selecionados, geralmente com um preparo empírico, caracterizando uma transmissão informal calcada na reprodução de informações, e na caracterização da enfermagem, como função subsidiária, com fins explicitamente caritativos, onde imperou o espírito de dedicação, que, entretanto, em alguns casos, foi produto da imposição.

Esses “pseudo enfermeiros”, geralmente eram provenientes de classes que ocupavam posições de inferioridade social e econômica e caracterizaram uma prática subalterna e submissa, excluindo os que ocuparam os cargos de difusores de conhecimento, que detinham um certo poder.

Somente no século XIX é que este cenário se modificou, em consequência da mudanças ocorridas na Europa que levaram a Família Real Portuguesa⁷, em 1808, a instalar-se no país, na cidade do Rio de Janeiro, alterando todo o cenário Nacional, inclusive a assistência a saúde, com a vinda de médicos portugueses, parteiras francesas, e o surgimento do Ensino Superior, só para homens, com a fundação de duas “Academias Médico Cirúrgicas”.

Essas parteiras exerceram atividades nas principais cidades do país e tiveram uma clientela numerosa, iniciando um atendimento com embasamentos científicos e não se restringindo ao atendimento à

⁷ A família real portuguesa veio ao Brasil em consequência da guerra que Napoleão moveu contra a Inglaterra. O Governo de Dom João VI vulnerável ao exército napoleônico e pressionada economicamente pela Inglaterra, deixou o país, com cerca de 10 a 15 mil pessoas. Todo um aparato burocrático vinha ao Brasil: ministros, conselheiros, juizes da Suprema Corte, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Além do tesouro real. arquivos do Governo. máquinas impressoras e várias bibliotecas. .

mulher, mas participando, também, na vacinação contra a varíola e tratamento de algumas moléstias (Matos, 1993, p.87-93).

No início deste século(1821 a 1831) várias mudanças ocorreram no país, culminando com a instalação da Regência. Neste período, uma nova organização foi dada às “ Academias Médico Cirúrgicas”, implantadas no Rio de Janeiro e na Bahia, pela Lei de outubro de 1832⁸, destacando-se, entre outras transformações: a troca de denominação para Faculdades de Medicina, a nova caracterização do corpo de professores e estudantes, e o fornecimento de títulos: Doutor em Medicina, Farmacêutico, Parteira⁹.

Com esta determinação, iniciaram-se os cursos de enfermagem associados às Faculdades Médicas, por longo período, mas geralmente afastados de outros movimentos para a organização do ensino e prática de enfermagem no Brasil.

A implantação do Curso de Parteiros e a institucionalização da sua prática, principalmente na área hospitalar, ainda que tivesse permitido alguma autonomia, teve seu exercício subordinado às regras emitidas pelas Escolas Médicas que as normalizaram e validaram os seus diplomas.

Essas parteiras reproduziram os parâmetros implantados por seus professores, e talvez por este motivo, a grande maioria permaneceu alienada às mudanças que futuramente ocorreriam no campo da enfermagem, uma vez que ficaram subordinadas as escolas médicas.

⁸ A Lei de 3 de outubro de 1832 dá nova organização às atuais Academias Médico - Cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro e Bahia, na Regência de Dom Pedro II. Brasil. Ministério da Saúde, 1974, p.12; Soares. 1995,p.65

⁹ O Artigo 19 desta Lei informa: “haverá um curso particular para as parteiras. feito pelo Professor de Parto.”

Quanto ao cenário hospitalar, somente em 1852 ocorriam mudanças com as Irmãs de Caridade, que, a pedido¹⁰ de D Pedro II, modificaram o contexto das Santas Casas de Misericórdia, substituindo a mão-de-obra masculina.

As Irmãs de Caridade exerceram influências desde o cuidado até o gerenciamento destas Instituições, mas a grande maioria das irmãs não tinha formação oficializada, realizando um cuidado de cunho religioso e caritativo. (Barbosa, 1989, p.16).

Obrigatoriamente, ainda no século XIX, as ações de Ana Justina Ferreira Nery, que na Guerra do Paraguai, representaram a enfermagem e ficaram registradas na memória do Brasil, não modificaram o atendimento ao doente, realizado pelas Irmãs de Caridade, principalmente nas Santas Casas de Misericórdia. Talvez a colaboração de Ana Nery não tenha sido mais significativa para o ensino de enfermagem, em consequência do próprio contexto em que viveu.

O trabalho das religiosas nos hospitais merece respeito, principalmente na atuação, na organização dos serviços, presença contínua junto aos pacientes, nos cuidados de higiene e na limpeza do meio ambiente. Contudo, a falta de preocupação com um respaldo científico e a ampliação de conhecimentos teóricos, associado ao controle sempre ostensivo de tudo, acarretou confronto de poder, com o corpo médico.

Esta relação de forças acentuou-se no Hospício D. Pedro II¹¹ ou Hospital Nacional de Alienados, do qual a transferência da vinculação institucional da Santa Casa de Misericórdia para o Estado gerou

¹⁰ Chegaram no Brasil em 1849.

¹¹ De 1841 a 1980 tinha esta denominação. Decreto nº 82 de 18/7 1841. Em fevereiro de 1980 pelo Decreto nº 508 passa a ser conhecido como Hospital Nacional de Alienados.

conflitos, principalmente pela nomeação de um Diretor médico, ocasionando a mudança da hierarquia de poder.

O Diretor nomeado excluiu a atuação das irmãs nas alas masculinas, provocando indignação, já que “as irmãs” se sentiram diminuídas em sua autoridade.(Baptista & Barreira, 1997, p. 6, Carvalho, 1976, p.5).

Estes fatos, ocorridos no Hospício D. Pedro II, provavelmente foram conseqüência da nova ideologia do governo republicano¹², recém-formado, dominado pelo ideais do positivismo e visível no lema impresso na bandeira nacional: “Ordem e Progresso”. E como não poderia deixar de ocorrer, o ensino passou a ter uma orientação também positivista e, de algum modo, distanciado da Igreja.

As críticas à atuação das Irmãs de Caridade associadas à transferência do comando para leigos, e a exclusão de sua atuação na ala masculina, interferiram no atendimento ao doente e, por não se encontrar outra solução, foram contratadas enfermeiras francesas de ordens seculares(Salpêtrière) e foi criada uma escola de enfermagem, objetivando treinar e educar pessoas, o que deu o **início ao ensino oficial de enfermagem no Brasil**. (Carvalho,1976, p.5)

Cabe realçar que a criação desta Escola, pelo governo republicano, além de suprir a falta de mão de obra agravada com a saída das religiosas do hospício, visou também a resolver o problema das pessoas do sexo feminino, principalmente as oriundas dos internatos governamentais, que não encontraram atividade remunerada

¹² A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que assumiu a presidência, tendo como vice Floriano Peixoto, representando dois setores diferenciados do exército, o primeiro os tarimbeiros e o segundo, os oficiais, permanecendo no poder até 1891. A proclamação da República aproximou o Brasil dos EUA, pois na I Conferência Internacional Americana(1889), em Washington, o representante brasileiro Salvador Mendonça, se aproximou dos pontos de vista americanos.Fausto,1997 p.246 e seg.

e permaneciam nestes internatos, onerando o Estado.(Moreira, 1995, p.58).

2.2 A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, do Hospital Nacional de Alienados do Ministério do Interior e a mudança de paradigmas na área da saúde 1890 a 1914

A primeira escola de enfermagem brasileira, surgiu num clima de secularização¹³, regulamentada pelo Decreto Federal nº 791/1890¹⁴, tomando-se a **Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras**, do Hospital Nacional de Alienados do Ministério do Interior, no Rio de Janeiro.

Talvez por ser uma iniciativa de um grupo de médicos, como no caso dos cursos de parteiras, foi institucionalizado o ensino de enfermagem baseado no existente em Salpêtrière, na França, que era inspirado nos ideais da Revolução Francesa. (Carvalho, 1976, p.5, Sousa, 1996, p.64).

O Curso, oferecido pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, tinha duração mínima de dois anos e visou a preparar enfermeiros de ambos os sexos para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares. Apesar dos determinantes de sua criação terem feito

¹³Secularização, ou seja a separação entre Estado e Igreja, ocorreu no ano seguinte na Constituição de 1891, determinando que a Igreja e o Estado fossem instituições separadas, deixando assim de existir uma religião oficial no país. Pretendeu aplinar os conflitos de setores do clero que não aceitavam a intervenção da Monarquia na Igreja, vigente no tempo do Império, e facilitou a integração dos imigrantes, geralmente protestantes. Fausto,1997, p.251. Soares.1995,p.36.

¹⁴ O Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, cria no Hospício Nacional de Alienados uma Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.26.

perdurar a idéia do preparo de pessoal para o atendimento aos doentes mentais, o curso constou de: “ *noções práticas de propedêutica clínica; noções gerais de anatomia, fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiais a certas categorias de enfermos e aplicações balneoterápicas, administração interna e escrituração dos serviço sanitário e econômico das enfermarias.* ” (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.26).

Neste currículo, esquadrinhou-se um programa de preparação profissional, que, apesar do caráter elementar, mostrou um avanço para os futuros “enfermeiros e enfermeiras”. Contudo ficou claro o entendimento da profissão como complementar e sem conhecimentos específicos. A participação da(o) enfermeira(o) realizando atividade administrativa, não limitada ao cuidar, demonstrou uma evolução que possivelmente se tornou um dos embriões da divisão das atividades manuais e intelectuais da profissão, característica que foi consignada posteriormente na profissão e demonstrou a influência da Escola francesa.

No Decreto nº 791/1890 não foi claramente definido quem iria ministrar as aulas e a supervisão prática, subentendendo-se que seriam médicos da Instituição. Não houve transparência quanto à Direção desta Escola, possibilitando ao Diretor do Hospital Nacional de Alienados, tornar-se o seu Diretor¹⁵.(Moreira,1995,p.59).

No início do século XX, o Governo modificou parâmetros e paradigmas na área da saúde brasileira, buscando a melhoria da assistência à população, pressionado principalmente pela necessidade de manter as relações comerciais com outros países, ameaçadas pelas freqüentes epidemias de febre amarela.

¹⁵ Em 1942, assumiu a primeira Diretora Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, reestruturando o ensino de enfermagem. Enfermeira pioneira da Escola de Enfermeiras do DNSP, com experiência em Direção de escolas de enfermagem. uma vez que foi Diretora e Vice Diretora da Escola de Enfermeira Dona Ana Nery. Moreira,1995,p.69. Coelho, 1997, p. 51-75.

No bojo destas modificações, a contribuição do sanitarista Osvaldo Cruz é indiscutível, especialmente no controle das epidemias (febre amarela, varíola e peste), que representavam uma ameaça não só à população, mas à economia brasileira, por atemorizar os tripulantes dos navios estrangeiros.

Em 1908, além de contribuir para a erradicação daquelas epidemias, o sanitarista implantou a Cruz Vermelha Brasileira, da qual foi o primeiro presidente, instituição que colaboraria no ensino de enfermagem no país.

2.3 Escola Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e os movimentos paralelos na enfermagem 1914 a 1921

A Cruz Vermelha Brasileira, nascendo no país em tempo de paz, em clima diferente da Internacional, atuou prioritariamente em casos de epidemias, nas catástrofes ambientais, e desastres, além de manter em funcionamento regular hospitais e cursos voluntários.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, um grupo de senhoras da sociedade desejaram estar preparadas para cuidar dos feridos e doentes. Formaram um comitê e elaboraram uma solicitação apresentada à Diretoria da Cruz Vermelha Brasileira, resultando na criação de Curso de Enfermeiras Voluntárias, em 1914, em São Paulo. O objetivo desta escola foi o preparo de socorristas voluntárias, denominadas beneméritas, para atuarem em situações de emergência, indo ao encontro do movimento internacional para melhorar a assistência aos feridos da Primeira Guerra Mundial. (Telles, 1963, p. 153).

A enfermagem exercida pelas beneméritas¹⁶ evidenciou uma praxis diferenciada, fora do contexto hospitalar, onde até então se desenvolvia mais efetivamente e reconheceu a atuação da enfermagem no contexto comunitário e trouxe para a futura profissão um status mais aprimorado.

O entusiasmo da primeira turma do Curso de Enfermeiras Voluntárias, levou a Cruz Vermelha Brasileira a oferecer outros Cursos, no que “... *ampliou-se o curso a fim de que também pudessem ser preparadas, convenientemente enfermeiras profissionais ... além de melhorar o trato e cuidados a dispensar aos doentes, possibilitava às moças pobres nova e honrosa profissão, assegurando-lhes meio digno de obter recursos para viver.*” .(Telles, 1963, p. 153).

É interessante observar que a veiculação da nova profissão entre mulheres pobres, ensejou uma leitura preconceituosa de que a profissão era abraçada por pessoas de classe menos favorecidas economicamente. No entanto, as enfermeiras voluntárias por pertencerem a uma classe social privilegiada eram consideradas pessoas bondosas.

Seguindo essa tendência, foi criado em 1916, na Capital Federal(Rio de Janeiro), a **segunda** escola de enfermagem: a **Escola Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira**¹⁷, filial Rio de Janeiro, exigindo das candidatas para o ingresso o certificado primário, e com duração de um ano. (Carvalho, 1976, p.6).

¹⁶ As mulheres que realizavam este curso: “... eram consideradas beneméritas, pelo alto significado moral e patriótico de sua atuação na assistência aos necessitados.... E para elas, desenvolver um trabalho fora de casa...apresentava-se como uma opção para o ingresso na vida pública...” (Baptista & Barreira. 1997, p.8).

¹⁷ Em 1917 passou a ser denominada Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha e em 1960 encerrou suas atividades. As candidatas aprovadas naquele ano, em número pequeno, foram encaminhadas a outras Escolas. (Telles, 1963, p. 153).

Este curso teve um currículo evidenciando as noções em higiene individual e coletiva, de anatomia e fisiologia humana, clínica cirúrgica e moléstias mais comuns, além das obrigações das enfermeiras com a Instituição.

Ao comparar este “currículo” com o da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, é notável a evolução de conteúdos, no que se refere principalmente à ação da “enfermeira” em procedimentos cirúrgicos, além de enumerar obrigações e deveres específicos para esta profissional.

Os conhecimentos teóricos eram ministrados pelos médicos e as atividades práticas monitoradas pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. As estudantes precisavam ter secundário completo, boa saúde e após admitidas, em regime de externato, recebiam auxílio alimentação e uma pequena gratificação mensal. (Telles, 1963, p. 156).

Com certeza, esta exigência de formação dificultou o acesso das “moças pobres”, mudando o perfil social da demanda.

Deve-se ressaltar que no período de 1917 a 1920 houve no Brasil um ciclo de greves de grande proporções no Rio de Janeiro e São Paulo, em consequência da Primeira Guerra Mundial. O país viveu um período marcado pela especulação de gêneros alimentícios, e pelo agravamento da carestia no país, devido principalmente à minimização da entrada de capital estrangeiro, que levou à escassez de recursos financeiros, à super exploração do trabalho, à elevação do custo de vida, às falências, ao desemprego e à fome.

Na época, não indiferentes à questão social do país, objeto de discussão entre os intelectuais, estampada nos meios de comunicação, retratada em livros ou em relatórios, como o da expedição médico-científica às áreas flageladas, e impressionados com as consequências

da recessão econômica acoplada à Primeira Guerra Mundial, que favorecia o alastramento das epidemias que assolaram a cidade e vitimaram pessoas, principalmente a pandemia de gripe¹⁸ no pós guerra, um grupo de pessoas organizou um movimento¹⁹ encabeçado por sanitaristas. Tal movimento propunha revoluções sanitárias urbanas e rurais, e levou à criação da fundação Pró - Saneamento do Brasil, entendendo a saúde pública como responsabilidade do governo e propondo a criação de um Ministério ou um Departamento Nacional de Saúde Pública e Higiene. Em 1920, surgiu o Departamento Nacional de Saúde Pública²⁰ (DNSP), que iria institucionalizar as práticas sanitárias e participaria efetivamente da implantação da enfermagem moderna no Brasil.

Um fato importante, relacionado com essas práticas foi a vinda quatro anos antes ao país da Fundação Rockefeller, uma vez que elaborou um relatório sobre a situação geral brasileira, apontando problemas de saúde pública: os hábitos anti-higiênicos; e o entendimento pela população da doenças e suas causas como naturais (Sauthier, 1996, p.86 a 91).

O sistema educacional, nesta época, progrediu visando principalmente ao combate do analfabetismo, à preocupação de integrar os imigrantes, e à criação de Universidades, através da junção das escolas superiores, como a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e a Politécnica que formam a Universidade do Rio de Janeiro (Fausto, 1997, p.337).

¹⁸ Gripe denominada espanhola que se alastrou pelo mundo após a guerra e vitimou inclusive o presidente eleito Rodrigues Alves. em 1919.

¹⁹ Este movimento foi composto por médicos, políticos, jornalistas, cientistas e intelectuais.

²⁰ Decreto Legislativo nº 3.986, de 2 de janeiro de 1920. no governo de Epitácio Pessoa. Soares. 1995, p.49/50.

Integrado a esses avanços, o DNSP implantou, no ano de sua criação, Cursos provisórios de visitadoras²¹, formado por moças com pouca instrução e orientadas por médicos da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose.

Paralelamente a estes acontecimentos, em 1921, foram criadas pelo regulamento do Serviço de Saúde do Exército as Escolas de Formação Sanitária Divisionária, subordinadas à Diretoria de Saúde da Guerra, destinadas à formação de enfermeiros e outros profissionais que, no corpo de saúde, constituíram pessoal subalterno. O ensino foi ministrado por médicos militares e os alunos receberam além, da formação técnica em assuntos de saúde, formação militar, indo atuar nos hospitais militares, cumprindo o disposto pelo Decreto n ° 15.230²².

A implantação destas Escolas de Enfermagem Militares não interferiu na realidade nacional e no atendimento à população, uma vez que se restringiu à formação de mão de obra para um segmento específico, atendendo aos interesses dos militares. Esta atitude leva a inferir que este grupo desejou se manter “fechado”, sustentando principalmente as hierarquias e a filosofia desta instituição.

A realidade nacional da saúde brasileira, conforme descrita anteriormente, tanto por relatórios da Fundação Rockefeller, como pelo movimento Pró - Saneamento do Brasil, exigiu uma intervenção que ultrapassasse as medidas sanitárias e realizasse a disseminação de modos mais civilizados . (Sauthier, 1996, p.92)

²¹ Um grupo composto por 44 moças que, após doze palestras ministradas por um grupo de médicos da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, entre estes, Plácido Barbosa e seu assistente J.P. Fontenelle, atuaram como visitadoras. (Sauthier, 1996, p.97).

²² Decreto assinado em 1921, pelo Ministro de Estado de Guerra João Pandiá Calógeras. na Presidência de Epitácio Pessoa. que previa a formação de um quadro de enfermeiros nos hospitais militares. compostos exclusivamente por enfermeiros militares. (Baptista & Barreira, 1997, p.8).

Esses relatórios registraram, também, a falta de enfermeiras diplomadas brasileiras e informaram que a assistência era feita por pessoal de nível elementar, supervisionado por freiras.(Op. cit., p.94).

Esses fatos, somados aos desejos do primeiro diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, de dar consistência à estratégia de saúde pública urbana e rural no país, caracterizou-se por uma reformulação completa, denominada “Reforma Carlos Chagas”, que mudaria os paradigmas do atendimento à saúde da população.

2.4 A enfermagem moderna: A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública e o deslocamento da enfermagem, no contexto sócio - econômico - político e educacional de 1921 a 1944

Foi graças à visão esclarecida de Carlos Chagas que a “enfermagem moderna” e científica, foi implantada em nosso país, contando com o incentivo de Lewis Wendel Hackett, primeiro Diretor do Conselho Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que estimulou Carlos Chagas a conhecer o trabalho das enfermeiras norte americanas e intermediou a vinda de uma Missão Técnica de Cooperação para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, que atendeu aos interesses nacionais e internacionais, conforme assinalado por Sauthier(1996, p.94).

Ainda em 1921, uma enfermeira norte-americana, Ethel Parsons²³, foi convidada a chefiar uma Missão Técnica para o

²³ Ethel Parsons possuía preparação especial em saúde pública, trabalhou anteriormente no Departamento de Higiene do Texas e no Serviço da Cruz Vermelha Americana. e no México, dominava o idioma espanhol. (Sauthier, 1996, p.96/ Coelho,1997, p.18).

Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. No estudo, que realizou, sobre a situação de saúde pública no Distrito Federal(Rio de Janeiro), constatam-se que os hospitais eram superlotados e a enfermagem exercida por pessoas de ambos os sexos, com um preparo muito aquém do desejado.

Quanto ao DNSP, Parsons, relatou que possuía um corpo provisório de visitadoras, composto por mulheres pertencentes a uma classe com pouco recursos, portanto com baixo nível de instrução e não possuindo conhecimentos básicos de enfermagem e treinamento adequado. (Op. cit, p.97).

Parsons tinha a convicção da necessidade de criar uma escola de enfermagem. Com o auxílio de médicos e autoridades brasileiras, que, apesar de algumas divergências compactuaram com este pensamento, por entenderem ser indispensável o preparo do pessoal para participar deste Serviço e de outros, melhorando o nível da assistência à população. Deu prosseguimento à sua meta, convidando a enfermeira americana Clara Louise Kieninger²⁴ para vir ao país realizar este empreendimento com o seu apoio. (Baptista, 1995, p. 23, Machado, 1995, p. 188, Sauthier, 1996, p.122:4).

Foi ainda em 1922 que o DNSP, no sentido de recrutar alunas para a Escola e divulgar a nova profissão, publicou um folheto de autoria de Carlos Chagas: “A Enfermeira Moderna - Apelo às Moças Brasileiras”²⁵.

²⁴ Assistente e Diretora da escola em que se graduou, participante da Força Expedicionária Americana(Primeira Guerra Mundial), com cursos de saúde pública e administração de escolas. (Sauthier, 1996, p. 122:3).

²⁵ Alguns trechos do folheto: “O Brasil precisa de enfermeiras.....maior serviço que uma mulher prezada e educada pode prestara função enfermeira , ...as exigências de sua alma piedosa e altruística. na qual se efetivem seus ideais de emancipação .., tornando-a preferida da mulher de inteligência e cultura....o DNSP mereceu o apoio decisivo da Rockefeller Foundation, Instituto de benemerência sobre o qual recaem...as benção de todos os povos.”(In: Coelho, 1996, p. 34:6).

Apesar de estar impregnado pela visão positivista que compelia a mulher reproduzir o que lhe havia sido milenariamente estabelecido no cultivo da piedade, da comiseração, e do pendor feminino ao cuidado, o folheto teve um caráter inovador. Divulgou para a sociedade a idéia de que a enfermagem era uma profissão a ser exercida por mulheres inteligentes e cultas, incentivando, em nosso entender, a emancipação feminina, em que pese a subordinação hierárquica a um profissional homem.

Deste modo, das candidatas à Escola de Enfermeiras do DNSP, esperava-se o seguinte perfil: ser mulher, ter de vinte a trinta e cinco anos, ser proveniente de uma escola normal ou equivalente, apresentar atestado firmado por médico de saúde pública sobre a sua constituição, resistência e mentalidade, cartas de referências sobre as suas qualidades morais e intelectuais, se possível experiência em direção de casa, no ensino e/ou firma comercial, ser solteira ou legalmente separada, e ser de boa família. (Sauthier,1996, p: 161;2).

Sem dúvida, impunham-se ideais e características para a enfermeira brasileira, e é importante recordar que, nas primeiras décadas do século XX, poucas mulheres tinham acesso à educação, excluindo-se as pertencentes às classes mais privilegiadas, sendo que a formação mais “requintada” e comum para estas era a de professora. Contudo, apesar de a mulher ter ganho espaço, não lhe foi permitida a real possibilidade de obter pela via profissional, uma remuneração condigna.

Implicitamente, criou-se uma profissão com caráter diferenciado e elitista para a época, o que, com certeza, iria influenciar posteriormente. Pertencer a uma classe mais privilegiada, e formar-se enfermeira talvez fosse mais como um caminho de emancipação social

do que financeira. Percebemos, até em nossos dias, que as enfermeiras têm dificuldade de relacionar o exercício da profissão com uma compensação financeira.

Kieninger foi a primeira diretora da Escola de Enfermeiras do DNSP, oficializada pelo Decreto nº 15.799, de 10 de novembro de 1922. Iniciando suas atividades em 19 de fevereiro de 1923, na então Capital Federal, a Cidade do Rio de Janeiro, com dezesseis alunas²⁶, treze residentes, em uma casa pequena, ao lado do hospital São Francisco de Assis. E apesar de ser uma iniciativa de médicos, como os dois cursos anteriores, ao delegar para uma enfermeira a estruturação desse curso, Carlos Chagas permitiu que a enfermagem brasileira se modernizasse, seguindo modelos inovadores para a época, sendo **a primeira escola organizada, dirigida por enfermeiras e cujo pessoal de ensino foi composto em sua maioria, por enfermeiras.**

Outro fator a ser destacado na implantação desta escola foi a existência do internato, retratando uma tendência iniciada no fim do século XIX, nas escolas religiosas, que visam a uma educação aprimorada ao lado da instrução ministrada, e já utilizada em outros cursos, mas com finalidades diferentes.

O internato, utilizado preferencialmente para as alunas provenientes de outras localidades, favoreceu provavelmente a formação do “habitus” : *“o internato era a peça chave para a educação da enfermeira...regido por uma disciplina que iria se intensificar com o passar dos anos, buscando aperfeiçoar as alunas para a vida em comum e para a vida*

²⁶ As candidatas para a Escola de Enfermeiras do DNSP, vieram da classe média alta, não obstante houvesse oriundas de famílias menos favorecidas que puderam ser recebidas.

profissional...esta disciplina foi inculcada pelas Diretoras nas estudantes desde a primeira turma". (Coelho, 1996, p.108).

Provavelmente este processo de inculcação seria propagado e traria para a profissão um senso crítico rigoroso, um controle que perpassaria a esfera profissional e atingiria a pessoal, “um controle coercitivo, punitivo”, que impregnaria toda classe que se formou, reforçando o que foi, e é em alguns segmentos ainda esperado da mulher: respeitabilidade, obediência, delicadeza, submissão, destreza no trabalho, lealdade, passividade e religiosidade. Características que, de resto, apesar da evolução da sociedade e do sistema de ensino, talvez com outras denominações, ainda hoje estão sendo inculcadas durante o processo de formação das enfermeiras em muitos cursos de graduação.

O Internato tornou-se, posteriormente, freqüente na maioria das escolas de enfermagem, possivelmente com características semelhantes, mas tornou-se pouco adequado com a evolução dos costumes e tradições sociais.

A Escola de Enfermeiras do DNSP implantou o modelo de ensino nightingaleano americano, compreendendo a associação do modelo nightingale²⁷, ao modelo de aprendizado hospitalar²⁸ e ao modelo profissional²⁹. (Sousa,1996, p: 81:100).

²⁷ As escolas eram criadas com autonomia organizacional e preparavam duas categorias : as ladies nurses, oriundas de uma classe social mais elevada e educada, que ocupariam cargos de chefia e liderança, e as nurses, provenientes da classe trabalhadora sem educação básica. Este modelo não obteve êxito nos EUA, talvez por ter uma ideologia diferente da Inglaterra, que defendia a igualdade de direitos. Sousa, 1996, p 81:2

²⁸ As escolas estabeleceram-se em ambientes hospitalares, instituições de serviço e não de educação, ficando subordinadas a estas. Formava-se uma única categoria que poderia exercer atividades de chefia ou cuidados. Sousa, 1996, p 82:6

²⁹ As escolas são autônomas, com currículo padronizado, caracterizando uma adaptação do modelo original Nightingale à realidade americana, mantendo a enfermagem separada do hospital e do domínio médico, e preparando uma categoria única, mais coerente com a sociedade igualitária americana. Sousa, 1996, p 86 a 97.

O Curso oferecido para as futuras enfermeiras tinha a duração de dois anos e quatro meses, e o seu currículo obedecia ao Decreto nº 16.300/23³⁰, no artigo quatrocentos e vinte e nove, do Capítulo XIII, que fixou o currículo da Escola de Enfermeiras do DNSP, determinando:

“ Art. 429, Na Escola de Enfermeiras será observado o seguinte programa de instrução: Princípios e métodos da arte de enfermeira: bases históricas, éticas e sociais da arte de enfermeira; anatomia e fisiologia; higiene individual; administração hospitalar; terapêutica, farmacologia e matéria médica; métodos gráficos na arte de enfermeira; física e química aplicadas, patologia elementar; parasitologia e microbiologia; cozinha e nutrição.

Arte de enfermeira: em clinica médica; em clinica cirúrgica; em doenças epidêmicas; em doenças venéreas e da pelve; em tuberculose; em doenças nervosas e mentais; em ortopedia; em pediatria; em obstetrícia e ginecologia; em otorrinolaringologia; em oftalmologia; Higiene e saúde pública; Radiografia; Campo de ação da enfermeira - problemas sociais e profissionais. Parte especializada(quatro últimos meses): Serviço de saúde pública; Serviço administrativo hospitalar; Serviço de dispensários; Serviço de laboratórios; Serviço de sala de operações; Serviço obstétrico; Serviço pediátrico.” (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.65:6)

O Curso foi dividido em “cinco séries”: as quatro primeiras constituíram a parte geral do curso e a última destinou-se às especializações: enfermagem clínica, enfermagem em Saúde Pública e Administração hospitalar.

Essas especializações denunciam a influência do modelo biomédico, das especialidades, que, em outras palavras, seria o aprofundamento do ensino em áreas específicas, não só da Saúde Pública, mas também do campo hospitalar.

³⁰ O Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, no Título VI, trata no Capítulo XII do Serviço de Enfermeiras, e, no Capítulo XIII, da Escola de Enfermeiras. (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.57:61.

Além de transplantar o modelo de enfermagem norte-americano, com o enfoque maior na área hospitalar, o Curso passou a ter inicialmente uma acentuada carga horária hospitalar. O Corpo Docente foi formado por professores escolhidos dentre os funcionários técnicos do Departamento Nacional de Saúde Pública, sendo o ensino de enfermagem ministrado por enfermeiras, dezesseis norte americanas, duas inglesas e uma belga.(Op. cit. p.61; Coelho, 1997, p.135).

Neste currículo, definiu-se o ensino de enfermagem com bases científicas, mostrando a preocupação com a formação da enfermeira num enfoque mais holístico, e, conforme Coelho(op. cit. p.34), foi o primeiro curso regular no Brasil a incluir conteúdos de ética.

Foi evidente o salto de qualidade no processo de ensino da enfermagem. Basta comparar este currículo com o das Escolas anteriores(a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira), para visualizar o acréscimo notável de conteúdos e a preocupação em delinear um processo de capacitação profissional, o que talvez contribuiu para sua permanência por vinte e seis anos.

O primeiro grupo de enfermeiras formadas pela Escola de Enfermeiras do DNSP, denominadas “*pioneiras*” , exerceu cargos de chefia e gerência, ocupando-se das atividades ditas intelectuais, compatível com o permitido para as mulheres de uma classe social mais privilegiada, uma vez que a sociedade não recomendava o trabalho da mulher de classe econômica mais elevada fora do lar e muito menos para executar um serviço caracterizado como manual, portanto inferior.

Entretanto, a participação das “*pioneiras*” foi essencial para o desenvolvimento da enfermagem brasileira, principalmente do ensino

da enfermagem, uma vez que ocupariam cargos de direção e docência difundindo os ensinamentos adquiridos, o seu “habitus”.

Deste modo, confirma-se que a criação da Escola de Enfermeiras do DNSP implantou uma enfermagem dispare, caracterizando o que se denominou enfermagem moderna, impondo para a enfermagem brasileira novos paradigmas, um padrão de atendimento qualificado, realmente um “divisor de águas” no sistema de ensino e na assistência ao enfermo.

As exigências, impostas por esta escola, contribuíram para cristalizar uma profissão de fato, que teve raízes anteriores confusas que perpetuaram e ainda perpetuam uma imagem não diferenciada da enfermeira, considerada como: “qualquer pessoa que cuida do doente e está de branco”, portanto não distinguida dos outros exercentes da enfermagem, pela sociedade.

Observa-se, portanto, que a implantação da enfermagem moderna no Brasil seguiu uma trajetória que se caracterizou pela necessidade de satisfazer a uma ideologia, seja governamental ou de grupos específicos.

Quanto ao cenário social, político e econômico, neste período, ocorreram diversas mudanças, aumentando a discordância dentro do bloco do poder, com o crescimento das propostas mais democráticas e modernizadoras.

Em 1926 o Decreto nº 17.268/26, modificou o nome da Escola de Enfermeiras do DNSP, passando a denominar-se Escola de Enfermeiras Dona Ana Nery, além de ampliar o espaço físico do Internato, suficiente para acomodar noventa alunas.(Coelho, 1997,p.29)

Foi evidente, neste período, a inabilidade do Governo em gerenciar a questão social, principalmente quando Washington Luís

afirmou ser ela no Brasil “um caso de polícia”. Com o apoio das elites dominantes, que não aceitavam as mudanças pretendidas pelos grupos sociais emergentes, houve repressão às manifestações reivindicatórias através do uso da força policial.

O governo seguinte de Getúlio Vargas, apesar dos vários problemas, foi “a grande esperança brasileira”, no sentido de reformar as estruturas viciadas do Estado, de moralizar a administração pública e tentar proporcionar a justiça social ao povo. Foi propagado o princípio de plena harmonia entre povo, governo e demais classes sociais e criado o Ministério da Educação e Saúde, com Francisco Campos tornando-se Ministro, e realizando uma reforma educacional, denominada de “Reforma Campos”, que envolveu: o ensino secundário, o ensino comercial e o ensino superior. (Pinto, 1988, p. 165).

Quanto ao Ensino Superior, o Decreto nº 19.851/31 tornou oficial esta etapa da Reforma Campos, adotando a universidade³¹ como regra de organização, embora permitisse em caráter transitório, as Faculdades isoladas³². Reorganizou, além disso, a Universidade do Rio de Janeiro e todo o ensino superior do país, e criando o Conselho Nacional de Educação.

O Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31) fixou os fins do ensino universitário, citando, entre outras, as seguintes finalidades: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos, e habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e

³¹ Até então existiam no país : a Universidade do Paraná(1912), que não era reconhecida, a Universidade do Rio de Janeiro(1920) e a Universidade de Minas Gerais , que foram organizadas pela simples incorporação de cursos.

científico superior. Foram fixados padrões modernos para as Universidades, mas com pouco aplicabilidade prática, uma vez que o interesse maior foi a formação para o exercício profissional, com desenvolvimento mínimo na área da pesquisa, que só se tornaria real no futuro. Mesmo assim, proporcionou condições para o surgimento das verdadeiras universidades, além do mero agrupamento de escolas isoladas e por deixar explícito que universidade deveria desenvolver ensino e pesquisa.

Neste cenário, de constituição de Universidades e de equiparação de ensino, a então Diretora da Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri, Bertha Pullen e Parsons, trocaram correspondência³³ demonstrando o desejo de inserir a Escola na Universidade, reconhecendo-a como uma escola superior oficial.

Parsons, acreditava que a conexão com a Universidade iria: *“atrair para a profissão uma classe de moças mais educadas; manter os requisitos do alto padrão para a entrada no ensinamento; servir de estímulo a continuação do desenvolvimento educativo da escola, colocar a escola em posição capaz de ter influência sobre os padrões educativos de outras escolas de enfermeiras, podendo estas ficar-lhe equiparadas.”* (op. cit. p. 3:4).

É perceptível a preocupação, destas enfermeiras, em preservar o sistema de ensino que implantaram e implementaram, e que este fosse o modelo para outros Cursos em todo o território nacional,

³² A Universidade do Rio de Janeiro, reorganizada, deveria ser o modelo para as criadas nos Estados e por particulares. As mantidas pelos Estados constituiriam as Universidades Estaduais e as mantidas por particulares as Universidades Livres. (Pinto, 1988, p.166.)

³³ Doc. 332/1931³³ Carta enviada a Ethel Parsons por Bertha L. Pullen , referente à inserção da Escola D. Anna Nery na Universidade, em 26 de março de 1931. Doc. 19/1931³³ Carta enviada a Bertha L. Pullen por Ethel Parsons, respondendo sobre a inserção da Escola D. Anna Nery na Universidade, em 4 de junho de 1931. (Centro de documentação da EEAN).

garantindo a manutenção do espaço social conquistado, do campo de exercício e de influências.

Neste mesmo ano(1931), a Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri, então denominada Escola de Enfermeiras Ana Neri, foi considerada “escola padrão” pelo Decreto nº 20.109/ 31 ³⁴, implicando em que todos os cursos a serem implantados, adotassem critérios idênticos aos dessa Escola. Este Decreto, também, equiparou às Escolas de Enfermagem as escolas superiores : “*considerando que, para o exercício da profissão, se vai exigindo nos povos mais adiantados um preparo técnico cada vez mais desenvolvido, outorgando-se mesmo às escolas que administram esse preparo as regalias de escolas superiores*”. (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.68:72)

Tornou-se explícito o poder de influência de Pullen e Parsons na Escola de Enfermeiras Ana Neri e do DNSP, uma vez que, apesar de não ter sido encontrado documento que comprovasse esse fato, o Decreto nº 20.109/31 acolheu a maioria das sugestões de Parsons, e, coincidentemente, foi elaborado e aprovado, nove dias após, o envio da correspondência referida anteriormente.

A equiparação do processo de ensino de enfermagem ao das escolas superiores foi um grande avanço e demonstrou a confiança governamental na seriedade deste processo, uma vez que exigia das candidatas à enfermeira: “*diploma de uma escola normal, ou documento, que prove ter instrução secundária bastante, a critério da diretora...*”. . (Brasil, Ministério da Saúde , 1974, p.63).

Entretanto, no mesmo ano, o Decreto nº 20.865/31 oficializou o

³⁴ O Decreto nº 20.109 de 15 de junho de 1931, que regulamentou o exercício da enfermagem no Brasil. é composto de duas partes. a primeira com oito Artigos, que dispõe as condições de equiparação. e a segunda parte trata das instruções relativas ao processo de exames de revalidação de Diploma de enfermeiro e enfermeira obtido no exterior.(Brasil. Ministério da Saúde, 1974, p.68:72).

Curso de Enfermagem Obstétrica, pertencentes às Faculdades de Medicina, ministrado por médicos e desenvolvido em dois anos, evidenciando a subordinação do ensino de enfermagem obstétrica a esta Faculdade. Em 1932, o Decreto nº 21.128, isentou esses Cursos de Enfermagem Obstétrica das exigências do Decreto nº 20.109/31. Os dois decretos(Decreto nº 20.865/31 e o Decreto nº 21.128/32) mostraram o interesse político do Governo em atender às demandas específicas do campo médico, o anseio de agradar a todos os segmentos e a desarticulação política educacional.

Ainda, em 1932, foram publicados o Decreto nº 21.141/32, que aprovou o regulamento para a organização do quadro de enfermeiros do Exército, descrevendo no Capítulo VIII, o Curso de Enfermeiros do Exército³⁵, o Decreto nº 22.257/32, que conferiu às Irmãs de Caridade, com prática de enfermagem ou de farmácia, direitos iguais às enfermeiras de saúde pública ou aos práticos de farmácia.(Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p. 84:101).

Delineia-se a política de contemporização de Getúlio Vargas e o prestígio de certos segmentos sociais entre eles, garantindo aos médicos a manutenção de Cursos na área de enfermagem, independentes do sistema de ensino regulamentado, fato que só seria modificado futuramente.

Entretanto, o avanço conseguido no ano anterior não foi prejudicado, uma vez que a denominação “Escola Padrão” para a Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri e a determinação legal de que outras escolas de enfermagem se equiparassem a ela, reconheceu a qualidade do seu ensino, fixando um paradigma a ser seguido. O curso

³⁵ o Curso de Enfermeiros do Exército. tinha a duração de um ano, dividido em duas partes: lições teóricas e práticas e ensino de aplicação. Brasil. Ministério da Saúde. 1974. p. 84:101.

de Enfermagem, da Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri, nesta época, manteve a duração inicial (dois anos e quatro meses), com dois períodos de férias de um mês e a enfermeira era denominada após formada “Enfermeira Diplomada”, distinguindo-se dos outros exercentes da profissão, sendo chamada pela população de “enfermeira alto - padrão”.

Neste período, as mudanças nas tendências políticas da nação foram influenciadas principalmente por movimentos internacionais que ocorreram na Europa, entre eles: o fascismo, o nazismo e o comunismo.

Foi também em 1932 que um grupo de educadores elaborou o: “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, apontando a inexistência no país de uma “cultura própria” ou mesmo de uma “cultura geral”, criticando os métodos arcaicos de ensino, além de considerar a pesquisa “*o sistema nervoso da universidade*”. Propunha o princípio de uma “escola única” pública e gratuita, além de defender a autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar. Condenou a centralização e a uniformidade, lembrando as condições geográficas e as diferenças regionais do país, além de propor um currículo comum, porém flexível. Ao referir a existência de escolas particulares, recomendou que estas fossem de tipos diferentes, para as classes mais privilegiadas, que desejassem para os seus filhos uma educação mais refinada.(Pinto, 1988, p.177)

Percebem-se indagações de julgamento, o que seria uma educação mais refinada?, e por que a escola pública não poderia oferece - la ?, o que sugere a inculcação de conceitos relativos à estratificação de classes.

Este documento, revolucionário, foi fruto da situação de conflito entre os reformadores liberais(escolanovistas, entre estes: Anísio Teixeira³⁶) que defendiam o ensino público gratuito sem distinção de sexos e com autonomia, com os pensadores católicos(entre estes: Tristão de Athayde³⁷), que enfatizavam o papel da escola particular e o ensino religioso.

Neste período, o governo, através do Decreto nº 22.579/33 regulamentou o funcionamento das universidades brasileiras e conceituou as Universidades livres³⁸. Em seguida, o Decreto nº 24.279/34, aprovou a regulamentação do Estatuto das Universidades Brasileiras, referente às Universidades Estaduais e Livres³⁹, facilitando a privatização do ensino superior (Pinto, 1988, p.167).

Em 1934, Getúlio Vargas continuou no governo, mas a crise⁴⁰ socioeconômica era evidente, causando preocupação na diretora da Escola de Enfermeiras Ana Neri, Berta Pullen, preocupada com a possível utilização do trabalho das alunas das escolas de enfermagem

³⁶ Anísio Spinola Teixeira (1900-1971), educador baiano, que defendeu o ponto de vista de que a educação deve adaptar-se a situações concretas, transformando-se em instrumento do progresso social. Foi Diretor de Instrução do Estado da Bahia(1924), Secretário da Educação e Cultura no Rio de Janeiro(1935), opositor do Estado Novo e Conselheiro para o ensino superior na UNESCO(1946/47). Foi membro do Conselho Federal de Educação e um dos idealizadores da Universidade de Brasília. Escreveu vários livros: Educação Progressiva(1932), Universidade e Liberdade Humana(1954), A Educação não é Privilegio(1957),e outros.

³⁷ Pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, professor e líder católico, formado em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade do Rio de Janeiro. Foi Reitor da Universidade do Brasil(1938), também, partidário da Democracia Cristã e defensor das posições mais avançadas da Igreja Católica.

³⁸ Definiu as Universidades livres como aquelas criadas por institutos de ensino superior, sob a forma de associação ou de fundação ou de outra em direito permitida, tendo personalidade jurídica de direito privado, mantidas pelas suas próprias rendas de ensino, pelos patrimônios pertencentes aos institutos congregados em universidades e seus rendimentos e pelos donativos, empregando esses meios de manutenção de per si ou associativamente.(Decreto n 22579/33, In: Neves, 1955, p.202-204)

³⁹ Definiu as Universidades livres como aquelas equiparadas e criadas sob forma de associação, fundação ou , que gozem de autonomia didática, econômica e administrativa e tenham a sua natureza livre declarada por ato do governo da União.(Decreto n 24279/34, In: Neves, 1955, p.453-462)

⁴⁰ A classe operária média, os setores da burguesia, uma parte da classe média e os camponeses, insatisfeitos com Vargas, mobilizaram-se, fazendo eclodir uma série de greves, levando à paralisação de transporte, comunicação e banco. (Fausto, 1997, p.359)

por hospitais: *“se permitirmos que os hospitais abram Escolas de Enfermagem com o objetivo de obter um processo barato de assistência aos doentes internados ou, se nos permitirmos trabalhar em instituições onde pessoas de instrução deficiente tenham remuneração equivalente, forçosamente auxiliaremos a escravidão da profissão à exploração econômica, ao mesmo tempo que criarmos tal empecilho ao seu desenvolvimento que serão muitas gerações para vencê-lo.”* (Pullen, In: Coelho, 1997, p.47).

Torna-se evidente que a utilização inadequada do alunado de enfermagem como força de trabalho já se tinha iniciado e, apesar da preocupação e desejo de Pullen, iria permanecer, em muitos casos com denominações diferentes, utilizando os alunos como “supervisores ou realizadores da assistência”, impondo um falso status além de uma remuneração inadequada.

No setor educacional, dando continuidade à Reforma Campos, foi criada a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal⁴¹ (1935), na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1937, a Lei nº 452/37 organizou a Universidade do Brasil denominação dada à reformulada Universidade do Rio de Janeiro. Essa Lei influenciou o ensino de enfermagem, ao fixarem o seu Artº 7 que: *“farão parte da Universidade do Brasil, como instituições complementares, as escolas profissionais ou de ensino comum, que se tornarem estritamente necessárias como elementos auxiliares do ensino superior ministrado. Parágrafo único. Com o caráter de instituições complementares, nos termos deste artigo, ficam incorporados, na Universidade do Brasil, o Colégio Universitário, destinado ao ensino secundário complementar, e a Escola Ana Neri, destinada ao ensino de enfermagem e de serviço social”* . (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p. 111).

⁴¹ Anísio Teixeira implantou a Universidade do Distrito Federal, num movimento independente e sem contar com participação de outras escolas superiores que já existiam, preocupando-se, sobretudo, com a formação de educadores na então Faculdade Nacional de Filosofia.(Fausto, 1997, p.338).

Foi o primeiro passo para a integração do ensino de enfermagem no meio universitário, e a Escola de Enfermagem Ana Neri, como previsto pela Lei, permaneceu como Unidade Complementar da Universidade do Brasil.

No campo do ensino superior, no ano de 1938, o Decreto nº 421 regulamentou o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, e, em uníssono à Constituição de 1937, reafirmou a liberdade do ensino superior, sendo lícito aos poderes públicos locais, às pessoas físicas e às pessoas jurídicas de direito privado fundar e manter estabelecimentos de ensino, uma vez que fossem observados os preceitos legais. A Universidade do Distrito Federal não resistiu ao clima de instabilidade política deste período e em 1939, foi extinta e incorporada à Universidade do Brasil.

No governo de Getúlio Vargas (no período batizado de Estado Novo), o chamado populismo pregou a igualdade de ascensão social e buscou maior estabilidade, reafirmando a união com a Igreja e apregoando o discurso de que essas Instituições (Estado e Igreja) deveriam possuir preceitos idênticos, o que possibilitou os pactos de apoio, objetivando favorecer à população, mas que na realidade mantinham separadas. Para o ensino de enfermagem, tal união foi benéfica, contribuindo para a criação de novas escolas de enfermagem principalmente confessionais.

2.5 A Escola de Enfermagem a Escola de Enfermeiras Católicas Luíza de Marillac e os movimentos da enfermagem de 1939 a 1943

Em 1939, foi criada a primeira Escola de Enfermagem confessional do Brasil, no Rio de Janeiro, a Escola de Enfermeiras Católicas Luíza de Marillac, dirigida pela enfermeira Rosa Maria Leone⁴². A Escola de Enfermeiras Católicas Luíza de Marillac foi mantida pela Associação São Vicente de Paulo, que *“propiciavam às alunas hospedagem, alimentação, roupa e transporte para o hospital”*, como o montante financeiro era insuficiente, *“muitas vezes, alguns médicos solicitavam a colaboração das alunas para serviços a clientes particulares e o pagamento era feito para a Escola.”* (Barbosa, 1989, p. 24).

Essas características demonstram que o processo de formação incluiu atividades além das oficiais, que foram impingidas ou realizadas com a aquiescência das alunas, que queriam manter a sua formação e a sobrevivência da escola.

Essa Escola foi criada, para satisfazer a necessidade de oferecer às religiosas um local para estudar⁴³, *“...isto porque as religiosas daquela época tinham um tipo de vida difícil de se adaptar às escolas leigas... não lhes era permitido fazer as refeições em público, dormir fora da comunidade, devendo cumprir horário para orações...”*. (Barbosa, 1989, p. 15-21).

Nos discursos anteriores, observa-se a associação dos parâmetros disciplinares do processo de formação da enfermeira com os provenientes da formação religiosa, o que, com certeza, conduzia a doutrinação, uma inculcação de valores e comportamentos, e, provavelmente, as leigas, que estudaram, nesta Escola, também foram submetidas a este processo.

⁴² A enfermeira Rosa Maria Leone, que não era Irmão de Caridade, formou-se pela Escola de Enfermagem Ana Néri, ocupando o cargo por 2 anos.

⁴³ As religiosas, com a evolução da enfermagem e por sentirem a necessidade de conhecimento científico para exercer a profissão, a partir de 1933, foram estudar na Escola Ana Néri, e em 1936, em Belo Horizonte, na Escola Carlos Chagas. Barbosa, 1989, p. 15.

As dificuldades financeiras da escola atravessariam anos e levariam à sua anexação a outras Instituições.

O corpo docente foi composto por médicos catedráticos convidados pelas Irmãs e as aulas foram ministradas algumas vezes nos mesmos auditórios da Universidade do Brasil. As disciplinas de enfermagem foram inicialmente ministradas por enfermeiras da Escola de Enfermeiras Ana Neri, sendo gradativamente substituídas por Irmãs formadas na Escola.(op. cit.p. 39).

Nota-se que houve a preocupação de implantar um ensino de qualidade e de garantir o próprio reconhecimento da Instituição, o que também evidencia a propagação do sistema de ensino ananeriano, que com certeza não influenciou apenas esta escola, mas todas as implantadas após a Escola de Enfermeiras Ana Neri.

O cenário sócio - econômico e político brasileiro, neste período, foi fortemente influenciado pelo clima de conflito causado pela Segunda Guerra Mundial. Apesar de o Brasil inicialmente permanecer neutro, numa posição altamente benéfica, essa posição de neutralidade foi modificada em 1942, quando o Governo, declarou guerra ao Eixo e firmou pactos com os Estados Unidos da América(EUA).

O programa de cooperação do Brasil com os EUA refletiu na Enfermagem , promovendo o seu crescimento, principalmente na Saúde Pública, visando manter saudável os trabalhadores da extração da borracha, material indispensável após o início da segunda Guerra. Surgiu nesta época, movido por esse interesse, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em que enfermeiras participaram ativamente, exercendo a assistência e formando pessoal auxiliar (visitadora - sanitária).

Neste período, não alheia à necessidade de melhorar o atendimento à população, as autoridades da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, então Cidade do Rio de Janeiro, iniciaram um movimento para melhoria da assistência de enfermagem, incentivando cursos de treinamento para o pessoal de enfermagem, contando com o serviço de Zaira da Cintra Vital⁴⁴. (Caldas, 1995, p. 65).

Seguindo os mesmos caminhos do DNSP, convidaram, em 1943, a enfermeira norte americana, Clara Curtis⁴⁵, para estudar e propor o regulamento das funções de Enfermeira de Saúde Pública desta Prefeitura, o que provocou a criação de uma escola de enfermagem, no ano seguinte. Esta atitude demonstrou desconsideração com as enfermeiras formadas no país, muitas especializadas no exterior e com experiência comprovada, podendo, sem dúvida, cumprir estes objetivos, e mostrando que as autoridades dessa Secretaria, numa atitude um tanto precipitada, quiseram reproduzir exatamente a atitude de Carlos Chagas, esquecendo que este, no momento em que convidou Parsons, não contava com enfermeiras diplomadas brasileiras.

Outro movimento na área da enfermagem, ocorreu no país, neste período, com a criação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, pelo Decreto Lei nº 6.097/ 43. Houve dificuldades para a

⁴⁴ Enfermeira diplomada na primeira turma da Escola de Enfermeiras Dona Ana Nery, participou de vários movimentos para a qualificação e reconhecimento da profissão. Realizou cursos de pós graduação nos EUA. ocupou o cargo de Chefe da Divisão de ensino da Escola Ana Nery(1930-1940), e foi Presidente da Associação de Enfermeiras Diplomadas(1943-47). Foi, também, autora dos primeiros livros editados em português para o ensino de enfermagem: Técnicas de Enfermagem, Drogas e soluções, Manual de Ataduras. (Coelho, 1997, p. 79:81; Carvalho, 1976, p.33).

⁴⁵ Enfermeira, bacharela em Ciências e diplomada pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia. EUA. Atuou anteriormente no Brasil no DNSP e na Escola Ana Nery. (Caldas, 1995, p. 66; Coelho 1997, p. 80).

sua formação e, apesar de terem sido modificados por duas vezes os critérios de seleção, somente sessenta e sete enfermeiras realizaram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército e participaram da Força Expedicionária Brasileira.

O corpo docente, desse Curso, foi formado por oficiais médicos e as aulas práticas, realizadas nos hospitais militares, não havendo a participação de enfermeira diplomada ou de professoras de qualquer Escola de Enfermagem⁴⁶ (Silva, 1995, p. 123).

Devido principalmente à dificuldade de importações impostas antes e durante a Segunda Guerra, incrementou-se, também, neste período, o processo de industrialização associado à política do nacionalismo brasileiro. Essa industrialização, naturalmente, elevou o número de trabalhadores, e o Governo Vargas sedimentou a imagem de “protetor dos trabalhadores”⁴⁷. Com interesse em proteger essa população produtiva, Vargas também, introduziu a assistência médica individual e curativa, baseada no atendimento hospitalar.

2.6 As Escolas de Enfermagem da década de quarenta: a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro⁴⁸ e Escola de Enfermeiras da Prefeitura do Distrito Federal⁴⁹ e o contexto sócio econômico político educacional: 1944 a 1950.

Para atender à política do Governo Vargas na área da saúde, houve necessidade de aumentar os recursos humanos na área de

⁴⁶ A Escola de Enfermeiras Ana Nery e a Escola de Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira recusaram-se a incentivar a participação de enfermeiras diplomadas, por entender que estas não ocupariam cargos de oficiais e receberiam um soldo inadequado. (Silva, 1995, p:122:5)

⁴⁷ Vargas estendeu aos operários diversos benefícios, principalmente a sistematização e ampliação da legislação trabalhista

⁴⁸ Atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense.

⁴⁹ Atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

enfermagem. Refletindo-se essa tendência no Rio de Janeiro, sendo que em 1944, surgiram duas Escolas de Enfermagem, uma na Capital do Estado, então sediada em Niterói, e outra no Distrito Federal, ainda a Cidade do Rio de Janeiro.

A criação da **Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro**⁵⁰, na Cidade de Niterói, provavelmente foi influenciada pela força política de Alzira Vargas, filha do presidente Getúlio Vargas, casada com o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, que viu nesta cidade fluminense condições para a instalação e incentivou a formação de comissão⁵¹ responsável por sua organização. (Santo, 1997, p:62).

A trajetória desta escola foi semelhante às outras, adotando o modelo de ensino nightingaleano americano, sendo que a Comissão organizadora solicitou cooperação da então Diretora da Escola de Enfermeiras Ana Nery, Laís Neto dos Reys. (Santos, 1997, p.63).

Foi o Decreto nº 1.130, de Ernani do Amaral Peixoto, de dezenove de abril de 1944, que oficializou a criação desta Escola, determinando que o processo de ensino preparasse “*enfermeiros de alto padrão para os serviços de Saúde Pública e Hospitalar*”. Delineou, ainda, as exigências de admissão (o certificado de curso científico ou clássico ou normal), a duração do curso (três anos em regime de internato) e o corpo docente (enfermeiras diplomadas por escola de alto padrão). (Caldas, 1995, p. 61:2).

Foi designado para esta Escola um Conselho de Administração, composto por representantes da Prefeitura da Cidade de Niterói, da

⁵⁰ Atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense.

⁵¹ A Comissão de organização contou com o apoio do Diretor do Departamento de Saúde do Estado, a ajuda financeira da Legião Brasileira de Assistência, a colaboração da Faculdade de Medicina Fluminense e do Serviço Nacional de Tuberculose (Santo, 1997, p:62).

Legião Brasileira de Assistência, do Serviço Especial de Saúde Pública e da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, do governo.(Caldas, 1995, p. 61).

A oficialização da participação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas no Conselho de Administração, também, seguiu as sugestões da Diretora da Escola de Enfermeiras Ana Nery, que não estava indiferente ao movimento das enfermeiras, em reorganizar a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras⁵².

Aurora de Affonso Costa⁵³ foi a primeira Diretora da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, admitida pelo Conselho de Administração.(Santo, 1997, p. 63).

Ainda em 1944, a **Escola de Enfermeiras da Prefeitura do Distrito Federal**⁵⁴, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada pelo Decreto Lei nº 6.275: *“destinada ao ensino técnico - profissional e especializado de enfermagem... no sentido de aperfeiçoar os conhecimentos do pessoal já em função nos serviços dessa natureza, subordinados à Prefeitura”*.(Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p. 129).

Neste Decreto definiram-se, entre outros, os critérios de admissão (*certificado de licença ginásial*), duração do curso (*três anos, ministrado em regime de internato*), e a direção(*enfermeira de reconhecida competência técnica e tirocinio profissional*). (Op. cit. p. 129).

⁵² Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras(1928), foi reformulada e reorganizada na gestão de Zaira Cintra Vital(1944), denominando-se Associação Brasileira de Enfermeira Diplomada, sendo reorganizada. Outras reformulações ocorreriam entre 1946 e 1965. A partir de 1954 passou a ser denominada Associação Brasileira de Enfermagem. Carvalho, 1976, p. 31:9; Coelho, 1997, p. 48.

⁵³ Enfermeira formada na Escola de Enfermeiras Dona Ana Nery. Estudou Administração de Escolas de Enfermagem nos EUA. Vice Diretora da Escola de Enfermeiras (1938-1950). Permaneceu na Direção da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro por vinte e dois anos(1944 a 1968).(Santo, 1997, p. 63; Coelho, 1997, p. 75.)

⁵⁴ Atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

É interessante refletir sobre os requisitos exigidos para o Cargo de Diretora, em que se realçou, além da competência técnica, a exigência de experiência prática, evidenciando uma elevação dos critérios e a possibilidade de recrutar as enfermeiras com maior experiência. Provavelmente a determinação legal de enfermeira diplomada no cargo de Diretora já estava cristalizado.

A Escola ficou subordinada à Secretaria de Saúde e foi designada para sua Direção a enfermeira de saúde pública da Prefeitura do então Distrito Federal, Zaira de Cintra Vital⁵⁵, pessoa de confiança do Secretário de Saúde e profissional conceituada, o processo de sua indicação delineou a firmção de critérios de escolha para um cargo político, em que a liberdade de ação provavelmente foi cerceada e muitas decisões foram atreladas ao Secretário, “*não estando presente o princípio de liberdade.*” Quanto ao corpo docente houve empenho de utilizar como professores as enfermeiras pertencentes aos quadros da Prefeitura, selecionadas por experiência e competência. As características do professorado indicaram a necessidade de manter uma coerência de pensamento, ou seja, o modelo de enfermeira desejado para a Prefeitura.

Em junho deste ano, a Resolução nº 8 da Prefeitura do Rio de Janeiro, deu à Escola de Enfermeiras da Prefeitura do Distrito Federal a denominação “Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo.

Foi”, ainda, em agosto, que o Decreto nº 7.893/44⁵⁶ ampliou as finalidades dessa escola e um dos fatores de destaque foi a

⁵⁵ Permaneceu no cargo até julho de 1954.

⁵⁶ O Decreto nº 7893/44, colocou como finalidades da Escola: “formar enfermeiras técnicas e profissionais para os serviços de saúde, compreendendo os trabalhos gerais e especializados de enfermagem hospitalar e de saúde pública, aperfeiçoar os conhecimentos do pessoal de enfermagem nas dependências da Prefeitura do Distrito Federal, ...além do preparo técnico, cuidará do desenvolvimento da personalidade do estudante, integrando-o profissional e socialmente, no meio em que deve viver.”(Op. cit. p.79).

preocupação de integração do estudante ao meio social, uma tendência política, que seria um dos traços marcantes desta Instituição.

A homenagem a Rachel Haddock Lobo⁵⁷, foi lhe atribuída em relação: “...aos esforços que empregou para elevar, em nosso meio, o conceito de enfermagem...concorrendo...para debelar o surto epidêmico de variola...criando um Hospital... colaboração na criação da Escola de Enfermeiras Ana Nery...” (Caldas, 1995, p. 68).

No ano seguinte, 1945, Vargas foi deposto, sendo eleito como Presidente do Brasil o seu candidato, Eurico de Gaspar Dutra. Nestas circunstâncias, a transição de regime não representou uma ruptura com o passado, mas correção de rumos, mantendo-se certa continuidade.

A década de quarenta, apesar de envolver um clima de instabilidade nacional e mundial⁵⁸, foi positiva para a enfermagem, e Silva (1996, p.85), ao descrever a criação de escolas, reforçou a influência da política populista de Vargas no incremento das Escolas de Enfermagem, assinalando: “..não se pode negar (com risco de negar os fatos histórico - sociais) que a enfermagem no Estado Novo tem um grande avanço.... ”.

Em 1946, no clima da Assembléia Constituinte, foi aprovado o Estatuto da Universidade do Brasil, pelo Decreto nº 21.321, composta por catorze Estabelecimentos de ensino, entre estes a Escola de Enfermeiras Ana Nery, que passou a ser denominada Escola Ana Nery.

Neste ano, o Brasil possuía dez Universidades, duas federais (Universidade do Brasil e Universidade Rural) e cem estabelecimentos

⁵⁷ Enfermeira, Dama da Cruz Vermelha(Primeira Guerra Mundial). Estudou na “Ecole des Infermière de l’Assistance Publique”(França/ 1922/24). Trabalhou na Fundação Gaffrée Guinle, DNSP, Serviço de Ambulatório de Moléstias Venéreas da Missão Americana. Especializou-se nos EUA, e foi Diretora da Escola de Enfermeiras Dona Ana Nery(1931/33), falecendo em 1933. (Coelho, 1997, p. 49:50).

⁵⁸ No plano internacional iniciou-se a polarização Ocidente - Oriente, a chamada Guerra Fria⁵⁸ entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.

de ensino isolados(72 particulares, 22 estaduais e 6 federais), predominando a iniciativa particular. (Pinto, 1988, p. 173).

Estes dados demonstram que o ensino particular se expandia e se consolidava, o que foi um pouco reprimido pelo processo de federalização, princípio da Constituição de 1946 que definia o Brasil como uma República Federativa⁵⁹, segundo o modelo norte americano liberal - democrático, consagrando a autonomia dos poderes, criando instrumentos básicos de democratização e ampliando as liberdades individuais

Em 1947, o processo de ensino foi discutido pelo Comissão formada pelo Ministro da Educação e criado para debater o processo de descentralização do ensino determinado pela nova Constituição, tão sonhado pelo educadores liberais. Esta Comissão foi composta por dezesseis educadores de tendências filosóficas, pedagógicas e políticas diferentes, que elaboraram um Relatório Geral⁶⁰, sendo o mesmo rejeitado⁶¹, no ano seguinte.

Em 1948, a Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo iniciou de fato as suas atividades, quatro anos após a sua criação, posto que foi durante esse período que a sua Diretora se dedicou à organização da Instituição (Caldas, 1995, p. 71-76).

Ainda em 1949, foi promulgada, a Lei nº 775/49, que dispõe sobre o ensino de enfermagem no Brasil, determinando que o Curso de

⁵⁹ Estabeleceu as atribuições da União, Estado e Municípios, como também dos três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário. Entretanto prevaleceu a continuidade do clientelismo, os redutos eleitorais, apesar de estender o voto direito e obrigatório a todo cidadão alfabetizado maior de dezoito anos. (Fausto,1997, p:400:3)

⁶⁰ Nesse Relatório, foi justificada a interferência do Estado na educação, orientando o ensino, mantendo escolas e fiscalizando-as, além de entender a educação como meio de superação de diferenças sociais e econômicas, e defender a descentralização, a autonomia dos sistemas locais e a flexibilidade, raízes embrionárias da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

⁶¹ Foi rejeitado pelo parecer do então Deputado Gustavo Capanema, por considerar que o projeto levaria à desnacionalização, à desorganização do ensino, e à descentralização, que conduziria à dispersão pedagógica o que representaria um perigo a unidade nacional.

enfermagem compreendesse trinta e seis meses e o Curso de auxiliar de enfermagem, a duração de dezoito meses. Constatou-se que, com esta Lei, foram regulamentadas duas categorias: a enfermeira e a auxiliar de enfermagem. Deste modo a Lei nº 775/49 em conjunto com o Decreto nº 27.426/49 oficializaram a divisão intra classe. Esta atitude provavelmente demonstrou a dificuldade de manter a assistência de enfermagem delegada às enfermeiras diplomadas, com certeza ainda em número insuficiente para a realidade, conduzindo à seguinte indagação: será que as enfermeiras diplomadas não desejariam ou não teriam a oportunidade de desenvolver as tarefas mais simples? . A exigência de conclusão do ensino secundário, para ingresso no curso de enfermagem, foi outro ponto inovador, já que até então esta exigência era específica dos cursos superiores de direito, engenharia, arquitetura, medicina, farmácia e odontologia.

Nesta Lei, o governo deixou clara a necessidade do enfermeiro, determinando que o poder Executivo subvencionasse todas as escolas de enfermagem que viessem a ser fundadas no país. Estimulou-se, assim, a criação de cursos de enfermagem particulares, que aderiram à idéia e em décadas futuras iriam impor-se ao público.

O início do processo de extinção dos Cursos de Enfermagem Obstétricas das Escolas Médicas e a exigência de enfermeiras formadas para os Cargos de Direção de Serviço de Enfermagem, também foram outros avanços determinados, respectivamente, nos Art. 21º e 22º, da Lei 775.

O novo currículo de enfermagem, determinado pelo Decreto nº 27.426/49, permitiu um progresso acentuado e realmente deu caráter universitário ao ensino de enfermagem, com acréscimos de conteúdo, que iriam permitir ao enfermeiro uma atuação mais completa e por

descrever minuciosamente estes conteúdos, garantindo a sua propagação.

É interessante citá-lo na sua íntegra para melhor visualização:

“1ª série: Técnica de Enfermagem, compreendendo: economia hospitalar, drogas e soluções, ataduras, higiene individual, Anatomia e Fisiologia, Química Biológica, Microbiologia e parasitologia, Psicologia, Nutrição e Dietética, História da Enfermagem, Saneamento, Patologia Geral, Enfermagem clínica médica, Enfermagem clínica cirúrgica, Dietoterapia

2ª Série: Técnica de sala de operações, Enfermagem e doenças transmissíveis e tropicais, Enfermagem e tisiologia, Enfermagem e doenças dermatológicas, sifiligráficas e venéreas, Enfermagem e clínica ortopédica, fisioterápica e massagem, Enfermagem e clínica neurológica e psiquiátrica, Enfermagem e socorros de urgência, Enfermagem e clínica urológica e ginecológica, Sociologia, Ética e ajustamento profissional.

3ª Série: Enfermagem em clínica otorrinolaringologia , oftalmológica, obstétrica , puericultura neonatal, clínica pediátrica(incluindo dietoterapia infantil), enfermagem de saúde pública (compreendendo: epidemiologia e bioestatística; saneamento, higiene da criança, princípios de Administração Sanitária, ética(ajustamento profissional II) , serviço social).” .(Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p.162).

Este currículo demonstrou a preocupação em adequar o ensino de enfermagem à realidade nacional, onde prevaleciam doenças como tuberculose, sífilis, bem como altos índices de morte materna e neonatal. Evidenciou, também, a formação polivalente da enfermeira incluindo a dietoterapia, a fisioterapia, que futuramente se tornariam profissões independentes. Comparando-o ao currículo anterior (Decreto nº 16.300/23) verifica-se que houve pormenorização e ampliação de conhecimentos, inclusive com detalhamento dos campos de prática⁶² e dos estágios do curso de enfermagem, havendo a

⁶² O Art 7º da Lei 775/49 regulamentada pelo Decreto nº 27.426/49, afirmou: “a prática e os estágios se farão mediante rodízio dos alunos em serviços hospitalares, ambulatórios e unidades

preocupação em proporcionar experiências diversificadas ao alunado. Os cursos de especialização, citados na referida Lei, eram Saúde Pública e Administração, que seriam realizados por escolas federais ou reconhecidas que funcionarem em cidades onde houver Faculdade de Medicina. Nota-se que um segundo passo tinha sido dado no sentido da pós graduação em enfermagem, uma vez que já existia a especialização em serviço psiquiátrico.

Esta década representaria um período de crescimento acentuado das Escolas de Enfermagem, principalmente as particulares confessionais, que no final dos anos cinquenta, predominaram em relação as públicas, graças à política governamental

Nas décadas de cinquenta e sessenta, não houve a criação de outras Escolas de Enfermagem, no Rio de Janeiro, mas modificações curriculares que têm importância para o estudo em pauta.

2.7 A legislação educacional e ensino de enfermagem das décadas de sessenta e setenta.

A segunda modificação do currículo de enfermagem ocorreu em 1962, com o Parecer 271/62 do Conselho Federal de Educação(CFE), um ano após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁶³ e a indicação aprovada no mesmo ano das normas sobre currículo.

Ficou determinado que o currículo mínimo seria composto por um núcleo de matérias necessárias, permitindo certa autonomia para as

sanitárias...: Clínica médica geral: dermatologia, siligrafia. doenças venéreas, moléstias transmissíveis e tropicais, neurologia e psiquiatria, moléstias da nutrição, tuberculose; Clínicas cirurgia geral: sala de operações, ortopedia, fisioterapia, ginecologia, otorrinolaringologia, oftalmologia; Clínica obstétrica e neonatal; Clínica pediátrica; Cozinha geral e dietética; Serviços urbanos e rurais de saúde pública”. Detalhou a duração mínima de cada estágio(quinze dias/ serviço de homens e mulheres, sete dias no serviço noturno, três meses saúde pública. (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p:160:2).

escolas que poderiam fixar o currículo de cada curso abrangendo, além do mínimo necessário, uma parte complementar variável. Ficou configurado da seguinte maneira: Curso Geral (três anos letivos): Anatomia, Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Bioquímica, Nutrição e Dietética, Psicologia Geral. Enfermagem Médica; Enfermagem Cirúrgica: Enfermagem Psiquiátrica; Enfermagem Obstétrica e Ginecológica; Enfermagem Pediátrica, ética e História da Enfermagem, Administração. Curso de Enfermagem em Saúde Pública (mais um ano letivo além do curso geral): Higiene, Saneamento, Bioestatística, Epidemiologia, Enfermagem de Saúde Pública. Curso de Enfermagem Obstétrica (mais um ano letivo além do curso geral): Gravidez, parto e puerpério normais; gravidez, parto e puerpério patológicos, assistência pré natal ; Enfermagem Obstétrica. (Brasil, Ministério da Saúde, p. 247).

Este currículo, comparado ao anterior, mostrou-se sucinto e foi criticado por enfatizar a formação do enfermeiro em áreas específicas da profissão médica que necessitava de enfermagem especializada, ocasionando protestos da classe de enfermagem, em todo o país. A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e um grupo de dezenove escolas de enfermagem, enviou no ofício nº 115 oito dias após a sua aprovação propondo mudanças⁶⁴, mas sem êxito.

O Parecer nº 271/62, possibilitou múltiplas interpretações inclusive quanto aos conceitos de disciplinas e matérias. Em razão disso, muitos conteúdos foram ministrados por médicos. Tais fatos, de certo modo, fortaleceram a idéia de que médicos poderiam responder pelo ensino de enfermagem, habilitando-se inclusive por concurso em Cadeiras da Enfermagem. Este fato seria lembrado e às vezes defendido pelas escolas particulares, como a Universidade Gama Filho,

⁶³ Comentada no próximo capítulo.

⁶⁴ Estas escolas pediram, a inclusão das disciplinas: Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem de Saúde Pública, Ciências Sociais.

que em certo período⁶⁵, pretendeu utilizar tal estratégia para diminuir gastos.

Ainda em 1962, embasado na Lei de Diretrizes e Bases a Diretoria do Ensino Superior, distribuiu o ensino de enfermagem em: escolas de enfermagem(nível superior), escolas de auxiliares de enfermagem(nível médio), e escolas de enfermagem acessíveis a portadores de curso ginásial, tal como se vinha fazendo nas escolas de enfermagem até 1960.

Apesar desta última determinação não ter sido colocada em prática, visou a uma tentativa de elevar o padrão educacional de ingresso no Curso Auxiliar de Enfermagem e pode-se dizer que caracterizou os primeiros passos do Curso Técnico de Enfermagem, implantado na década seguinte.

A Portaria Ministerial de 4 de dezembro de 1962 homologou os currículos mínimos, e, em seu Artº 3º, referiu-se especificamente à carreira de enfermagem: *“estabelecendo a correspondência entre os cursos técnicos de nível ginásial, colegial e superior e as prerrogativas de auxiliar e enfermeiro. (Brasil, Ministério da Saúde, 1974,p. 260:5).*

Em 1964, o Parecer nº 397/64 fixou a duração letiva dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, com duração entre três a quatro anos, numa diversificação de situações mostrando como o processo de formação do enfermeiro estava dividido.

No ano de 1966, possivelmente estas dessemelhanças levaram à formação da Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem, do CFE, com representantes⁶⁶ da Escola Ana Nery, do Ministério da Educação e Cultura, da ABEn, do Ministério da Saúde e da Universidade

⁶⁵ Ver Capítulo V.

⁶⁶ Respectivamente Walesca Paixão. Hayde Guanais Dourado. Circe de Melo Ribeiro. Izaura Barbosa Lima e Maria Rosa Souza Pinheiro. Op. cit. p. 411.

do Estado de São Paulo. A constituição desta comissão, por pessoas de notório saber, foi uma conquista para o ensino de enfermagem e futuramente traria frutos positivos.

Neste ano, a Escola de Enfermagem Luíza de Marillac, então vinculada à Universidade Católica do Rio de Janeiro, implantou o Curso Técnico de Enfermagem, autorizado a funcionar pelo Parecer nº 224/66, criando oficialmente uma outra categoria na enfermagem, baseada no Parecer nº 357/66, sobre os Cursos de Enfermagem de Nível Médio.

A Lei nº 5.540 de 1968, comentada no próximo capítulo, que reformulou o sistema educacional, não poderia deixar de influenciar o ensino de enfermagem, dando novos parâmetros a ser seguidos.

Após esta Lei, e sob sua influencia foi criada a Licenciatura em Enfermagem, Parecer nº 837/68, ficando determinado que: *“o diplomado em curso superior em enfermagem, parte geral que receber a formação pedagógica prescrita para os cursos de licenciatura, fará jus ao título e ao competente diploma de licenciado em Enfermagem”*. (Op. cit, p, 485).

Um passo decisivo foi dado para a formação do enfermeiro com a Portaria nº 13/69, que reafirmou os dizeres do Parecer nº 837/68, permitindo que este curso fosse paralelo ao curso de graduação em enfermagem, bastando o acréscimo de horas aula específicas. Estava contemplada uma das funções do enfermeiro: a educativa, e esta formação seria oferecida por algumas escolas, de modo simultâneo ou posterior à graduação.

Em 1971, houve a possibilidade de substituírem o tradicional sistema de ensino seriado, onde as disciplinas curriculares eram distribuídas em séries anuais, de tal forma que o curso de graduação tivesse uma duração de certo número de anos. Deste modo, exigia-se

que todos os alunos tivessem o mesmo rendimento, não considerando as diferenças individuais, causando muitas vezes o abandono do curso.

O Parecer nº 331/71 oficializou o sistema de crédito, entendendo este como o cumprimento total das atividades de cada disciplina além da exigência da frequência mínima exigida, possibilitando assim a matrícula por disciplina, compreendendo cada curso de graduação de um número de créditos a serem realizados pelo aluno.(Brasil, Ministério da Saúde , 1974, p. 636:7).

Os princípios fundamentais, para que o aluno realizasse o curso pelo regime de ensino baseado em créditos, foram a sua capacidade efetiva de trabalho, a conveniência da seleção, a observância de prescrições regimentais quanto a pré requisitos, no mínimo e no máximo de esforços que será permitido ao aluno a cada período letivo.

Deste modo, o governo pretendeu facilitar para o aluno a realização do Curso de Graduação, possibilitando uma liberdade na condução de seus estudos.

Neste mesmo ano o vestibular unificado, conforme previsto pela Lei nº 5.540/68, foi oficialmente implantado pelo Decreto nº 68.908/71: *“a admissão aos cursos superiores de graduação será feita mediante classificação, em Concurso Vestibular, dos candidatos que tenham escolarização completa de nível colegial ou equivalente”*(Op. cit. p. 642).

Com esta determinação, o Governo tentou resolver o problema dos alunos excedentes das carreiras mais disputadas, possibilitando o seu ingresso em outras, o que significou para a enfermagem, um acréscimo de alunos, que desejaram fazer outros cursos, especialmente Medicina, portanto insatisfeitos.

Na enfermagem, o vestibular unificado também facilitou o acesso da classe masculina à enfermagem, apesar de toda a

discriminação inicial, que se dissipou no futuro quando os homens passaram a influenciar mais no trabalho da enfermagem, ocupando os cargos de chefia.

No ano seguinte foram feitas propostas para modificação no Currículo de Enfermagem, com a Resolução nº 4/ 72, que se incorporou ao Parecer 163/ 72, que tratava dos currículos, e do Currículo Mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia.

A Resolução nº 4/ 72⁶⁷, determinou um novo currículo, oficializando as habilitações, e possibilitou a união dos alunos de enfermagem com outros da área de saúde, o que significaria um avanço e uma economia de recursos, sendo que o primeiro aspecto foi insatisfatório, uma vez que muitos alunos iriam se sentir discriminados e rejeitados por professores do ciclo básico, conforme discutiu Baptista(1995).

Diferente do currículo anterior, foi caracterizado o tronco pré profissional⁶⁸, englobando as disciplinas de Biologia(noções fundamentais de citologia, genética, embriologia e evolução); Ciências Morfológica(Anatomia e Histologia); Ciências Fisiológicas(Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Nutrição); Patologia(Processos Patológicos Gerais, Imunologia, Parasitologia e Microbiologia), Ciências do Comportamento(Noções de Psicologia e Sociologia) e Introdução a Saúde Pública(Estatística Vital, Epidemiologia, Saneamento e Saúde da Comunidade). A inclusão da

⁶⁷A Resolução nº 4/ 72, em seu Art.º 1º, determinou que o currículo mínimo do Curso de Enfermagem e Obstetrícia compreenderá três partes consecutivas: pré profissional, tronco profissional comum., e habilitações, além de autorizar que as universidades e estabelecimentos isolados que ministrem mais de um curso de graduação, a parte pré profissional inclua matérias do 1º ciclo comum a todos os cursos da instituição na área das Ciências da Saúde. (Brasil, Ministério da Saúde. 1974, p. 722).

⁶⁸Resolução nº 4/ 72, em seu Art.º 2º. (Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p. 722).

disciplina “Introdução à Saúde Pública”, representou uma vitória para os que lutaram por estas mudanças durante anos.

E o tronco profissional, abrangendo as seguintes disciplinas: Introdução à Enfermagem; Enfermagem Médico - Cirúrgica; Enfermagem Materno - Infantil; Enfermagem Psiquiátrica; Enfermagem em Doenças Transmissíveis; Exercício da Enfermagem incluindo Deontologia Médica e Legislação Profissional; Didática Aplicada à Enfermagem e Administração Aplicada à Enfermagem.

O tronco profissional, assim discriminado, possibilitou uma formação mais abrangente, e , também, além de incluir a Didática, talvez por entender que todo enfermeiro seja um educador, traz conteúdos de legislação, oferecendo desta maneira melhor posicionamento do enfermeiro após formado.

Quanto às habilitações, que substituíram os cursos discriminados anteriormente no Parecer 271/62, esta resolução dividiu-as em três áreas: Enfermagem Médico - Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica e Enfermagem de Saúde Pública. A inclusão representou uma novidade no campo de ensino, mas não na prática, já que a maioria das enfermeiras, independente do curso que realizaram, estavam atuando no ambiente hospitalar.

Essa Resolução também delineou o sistema de créditos no ensino de enfermagem, que deveria obedecer a pré requisitos , de modo a assegurar a ordenação lógica dos conteúdos, oficializando a possibilidade da realização do Curso de Licenciatura⁶⁹, concomitante com a Graduação.

⁶⁹ Resolução nº 4/ 72, no seu Artº 7º, permitiu ao enfermeiro receber , em estudos regulares, a formação pedagógica prescrita para os cursos de licenciatura. devendo ser concedido o Diploma de Licenciado em Enfermagem, com direito a registro definitivo como professor, ao nível de 1º e 2º graus. das disciplinas e atividades relacionadas à Enfermagem. Higiene e Programas de Saúde. (Op. cit, p. 723:4)

Quanto à duração do Curso, foram estabelecidas 2500 horas de atividades, integralizáveis em três anos letivos, para o Curso Geral, e 3000 horas, para as Habilitações, integralizáveis no mínimo em quatro anos letivos e no máximo em seis anos.

O aumento da carga teórico-prática foi evidente, mas o mesmo não aconteceu com o estágio. Ao analisar a evolução do currículo de enfermagem, torna-se clara a transferência do campo de ação da enfermeira, a sua intelectualização, mas descompassada das atividades práticas e do estágio, evidenciando o abandono crescente dessas fases de formação.

Incrementou-se a implantação de Escolas de Enfermagem no país, seguindo uma das recomendações da III Reunião Especial de Ministros de Saúde das Américas, no que se refere ao aumento de recursos humanos na enfermagem.

No Rio de Janeiro o **Curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho, criado em 1976**, foi o primeiro Curso de Enfermagem Particular não confessional, implantado após a década de quarenta.

2.7 Síntese do Capítulo

Neste capítulo verificamos que a evolução do ensino de enfermagem no Estado do Rio de Janeiro entre os Séculos XVI ao XIX foi lenta do século, predominando o ensino informal e a reprodução de práticas. Entretanto a partir do final do século XIX, essa evolução tornou-se relativamente rápida e, no espaço de cinquenta anos, já existiam neste Estado seis Escolas de Enfermagem, sendo que a primeira, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do

Hospital Nacional de Alienados e a segunda, a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira apesar de não terem seguidos os preceitos da enfermagem moderna, demonstraram avanços por tentarem oferecer melhorias na assistência de enfermagem.

Com a criação da terceira escola, a Escola de Enfermeiras do DNSP, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, implantou-se a enfermagem moderna, significando realmente mudanças de paradigmas, e a formação de enfermeiros(as) que tentaram mudar o cenário do ensino e assistência. A participação das enfermeiras “anannerianas” na quarta, Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac, na quinta, Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, e na sexta, Escola de Enfermeiras do Distrito Federal, é indiscutível e forçosamente difundiu o *habitus* secundário, caracterizado pelo desejo crescente de crescimento e expansão da enfermagem, aliado a um conservadorismo pedagógico, que foi reproduzido e ainda está presente.

A implantação destas escolas, apesar de apresentarem certas diferenças tem em comum movimentos de grupos hegemônicos que, ao criarem estas escolas, o fazem atendendo os seus próprios objetivos. No entanto, este fato não interferiu no fortalecimento da enfermagem, como é constatado na própria evolução do Currículo de Enfermagem.

A única escola de enfermagem particular deste período, por ser confessional, atendeu a interesses da Igreja e as Irmãs de Caridade, ao criá-la deixavam nítido a necessidade de manter a homogeneidade deste grupo pela manutenção de suas crenças e valores.

Na década de quarenta, ficou clara, a mudança das características da organização do Curso de Enfermagem, em que já era solicitada a cooperação da categoria e se exigia experiência prática

tanto para a enfermeira, que ocuparia o cargo de Diretora ou Docente, evidenciando que a profissão já estava inserida no contexto prático, e que houve valorização do profissional de campo. A colocação de “pessoa de confiança”, no cargo de diretora de curso, indicou que, além de capacidades técnicas, laços subjetivos e políticos direcionaram a escolha.

Na Legislação específica da enfermagem, verificamos no início da década de sessenta um retrocesso, devido ao Parecer nº 271/62, que possibilitou a participação maior de médicos no ensino de enfermagem, o que seria posteriormente corrigido. O Vestibular Unificado, favoreceu a enfermagem, aumentando o número de candidatos, porém, geralmente insatisfeitos por optarem inicialmente por outro curso da área da saúde. A Resolução nº 4/ 72, incorporada ao Parecer 163/ 72, fixou o Currículo Mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, dividiu o curso em tronco pré profissional e profissional, implantou as habilitações, delineando o sistema de créditos no ensino de enfermagem, que deveria obedecer a pré requisitos , de modo a assegurar a ordenação lógica dos conteúdos, oficializando a possibilidade da realização do Curso de Licenciatura, concomitante com a Graduação.

III - Um novo espaço de saber se construindo
As origens da Universidade Gama Filho

“...o proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo o interior se isolou o objeto estudado(por exemplo uma escola) e que se deve aprender, mesmo grosseiramente, ou ainda, à falta de melhor, com dados de segunda mão, consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se abstraiu um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja a pressão se exerce sobre o ponto considerado...” Bourdieu, 1989, p. 31:2.

Analisamos os aspectos históricos da formação da Universidade Gama Filho, suas origens e o processo de construção, associando ao contexto político, sócio econômico e cultural.

Caracterizamos a “política de interdependências”, realizada pelo seu fundador, Luiz Felipe Maigre de Oliveira Ferreira da Gama Filho (Luiz Gama Filho), fazendo uma retrospectiva da sua vida para o melhor entendimento do processo de formação de seu habitus, por entender que este interferiu no destino da Universidade Gama Filho.

3.1 A trajetória de Gama Filho de 1906 a 1939

A Universidade Gama Filho tem suas origens nos ideais de Gama Filho, que nasceu em 1906. O próprio Gama Filho comentava sobre as suas origens: *“venho de longe, de muito longe, não da distância física, mensurável por quilometro, mas dos longínquos recanto das camadas menos afortunadas, de onde tudo parece perder-se nas dimensões infinitas da própria vida.”(Discurso realizado provavelmente em 1972).*

Percebendo a dificuldade de sua família, aos catorze anos, portanto numa idade compatível para o trabalho, conforme os costumes da época, Gama Filho, iniciou suas atividades laborais exercendo funções variadas, como auxiliar administrativo em um mensário, auxiliar de almoxarife da Light, motorista, apontador e pagador do Departamento de Estrada de Rodagem.

Na Revolução de 1930, ficou desempregado e em situação financeira delicada, uma vez que já estava casado e possuía quatro filhos, passando a residir numa pequena casa cedida, no Bairro de Engenho de Dentro. No ano seguinte, conseguiu retornar ao mercado de trabalho, chegando à função de divulgador, uma espécie de Relações Públicas, e em 1933, conheceu Camilo Carquejo Antes, que o convidou para trabalhar nos “restaurantes automáticos”, na época, estabelecimentos inovadores localizados no Centro da Capital. Nesta emprego, devido à sua determinação, conseguiu ascender ao cargo de Gerente de um dos “restaurantes automáticos”, localizado na Avenida Rio Branco ao lado do Jornal do Brasil e depois tornou-se gerente geral desta empresa.

Nesta atividade, decorrente de sua capacidade de comunicação, estreitou laços de amizade, com o proprietário dos Restaurantes Automáticos, e com pessoas influentes, como os diretores do Banco Novo Mundo, que financiaram a compra do Restaurante Progresso, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Este restaurante era freqüentado por artistas de rádio e teatro, políticos e boêmios, o que permitiu ampliar ainda mais o seu círculo de amizades.

Gama Filho, compartilhando da ideologia do positivismo, expressas na trilogia que guiou o seu caminhar: “*o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*”, ao ampliar o seu círculo de amizades começou a construir

o sustentáculo do seu desenvolvimento profissional e político, iniciando a chamada “política de interdependências”.(UGF, 1982, p.149).

Nesta época, tinha a idéia fixa de montar um colégio e, com certeza, contribuiu para esta decisão o aumento da demanda social de educação, que a partir desta década se intensificou, resultado do crescimento demográfico e da intensificação do processo de urbanização, pressionando a expansão do sistema de ensino, em que predominava o número reduzido de escolas.(Romanelli, 1987, p.15).

Além da discriminação social acentuada, com as oportunidades de ensino se concentrando nas classes mais privilegiadas, a escola particular só se instalava em Bairros aristocráticos e de classe média alta, ficando os locais mais afastados da Cidade do Rio de Janeiro com uma oferta pequena de vagas públicas.

A venda do então Ginásio Piedade⁷², uma instituição de pequeno porte, responsável pelo ensino primário, pertencente na época⁷³ ao Capitão Hermogêneo Peixoto, foi a oportunidade de tornar real suas pretensões e, com a ajuda financeira de um Banco Particular, o Banco Novo Mundo, adquiriu este estabelecimento, tendo como sócio seu antigo patrão e proprietário dos restaurantes automáticos Camillo Carquejo Antes.

3.2. A construção do espaço de ensino Gama Filho

⁷² Ao Ginásio Piedade foram concedidas as prerrogativas de estabelecimento livre de ensino fundamental, em 1934, pelo Decreto nº 23.885, de 19 de fevereiro, no Governo de Getúlio Vargas.

⁷³ O Ginásio Piedade, iniciou suas atividades em 1920, tendo pertencido anteriormente a Manoel Lopes que o vendeu ao então Tenente Hermogêneo Peixoto, em 18 de fevereiro de 1932.

Em fevereiro de 1939, Gama Filho, iniciou suas atividades no Ginásio Piedade e, demonstrando o seu entusiasmo, inaugurou o Grêmio Litero Musical Machado de Assis, em homenagem à União Panamericana. No dia 22 de abril, na festa pública congregando professores, alunos, familiares e algumas autoridades, discursou encerrando com esta frase: “...*A nossa contribuição maior à Pátria, através do Ensino, será transformá-lo numa autêntica universidade,não morrerei sem dar a este subúrbio uma universidade*” (UGF, 1972, p.24).

Este discurso pontuou novamente os ideais de nacionalismo no período marcado pelo populismo e mostrou o desejo de Gama Filho de progredir, característica constante de sua vida.

Demonstrou ainda coerência com o pensamento político de Getúlio Vargas, considerando que a Escola era instrumento ideal para a expansão de sua ideologia; “o desenvolvimento é capaz de produzir o bem estar de todos, independente da classe social”. (Gadotti, 1992, p. 111).

Iniciou a implantação de um pequeno Coro musical, com participação ativa em diversas comemorações. Em 13 de maio de 1939, foi distribuída a primeira publicação do órgão oficial do Grêmio Literário Machado de Assis: o Jornal do Ginásio Piedade, conforme desejo de Gama Filho, que “*pretendia fornecer o necessário incentivo aos alunos no sentido de permitir-lhes editar jornais alternativos, capazes de servir de veículo aos ideais estudantis e de refletir sua opinião independente*” . No final daquele ano, foram divulgados também O Guarani e O Ideal, que circulariam por muitos anos, além de outros jornais e revistas que seriam publicados, incentivando as tendências literárias.(UGF, 1975, p. 42).

O Ginásio Piedade era composto de cinco salas de aula e 136 alunos, localizando-se no então distante Bairro com o mesmo nome, no subúrbio

da Cidade do Rio de Janeiro, na região norte oeste, numa região em que o meio de transporte mais acessível era o Bonde Elétrico nº 77 e o Trem da Central do Brasil.

Luiz Gama Filho, ainda em 1939, promoveu inúmeras modificações na estrutura física do prédio, ampliando o número de salas de aulas, além de oferecer o ensino básico no horário noturno.

A perspicácia de Gama Filho mais uma vez se fazia presente e a implantação do horário noturno iria, com certeza, além de aumentar o contingente de alunos, oferecer oportunidades à classe trabalhadora de adquirir ou ampliar os seus estudos.

A chegada de Gama Filho realmente provocou mudanças no Ginásio e no Bairro: *“houve uma transformação radical no Piedade. De uma escola com pouco desenvolvimento e quase nenhuma atividade, nos surpreendeu com um timoneiro da marca do professor Gama a nos dirigir em todos os setores.”* (UGF, 1995, p. 28)

No final daquele ano, iniciou-se a construção de uma piscina, fato comentado pelo Professor José Barbosa M. Júnior⁷⁴: *“...a notícia corre célebre. O Ginásio Piedade vai construir uma piscina para seus alunos. Esse Gama é louco! Onde já se viu? Piscina em Ginásio do Subúrbio!”* (UGF, 1982, p.27).

Nesses discursos, nota-se a conotação de valores e a surpresa de possibilitar lazer à população menos privilegiada. Além de evidenciar mais uma vez a visão empreendedora de Gama Filho, o seu espírito arrojado num período de instabilidade como o do início da Segunda Guerra Mundial, investindo num Ginásio do subúrbio, e a sua sagacidade, em construir ali uma piscina que possibilitaria uma projeção da Escola, como um fator estimulador para o ingresso de alunos.

⁷⁴ Professor do Ginásio e após do Colégio Piedade.

Este investimento, provavelmente, desafiou o conceito social da época, primeiro, associando a atividade esportiva e recreativa ao sistema de ensino, e, por último, possibilitando à população suburbana adquirir este direito.

Em 1940, Gama Filho iniciou a aproximação mais efetiva com o cenário político auxiliando na organização de campanha de arrecadação de fundos para o esforço de guerra de Alzira Vargas do Amaral Peixoto⁷⁵, participando da Campanha de arrecadação de sucata de metal destinada à confecção de material bélico, “as pirâmides”, presentes em toda Capital e de alimentos para distribuição com a população carente. Conquistou, desta maneira, a simpatia de Alzira, tornando evidente o início da “política de interdependências”, que permitiu o desenvolvimento da sua Escola, mesmos nos períodos mais críticos. Ao continuar tal política, no período da Segunda Guerra Mundial, ofereceu um espaço em sua escola para um centro de preparo de soldados, iniciando a cooperação com os militares, que se tornou mais efetiva no regime militar.

Promoveu também uma aliança com a Igreja, uma vez que era católico praticante e, desde a aquisição do Ginásio, mostrou o interesse em convidar o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro Dom Jaime de Barros Câmara, para abençoar a construção, inaugurando as novas instalações do Ginásio, fato que iria se repetir inúmeras vezes, reafirmando a aliança com a Igreja, como parte “exercício da política de interdependências”.

A partir desses fatos, ficou evidenciado que a aliança com as três forças hegemônicas citadas constituiu-se em reforços poderosos na

⁷⁵ Filha de Getúlio Vargas, exercendo sobre o pai relativa influência, casada com Ernani do Amaral Peixoto.

consecução de seus objetivos. Tais estratégias de Gama Filho, denominamos neste estudo “política de interdependências”, ou seja: “o conjunto de estratégias e práticas capazes de criar uma disposição para obter, num sistema de trocas valorizadas, a consecução de objetivos e fins”.

Na década de quarenta, a Reforma Educacional realizada por Gustavo Capanema, denominada Reforma Capanema, compreendeu modificações no ensino primário e médio, através de Decretos denominados “leis orgânicas”.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário estabeleceu que este ramo de ensino seria ministrado por poderes públicos e particulares. Dividiu em duas categorias os estabelecimentos de ensino secundário: os equiparados, sustentados por Estados e pelo Distrito Federal; e os reconhecidos, custeados pelo município ou pela iniciativa particular, que se multiplicaram prestigiados pela condição de “oficializados”. O ensino secundário, também foi dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo: denominado ginásial (quatro séries), e o segundo ciclo (três séries: científico e clássico).

Estas atitudes privilegiaram o ensino secundário, uma vez que era o único que permitia acesso ao vestibular de qualquer curso superior, além de possibilitar aos excluídos do Ginásial o ingresso nos cursos profissionalizantes, geralmente destinados às massas como: industrial, comercial, agrícola, e normal, somados à sua condição formadora “*das individualidades condutores, isto é de homens que irão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação*”. (Op. Cit., 1974, p. 253: 5).

O Decreto Lei n^o 4. 244 de 1942 regulamentou a Lei Orgânica do ensino secundário, e, como o poder público possuía poucos cursos secundários, as escolas particulares se multiplicaram. (Romanelli, 1987, p.154).

Para Gama Filho, tal Decreto, incentivou-o a ampliar o Ginásio Piedade. Em 1942, inaugurou a piscina do Ginásio Piedade, tendo sido convidada a ficar responsável pelas atividades de natação a brasileira Maria Lenk, a primeira e única mulher sul americana a participar das Olimpíadas de Los Angeles, em 1932.

Nada haveria de mais excitante do que uma piscina com uma professora célebre, campeã nacional, para destacar uma Escola, fortalecendo os laços estudantis em torno de um ideal, e despertando a cooperação entre os estudantes para o fascínio por competições, o que levaria a Instituição à conquista de vários títulos.

Maria Lenk, começando suas atividades, relatou que: *“todos os trabalhos de preparação da água da piscina fazíamos junto (cloro, limpeza), um dia um menino pulou na água sem saber nadar, antes que eu pudesse socorrê-lo, Gama Filho já estava retirando da água. O professor era muito humano, tratava a todos como iguais...era uma grande família...me lembro com muito carinho dessa época.”*(UGF, 1982, p. 43).

Nota-se, na “política de interdependências”, o envolvimento de Gama Filho com seus alunos e professores, o que não interferiu na área disciplinar, conforme reportou o Professor Carlos Afonso Agra⁷⁶: *“...ao iniciar suas atividades no Colégio Piedade, não gostei da forte disciplina estabelecida pela Direção da Escola,...hoje, quero me penitenciar...embora não deixe de reconhecer que a disciplina efetivamente era rígida...mas admirava as preleções feitas pelo professor no pátio do colégio, admoestando os alunos que faziam gazeta, ficavam brincando na rua ...os estudantes eram sempre muito exigidos”.* (UGF, 1975, p. 28).

Tornou-se evidente que o desejo de projeção da Escola não se limitava à piscina, às competições, mas em fornecer um ensino de qualidade, onde o comprometimento dos alunos foi almejado, e talvez por ser

⁷⁶ Professor do Colégio Piedade, 1942 a 1962.

Instituição Particular, o empenho pessoal de Gama Filho, pudesse ser justificado, pela consciência do dever de realmente educar e não somente conferir título.

Os alunos, do Ginásio Piedade, aumentaram gradativamente, indo ao encontro aos interesses de Gama Filho, garantindo a sobrevivência da Instituição, e auxiliando na política governamental, que esperava aumentar do índice de escolaridade na faixa etária de cinco a dezenove anos.

Em 1943, o Decreto nº 11.787, autorizou ao Ginásio Piedade o funcionamento como Colégio, neste ano criou-se uma equipe de natação, denominada: “Associação de Alunos do Colégio Piedade”, a primeira Associação Escolar a competir em provas de natação. O pacto entre alunos e Instituição reforçou-se e um dos caminhos da projeção estava oficialmente implantado.

No final deste ano, o Colégio Piedade, oferecendo ensino primário, secundário e comercial(Escola Técnica de Comércio Luiz Gama Filho), possuía 5.000 alunos, em três turnos, manhã, tarde e noite, portanto em quatro anos houve uma expansão considerável do número de alunos, mostrando a competência administrativa de Gama Filho e da sua equipe.

Luiz Gama Filho, ainda em 1943, fundou uma maternidade no mesmo bairro, com serviço de pré natal, próximo ao Colégio, dando início à formação da Fundação Luiz Gama Filho, proporcionando atendimento às pessoas carentes, relatando: *“não quero que outros venham a nascer como os meus filhos...nascidos na mão de parteiras, mulheres dedicadas, mas que pouco entendiam de Medicina e Enfermagem.”*(UGF, 1982, p.25)

Inaugurou-se a seguir a Casa de Saúde de Piedade, no bairro, que também se tornou o seu reduto eleitoral, vinculando-se a história de Gama Filho à Piedade e criando uma ligação socioeconômica com o bairro, que

ultrapassou a atividade puramente educacional. Ao falar do atendimento de enfermagem, afirmou que esta profissão se difundia, e talvez esta declaração, tenha influenciado a inclusão futura do ensino de enfermagem no sua Instituição.

Em 1944, prosseguindo em sua formação pessoal, estudou no período noturno, nas Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas ⁷⁷, obtendo o título de bacharel em Ciências Políticas e Econômicas.

Em janeiro de 1945, mostrando estar disposto a proporcionar o crescimento do Colégio Piedade, ampliou as suas instalações, criando os Departamentos⁷⁸: Presidente Vargas, General Gaspar Dutra, Henrique Dodsworth, e D. Jaime de Barros Câmara.

O Jornal Diário da Noite, na reportagem sobre a solenidade que festejava a expansão do Colégio Piedade, citou as autoridades presentes ao evento, entre estes: como os representantes do Presidente da República, do Ministro do Exército, o Prefeito Henrique Dodsworth, o Arcebispo Jaime de Barros Câmara, e o Coronel Jonas Correia, Secretário de Educação, mostrando o prestígio de Gama Filho.

A “política de interdependências” prosseguia, uma vez que estes quatro departamentos⁷⁹, além de fortalecer a planta física da Instituição, possibilitaram estreitar laços de união com a política federal, o exército, a política distrital e a Igreja, homenageando respectivamente o Presidente da República, o Ministro do Exército, o Prefeito do Distrito Federal e o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro

⁷⁷ Atual Faculdade Cândido Mendes, Instituição Particular da cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁸ Grupos de salas de aula com infra-estrutura moderna, alguns contando com laboratórios.

⁷⁹ Os Departamentos consistiam em novas salas de aulas divididas por setores comuns de ensino, sendo que a maioria das salas tinham sido denominadas pelo nome próprio de pessoas influentes de cada setor envolvido nesta homenagem

Aquele Jornal comentou a importância desta instituição para a região suburbana: *“O Colégio Piedade está na vanguarda da vida suburbana, orgulho dos subúrbios do Distrito Federal, expressão de progresso....um verdadeiro estabelecimento educacional de todas as famílias suburbanas”*, e para área educacional: *“...as suas atuais e bem modernas instalações o colocam ao alcance dos mais exigentes necessidades pedagógicas e o equiparam aos maiores centro educacionais da América do Sul.”*(Jornal Diário da Noite, 1945, p.1).

Uma das etapas do caminho dos sonhos de Gama Filho, estava realizado, recebendo reconhecimento público.

Em outubro de Getúlio Vargas renunciou e transitoriamente o presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu o cargo, mantendo o calendário eleitoral. Pretendendo iniciar-se como político, Gama Filho, filiou-se ao Partido Social Democrata⁸⁰(PSD), candidatando-se a Deputado Federal. Apesar de não ter sido eleito adquiriu prestígio, sendo convidado a dirigir o Montepio Municipal, começando aí o seu percurso na vida política.

Nesta época, as diretrizes econômica do Governo Dutra basearam-se no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que foi atingido parcialmente, nas áreas de transporte e energia. Na área educacional foi realizada a primeira campanha nacional de alfabetização.

Em 1946, a nova Carta Constituinte⁸¹, confirmando a anterior, consagrou a educação como direito de todos e como dever do poder público, em seus Art. 170º e 171º, incentivou a construção de um sistema nacional de educação, propondo a descentralização e deixando os educadores liberais confiantes.

⁸⁰ Partido herdeiro da ditadura estadonovista (estado Novo/ Vargas)

⁸¹ A Constituição de 1946 tinha como base a ideologia liberal democrática, aliando garantias, direito e liberdade individuais. com intervenção do estado para assegurá-las.

Pretendendo atender não só a estes mas também aos educadores católicos, no ano seguinte, O Presidente Dutra, solicitou ao Ministro da Educação, Clemente Mariani⁸², a organização de uma Comissão com a participação de todos, objetivando a elaboração de um anteprojeto da futura Lei das diretrizes e bases da educação.

O anteprojeto, sugeria que a educação fosse direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita, restringindo-se esta obrigatoriedade ao ensino primário. As escolas particulares seriam incentivadas a oferecer um determinado número de vagas gratuito ou com redução de pagamento. O ensino de grau médio(secundário, profissionalizante) e o superior seriam gratuitos para aqueles que revelassem aptidão e falta de recursos.

Mais uma vez, eram colocadas barreiras no rumo da ascensão dos que desejavam progredir, uma vez que a avaliação dos indivíduos numa visão holística não era habitual e, provavelmente, a aptidão resumia-se a conceitos subjetivos, como conceitos em provas, mantendo-se de certa forma, a segregação das classes menos abastadas e perpetuando-se a reprodução de hierarquias sociais.

Quanto ao ensino superior, propunham-se mudanças substanciais no Estatuto das Universidades, entendendo que estas deveriam ser formada pelo com dois destes cursos: Engenharia, Direito, Medicina e diferenciando do Estatuto anterior, que determinava a existência de pelo menos um destes cursos e por inserir a Faculdade de Filosofia, considerada então, o centro da Universidade.(Cunha, 1983, p.113)

⁸² Segundo Ministro da Educação do Governo Dutra, apoiava mudanças no sistema educacional, mas devido a participação intensa na Constituinte de parlamentares do Regime anterior(entre estes Gustavo Capanema), houve dualidade de correntes educacionais.

A autonomia universitária, foi um dos pontos mais importantes do Anteprojeto, proposto pela Comissão, que também propunha a autonomia⁸³ didática, a administrativa e financeira da Instituição. No entanto, a autonomia foi relativa, uma vez que as normas governamentais, constituíram uma “liberdade vigiada”. (Cunha, 1983, p.114).

Com referências as escolas particulares, não se impuseram barreiras ao ensino médio, apesar de não incentivá-lo, mas ficou evidente a preocupação com o ensino superior, sendo as escolas particulares reconhecidas se “*não fizessem concorrência às escolas públicas existentes, almejando-se com essa condição evitar o rebaixamento do nível de ensino*”. (Cunha, 1983, p.114).

Novamente são atribuídos valores subjetivos de avaliação, levando-se a pressupor que a concorrência entre escolas não deveria ser pela qualidade de ensino oferecido, o que é normal de se desejar, mas por outras características, como facilidade de acesso e facilidade de promoção .

As escolas particulares investiram, assim, no ensino secundário, incentivadas pelo Governo, que por sua vez, investiu com maior intensidade no ensino primário e superior, e oferecendo subsídios a particulares, além de contar com a simpatia da Igreja, que queria exercer influência na formação de líderes. A iniciativa particular ficou, deste modo, responsável por 77%(setenta e sete por cento) das matrículas no ensino médio.(Cunha, 1983, p. 119).

Nas eleições estaduais de 1947, Gama Filho candidatou se a Vereador pelo Distrito Federal, novamente pelo PSD, porém desta vez

⁸³ Autonomia didática, administrativa compreendia respectivamente: capacidade de fixar currículos, programas, métodos de ensino, processo e período das avaliações, realizações internas de Concurso de Cátedra: elaboração de estatutos e regimentos, sem a interferência do Ministério da Educação. A financeira possibilitou a flexibilidade no uso de recursos e organização do orçamento. (Cunha, 1983, p.113).

vitorioso, iniciou sua carreira política. Chegou à Vice e a Presidência da Câmara Municipal, elaborando dois projetos relacionados com a área de ensino, mas considerados inconstitucionais: a obrigatoriedade de todos os educandários de fornecer uma apólice de seguros a cada aluno matriculado, garantindo, em caso de morte do pai ou responsável, o término dos estudos em regime gratuito, e a criação da Caixa Escolar.

O projeto da Caixa Escolar pretendia que cada aluno, matriculado em qualquer estabelecimento de ensino público ou particular, pagaria “um cruzeiro” por mês, formando um “fundo das bolsas”, que reverteria em benefício para os estudantes pobres.

Em 1949, foi idealizada e iniciada a expansão do Colégio Piedade, com a construção do edifício para a instalação do ensino superior. E segundo o depoimento de José Barbosa M. Júnior: *“a palavra de ordem ... aprimoramento do ensino...o professor, o inconformismo de Gama Filho era permanente, quando todos submissos aceitavam a tutela da política educacional ...paternalista e centralizadora...Gama Filho resolve sacudir o jogo que lhe tolhia as iniciativas...cria...turmas especializadas para os alunos do curso científico... cujo conteúdos programáticos cobriam os programas dos Vestibulares das áreas respectivas...surtem as salas ambientes...salas de desenho, física, de química, de biologia, de línguas estrangeiras, de história e geografia...amplia-se a biblioteca...constrói o auditório destinado aos grandes momentos cívicos e litero musicais ...”* (UGF, 1995, p. 27)

Com a instauração dos futuramente denominados Cursos pré vestibulares, Gama Filho, mostra o seu espírito empresarial, uma vez que, seriam implantados e proporcionariam ganhos, para diversas escolas.

A criação do auditório para as *“comemorações cívicas”* evidenciou as tinturas da ideologia nacionalista e populista de Gama Filho que, como

político com pretensões de ascensão, usou pequenas festividades como pretexto velada de propaganda política.

Durante a década de quarenta foi se consolidando a Fundação Luiz Gama Filho⁸⁴, composta pelas seguintes instituições na área de saúde:

- localizadas no Colégio Piedade: Posto Central de Serviço Odontológico, Gabinete de Raio X, Laboratório de Análises Clínicas e Posto Médico;
- no bairro Piedade: Posto de Tisiologia, Casa de Saúde e Maternidade;
- em outros bairros: Posto Dentário Ricardo Albuquerque (na Casa Paroquial São José), Posto de Saúde Altair Gama (Vicente de Carvalho), Posto de Saúde Américo A. Prado (Catumbi) e Posto de Saúde Padre Miguel, Posto de Saúde Pedro Ernesto (Madureira);
- na área de preparação para o trabalho: Escola de Datilografia Madureira, Piedade e Vila da Penha, Curso de Corte Costura: Madureira, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Honório Gurgel, Padre Miguel, Ricardo de Albuquerque.

Implantaram-se, ainda, na dependências da própria escola, exames médico e dentário, com revisão semestral obrigatória para os alunos. Ao ser questionado sobre a implantação destes serviços, principalmente no Colégio Piedade, pelo Jornal Diário da Noite, Gama Filho respondeu: *“...é verdade responde Gama Filho - somos daqueles que julgam não ser um estabelecimento de ensino uma casa comercial onde se procura saber apenas quanto rende a tesouraria, a missão de um verdadeiro educador deve ser olhada como a de um sacerdócio, resultante da vocação inata”* (Jornal Diário da Noite, 1945, p.1).

Com estes dizeres provavelmente Gama Filho, defendia-se do ataque dos escolanovistas, opositoristas ao ensino particular, por considerá-lo

⁸⁴ A Fundação deixou de existir mas se mantém atendimento à população tanto universitária como geral (exames laboratoriais, odontologia, psicologia, assistência jurídica).

essencialmente empresarial e visando o lucro excessivo, não se preocupando com investimentos ou com a formação de seu alunado.

A criação da Fundação, entidade com fins beneficentes, provavelmente também auxiliou na distribuição de lucros, pela isenção de impostos e possibilitou a difusão da imagem de Gama Filho, de suas obras e colaborou com a formação de um reduto eleitoral, além de proporcionar a melhoria das condições de saúde da população moradora destes bairros, geralmente com um poder aquisitivo reduzido.

A implantação de serviços de assistência ao estudante, ampliando a sua influência na comunidade de Piedade e bairros vizinhos, tornou-o mais popular. Paralelamente, a implementação da área esportiva facilitou a divulgação do Colégio e do Bairro Piedade, que participaram intensamente de campeonatos, obtendo notoriedade as melhores colocações. O Coro Orfeônico, também iniciado, neste período, constituiu um dos primeiros passos para a formação do futuro Coral da futura universidade.

Gama Filho, dando continuidade à sua carreira política, candidatou-se a Deputado Federal apoiando Getúlio Vargas, que também estava em campanha eleitoral para a Presidência defendendo a industrialização, a necessidade de ampliar a legislação trabalhista, e modulando o seu discurso de acordo com cada estado, a ponto de dizer, no Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, *“que o povo subiria com ele os degraus do Catete e ficara no poder”*.

Em 19 de dezembro de 1950, foi inaugurada a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, a primeira escola de nível superior em toda a zona norte do Distrito Federal, reunindo o Conselho Técnico Administrativo, composto por Luís Gama Filho, Carlos Adalberto de Oliveira e Cruz, Eliezer Rosa, Alcebíades Delamare Nogueira da Gama,

Alfredo Lamy Filho, sob a presidência do primeiro Diretor, Nelson de Azevedo Branco.

O primeiro Vestibular, com cento e sessenta e três candidatos, foi composto por provas escritas e orais e preparado pela comissão integrada por professores do Colégio Piedade: Jayme de Almeida e Ibsen Marques, José Jorge e Ivan Leal de Silveira, responsáveis respectivamente pelas provas de latim, francês, e português.

O Brasil, viveu, neste período pós eleitoral, certa intranquilidade, devido aos protestos dos partidos de oposição, que, numa atitude incoerente, por não conseguirem eleger o seu candidato, exigiram que o vencedor tivesse a maioria absoluta, discordando da legislação em vigor. Entretanto, Vargas com o apoio da população e de um Exército dividido tomou posse em 1951. (Fausto, 1997, p. 406:7).

Em 1951, Gama Filho, como Deputado Federal, assumiu a Presidência da Câmara, demonstrando mais uma vez o seu prestígio, e, em 15 de março de 1951, iniciaram no edifício anexo ao Colégio Piedade, as atividades da Faculdade de Ciências Jurídicas, com o Curso de Direito, inicialmente só no horário noturno⁸⁵, nasceu *“sob os cuidados e exame de experientes docentes ...a solene aula magna foi ministrada pelo Professor Ebert Chamon, primeiro Titular da Cadeira de Direito Romano”*. (UGF, 1972, p.54)

Como o acesso à Faculdade através de bonde ou trem era demorado, Gama Filho, fretou automóveis para conduzir, de ida e volta, os professores, geralmente membros do Poder Judiciário e de alguns Ministérios. Deste modo, além do salário, os professores tinham transporte, demonstrando o desejo de manter um corpo docente conceituado, em um bairro distante, exemplificando a “política de interdependências”.

Luiz Gama Filho também conseguiu um corpo docente com influência política, enriquecendo o sistema de ensino, divulgando a Instituição, e ao mesmo tempo conquistando aliados, e estava plantada a semente da futura universidade.

Nesta época, a legislação federal⁸⁶ dispunha que o sistema de ensino superior deveria ser integrado por estabelecimentos mantidos pela União, por poderes públicos locais ou por entidades de caráter privado, subvencionadas pelo Governo Federal. O Governo mantinha, então, sete Universidades: a Universidade do Brasil, de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná, do Rio Grande do Sul, Rural de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, quinze estabelecimentos isolados, além de subvencionar as seguintes instituições: Faculdade de Direito da Bahia, Faculdade de Direito de Santa Catarina, Faculdade de Farmácia, Odontologia, de Filosofia e de Ciências Econômica de Goiás e Escola de Engenharia de Juiz de Fora. (Pinto, 1988, p, 190).

Esta Lei previu a possibilidade de conceder subvenção a outros estabelecimentos, que funcionassem há pelo menos de dez anos e apresentassem número de matrículas que justificasse o pedido.

Iniciando o governo, Vargas procurou ser o arbitro das diferenças sociais. Agindo com cautela e procurando agradar a todos, no plano educacional deu continuidade ao projeto de reformulação do ensino, iniciado anos antes.

Nesta época as escolas particulares, entraram em crise, principalmente as que só possuíam o ensino básico, reflexo carestia e da dificuldade financeira, essencialmente das classe média, devido a pressão

⁸⁵ O Curso de Direito expandiu se rapidamente, passando a ser oferecido em três horários: matutino, vespertino e noturno. Foi reconhecido em 1954, pelo Decreto nº 36.433.

⁸⁶ Lei nº 1254 de 1950.

inflacionaria. A procura pelo ensino público intensificou-se e o governo em 1954, criou o Fundo Nacional do Ensino Médio, transferindo recursos financeiros públicos às escolas particulares, na forma de bolsas a estudantes, suplementação de salários de professores e subsídios para a renovação de equipamentos. Entretanto estes recursos foram diluídos devido a pressões dos governos estaduais e municipais e pela Campanha de Educandários Gratuitos⁸⁷.

Este fato parece não ter influenciado os planos de Gama Filho, que continuou na expansão de sua Instituição de Ensino, provavelmente apoiado pelo Fundo Nacional do Ensino Médio.

Em 1954 havia no país dezesseis universidades, sendo seis particulares: Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade Mackenzie, sendo perceptível a influência da política de retribuição de fatores entre Igreja e Estado, uma vez que a maioria das Universidades eram confessionais.

Neste ano, Getúlio Vargas pressionado com a crise política⁸⁸ e com as dificuldades econômicas, suicidou-se em 24 de agosto de 1954. O seu suicídio provocou uma comoção popular⁸⁹, as massas saíram às ruas, a favor de Vargas, inclusive os comunistas, que a partir daí passaram a apoiar o esquema nacionalista populista, sufocando as intenções principalmente dos opositores militares.

⁸⁷ Os estudantes secundarista de Recife formaram esta sociedade civil para mobilizar recursos e professores para oferecer oportunidades aos estudantes carentes, conseguindo subsídio estatal e difundindo-se. Contando com aproximadamente 300 ginásios e 30 mil alunos. Cunha. 1983, p.120

⁸⁸ Tentativa de assassinato de Carlos Lacerda

⁸⁹ O povo depredou os alvos mais expressivos de seu ódio: os caminhões que carregavam a edição do jornal antigetulista O Globo, e houve tentativas de assalto a representação diplomática americana.

Quanto ao processo de transformação do ensino superior, na república populista, desenvolveu-se independentemente de projetos das “diretrizes e bases” que foram abordadas exaustivamente neste período.

No Governo Café Filho, foi reconhecida a Faculdade Ciências Jurídicas de Gama Filho, pelo Decreto nº 36.433 de 4 de novembro de 1954, formando cento e vinte e seis bacharéis, *“percorrida a difícil fase inicial e seguindo a jusante, a idéia de Universidade caminharia fácil”*. (UGF, 1992, p. 54).

Gama Filho, neste período foi Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Em 1955 assumiu o Governo Juscelino Kubstischek (JK). Os anos JK foram de otimismo, com altos índices de crescimento econômico e com a internacionalização da economia brasileira, que se abriu ao capital estrangeiro através de empréstimos e investimentos, implantando-se o “capitalismo dependente associado”, o processo inflacionário passou a ser sentido, principalmente com emissão de moeda e diminuição do poder aquisitivo do trabalhador, que apesar deste fato, estava eufórico, com desenvolvimento.

A política de JK baseou-se em um Programas de Metas, atitude pioneira por integrar, sob o controle do governo, o capital público e particular, abrangendo 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação, e providenciando a mudança da Capital Federal para o centro oeste (meta síntese).

A idéia de mudança da Capital Federal, era um antigo pleito republicano e Juscelino tornou-o a realidade, dividindo a opinião da população, principalmente do funcionalismo público.

Na educação, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara retomou o processo de reformulação do ensino, julgando conveniente ouvir os educadores, e redigir um novo documento, colocando-o em discussão. Os educadores católicos lutaram pela liberdade de ensino e contra o monopólio nacional, que era defendido por Anísio Teixeira, denominado por eles de “socialista militante”.(Pinto, 1988,p.184).

Esses educadores católicos defenderam o ensino particular, baseado no Código de Direito Canônico, e na Encíclica “Divini Illius Magistrati”, que, confirmando este código, proibia aos católicos a frequência em escolas hostis à sua crença ou neutras, estabelecendo os direitos da Igreja na obra educativa, e a supremacia dela sobre o Estado. Tinham convicção de que a educação era direito inalienável da família, cabendo à Igreja protegê-lo. (Cunha, 1983, p. 118).

O discurso de Pio XII, no Primeiro Congresso Internacional das Escolas Privadas Européias, apoiou esta posição da Igreja e foi utilizado por educadores católicos que incluíram em seus discursos as palavras do Papa assinalando “*a prioridade do ensino particular sobre o público*”, e a afirmação de que: “*em matéria de ensino, o Estado exercia papel subsidiário, visando assegurar à ação dos particulares...*”(Pinto, 1988, p.184).

Os educadores liberais pregaram os ideais defendidos pela Revolução Francesa: obrigatoriedade, gratuidade, laicidade e igualdade. As posições antagônicas destes educadores refletiram no Congresso Nacional, e a Comissão de Educação(organizada há doze anos), em 1958 apresentou um substitutivo ao projeto de reformulação do ensino, que sugeriu modificações baseado no III Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino(realizado dez anos antes), conservando nitidamente os interesses. A partir daí estabeleceu-se uma guerra de substitutivos tentando preservar a

cada momento os ideais dos dois grupos opostos, que originaram o Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1960, ocorreu a inauguração de Brasília, nova Capital Federal, localizada na região Centro Oeste do Brasil, no Estado de Goiás. Esta mudança sem dúvida iria influenciar na Cidade do Rio de Janeiro, que deixou de ser o centro político, econômico e social da nação brasileira, sendo criado o Estado da Guanabara, governado por Carlos Lacerda.

No Governo Jânio Quadros, ocorreram manifestações de repúdio à reformulação do ensino, instalando-se uma campanha em defesa da Escola Pública. Realizaram-se reuniões, congressos, conferências, caracterizando uma disputa acirrada entre a escola pública e a particular, tendo como discussão a liberdade de ensino, entendida por conservadores como benéfica na luta contra o monopólio do ensino e por escolanovistas como elemento de injustiça social.

A reforma educacional foi aprovada, em 1961, com a Lei nº 4.024, chamada de Lei das Diretrizes e Bases, que incorporava algumas sugestões dos setores ligados ao ensino particular, tanto confessionais como leigas, beneficiando este setor. Assegurou posição privilegiada à escola particular, não apenas em termos de alocação de recursos mas como liderança do sistema escolar, mostrando *“a tendência emergente na futura lei era a privatização da escola brasileira, mantida com dinheiro público e conduzida por interesses particulares”*(Pinto, 1988, p. 187).

Num movimento incoerente com o seu posicionamento de principal líder do movimento pela liberdade de ensino, Lacerda sem base política consolidada, promulgou a primeira Constituição do Estado da Guanabara, em março de 1961, consagrando a defesa da escola pública, apesar de reconhecer o ensino particular. Definindo que o ensino de diferentes ramos

seria ministrado pelo governo estadual cujos recursos públicos aplicados seriam exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento dos estabelecimentos da própria rede.

Nesta época, o governo Lacerda recebeu verbas e apoio técnico da United States Agency for International Development (USAID), interessada em apoiar os governos estaduais que se opunham ao governo federal, sendo construídos inúmeros prédios escolares e instalados fontes de abastecimento de água próximo às favelas, dando continuidade à política do populismo, no Rio de Janeiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, manteve a estrutura de ensino: *“ensino pré primário, composto de escolas maternais e jardins de infância; ensino primário de 4 anos, podendo ser acrescido de 2 anos mais, com programas de artes aplicadas; ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico(industrial, agrícola, comercial e de formação de professores); ensino superior, com a mesma estrutura já consagrada antes,...”* (Romanelli, 1987, p.181)

Essa Lei garantiu também o apoio financeiro do Governo às escolas particulares, com o Art. 25º mantendo a subvenção, o financiamento da compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamento.

Neste final da década de cinquenta e início de anos sessenta, três planos internacionais sobre educação foram elaborados visando a eliminar o analfabetismo entre adultos, e tentando garantir a educação primária a todas as crianças em idade escolar, a modernização e ampliação dos meios para o ensino secundário vocacional para o adolescente, o ensino técnico para habilitar a mão de obra e o ensino superior, tornando-o acessível a um número maior de candidatos. Além da concessão de bolsas de estudo ou

outra forma de assistência social e econômica ao estudante, visando a reduzir a evasão e garantir a igualdade de oportunidades educacionais

Foram, na época, firmados os seguintes Documentos: Carta de Punta del Leste(Declaração dos Povos da América⁹⁰/ Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social); o Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso⁹¹, e a Declaração de Santiago de Chile(Conferência sobre a Educação e Desenvolvimento na América Latina).

O Plano Nacional do Governo Brasileiro aprovado em 1961, manifestou a intenção de atingir os objetivos da Carta de Punta del Leste, reduzindo o analfabetismo em relação ao ensino primário, acelerando a expansão de escolas governamentais no ensino secundário e tentando eliminar os abusos decorrentes da expansão desordenada no ensino superior.

Entretanto o incentivo à ampliação do ensino superior particular tornou-se evidente, insistindo-se na obtenção de subvenções, requerendo logo após fundada a escola, auxílio municipal, estadual ou federal.

Provavelmente movido por essas decisões políticas Gama Filho, implantou a **Universidade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuárias do Rio de Janeiro**⁹²(1962), e em 1963, a **Faculdades de Filosofia Ciências e Letras**, oferecendo, ainda os cursos: **Biologia, História, Geografia, Pedagogia, Letras(Português - Inglês, Português - Latim, Português - Francês, Português - Literatura) e Psicologia(Bacharelado e Licenciatura)**, perfazendo portanto, quatro Faculdades, sendo iniciado os primeiros movimentos para a implantação da Universidade, cogitando-se

⁹⁰ Reuniões realizadas incentivada pela Aliança para o Progresso do EUA.

⁹¹ Aliança para o Progresso foi uma das estratégias do Presidente do EUA, John Kennedy para combater a ascensão dos movimentos populistas e socialistas na América Latina, criando este programa destinado a ampliar a ajuda norte americana aos governos simpáticos aos EUA na região.

⁹² Denominação dada a Faculdade de Economia do Rio de Janeiro.

qual nomenclatura seria dada à futura Universidade: Universidade Carioca⁹³, Universidade João XXIII⁹⁴, Universidade Gama Filho⁹⁵, e foram iniciados o projeto de criação da Sociedade Universitária Gama Filho, futura mantenedora da Instituição.

Foi em 1963 que o Parecer nº 92/63 aprovou as normas para organização e reconhecimentos de ensino superior, determinando que estes deveriam ser previamente autorizados a funcionar para posterior reconhecimento pelo CFE. Em seu Art. 4º afirmou que os estabelecimentos de ensino superior particulares deverão constituir-se sob forma de fundações ou associações.

O Parecer também determinou, as condições de funcionamento: edifícios apropriados ao ensino a ser ministrado, a capacidade financeira ou recursos próprios para a manutenção da Instituição, fixou prazos para entrada na petição solicitando o pedido de autorização de funcionamento(seis meses antes do início dos trabalhos escolares) e para requerer o respectivo reconhecimento(um ano antes da diplomação da primeira turma), e a realização de diligências pelo CFE, para comprovação das informações enviadas. Estabeleceu, ainda, que os cursos de pós graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão, não dependeriam de autorização para funcionamento e que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras só seriam autorizadas a funcionar com quatro ou mais cursos de bacharelado.

No ano de 1963, o país retornou ao regime presidencialista, por pouco tempo, uma vez que no Governo João Goulart, o fracasso das estratégias

⁹³ Esta denominação foi idealizada no início do Colégio Piedade e perdurou por anos.(UGF,1982,p.56)

⁹⁴ O próprio Gama Filho, considerava esta denominação, justa homenagem ao Apóstolo da Fraternidade, o Papa da tolerância.(UGF,1982,p.56)

⁹⁵ A denominação segundo informações colhidas iniciou-se em 1965, e segundo consenso de todos, representava aquele que vinha a anos trabalhando para concretizar este sonho.(UGF,1982,p.56)

políticas, a inflação e a instabilidade interna, aliados a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e a divisão intra-militares, conduziram ao golpe de 31 de março de 1964.

Esse golpe marcaria para sempre o Brasil, uma vez que, utilizando como justificativa “livrar o país da corrupção e do comunismo para restaurar a democracia”, o Regime Militar começou a mudar as instituições do país com diversos de Decretos, denominados Atos Institucionais(AI). O que seria um golpe objetivando eliminar os focos de esquerda, legitimaram uma Ditadura Militar de longa duração(vinte anos), com influências em todos os setores.

O movimento estudantil foi duramente perseguido e a União Nacional dos Estudantes dissolvida, passando a atuar na clandestinidade. As Universidades foram vigiadas e a Universidade de Brasília sofreu intervenção. No país instalou-se um clima de medo e delações, agravado pela instalação do Serviço Nacional de Informações(SNI) objetivando: “coletar informações sobre questões de subversão interna”, mas com poderes iguais ao Executivo, agindo rigorosamente, prendendo e torturando “os inimigos internos”.

Em abril de 1964 assumiu pela eleição indireta o General Humberto de Alencar Castelo Branco , implantou o Programa de Ação Econômica do Governo(PAEG), tentando reduzir o déficit público, contrair o crédito privado e comprimir salários. Contou com o apoio do FMI e dos EUA, que tinham iniciado através da política governista de Kennedy⁹⁶ , ocorrendo no país a campanha: “ouro para o bem do Brasil”.

⁹⁶ John Fitzgerald Kennedy, trigésimo quinto Presidente americano e o mais jovem, considerado liberal, por seus pontos de vista contra o racismo, a favor da assistência social e a política de cooperação entre os países, contra o comunismo.

Nesta época existiam no Brasil vinte e uma Universidades, sendo acrescidas mais seis confessionais: a Universidade Católica de Salvador, a Universidade Católica de Petrópolis, a Universidade Católica de Campinas, a Universidade Católica do Paraná, a Universidade Católica Sul Rio-grandense, a Universidade Católica de Goiás. E continuando na sua caminhada Gama Filho adquiriu, no ano de 1964, a **Faculdade de Serviço Social**⁹⁷.

Em 1965, a Portaria Ministerial nº 159/65, fixou a duração dos cursos superiores, determinando que em hipótese alguma, o ano letivo seria menor de 180 dias, fixando a carga horária mínima. Evidenciou-se, também neste ano, os estudos sobre o ensino Pós Graduação, considerando que os cursos de graduação não esgotavam os conhecimentos inerente a cada profissão.

A influência norte americana, devido a intensificação dos acordos da USAID, foi evidente para a organização destes cursos e o Parecer nº 977/65 definiu os Cursos de Pós Graduação em: Lato Sensu: qualquer curso que se segue à graduação(especialização, aperfeiçoamento), e Strict Sensu, os de mestrado e doutorado, fixando, entre outras medidas: a duração destes últimos em um ano e dois anos respectivamente, as áreas de concentração.

Em 1965, também foi aprovado o Estatuto do Magistério Superior: determinando, entre outras providências, as categorias do corpo docente⁹⁸ e as classificações dos cargos e de classes do magistério, além de incentivar a capacitação profissional e dar à carreira acadêmica graus de hierarquia mais coerentes.

⁹⁷ A Faculdade de Serviço Social era reconhecida pelo Decreto nº 41.464, de sete de maio de 1957, conforme o diário oficial de dez de maio de 1957

⁹⁸ As categorias seriam: ocupantes dos cargos das classes do magistério superior, professores contratados, e auxiliares de ensino. Brasil, Ministério da Saúde, 1974, p. 376.

Neste período o movimento intenso de implantação das escolas superiores foi decorrente das estratégias governamentais que objetivavam, entre outras metas a superação de problemas oriundos dos conflitos acadêmicos e da pressão da sociedade, principalmente da classe média.

Os fatores que determinavam a busca do contexto universitário foram conseqüência: do crescimento da população urbana (produto do progressivo abandono da zona rural), da intensificação do processo de participação da mulher como força de trabalho e da elevação de requisitos educacionais para o preenchimento de vagas nas burocracias públicas e privadas.

Como as políticas governamentais acabavam por inviabilizar os pequenos negócios, restava à classe média, como um dos caminhos para manter o processo de sua ascensão, a “diplomação”, no nível superior, que garantiria o futuro dos seus filhos e do status social. Na década de sessenta, o modelo de ascensão da classe média mostrou como caminho disponível de status as hierarquias ocupacionais, multiplicadas no setor privado e público da economia.

Obviamente esta busca concentrava-se nos Cursos de Medicina e Engenharia, de alto custo, oferecidos geralmente por estabelecimentos públicos e que facilitavam o rápido ingresso no mercado de trabalho, além de conferir “status”. Entretanto, o sistema de ensino superior não ofereceu vagas suficientes, para absorver esta demanda, o que ocasionou o aumento do número de “excedentes”⁹⁹, causando um impacto social, e o desgaste da imagem governamental. E não foi por acaso que o Estado, além de induzir

⁹⁹Excedentes: candidatos com conceito igual ou superior a cinco, aprovados, mas sem acesso por não haver vagas. criando uma questão jurídico-política, que impulsionava os candidatos a abrirem processos e conseguirem a sua matrícula através de mandato judicial, ocasionando a deterioração do ensino, por falta de recursos humanos e materiais, geralmente desviadas para modernizar a burocracia governamental, ou subsidiar o setor privado ou favorecer o acúmulo de capital.(Cunha, 1988, p.88- 89).

as universidades federais a aumentarem as vagas, principalmente nos cursos de alta procura, acelerava o processo de privatização do ensino, sobretudo nos níveis médio e superior, já iniciados em 1934¹⁰⁰ e reforçados em 1961¹⁰¹.

Apesar de o país atravessar um período de instabilidade política e forte repressão, este cenário de incertezas não prejudicou os planos de Gama Filho. Provavelmente consciente do número de excedentes que buscavam a formação principalmente em medicina, fundou a **Escola Médica do Rio de Janeiro, em 1965**, contando com a colaboração de Paulo de Góes, Arthur F. Campos da Paz e Alberto Gentile. Com o advento dessa Escola, foram construídos os *“prédios especiais, de laboratório, do Instituto de Pesquisas e do Instituto de Anatomia”*. (UGF, 1982, p.55).

Foi, ainda, em 1965, que o Governo do Estado da Guanabara, declarou como instituição de utilidade pública a então existente Sociedade Universitária Gama Filho. Nesta época já existiam, na Universidade Gama Filho, cinco Faculdades reconhecidas: a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, a Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Filosofia e Letras, a Faculdade de Serviço Social e Escola Médica do Rio de Janeiro. Em 1966, os passos para o reconhecimento da UGF, ampliavam-se, sendo publicado no Diário Oficial do Estado da Guanabara, o Estatuto da Sociedade Universitária Gama Filho, descrevendo o seu objetivo de *“organizar e manter estabelecimentos de ensino, do primeiro grau até o nível superior, independentes ou em sistema de Universidade”*. (UGF, 1976, p:85).

A Sociedade Universitária Gama Filho tinha os seus bens oriundos da entidade que lhe antecedeu, a Sociedade de Ensino Universitário e Colegial

¹⁰⁰A constituição de 1934 permitia ao Estado isentar de impostos estabelecimentos privados de ensino tidos idôneos Germano, 1985, p.195

Gama Filho, e das rendas provenientes de seu funcionamento, “...*todo o superávit, porventura verificado em qualquer exercício, será sempre revertido em benefício da própria sociedade*”. (UGF, 1976, p:85)..

A crise governamental neste período agravou-se e, em 1967, o Congresso¹⁰², reunido extraordinariamente, e aprovou uma nova Constituição, ampliando os poderes do Executivo. Assumiu a Presidência do país, o General Artur da Costa e Silva, apoiado por conservadores militares, ocorrendo o agravamento das relações com a sociedade civil, levando a luta armada, com a intensa mobilização da juventude acadêmica.

As empresas de televisão Excelsior e Record, neste período, criaram os Festivais de Canção, e alguns compositores utilizaram o artifício da fala indireta, para protestar contra o avanço da repressão, representado por composições, que incluíam em versos como: “*hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão...*”, ou: “*a gente tem que ter voz ativa, no nosso destino mandar, mas eis que chega a roda viva e carrega o destino prá lá*”(respectivamente as músicas: *Apesar de Você e Roda Viva, autoria de Chico Buarque de Holanda*)

O governo militar editou o AI5, fechando o Congresso, e suspendeu o estado de direito e as garantias constitucionais, além de censurar a imprensa. O AI5 desencadeou a cassação de muitos professores, principalmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, tolhendo e inibindo o debate cultural. O Governo aprimorou os dispositivos de repressão que além do SNI, surgiram os Centros de Operações da Defesa Interna(CODI), o Comando de Caça aos Comunistas.

¹⁰¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4.024 de 1961, previa ajuda financeira a rede privada de forma indiscriminada. Germano, 1985, 196.

¹⁰² O Congresso foi fechado em 1966 e reconvoado após um mês para discutir o texto da nova Constituição. mas sob pressão temendo novas cassações.

A Constituição de 1967 incentivou claramente a rede particular com medidas legais¹⁰³, principalmente ao assegurar a essas instituições amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudo.

Para o Governo, a expansão dos estabelecimentos privados, desafogaria o orçamento público, permitindo a absorção da demanda reprimida, uma vez que, de acordo com esta perspectiva, a rede pública não poderia por si só atender a todas as necessidades educacionais.(Martins, 1991,p 31)

Incrementou, assim, o processo de privatização do ensino superior na sociedade brasileira, intimamente associado com a debilidade do avanço do ensino público, e das facilidades concedidas a este setor pelo Governo. Além da perspicácia da rede particular, em perceber o aceno favorável do governo e a hesitação das instituições confessionais, até então responsáveis pela criação de inúmeros cursos superiores nas décadas anteriores.

Nota-se que os movimentos políticos e econômicos, nesta década, eram diferentes dos outras, sincronizados com a manutenção dos poderes da classe dominante, que era caracterizada por segmentos diferenciados, como o Estado, a classe média, ou o empresariado, mas tendo como objetivos comuns a manutenção do seu campo, da sua representação social e da sua hierarquia.

Interagindo com estes fatos, o governo militar, dando prosseguimento ao movimento de modernização da universidade, iniciado embrionariamente na década de quarenta¹⁰⁴, constituiu grupos de trabalho, com a ajuda financeira e assistência técnica da USAID, mostrando a explícita

¹⁰³ A Emenda Constitucional nº 18, em 1965. vetava a cobrança de impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos, de instituições de educação e de assistência, por parte da União, Estado e Municípios. (Germano, 1993, p.196).

¹⁰⁴Na década de 40, o Ministro da Aeronáutica solicitou os serviços de um consultor norte-americano para auxiliar a traçar os planos de criação de um instituto tecnológico. (CUNHA, 1988, p.21).

interferência norte-americana na política nacional. Estes grupos tinham por objetivo estudar a crise educacional e propor soluções.

O trabalho destes grupos culminou na Lei nº 5.539/68, modificando o Estatuto do Magistério Superior e determinando que os cargos e funções do magistério abrangessem a seguinte hierarquia: professor titular, adjunto, assistentes, e auxiliar de ensino em caráter probatório; e tivesse os regimes de trabalho de dedicação exclusiva ou em função de número de horas semanais.

Nesse ano, ocorreu a Reforma Universitária regulamentada pela Lei 5.540/68, esta Lei privilegiou, também, a organização de Universidades, a integração de cursos, o delineamento dos Departamentos, a dinamização da pesquisa e extensão. Reafirmou que a universidade não se resume ao ensino, deverá desenvolver a pesquisa e a extensão, além de fixar a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos para os alunos.

Gama Filho aderiu a esta determinação e neste ano, formou as Faculdades Integradas da Sociedade Universitária Gama Filho, argumentando que essas Faculdades tinham perfil e tradição capazes de justificar junto ao Conselho Federal de Educação, seu reconhecimento como Universidade. Dando continuidade a sua “política de interdependências”, o Presidente Costa e Silva, foi escolhido como Patrono de todas as Turmas, que se formaram nas Faculdades de Gama Filho, tentando constituir um movimento estudantil diferenciado, uma vez que, neste ano(1968), os estudantes realizavam manifestações em diversas capitais, protestando contra a política educacional e contra o próprio Governo, sendo reprimidos com extrema violência.

Na mesma época em que Gama Filho prestou esta homenagem, morreu um estudante¹⁰⁵ secundarista, provocando indignação e a união de setores da Igreja e da sociedade, ocorrendo a “passeata dos 100 mil” no Rio de Janeiro, representando a convergências de forças contra a política repressiva do governo federal.

Com afastamento de Costa e Silva por problemas de saúde, uma junta militar assumiu provisoriamente o poder. Nesse período, tencionando estreitar ainda mais laços com o Governo Militar, Gama Filho, outorga o Título de Dr^o “Honoris Causa” o Almirante Augusto Rademaker, membro da Junta Militar que presidiu o país.

Ao assumir, em 1969, a Presidência Emílio Garrastazu Médici, apesar de ter feito um discurso antes da posse comprometendo-se a conduzir o país à plenitude democrática, continuou com os mesmos mecanismos anteriores. O seu governo foi caracterizado pelo “milagre brasileiro”, com avanços extraordinários na economia, no entanto, dissociado dos programas sociais.

Nesta ano(1969) Gama Filho, implantou a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, com cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Elétrica, e elaborou o Projeto para o Curso de Comunicação Social e Odontologia, e continuou as obras de edificações do Centro Tecnológico, inaugurado dois anos após. .

Em 1970, a expansão do ensino superior particular era evidente, sendo que 50%(cinquenta por cento) do alunado pertencia a Instituições privadas, que geralmente tinham uma clientela proveniente muitas vezes das camadas menos favorecidas, que não conseguiam acesso ao sistema público, e a educação permanecia como privilégio e não mecanismo de igualdade.

¹⁰⁵ Edson Luís foi morto pela Polícia Militar no Rio de Janeiro quando protestava juntamente com um grupo pequeno de estudantes contra a péssima qualidade da alimentação fornecidas aos estudantes.

Neste ano as Faculdades Integradas da Sociedade Universitária Gama Filho, já formavam a Universidade Gama Filho¹⁰⁶(UGF), entretanto não tinha sido reconhecida, e a Revista Universidade, órgão oficial desta comentou no seu primeiro número no final de 1970: “A publicação *Universidade* exprime, com rara emoção, um esforço no sentido de concretizar e institucionalizar um antigo ideal da Universidade Gama Filho: possuir um meio permanente de comunicação e enriquecimento cultural entre os que laboram e estudam nos vários campos da ação universitária”(Rer. Universidade, 1970, p.2)

A unificação dos exames de vestibular também foi comentada, assinalando que o vestibular do próximo ano seria por áreas: “Área I : Ciências Humanas , Direito, GeoCiências, Serviço Social, Letras, História, Geografia e Pedagogia ,Área II: Engenharia, Ciências Matemáticas, Físicas e Administrativa, Arquitetura ,Matemática, Economia e Administração, Área III: Ciências Biopsicológicas, Psicologia e História Natural, Área IV: Ciências Biomédicas: Medicina, e Odontologia (em organização)”.(Revista Universidade, 1970, p.10)

Gama Filho preocupou-se em cumprir a exigência legal, uma vez que a unificação dos vestibulares(Lei 5.540/68), estava previsto para 1971. Nesse mesmo ano a Revista Universidade noticiou o processo de modernização da UGF, adquirindo computadores e a criação do Centro de Estudos de Informação, objetivando agrupar trabalhos de ensino e pesquisa; além de comunicar a realização de convênio com entidades civis e públicas, entre estas o Ministério da Saúde, visando campo de atividade prática, com o aproveitamento do Bloco Médico Cirúrgico do Centro Psiquiátrico Pedro II, para o ensino médico aos alunos da Escola Médica da UGF, e das instalações desta, para o ensino e pesquisa do pessoal técnico deste Centro.(Revista Universidade, 1971, p. 43: 47).

¹⁰⁶ Este nome significava a homenagem a Gama filho, e significava: o peso de uma idéia, a pertinácia de uma vontade. o contorno de um mito, o despertar de um sonho”. (UGF.1982,p.56)

Gama Filho ampliou, assim, o seu campo de atuação, com a “política da interdependências”, caminhando e envolvendo a comunidade civil e órgãos públicos, além de com certeza prestar serviços divulgando o nome da Instituição.

Nesta revista, também foi comentada a democratização do exame vestibular, defendida na Escola Superior de Guerra, em uma Conferência pelo então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e os planos de expansão internacional da UGF: *“primeira universidade do Brasil a enviar delegado a um dos famosos congressos Internacionais da Fédération Internationale des Jeunesses Musicales(FIJM), no 25º Congresso Mundial dos Países Membros da FIJM,...passou a desfrutar de prestígio internacional. ...e pretende a concretização de seu Centro Internacional de Artes...fará realizar no campus Gonzaga da Gama a: I Convenção Latino Americana dos Países Membros da FIJM .(Revista Universitária, 1971, p. 4:5)*

A UGF iniciou, assim, o intenso intercâmbio cultural e posteriormente científico com órgãos internacionais e também neste ano firmou convênio com Instituições de Ensino Internacionais, o Colégio Universitário Pio XII, de Lisboa, em Portugal, prevendo o intercâmbio entre estudantes; participou através de dois estudantes da Escola Médica da UGF : no I Congresso Mundial da Juventude da Cruz Vermelha, realizado no México *“...entregando ao astronauta Neil Armstrong, a placa...”a Neil Armstrong: aquele que levou mais alto a Bandeira da Democracia”.(Revista Universidade, 1971, p. 6: 13)*

A “política de interdependências” ultrapassou o cenário nacional buscando com certeza a projeção da UGF, demonstrando o seu compromisso com as atividades culturais e científicas, que ultrapassou o período em que pleiteou o reconhecimento. A própria homenagem a Neil Armstrong, primeiro homem a pisar na Lua, mostrou nos dizeres da placa a incoerência vivida não só por Gama Filho como pela nação: homenageava-

se a democratização em pleno período de ditadura militar. Fato que talvez sugerisse os primeiros indícios para a redemocratização que se instalaria no Brasil, num futuro bem próximo.

Nas atividades culturais, é necessário também incluir a criação do Teatro Experimental da UGF(junho de 1971), composto por quarentas alunos do Colégio Piedade; e a promoção, neste ano, do II Festival de Música da UGF, “*com três dias de espetáculos...e com características diferentes de outros festivais de música, foram poucas as vaias.. os vencedores ganharam ...passagem de ida e volta à Europa, bolsa integral em qualquer unidade da UGF e uma flauta de ouro*”. ”(*Revista Universidade, 1971, p.20:5*).

Gama Filho com estes festivais, foi ao encontro de movimentos jovens iniciados seis anos antes, demonstrando o desejo de aliar-se também à mocidade, apoiando simultaneamente o governo militar e mostrando que “o se jovem era mais ordeiro”(*características diferentes de outros festivais de música, foram poucas as vaias*).

A inauguração da Estátua de Santos Dumont, à entrada do Centro Tecnológico da Escola de Engenharia, também em 1971, demonstra o interesse em manter a aliança com os militares, contou com a presença do Vice Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, e do Ministro da Aeronáutica, Marechal do Ar Márcio de Sousa e Melo, na UGF.

Quanto ao desenvolvimento do ensino, foi ainda em agosto de 1971 que aconteceu o Ciclo de Debates sobre a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus, promovido pela UGF, na Faculdade de Filosofia, contando com a presença do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura(MEC) Newton Sucupira, além de: “*Valnir Chagas, padre Vasconcelos, Eurides Brito da Silva e Aderbal Jurema, relator do projeto no Congresso Nacional...*””(*Revista Universidade, 1971b, p.10*).

Neste período, vários estudos foram feitos visando a reforma no ensino de primeiro e segundo graus, conforme tinha ocorrido com a reforma universitária, e a Lei nº 5.692, em outubro de 1971, fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus.

O engajamento de Gama Filho com a sua Universidade não o fez esquecer do Colégio Piedade, prestigiando de igual modo o ensino de 1º e 2º Graus, no Colégio Piedade.

A inauguração do Centro de Pesquisas Gonzaga da Gama Filho, nome dado em homenagem ao filho falecido, evidenciou a preocupação da UGF, com a pesquisa e com seu próprio reconhecimento. Implantado esta Unidade em anexo à Escola Médica do Rio de Janeiro da UGF, “...destina-se à pesquisa básica da biomédica permitindo aos alunos a iniciação de programas desta natureza... dotado de modernos equipamentos ...”.(Revista Universidade, 1971b, p.25).

Na Revista Universidade, podemos observar o domínio de membros da família Gama Filho, nos cargos de comando, da UGF, vale dizer: Presidente: Ministro Gama Filho, Diretores: Paulo Gama Filho, Pedro Gama Filho, Luiz Alfredo Gama Filho, Chanceler: Ministro Gama Filho, Reitor: Desembargador José Murta Ribeiro, Vice Reitores: Wellington Moreira Pimentel, Arthur Campos da Paz.

A centralização administrativa pela família Gama foi um traço característico que perdurou, e demonstrou a introjeção do habitus primário associado ao secundário. Quanto aos cargos de Diretores das Faculdades, foram geralmente ocupados por pessoas consideradas competentes e de confiança da família Gama.

A UGF, buscando o seu reconhecimento, enviou o processo nº 51, ao CFE, e no início de 1972, Newton Sucupira, relator do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 145/72, avaliou positivamente o relatório,

elaborado pela Comissão Verificadora, formada pelo Departamento de Assuntos Universitários e composta por Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Vice Reitor de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pelo Professor Jayme Landmann, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sucupira, citou: “ *a idoneidade da mantenedora - ... a Sociedade Universitária Gama Filho, uma instituição civil sem fins lucrativos... estatuto publicado ... registrado sob nº 14.803 do Livro A/7 do Cartório Álvaro César de Mello Castro Menezes, no campus funcionam 19 cursos de graduação, com a matrícula de 8.508 alunos, no ano letivo de 1971... mantém convênios com vários hospitais da rede do Estado e está construindo o seu próprio Hospital Escola... a biblioteca central... um acervo de 30 mil títulos... todos os cursos são reconhecidos¹⁰⁷ .. .ou autorizados¹⁰⁸ ...” (UGF, 1982,p.145:7)*

Neste parecer, foi realçado pelo redator que a UGF, privilegiava a visão da Universidade como sistema e não como conglomerado, acatando a Lei 5.540/68, sendo assinalado: ‘...possuindo quatro centros: ...*Ciências Humanas com os Departamentos; Educação, Filosofia, Letras e Artes, Psicologia; Ciências Sociais: Ciências Jurídicas, Economia, Administração, Contabilidade, Serviço Social, História, Geografia, Sociologia e Política, Comunicação Social; Ciências Biológicas e da Saúde: Biologia, Patologia, Medicina Social, Medicina Interna, Cirurgia, Pediatria, Obstetrícia, Odontologia, Enfermagem, Farmacologia, Doenças Tropicais; Ciências Exatas e Tecnológicas: Matemática, Física, Química, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial, Ciências de Materiais e Metalurgia, Arquitetura, Urbanismo, Geologia....com Unidades Complementares de Apoio, em número de quatro: Biblioteca Central: Gama Datacentro, Associação Atlética Gama Filho, Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais ... como vê se uma*

¹⁰⁷ As Faculdades reconhecidas: Ciências Jurídicas, Economia. Filosofia Ciências e Letra, Serviço Social e Escola Médica

¹⁰⁸ Os cursos autorizados: Administração de Empresa. Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica.

organização em tudo semelhante à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, já aprovado por este conselho...".(UGF,1976, p:89:91).

Possuía os quesitos necessários para ser reconhecido como uma Universidade, e a estrutura de alguns Departamentos já existiam apesar de não estarem em funcionamento, evidenciando os planos de expansão e demonstrando, mais uma vez, o movimento constante de Gama Filho e sua inquietude em busca de novos horizontes. Entre estes configurou-se o Departamento de Enfermagem, objeto deste estudo.

Neste parecer também foi mencionado os órgãos da Administração Superior: Chancelaria¹⁰⁹, Reitoria, Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho de Desenvolvimento.

Sucupira, na conclusão do seu Parecer ainda afirma: *“trata-se de uma universidade que é o fruto amadurecido de um esforço tenaz, de um labor altamente produtivo, inteiramente dedicado à realização de uma obra educacional das mais fecundas e meritórias... não resta dúvida que a Universidade preenche todas as condições para ser reconhecida...”(Op. Cit, 1976,. p. 92).*

Com Parecer favorável, **o Decreto nº 70.330, de vinte e quatro de março de 1972, Presidente Emílio Garrastazu Médici juntamente com o Ministro de Estado de Educação e Cultura Jarbas, concedeu o reconhecimento da Universidade Gama Filho.** Deste maneira, após trinta e três anos, cumpria-se a promessa de Luiz Gama Filho, já citada anteriormente: *“...não morrerei sem dar a este subúrbio uma universidade”*.

Com certeza, não só Gama Filho, mas todos que lutaram para esta concretização, tiveram a sensação de vitória, de dever cumprido, mas não se

¹⁰⁹ O Chanceler: Presidente da Sociedade Universitária Gama Filho, tinha por competência: nomear ou demitir: Reitor/Vice Reitor, aprovar orçamento, homologar a nomeação de Decanos(cada Centro possuía um) e Diretores(cada Departamento possuía um) pelo Reitor, homologar convênios com a Universidade e entidades públicas e particulares.(UGF.1976,p.91)

acomodaram e continuaram a buscar a melhoria do ensino e a ampliação de Cursos.

Neste mês, março de 1972, a Revista Universidade, mostrou com clareza a força da “política de interdependências”, no editorial assinado por Gama Filho: *“neste março de 1972, ao comemorarmos o oitavo ano do movimento revolucionário, nos identificamos, todos juntos, com o sentido inovador e cívico. Ao longo destes anos as lideranças foram alteradas e ajustadas a um esquema de progresso ... o país se transforma, prodígio da unidade num quadro de contrastes vertiginosos... o Governo Emilio Garrastazu Médici o consolidador da política iniciada em 1964. Sua admiração, fazendo o jogo da verdade... suas palavras criaram a atmosfera nova no País, restaurando, em cada brasileiro, a confiança no governo e em si mesmo.”* (Revista Universidade, 1972, p.25).

Realmente “a política de interdependências” tonou-se evidente, enaltecendo o governo militar, que ,através de obras grandiosas, tais como a Construção da Trans Amazônia , o crescimento da Petrobrás e da Embratel, o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento, e da Indústria Naval, conquistou uma parcela considerável da população que demonstrava grande entusiasmo, sendo que uma refrão musical ecoou : “Brasil, eu te amo, eu te amo meu Brasil”.

O entusiasmo foi tão acentuado que o processo de banimento dos integrantes dos movimentos de esquerda provavelmente se tornou mais ameno, uma vez que a população adotou o discurso governamental: “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”.

O reconhecimento da Universidade, com certeza, trouxe benefícios para a Instituição e proporcionou certa estabilidade, num período em que as falhas do sistema governamental ficaram evidentes, demonstrando os lados vulneráveis e negativos do milagre econômico, como: a dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, a necessidade cada vez

maior de produtos importados(petróleo), a acumulação de capita, a péssima qualidade de vida da maioria da população(indicadores de saúde, educação e habitação baixos).

Efetivamente esta crise econômica não repercutia nos planos de Gama Filho. **Em 1972, a Universidade continuou sua expansão ampliando-se o número de Cursos oferecidos pela UGF e iniciando o Curso de Comunicação Social(Habilitações em Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas), e Arquitetura.**

O Curso de Comunicação, foi implantado num período de transição política¹¹⁰, em que apesar de reinar a censura a imprensa, foi evidente a expansão dos meios de comunicações, principalmente a televisão¹¹¹, que já era um dos meios mais populares. Já o Curso de Arquitetura , expandiu-se rapidamente exigindo a construção de um edifício específico, que foi integrado ao Centro de Tecnologia.

Em 1974, assumiu o Governo Ernesto Geisel, o primeiro presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral¹¹², iniciando o processo de abertura política, utilizando as palavras chaves: abertura lenta, gradual e segura. A liberalização do regime(distensão) ocorreu por diferentes motivos, entre estes, a pressão da oposição e da Igreja, o desgaste de poder nas Forças Armadas.

Em, 1974, ocorreram as eleições legislativa, sendo permitido o acesso dos partidos a mídia, Gama Filho candidatou-se ao Senado, pelo Partido Social Democrático, com o apoio dos professores, que através de um abaixo

¹¹⁰ O governo estava desgastado e se preparava para a indicação de outro Presidente.

¹¹¹ A TV Globo apoiada pelo governo militar, e além de ser o porta-voz governamental, se tornou rede nacional, e tinha o controle do setor.(Fausto, 1997, p. 484)

¹¹² O Colégio Eleitoral foi composto por membros do Congresso e delegados das Assembléias Legislativas dos Estados.

- assinado manifestaram a favor de sua candidatura¹¹³, entretanto, segundo depoimento de um estudante¹¹⁴, não teve o mesmo apoio dos discentes.

Nestas eleições o Movimento Democrático Brasileiro¹¹⁵, partido de oposição, obteve 72% das cadeiras da Câmara Deputados, mas a o partido governamental permanecia maioria no Senado.

No curso de 1975, efetivaram-se as medidas liberalizantes (suspensão a censura nos jornais), associadas a repressivas (repressão contra o Partido Comunista Brasileiro). E infelizmente, a tortura continuou e o jornalista Vladimir Herzog¹¹⁶, morria nas dependências do DOI-CODI São Paulo, provocando indignações da sociedade civil e Igreja.

Na esfera econômica o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹¹⁷, ao buscar o caminho da autonomia no terreno de insumos básicos e da indústria de bens de capitais, levou o país a arcar com compromissos cada vez mais pesados, que refletiriam no próximo governo.

Gama Filho, apesar da situação política e da derrota pessoal no processo eleitoral, continuou o seu sonho de expansão da Universidade, e de tornou mais palpável o desenvolvimento de atividades esportivas, considerado um dos preceitos de integração, **implantado, neste ano(1975), o curso de Educação Física**, e iniciado os primeiros movimentos para a criação do Curso de Enfermagem, conforme analisei no próximo capítulo.

¹¹³ Conforme confirma Documento histórico, datado de 1972, encontrado no Museu Universitário da UGF.

¹¹⁴ Estudante de economia que espontaneamente realizou este depoimento ao ler a primeira versão desta Tese.

¹¹⁵ O MDB foi criado pela Ditadura mas ganhou características próprias, principalmente pela presença de pessoas que desejavam a liberalização do regime.

¹¹⁶ Diretor de jornalismo da TV Cultura. acusado de ser aliado do PCB, pela versão oficial cometeu suicídio por enforcamento.

¹¹⁷ O I Plano Nacional de Desenvolvimento(PND) tinha sido lançado pelo Governo Médice. O II PND buscava completar o processo de substituição de importações instalado há décadas no país. A preocupação maior do II PND foi com o problema energético, propondo avanço da pesquisa de petróleo, utilização do álcool como combustível. construção de hidroelétricas.

3.3 O Regimento da Universidade Gama Filho

Consideramos pertinente comentar o Regimento da UGF, uma vez o Departamento de Enfermagem, foi estruturado obedecendo-o .

A estrutura administrativa da Universidade neste período era:



Siglas

CT Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CBS Centro de Biológicas e da Saúde

CCH Centro de Ciências Humanas

CCS Centro de Ciências Sociais

As atribuições dos diferentes órgãos compreendiam:

- a- *Chancelaria: órgão superior da UGF, com autoridade suprema, o Chanceler, dignidade deferida ao Presidente da Entidade Mantenedora, auxiliado por dois Vice Chanceleres de sua livre escolha, poderia nomear, exonerar, demitir e licenciar o Reitor e Vice Reitores.*
- b- *Reitoria: órgão superior executivo da UGF, deveria: ... coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias, nomeado pela Chancelaria por quatro anos, poderia nomear, exonerar, demitir e licenciar os dekanos, diretores de*

- departamento, membros do Conselho de Desenvolvimento, pessoal docente e administrativo.*
- c- *Conselho Universitário: formado pelo Reitor, Vice Reitores, Decanos, um representante de cada categoria de docente da UGF¹¹⁸, por um professor pertencente aos quadros docentes da UGF, de indicação direta do Chanceler, dois representantes da comunidade¹¹⁹, e por dois representantes dos alunos¹²⁰. Deveria: ... zelar pelo patrimônio moral da universidade, aprovar estatuto e regimento da UGF, deliberar sobre concessão de Títulos: Professor Emérito, Professor Honoris Causa, Doutor Honoris Causa.*
- d- *Conselho de Ensino e Pesquisa: órgão máximo da administração acadêmica, constituído pelo Reitor(Presidente), Vice Reitor acadêmico, Decanos dos Centros Universitários, dois membros de cada Centro, sendo um escolhido pelo reitor e outro pelos Departamentos, dois representantes dos discentes. Suas atribuições principais englobariam: ... orientar e coordenar o ensino e a pesquisa em toda a Universidade, decidir sobre as propostas de novos Cursos a serem aprovados pelo Conselho Universitário, aprovar ementas e programas de disciplinas, fixar limites mínimo e máximo de créditos e de disciplina por período letivo, acompanhar e avaliar o rendimento escolar.*
- e- *Conselho de Desenvolvimento¹²¹: constituído de personalidades iminentes pelo serviços de relevância prestados à Comunidade através da educação ou pela comunhão de propósitos quanto aos objetivos da UGF. Presidido pelo Chanceler(Presidência), Vice Reitor de Desenvolvimento(membro nato) e conselheiros nomeados pelo Reitor, até no máximo 20, com mandato de um ano.*
- f- *Vice Reitores: os Vice Reitores eram nomeados pelo Reitor, as Vice Reitoria, possuíam diferentes atribuições:*

¹¹⁸ Mandato de dois anos, não foi explicitado no Estatuto e Regimento da UGF, como esta escolha era feita.

¹¹⁹ Escolhidos pelo Chanceler em listas sêxtuplos oferecidas pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo prazo de um ano.

¹²⁰ A escolha dos representantes estudantis era feita por meio de eleições diretas do corpo discente, sendo que o candidato não poderia ter reprovação em disciplinas obrigatórias. ou penalidade disciplinar. Art 161 do Regimento da UGF.

¹²¹ Apesar de não estar no Organograma executava as suas atividades, e consideramos importante citar as suas atribuições.

- *Vice Reitoria Acadêmica: ... planejaria a vida acadêmica da UGF, global e anualmente, administrar todo o ensino de Graduação e Pós Graduação, apreciaria os processos de implantação de Cursos, e os de nomeação, promoção, transferência e demissão do corpo docente, mantendo registro da vida acadêmica dos Professores; seria coordenada por um Vice Reitor, sendo que em cada Centro existia um Decano.*
- *Vice Reitoria Comunitária: ... promoveria o espírito de solidariedade universitária(entre discente, docentes e funcionários), coordenaria e fiscalizaria os Serviços: da Biblioteca Central, do Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais, da Associação Atlética Universitária, coordenaria as atividades extracurriculares e todas as atividades estudantis não acadêmicas, inclusive Cursos de Extensão*
- *Vice Reitoria de Desenvolvimento: ... promoveria a obtenção de recursos necessários ao desenvolvimento da Universidade e intercâmbios da UGF com outras Universidades e entidades de caráter cultural e científico, coordenaria campanhas encetadas em prol da Universidade, estabeleceria estreita cooperação com a mídia e com os órgãos públicos.*
- *Vice Reitoria Administrativa: ... exerceria a direção administrativa da Universidade, elaborando proposta orçamentária da Universidade, fiscalizaria a execução do orçamento, zelaria pela conservação dos prédios, proporia a nomeação do Prefeito do Campus Universitário.*
- f- *Centros: seriam administrados por um Decano, nomeado pelo Reitor, e de preferência escolhido entre os professores titulares. O Decano seria responsável ... pelas atividades do seu Centro, podendo submeter, com o seu parecer, a nomeação e promoção de professores, pelo Conselho Departamental, órgão deliberativo do Centro, que seria composto pelo Decano(Presidente), Diretores de Departamentos, representação docente(não superior a metade do número de Departamentos), e um representante discente. Deveria fixar as diretrizes para as atividades de ensino e pesquisa do Centro, em conformidade cm o Conselho de Ensino e Pesquisa, analisaria as propostas para Criação de novos Departamentos.*
- g- *Departamentos: menor fração universitária, deveria ser constituído com pelo menos quinze professores, além do pessoal de apoio técnico. A Administração do*

Departamento compreenderia: Diretor do Departamento¹²², preferencialmente escolhido entre os seus professores, que deveria: superintender os serviços administrativos do Departamento, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de ensino e pesquisa, examinar e decidir, em primeira instância, as questões referentes ao corpo docente e discente, encaminhar nomes para a admissão, promoção ou transferência no corpo docente e administrativo, designar professores responsáveis pelos setores que se fizerem necessários para o bom andamento do Departamento, e a Comissão Diretora do Departamento, que seria composta pelo seus professores titulares, em exercício, um representante de cada categoria docente, e um estudante., caberia - lhe: ...avaliar e encaminhar o nome de candidatos à admissão e à promoção no quando docente, ... organizar o currículo, aprovar programas de disciplinas, elaborar ementas de disciplinas... .(UGF, 1976, p.7:15)

Verificamos que esta estrutura universitária obedeceu os parâmetros legais, demonstrou uma certa autonomia, mas apresentou uma forte tendência a concentração de poder, até mesmos nas Unidades menores, uma vez que nos Departamentos, raramente eram formada a Comissão Diretora, de certo modo, ferindo o Regimento e Estatuto da UGF, mas aceita pela própria Instituição.

Quanto ao regime didático pedagógico o Regimento da UGF, deixou claro a dinâmica dos Cursos de Graduação, definindo que o Primeiro Ciclo de Estudos (Ciclo Básico) seria constituído por um conjunto de disciplinas e outras atividades pedagógicas comuns aos alunos do mesmo Centro, com a finalidade de:

- I- realização de estudos de caráter básicos preparando par os estudos no segundo ciclo;*
- II- orientação do aluno para a escolha de uma carreira;*

¹²² O Regimento e o estatuto da UGF, não fixa o período do mandato do Diretor do Departamento, e os critérios utilizados para a sua nomeação.

III- integração do aluno na vida acadêmica própria da Universidade;

IV- recuperação de insuficiências evidenciadas no vestibular.

(UGF, 1976, p.45)

Ficou claro neste Regimento que a UGF, não estaria preocupada somente com a manutenção de uma clientela, mas desejaria dar-lhe mais qualidade: *recuperação de insuficiências evidenciadas no vestibular*, referindo-se muitas vezes a dificuldades apresentada pelos discentes no Português, sendo que em todos os cursos era e é obrigatório a disciplina: Expressão Oral e Escrita.

Foi enfatizado também o princípio da flexibilidade curricular, com redução ao mínimo das matérias obrigatórias exigidas, mas cumprindo as determinações legais, sendo que os Cursos de graduação, *“cujos diplomas conferem privilégios profissionais, incluirão, como obrigatórias, as disciplinas fixadas pelo Conselho Federal de Educação, às quais poderão acrescentar-se matérias consideradas indispensáveis à sua complementação.. e não poderão ser ministrado em um tempo inferior ao estabelecido pelo Conselho Federal de Educação...”*(Op. cit. p. 46).

Referiu, ainda, ao Colegiado dos Cursos: *“... constituído por docentes em exercício, um para cada matéria do currículo mínimo, eleitos pelos respectivos Departamentos e de um representante do Corpo Discente... presidido por um Coordenador, nomeado pelo Reitor, compete ao Colegiado: fixar as diretrizes dos programas didáticos... integrar os planos elaborados pelos Departamentos... a fim de organização do programa didático do curso, ... orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso, ... propor alterações no currículo... devendo se reunir pelo menos uma vez ao mês...”*(Op. cit. p. 47:8)

Esta estrutura assim vislumbrada ofereceria condições para um Gerenciamento mais democrático dos Departamentos, compartilhando funções e decisões com o Diretor do Departamento, mas infelizmente na maioria dos Cursos não foi efetivado.

Quanto aos currículos e programas, foi fixado que a carga horária do currículo mínimo não ultrapassaria oitenta e cinco por cento do currículo mínimo e nem seria inferior a sessenta e cinco por cento, e que “... as disciplinas obrigatórias serão reduzidas ao núcleo comum exigido pelos objetivos gerais visados pelo curso e necessário para imprimir-lhe unidade, ... as disciplinas eletivas assegurarão a flexibilidade curricular, permitindo a integralização do currículo com conteúdos formativos diversos entre si, mas equivalentes em relação aos objetivos do curso.” (UGF, 1976, p.52:3)

Deste modo foi esquadrihado o que se esperaria dos cursos quanto a carga horária e elenco de disciplinas, delimitando um campo, mas apesar de direcionar a estrutura curricular, permitiria a “montagem” dos Cursos com características próprias ou específicas desta Universidade.

Ao reportar ao sistema de crédito, este Regimento fixou: “... a unidade de crédito, ou simplesmente crédito, corresponde a um mínimo de quinze horas de preleção ou de trabalho escolar equivalente(.. trabalho de laboratório, exercício em aula, seminários, estágios supervisionados..), por período letivo. Ainda, trouxe as definições de: “.. pré - requisito significa disciplina ou disciplinas, cujo estudo, com aproveitamento, é considerado condição prévia para matrícula em outras ou outras disciplinas...Co - Requisito ou requisito paralelo designa a disciplina que deve ser estudada simultaneamente com outra ou outras disciplinas...”. (op. cit. p. 54:5)

Ao estipular a carga horária de quinze horas correspondendo a um crédito, a UGF diferenciou de outras estruturas que conferiram um valor maior para esta unidade, mas não contrariou recomendações legais, uma vez que o número de crédito seria proporcional a carga horária do Curso.

O sistema de pré - requisito e co - requisito, demonstrou a intenção de garantir uma seqüência lógica de conteúdos, onde o discente aprofundaria seus conhecimentos de forma ordenada e clara.

O Regimento definiu como critério de admissão do aluno na UGF, o concurso vestibular unificado por áreas afins, realizado pela Universidade ou em convênio com outras Instituições, fixando como norma de eliminação do candidato, resultado nulo em qualquer prova. Determinou como documentos obrigatório para matrícula: *“certidão de nascimento, carteira de identidade, prova de estar em dia com as obrigações militares, título de eleitor, atestado de vacinação variolosa, atestado de sanidade física e mental, duas fotografias 3x4 de frente, atestado idoneidade moral, certificado de conclusão de segundo grau, acompanhado de histórico escolar completo ou equivalente, prova de pagamento da primeira parcela da anuidade.”*(UGF, 1976, p. 56).

Verificamos que as exigências para a matrícula, refletiam o clima de repressão ainda presente no contexto político: *atestado idoneidade moral ...atestado de sanidade física e mental.* A própria Universidade reforçou tais medidas, ao fixar *“... quando julgar conveniente, o Vice Reitor Acadêmico exigirá ... uma comprovação mais rigorosa da sanidade física e mental do candidato”.* Esta exigência além de demonstração de comprometimento com o Governo, poderia induzir a atitudes discriminatórias.

Em relação avaliação do aproveitamento escolar do aluno, o Regimento da UGF, impôs como condições de aprovação: *“... grau numérico superior a cinco da média aritmética dos três Graus de Qualificação(GQ), grau numérico diferente de zero no terceiro GQ, e o mínimo de dois terço de frequência as aulas...”.* Os Graus de Qualificação, em número de três seriam: GQ1 e GQ2 obtidos *através de testes ou trabalhos equivalentes(relatório de aulas práticas, confecção de Projetos, Trabalho na Comunidade, Trabalho prático, arguição,, defesa de projetos...),... sendo obrigatório que desses graus ... seja prova escrita.. e GQ3... através de exame escrito com toda a matéria .lecionada durante o período”*(UGF, 1976, p. 61)

Vemos que os critérios para aprovação não diferente de outras Instituições envolviam, não apenas uma média aritmética(reprovação por média), mas uma frequência mínima(reprovação por falta), mostrando que o sistema particular se assemelha ao público, e também incentiva formas de avaliação do discente, que envolvam uma visão mais holística deste indivíduo(relatórios, projetos, observação em campo).

A pesquisa e a extensão, também delineados no Regimento da UGF, caberia a Universidade conceder de auxílio e bolsas, entre as quais iniciação a pesquisa, incentivando a pesquisa no meio discente e a formação de pesquisadores, publicação dos resultados e dos trabalhos de pesquisa, organização de laboratórios ou serviços especiais de apoio a pesquisa.

A extensão foi entendida como a realização de cursos e a prestação de serviços à comunidade, planejados pela Universidade ou atendendo solicitações.

O corpo docente da UGF, obedecendo o seu regimento, seria formado por professores Titulares(*possuir grau de Doutor ou qualificação equivalente, ter dez anos, no mínimo de experiência acadêmica sendo cinco na UGF*), Adjuntos(*possuir grau de mestre ou qualificação equivalente, ter 6 anos, no mínimo de experiência acadêmica sendo três na UGF*), Assistentes(*obter o grau de Mestre, ou qualificação equivalente, no prazo máximo de quatro anos, como condição de permanência no quadro de professor, ter dois anos, no mínimo, de experiência acadêmica na UGF*), Auxiliares(*possuir título universitário, no qual se inclua a disciplina na área de estudo em que se dará a admissão*). (Op. cit. p. 67:9).

Verificamos que a Universidade ao definir estes critério incentivou a qualificação acadêmica, mostrando o interesse de ter em seu quadro docente, um maior quantitativo de professores mestres e doutores, além de deixar nítido que além do título o docente deveria ter uma experiência

acadêmica, que envolveria uma participação pelo menos mínima na própria UGF, portanto estaria ciente e provavelmente de acordo com o *campus e habitus* deste sistema de ensino, garantindo assim o prosseguimento de ideais institucionais.

A promoção na carreira acadêmica não seria automática, mas requerida pelo Departamento para o docente que atingisse um mínimo de “*créditos docentes*”¹²³, e avaliada pela Comissão de Promoção a Carreira Docente(*presidida pelo Vice Reitor Acadêmico e um professor de cada Centro*), que fixaria ou não a realização de exame de qualificação, e verificaria a disponibilidade de vaga no quadro docente da universidade.

Quanto a admissão do professor, caberia primeiramente a Comissão Diretora¹²⁴ do Departamento encaminhar ao Decano do Centro o nome do candidato à admissão no quadro da carreira docente, anexando a seguinte documentação: justificativa da proposta de admissão, com o enquadramento do candidato em um dos programas do Departamento e Curriculum vitae do candidato.

Como normalmente a Comissão Diretora era formada no momento da admissão, por docentes indicados pela Diretora, uma vez que nem todos os Departamentos possuíam professores titulares, este processo apesar de obedecer um regimento, poderia ser afetado privilegiando o denominado “conhecimento pessoal”, e o próprio Regimento da UGF, sinalizou outro

¹²³ Os créditos docentes ou CD, seriam aprovados pela Comissão de Promoção da Carreira Docente e corresponderiam a: Título Universitário: título de graduação(0CD), segundo título de graduação(1CD), mestrado ou equivalente(2 a 4 CD), doutorado ou equivalente(6 a 7 CD), catedrático ou titular de Universidades brasileiras, desde que obtido por concurso(8CD), Experiência Acadêmica: cada ano na UGF(0,5 CD), cada ano no ensino universitário(0,5 até no máximo 12 CD), Cursos: aperfeiçoamento e especialização(0 a 1CD até no máximo 5CD), Mérito: excepcional e comprovado competência acadêmica(máximo 6 CD). A pontuação mínima para o professor candidatar-se a promoção seria: Professor Auxiliar (0CD), Professor assistente(6CD), Professor Adjunto(12CD), Professor Titular(24CD). UGF, 1976, p.68:70.

¹²⁴ Em alguns Departamentos, que não tinham professores titulares, esta Comissão seria formada por professores de maior título, indicado pela Diretora, raramente ocorreria a participação discente.

caminho da admissão docente: “... em casos extraordinários, a seu critério, poderá a Reitoria dispensar o processo normal e determinar a contratação direta do candidato”. (UGF, 1976, p.71).

Relativo aos direitos dos professores, no Regimento da UGF, não foram mencionados, sendo explicitado os deveres e o regime disciplinar (advertência, repreensão e destituição), sendo que o professor poderia ser destituído por: “... falta de competência científica, incapacidade didática, desídia inveterada no desempenho de suas funções, ou procedimento incompatível com as finalidades da instituição e a dignidade da vida comunitária...”. (Op. cit. p. 74).

Constatamos que nesse regimento é claro o caráter subjetivo dos critérios para a demissão do professor, o que seria na visão da instituição “procedimento incompatível com as finalidades da instituição”? , e teria condições de ser imparcial uma Comissão de Inquérito Administrativo, formada por professores indicados pelo Reitor.

Finalmente, quanto ao corpo discente, o Regimento da UGF, preveria a Representação Estudantil, sendo a escolha de discentes realizada em eleições diretas realizada entre os estudantes, e os candidatos deveriam: “... não possuir reprovação em disciplinas obrigatórias do seu Curso, não possuir pena disciplinar, e ter no mínimo dois terços frequência as aulas...”. O mandato dos representantes seria de um ano. No entanto não deixou explicitado quantos representantes estudantis teria a Universidade. (UGF, 1976, p. 78)

Referente a Associações de Estudantes (Diretório ou Centro Acadêmico), estas só poderiam ser organizada com a *prévia autorização do Conselho Universitário e aprovação do respectivo Estatuto pelo mesmo Conselho.* (Op. cit., 1976, p.79).

Com estes dizeres estava configurado o “poder institucional” sobre estas Associações, uma vez que além de autorizarem o funcionamento ditariam as normas a seguir à luz de um Estatuto que também aprovariam.

3.4 Síntese do Capítulo

Na história de vida de Luís Gama Filho encontramos a sua determinação em busca de um ideal, o dinamismo que iria contagiar o próprio ambiente de ensino. .

A “política de interdependências”, definida neste estudo, como o conjunto de estratégias e práticas capazes de criar uma disposição, para obter num sistema de trocas valorizadas a consecução de objetivos e fins. Foi utilizada por Gama Filho, como uma das estratégias, senão a maior delas, permitindo o prosseguimento de suas metas.

Assim, ocorreram a união com a Igreja, com o Políticos, e com os Militares, com a Comunidade, com os Docentes e com os Discentes, o que permitiu, muitas vezes transformar as dificuldades do contexto socioeconômico e político, em facilidades.

Em diversos trechos, percebemos a perspicácia de Gama Filho, seja unindo:

1. as atividades de esporte e lazer no ensino, como a construção da piscina, formação de equipes para competição esportivas, criação do Grêmio estudantil, dos jornais internos;
2. as atividade políticas no ensino, Gama Filho ao organizar o espaço de ensino, e interrelacioná-lo com o Bairro Piedade, conseguiu firmar um reduto eleitoral, e ao inserir-se na política ganhou aliados poderosos
3. as atividades assistenciais com o ensino, ao oferecer atendimento aos alunos e a comunidade, demonstrava interesse e ganhava aliados;

4. atividade de ensino no mercado de investimento: a necessidade da Universidade Particular ter verbas para o seu custeio, implica no oferecimento de Cursos que tenham Clientela e/ou existe carência no mercado de trabalho do profissional que será formado
5. atividades culturais com o ensino: através do Coral da UGF, grupos de teatro, de dança, interage com a Sociedade, e ao mesmo tempo que contribui em diversos acontecimentos divulga a Universidade.

Constatamos que o Sistema de Governo Brasileiro estimulou a implantação do ensino particular, e que este é na maioria das vezes freqüentado por alunos pertencentes a classes menos favorecidas. Essa afirmação não parte de um vazio mas nos próprios dados da realidade, uma vez que geralmente possuem uma formação escolar básica deficitária, que dificulta vencer a concorrência do vestibular da universidade pública, ou necessitam ter um vínculo empregatício, não possuindo disponibilidade horária para freqüentarem um curso integral ou horário vespertino.

Alguns mecanismos educacionais, criados pelo poder público, contribuem para o incremento do ensino superior no espaço particular, englobando: o próprio Vestibular Unificado, que de modo incoerente, já que foi criado para democratizar o acesso do aluno, dificuldade o ingresso dos alunos, principalmente aqueles com menor preparo educacional e cultural. A subvenção governamental, o sistema de crédito, e o sistema de pré requisitos, que podem facilitar o acesso e caminhar do aluno na Universidade Particular e até, em muitos casos, ingresso nas instituições públicas, via transferência, historicamente realizada em cursos de menor demanda.

Outro fator que estimulou o crescimento das escolas particulares, foi assinalada pela Resolução nº 4/ 72, que permitiu a união dos alunos no tronco pré profissional em áreas comuns, implicando muitas vezes em economia de recursos financeiros.

Verificamos que a estrutura acadêmica da Universidade obedeceu os dizeres da Lei 5.540/68, mas por ser uma Instituição Particular de Ensino possui especificidade que envolvem, entre outros: configuração do poder (centrada na própria família ou em pessoas de sua confiança), a distribuição de cargo e atribuições(pessoa de confiança e com competência), critérios de contratação de Docentes(apesar de traçar o perfil de cada categoria docente, e critérios básicos, permitiu a utilização de subjetivos, uma vez favorecia a indicação pessoal), ascensão funcional (discriminou as quatro categorias docentes, mas criou critérios específicos, envolvendo principalmente tempo de serviço na UGF).

**IV- A enfermagem no espaço formativo da Universidade Gama Filho:
O empenho das pioneiras : de 1975 a 1985**

*“A dependência pela independência...
conceder ao sistema de ensino
a independência absoluta à qual ele pretende, ou ao contrário,
não ver nele senão o reflexo de um estado do sistema econômico ou
a expressão direta do sistema de valores da sociedade global,
é deixar de perceber que sua autonomia relativa lhe permite
servir as exigências externas sob as aparências de independência e da
neutralidade, isto é dissimular as funções sociais que ele desempenha...”*
Bourdieu, & Passeron, 1992, p.188

Analisaremos neste capítulo, os motivos da implantação do ensino de enfermagem na UGF, a organização do Departamento de Enfermagem e os planos de expansão, o processo de reconhecimento e os movimentos iniciais destes planos, abrangendo o período de 1975 a 1986.

4.1 O desvendar de horizontes

As intenções de implantar um Curso de Enfermagem na Universidade Gama Filho, estavam no consciente ou inconsciente de Gama Filho desde 1943, quando ao fundar uma Maternidade¹²⁵, se referiu à *necessidade de um*

¹²⁵ Descrito na página 76 e 77 deste estudo.

atendimento de enfermagem qualificado. Em 1972, o Processo n^o 51/72, enviado ao Conselho Federal de Educação, ao descrever a estrutura do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, inseriu o Departamento de Enfermagem, efetivando o desejo de torná-lo realidade.

Foi entretanto, no início de 1975, em uma das Sessões Plenárias do Conselho Universitário, que o médico Alberto Gentile, então Decano do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, solicitou autorização para a elaboração de um anteprojeto, para criação do Curso de Graduação em Enfermagem, constituindo o Processo n^o 21.298 .

Provavelmente este médico estava consciente da *necessidade de formação de recursos humanos para a enfermagem*¹²⁶ e aliou este fato às facilidades delineadas pela Resolução n^o 4/ 72, que incorporou ao Parecer 163/ 72 o currículo mínimo em enfermagem, possibilitando, no Ciclo Básico, a unificação de turmas. Deste modo, como a UGF já possuía cursos nesta área, o corpo docente deste ciclo básico estaria praticamente pronto.

Para concretizar tal tarefa, Alberto Gentile agiu exatamente igual à maioria dos médicos que criaram os cursos anteriores no Rio de Janeiro, convidando, em 1975, uma enfermeira para elaborar o projeto de implantação do Curso de Enfermagem, mostrando respeitar o conhecimento profissional e técnico desta classe.

¹²⁶ A III Reunião Especial de Ministros de Saúde das Américas, realizada em 1972: recomendava o aumento de recursos humanos na enfermagem, principalmente nas áreas preventiva mas, no Brasil, a expansão significativa da medicina curativa pressionada pelo complexo médico - farmacêutico industrial, exigiu cada vez mais a presença da enfermeira nos campos hospitalares. Estas enfermeiras geralmente, ocupavam cargos de chefia, e eram pressionadas prioritariamente a exercer um controle sobre o recursos humanos e materiais, visando mais os interesses da Instituição, ao detrimento a assistência ao cliente ou ao bem estar da sua equipe, o que agravou os conflitos na relação entre os membros da categoria.

4.2 O caminhar da Primeira Diretora

Em meados de 1975, a enfermeira Livre Docente Leda Santos Pires iniciou suas atividades na Universidade Gama Filho, objetivando a implantação do curso no próximo ano.

Fazemos uma retrospectiva de uma parte de sua vida, por entender que o seu processo de formação e a sua inserção no mercado de trabalho lhe proporcionou um habitus, um “modus faciendi”, que, com certeza, influenciou na diretriz da Enfermagem da UGF.

Leda Santos Pires veio para o Estado do Rio de Janeiro, com dezessete anos, para estudar em 1957, na então Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro¹²⁷, localizada na cidade de Niterói. Quanto aos motivos que a conduziram a optar por esta formação, ela relata: “...*a minha vida é uma missão. Eu há 17 anos fiz um concurso, lá em Aracaju, e de repente estava na faculdade. De repente estava estudando enfermagem. Não foi uma escolha. Mas eu, ao chegar na enfermagem, gostei muito e para mim era algo muito gratificante... abrindo um novo horizonte para mim...*”.

Este discurso demonstra que, para Leda, a maneira de viver confunde-se com o cumprimento de uma “missão”, como se o destino já tivesse sido traçado. O próprio engajamento na enfermagem ultrapassou o simples desejo de crescimento. E constituiu-se, provavelmente, numa forma de romper estruturas, de aceitar desafios, de romper barreiras, uma vez que o mundo

¹²⁷ Atualmente Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, localizado na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

feminino era muito restrito. A sua atitude de vir de um Estado distante, forçosamente a afastou do convívio social em que estava inserida, demonstrando desprendimento e vontade de firmar-se individualmente

Confirmando esta tendência, acompanhemos sua trajetória: “... *ainda mais uma menina do Nordeste, vir aqui para o Rio, mas para mim foi uma conquista impar... tinha que segurar isso com muita garra.... ainda era uma profissão que eu achava bonita, e aí eu pensei - vou organizar a minha vida, estudar muito, trabalhar muito e vou conquistar.*”

Nessas observações, além de reforçar as afirmações anteriores, demonstrava um pouco de amargura pela profissão escolhida: “*ainda era uma profissão que eu achava bonita*”, provavelmente o caminho percorrido por ela na profissão, que lhe trouxe algum desconforto de difícil superação.

No período em que Leda estudou, o currículo de enfermagem seguiu as determinações da Lei nº 775/49 e do Decreto nº 27.426/49, havendo equilíbrio entre os conhecimentos teóricos ampliados da legislação anterior e o estágio supervisionado, o que envolveu, além da prevenção e assistência de enfermagem nas especialidades clínicas (médica, cirurgia, obstétrica e neonatal, pediátrica), a possibilidade da “especialização” em Saúde Pública e/ou Administração.

Quanto ao processo de ensino, Leda afirmava: “...*e nós achávamos que éramos muito preparadas, e tínhamos muito estudado sobre o nosso valor de ser humano, nós tínhamos um preparo de formação humanística, muito cuidadoso e nós sabíamos que o mercado estava todo vazio em relação a educação para a saúde, a educação das pessoas...*”.

O caráter educativo da profissão e a abordagem humanística, destacado nesta fala, e impregnou o seu processo formativo, provavelmente auxiliando-a a guiar a carreira profissional.

O período em que frequentou o curso foi marcante: “... *Dona Aurora de Affonso Costa*¹²⁸.... era a diretora, e eu queria muito bem a ela. Até me espelhei um pouco nela, porque ela era muito gente, muito plena no que fazia. Tinha uma plenitude que me dava satisfação poder ser uma enfermeira igual a ela...”

A introjeção do habitus foi explicitada e o processo de inculcação obedeceu aos moldes ananerianos, uma vez que esta Diretora foi formada nas primeiras turmas da Escola de Enfermeiras Ana Neri, onde foi, inclusive, Vice-Diretora.

A convivência no internato, deve ter colaborado também no processo de formação do habitus desejado para a enfermeira, naquele período e por muitas décadas: “...eu tinha saído de Aracaju ... não tinha família aqui no Rio, não tinha nada ... nós morávamos internas na época, internato. Morava numa casa lá em Jurujuba...”

O período de formação profissional de Leda foi de intensas mudanças, não só educacionais, mas sócio econômicas e políticas: o Programa de Metas de JK, a mudança da Capital Federal para Brasília, o governo relâmpago de Jânio Quadros, a instabilidade na sua substituição, as campanhas pelo ensino tanto dos escolanovistas, como dos educadores católicos, os acordos MEC - USAID, frutos da ideologia da “Aliança para o Progresso”. No ensino geral a reformulação ocorreu com a Lei das Diretrizes e Bases da educação(Lei nº

¹²⁸ Enfermeira formada nas primeiras turmas da Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery. Estudou Administração de Escolas de Enfermagem nos EUA. Vice Diretora da Escola de Enfermeiras Anna Neri na gestão de Lais Netto dos Reys(1938-1950), substituindo Maria de Castro Pamphiro. Permaneceu na Direção da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro por vinte e dois anos, entre 1944 a 1968. (Santos, 1997, p. 63; Coelho, 1997, p. 75).

4.024/61), e no Curso de Enfermagem, a reformulação curricular foi expressa pelo Parecer 271/62.

O seu caminhar profissional impregnou-se dessas transformações no campo social, proporcionando-lhe a **inculcação de “mudanças”** e delineando o seu modo de agir, marcado também por mudanças intensas e propostas inovadoras, conforme comentaremos ao longo da análise da implantação da Enfermagem na UGF.

Leda formou-se em 1961 e iniciou, neste ano, sua vida profissional no hospital, que lhe serviu de campo de estágio durante a graduação, apesar de ter recebido outras propostas: “... *formei em 61. Ai logo 3 empregos. Eu estava com medo..*”

Nestas informações resulta nítido que o mercado de trabalho necessitava de enfermeiras e a opção de Leda foi pelo local que lhe era mais familiar, onde conhecia as relações simbólicas e o jogo de poderes, portanto um campo aparentemente menos amedrontador .

Entretanto, este local não lhe trouxe satisfação: “... *fui trabalhar lá, e o que sobrou para mim ? Qual era o trabalho ? Fazer os plantões na ortopedia e trabalhar o resto do tempo,.... o que era carga horária de 8 horas naquela época.... (a gente era muito explorada) a enfermeira trabalhava mais do que hoje..*”

Constata-se que a preocupação, com a exploração¹²⁹ do trabalho da enfermeira, esboçada na década de trinta tinha-se tornado realidade. Apesar de a jornada formal ser de oito horas diárias, a atividade da enfermeira geralmente extrapolava este tempo. Resta-nos a dúvida: quem na realidade determina esta extrapolação: o sistema? a profissão vista como missão, envolvendo doação?

¹²⁹ Esta preocupação foi demonstrada por Berta Pullen e é descrita na página 39.

Inconformada com tal situação, Leda solicitou ser alocada no Setor de Treinamento, insatisfeita pelo pouco preparo dos “atendentes” e pela escassez de recursos humanos do hospital: *“...então, preparava aquelas senhoras, aquelas pessoas, com tanta boa vontade, que se diziam enfermeiras..”*

Confirma-se a deficiência da equipe de enfermagem neste período, o que perduraria, além da própria divisão intra equipe: “aquelas senhoras diziam enfermeiras”, provavelmente no treinamento era das pessoas denominados atendentes de enfermagem.

A busca de Leda pelo ensino demonstrou a preocupação com o atendimento ao cliente, principalmente com a necessidade de maior qualificação da equipe de enfermagem. Nas entrelinhas do seu discurso, é perceptível a precariedade de conhecimentos *“...daquelas senhoras...”* talvez compensada pela boa vontade: *“...com tanta boa vontade...”*.

Leda ficou no hospital por dois anos, quando tomou conhecimento de que a Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto necessitava de docentes: *“..ai me convidaram, eu era muito mocinha ainda, e ela estava querendo pessoas mais maduras, mas eu me comprometi com ela - eu tenho essa “carinha” de menina mas eu seguro bem - e eu já segurava atendentes, ai entrei na Escola Alfredo Pinto em 1962..”*.

É perceptível a dificuldade de inserção no campo de ensino de pessoas mais jovens, talvez por ser valorizada a experiência de vida profissional das enfermeiras com maior tempo de formadas, ou pela necessidade de se preservar hábitos de comportamento, às vezes dessemelhantes aos dos mais jovens.

Na Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, permaneceu por treze anos, sendo nove anos(1962 a 1971) como docente e quatro anos(1971 a 1975) no cargo de Diretora desta Escola .

A enfermagem, nesta década de setenta, obteve grandes conquistas e sofreu diferentes modificações:

- * alterações nos Cursos de Graduação em Enfermagem¹³⁰, decorrentes de estratégias governamentais, associadas à ideologia do Estado Empresarial e da Segurança Nacional, vinculadas principalmente à Reforma Universitária;
- * início do processo de intelectualização da enfermeira¹³¹ ;
- * criação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEn)¹³²;
- * retomada da discussão sobre a criação do sindicato¹³³, com os movimentos pró-sindicato, e fundação da Associação Profissional dos Enfermeiros do Estado da Guanabara¹³⁴;
- * maior inserção na enfermagem da força de trabalho masculina, fruto da reforma universitária¹³⁵;
- * criação do Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem¹³⁶;

¹³⁰ O Parecer 163/72 substituindo o Parecer 271/62, aumentando a carga teórico-prática em detrimento da prática, reduzindo o nível de envolvimento do aluno com a área assistencial. Criando-se habilitações: Enfermagem Médico-Cirúrgica, Obstétrica e em Saúde-Pública, além da Licenciatura. Surgiram a Pós-Graduação Lato-Sensu e Strictu-Sensu(Mestrado e Doutorado) e concursos de Docência Livre.

¹³¹Segundo Almeida & Rocha (1986, p. 85): *em relação aos currículos de enfermagem do país...1923/49/62/72... havia um crescente aumento da teoria e conseqüente diminuição da carga horária prática, reforçando a análise do movimento de. intelectualização da enfermeira "*

¹³² Criado em 1973, órgão de controle e fiscalização da exercício profissional. Em 1975 seriam criados os Conselhos Regionais de Enfermagem(CORen) e tornava-se obrigatório o registro profissional

¹³³ Em 1965', foi encaminhado ao Governo Federal material para emissão de um Parecer para criação dos Sindicatos dos Enfermeiros, o que somente em 1970. Tomaria vulto maior, apesar de existir divergências entre os benefícios da criação da Entidade Sindical, havendo até uma resistência quanto à sua criação. (Comino, 1993).

¹³⁴ Criada em 1971.

¹³⁵ Descrito na pag 62.

¹³⁶ O CEPEn foi criado em1971.

* a expansão dos cursos de Curso de Graduação em Enfermagem¹³⁷, e de Pós Graduação com incremento da produção científica.

Não indiferente a este cenário, Leda adaptou o Currículo da Graduação¹³⁸ em Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto¹³⁹ ao Parecer nº 163/72 e à Resolução nº 4/72, oferecendo aos seus acadêmicos as habilitações, além da Licenciatura em Enfermagem¹⁴⁰.

A modificação curricular envolveu a reestruturação da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, mostrando o seu dinamismo e desejo de manter-se atualizada, em contínuo processo de crescimento. A Licenciatura em Enfermagem concretizou a possibilidade de permitir ao enfermeiro atuar efetivamente na formação de técnicos¹⁴¹ e auxiliares de enfermagem, como também em Escolas de nível médio.

Como Diretora desta Escola, ainda promoveu Concursos para admissão de Professor Assistente¹⁴² e patrocinou o I Encontro de Enfermeiros Psiquiátricos no Rio de Janeiro¹⁴³, estruturando o concurso de Livre Docência.(Moreira, 1995, p.78)

Conseqüentemente, a participação de Leda Santos Pires, na Direção da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto caracterizou um dos períodos de crescimento acadêmico desta Instituição, uma vez que esta enfermeira,

¹³⁷ Fruto da política governamental que incentivou as Universidades Federais a criar Cursos ou ampliar o número de vagas dos cursos existentes (Castro, 1988 / Wright & Carneiro, 1985).

¹³⁸ Em maio de 1973.(Moreira, 1995,p.78)

¹³⁹ Denominação dada a esta escola a partir de 1967.

¹⁴⁰ O Curso de Auxiliar de Enfermagem da Instituição constituía campo de prática para os alunos do Curso de Licenciatura.(Op. cit p.78)

¹⁴¹ O interesse em incrementar o modelo de assistência curativa conduzia à criação do Curso de Técnicos de Enfermagem. em meados da década de sessenta (1966), possibilitando o aparecimento de um outro profissional de nível médio na área de enfermagem num cenário onde já havia dificuldades de definir funções entre enfermeiras, auxiliares de enfermagem e atendentes.

¹⁴² Foram aprovados aproximadamente 15 professores.(Op. cit p.78)

acompanhando os modernos preceitos educacionais, deu continuidade à capacitação docente implantando o Curso de Especialização em Didática e o Concurso de Livre Docência, fato confirmado no livro que descreve a história desta Escola. (Moreira,1995, p.78).

A própria implantação da Livre Docência constituiu uma inovação e um desafio, sendo esta enfermeira uma das primeiras candidatas deste concurso, recebendo o Título de Livre Docente em 1974.

Como comentamos anteriormente, Leda sempre associou à sua vida o dinamismo, o desejo de mudança, a busca de desafios. Esta experiência de vida profissional, provavelmente, influenciou o desejo de Alberto Gentile em convidá-la a implantar um Curso de Enfermagem, na Universidade Gama Filho, associando à amizade¹⁴⁴ que mantinha o interesse pelo momento vivido por ela na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, já que, terminado o seu mandato, não havia apoio para a sua continuidade na Instituição.

No depoimento desta enfermeira é visível este fato: *“...tinha sido muito doloroso administrar ... (a outra Instituição) muito mesmo. Foi uma administração muito violenta, eu tinha 32 anos quando fui fazer isso e a escola teve que ser reformular toda, foi uma administração muito complicada...poucas colegas colaboraram...ninguém chegava junto....Então eu estava nesses dois momentos: ... momento de saída, com os colegas na Alfredo Pinto, não sei porque problemas, eu pelo menos, na minha mente não sei porque não me quiseram presente; e na Gama Filho todos me querendo muito...”*

Neste relato, é evidente o poder de influência do campo laboral sobre o indivíduo, conduzindo a sofrimento pessoal, principalmente quando exige no processo de demissão e na entrega de cargo. Nota-se também o

¹⁴³ Realizado em 1973.(Op. cit p.78)

¹⁴⁴ Lêda convivia com Gentile em um outro campo laboral.

conservadorismo pedagógico e a resistência a mudanças do corpo institucional, além do espírito desbravador de Leda em buscar sempre situações novas, o que a levou a deixar a Instituição, no início de 1975.

No próprio discurso, também é perceptível a “violência simbólica”: *“...tinha sido muito doloroso administrar ... (a outra Instituição) muito mesmo. Foi uma administração muito violenta... não sei porque problemas, eu pelo menos, na minha mente não sei porque não me quiseram presente...”*, caracterizando sanções materiais ou simbólicas ‘...juridicamente garantidas ou não... têm mais oportunidades de serem reconhecidas como legítimas, isto é, têm força simbólica tanto maior, quanto mais se aplicam aos grupos ou classes para as quais essas sanções têm oportunidade de serem confirmadas...’ ...” (Bourdieu & Passeron, 1992, p.40).

O convite de Gentile a Leda delineou os *critérios de admissão da UGF*, que diferentemente, das instituições públicas, permitia o ingresso sem não exigência de concursos. Envolvendo freqüentemente *a análise de currículo e indicações de terceiros que possuíam vínculos com a Universidade*.

Acreditamos que estes critérios geralmente garantiam a contratação de profissionais competentes, embora certa subjetividade ocorresse, podendo levar a injustiças, assim como estes mecanismos que visam à reprodução de modelos: *“... assim todas as normas universitárias, tanto as que presidem à seleção de estudantes ou cooptação dos docentes..... tendem sempre a favorecer o sucesso, ao menos no meio da instituição, de um tipo modal de homem e de obra...”* (Bourdieu & Passeron, 1992, p.211).

4.3 Os motivos da implantação

O desejo de implantar o Curso de Enfermagem, além dos motivos anteriormente deduzidos, quais sejam: a melhoria no atendimento de enfermagem; a possibilidade de utilizar o Ciclo Básico do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; a necessidade de suprir o mercado de trabalho de enfermeiros. Um depoimento¹⁴⁵ esclarece que o Chanceler desta Instituição, ainda nesta época Gama Filho, considerou a criação deste Curso, um dos primeiros passos para concretizar o desejo de ampliar a área de Saúde¹⁴⁶ da Universidade.

Esse anseio, de implantar cursos na área de Saúde, afinava-se com a política governamental, demonstrando a perspicácia da Instituição em oferecer outras opções na área da saúde ao grande número de candidatos que a procuravam. Deste modo a implantação do Departamento de Enfermagem da UGF, não partiu de um vazio, mas da análise do mercado, visando também atender aos interesses da própria Instituição. Outro fator, que julgamos também motivador da inserção do ensino de Enfermagem na UGF, foi a possibilidade da utilização tanto do corpo docente como discente no Hospital Universitário Gama Filho(HUGF), que neste período estava em construção.

4.4 A Organização do Departamento de Enfermagem e os planos de expansão.

¹⁴⁵ Depoimento do Professor Clay Hardman de Araújo.

¹⁴⁶ Até o momento só existia a Escola Médica do Rio de Janeiro, e intenções de implantar o Curso de Odontologia.

Pretendendo cumprir a missão dada pelo Decano, Leda elaborou preliminarmente uma primeira versão do Anteprojeto de Criação e Funcionamento do Departamento de Enfermagem (Doc. 1, 1976), onde não se limitou ao Curso de Graduação, mas desenhou toda estrutura de ensino do Departamento, compreendendo:

“1. Em nível Superior

1.1 Graduação

- *Bacharelado em Enfermagem: Médico Cirúrgica, de Saúde Pública, Obstetricia*
- *Licenciatura em Enfermagem*

1.2 Pós Graduação

- *Mestrado em Enfermagem*

1.3 Especialização

- *Enfermagem do Trabalho*

1.4 Aperfeiçoamento em:

- *Ensino de Enfermagem*
- *Administração em Enfermagem*

2 Em nível médio:

- *Técnico de Enfermagem*
- *Auxiliar de Enfermagem*

3. Outros Cursos:

- *Extensão Universitária*
- *Treinamento”.*

Nesta primeira versão, verificamos que, nos planos de Leda, o Departamento de Enfermagem poderia englobar diversas atividades de ensino, desde a formação de pessoal de nível médio, técnico e auxiliares de enfermagem até a pós - graduação em enfermagem, com cursos de especialização e mestrado. Acreditamos que tal característica esteja relacionada

com o contexto universitário, uma vez que foi a primeiro Curso de Enfermagem, no Estado do Rio de Janeiro criado dentro deste contexto.

Foi um anteprojeto arrojado, uma vez que o ensino de Pós Graduação em Enfermagem, ainda era incipiente¹⁴⁷ e no Rio de Janeiro, só a Escola de Enfermagem Anna Nery, oferecia o Curso de Mestrado¹⁴⁸. *Demonstrou que Leda estava ciente da Política de Valorização de Recursos Humanos*, preconizada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁴⁹ e sua proposta iria cooperar na dinamização da expansão do ensino, do treinamento profissional, da pesquisa e extensão.

Em treze de maio de 1976, Leda enviou ao Decano desta Universidade a versão final do anteprojeto de funcionamento do Departamento de Enfermagem, que diferente da versão inicial, se limitou ao Ensino de Graduação. Ao analisar este anteprojeto, ficam evidenciadas as influências da ideologia daquele momento: "... o anteprojeto de funcionamento do Departamento de Enfermagem, cuja finalidade fundamental visa desenvolver em nível superior sistema de ensino e pesquisa no campo da Enfermagem, ajustados à política desenvolvimentista do país, bem como a divulgação de conhecimento à coletividade no que concerne à área da saúde..." (Doc.2, 1976, p.1)

Estes dizeres comungaram com os interesses governamentais de desenvolvimento e com os preceitos da Reforma Universitária, de 1968,

¹⁴⁷ Em 1972 o Parecer 163/72, possibilitou a criação de Cursos de Pós - Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, com programas de Mestrado e Doutorado.

¹⁴⁸ A Escola de Enfermagem Anna Nery, iniciou o Curso de Pós Graduação Stricto Senso, em 1972 com o Curso de Mestrado em Enfermagem.

¹⁴⁹ O II Plano Nacional de Desenvolvimento e a criação do Ministério Previdência e Assistência Social, foram marcos fundamentais para a implementação das políticas públicas que influenciaram as transformações ocorridas no sistema de saúde da década de 80, com a incorporação de segmentos populacionais à previdência social em especialmente à assistência médico hospitalar. (Noronha e Levcovitz, Apud: Guimarães e Tavares, 1994, p.78)

salientando a pesquisa e esboçando as atividades de extensão.

Foram discriminadas as atividades que o Departamento de Enfermagem pretendia desenvolver: “de caráter educacional, orientadas para a formação geral e especializada em enfermagem; de caráter pragmático, orientadas para a realização e o desenvolvimento científico e técnico da assistência de enfermagem ao indivíduo e à comunidade; de caráter especulativo, orientadas para o progresso da enfermagem” (Doc.2, 1976, p.1)

Neste anteprojeto foi delineado, ainda, o perfil do enfermeiro a ser formado: “...a responsabilidade fundamental do (a) enfermeiro (a)...consiste no fato de que ele(a) está colaborando para conservar a vida, aliviar o sofrimento, prevenir a doença e promover a saúde, assim como recuperá-lo em casos de enfermidade, participando do desenvolvimento e implantação dos planos terapêuticos e educacionais da equipe de saúde...” (Doc.2, 1976, p.1)

Apesar da manutenção de certo conservadorismo pedagógico, em que nas entrelinhas há descrições das funções, que seriam desenvolvidas pelos futuros enfermeiros “gamafilhenses”, foram perceptíveis as inovações, como a ênfase atividade educativa deste profissional (... *aconselhar pessoas...participar no ensino do pessoal de enfermagem .. .ensino... aplicado à enfermagem*), e no papel do enfermeiro como agente de ações primárias (...*instituir medidas preventivas de enfermidades...dispensar cuidados especiais na área de enfermagem.. consulta..*). (Doc.2, 1976, p.2.)

Este perfil atendeu aos interesses da políticas de saúde do Sistema Nacional de Saúde, que determinavam ações de saúde coletiva, a serem desenvolvidas em seu âmbito e ações de caráter individual pelo Ministério da Previdência Social. Cabia, portanto, ao primeiro desenvolver programas de

extensão de coberturas, e ações de saúde em escala mais ampla, principalmente o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento¹⁵⁰, além de convergiram para o discurso da enfermagem da década de setenta, isto é, para compreensão da enfermagem como prática social, cabendo a enfermeira um posicionamento crítico a respeito de sua “praxis”.

Neste anteprojeto estavam presentes algumas características marcantes, uma vez que sugeria: “...o melhor campo de ensino clínico (prático) aquele que tem na sua organização voluntariamente, e não por economia, um percentual de serviço para os estudantes, sob a devida orientação de professores”, esboçando passos de uma integração entre escola e hospital.(Doc.2, 1976, p.2)

Constatamos que as atividades práticas e os estágios supervisionados dos alunos foram desenvolvidos em vários Hospitais da cidade do Rio de Janeiro. Alguns desses hospitais já eram conveniados como campo de atividades dos acadêmicos de Medicina. Outros o foram por solicitação de professores de disciplinas que requeriam campos mais específicos, como o Centro Psiquiátrico Pedro II e o Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião.

Foi colocado também, no anteprojeto, **o conceito de produtividade do Ensino Superior**; “...o equilíbrio entre os custos, qualidade e adequação, em outras palavras...a produtividade do ensino será resultado das relações entre os custo do sistema, a qualidade dos seus produtos e a adequação desses produtos no...contexto sócio

¹⁵⁰ Ações denominadas PIASS, e oficializadas pelo Decreto 78.307/ 1976, procuraram absorver as orientações das proposições de Atenção Primária à Saúde” e de “Saúde para todos no ano 2000”, oriundas da Organização Mundial de Saúde, propiciando expressivo crescimento na oferta de serviços ambulatoriais básicos a população excluída de qualquer tipo de atendimento..(Noronha e Levcovitz, Apud: Guimarães e Tavares, 1994. p.79)

econômico”, demonstrando uma visão racional e econômica do processo educativo, congruente com o contexto do ensino particular.(Doc. 2 , 1976, p.3)

Aqui percebemos o sistema particular fixando parâmetro entre renda e gastos, mas não esquecendo da qualidade: *“a produtividade de ensino qualidade dos produtos...”*.

Apontava, também, o deficit de enfermeiros no país em torno de 30.000, uma “estratégia de convencimento” pautada na realidade.(Doc.2, 1976, p.3), e fundamentadas nas decisões do próprio Ministério de Estado, Educação e Cultura, que na década de setenta, incrementaram a criação de Cursos de Graduação em Enfermagem, em todas as Universidades brasileiras, procurando sanar a insuficiência numérica de enfermeiros no país.

Deste modo, de 1975 a 1977 *“...foram criadas vinte e dois novos cursos de enfermagem, sendo dezenove inseridos em universidades (catorze em universidades federais, dois em universidades estaduais e três em universidades particulares). Três cursos foram criados e unidades isoladas de ensino superior: um ligado ao governo Federal, um à congregação religiosa católica e outro a uma faculdade particular.”*(Baptista, 1995, p.52).

No Estado do Rio de Janeiro, o movimento de criação de novas escolas de enfermagem foi iniciado pela Universidade Gama Filho, uma vez que as Universidades deste Estado possuíam Curso de Graduação de Enfermagem, a longa data, conforme descrevemos no segundo capítulo.

Este pioneirismo da UGF sugeria **a percepção da necessidade de novos Cursos de Enfermagem no Rio de Janeiro** e, como não havia este curso na região suburbana, o momento foi ideal para a sua criação, tanto pela **lógica do “mercado de investimentos”**, como pelo **apoio da política governamental**.

Outro fato relevante na década de setenta, e que pode ter interferido na criação do Curso de Enfermagem na Universidade Gama Filho, foi a **implantação ao nível nacional do Programa de Crédito Educativo**¹⁵¹ do Ministério de Estado, Educação e Cultura, em 1976, e no Estado do Rio de Janeiro, no segundo semestre deste ano.

Os locais com maior número de pedidos de financiamento foram a Universidade Gama Filho, a Sociedade Educacional Nuno Lisboa, a Sociedade Unificada Augusto Mota e as Faculdades Cândido Mendes.

No Rio de Janeiro, em 1976, a procura pelo crédito educativo foi reduzida, atingindo a 16% do previsto pela Caixa Econômica Federal, uma vez que teve 14.500 inscritos, conduzindo a Instituição a concedê-lo a todos os candidatos. E o maior número de empréstimos destinou-se ao pagamento de anuidade. Na Universidade Gama Filho, 1.623 alunos receberam este crédito, correspondendo a aproximadamente 9%(nove por cento) do montante de discentes da Universidade.

O programa de crédito educativo foi recebido com certas ressalvas pelo Vice-Reitor Comunitário desta Universidade, Peralva de Miranda Delgado, que comentou: *“.. se o governo estivesse em condições de oferecer ensino superior, gratuito seria melhor ainda. Dentro, no entanto, da realidade brasileira e, sobretudo, do desamparo em que esteve o jovem mais necessitado, o crédito educativo deve ser encarado*

¹⁵¹ Previa três tipos de custeio: pagamento de anuidade escolar ou custeio das despesas com a manutenção (no máximo um salário mínimo), ou ambos associados. Exigia para sua manutenção que o aluno não perdesse mais de um ano letivo (dois semestres). A amortização da dívida começaria um ano após a conclusão ou a interrupção, e realizada num prazo igual ao da utilização do financiamento (juros /15%/ ano, pela Tabela Price). Os critérios de concessão eram: ausência de patrimônio, número de membros na família, baixa renda familiar e montante de compromissos financeiros, além do grau de essencialidade e a maior ou menor saturação dos cursos, segundo as necessidades sociais, o custo { no caso de anuidade) e outros indicadores complementares. como por exemplo, os aspectos regionais e das Instituições de Ensino. (Maria 1976)

como um passo a frente, o mais concreto que até hoje se deu na área de educação.” (Maria, 1976)

Peralva de Miranda Delgado ocupa ainda este cargo e ao entrevistá-lo fui informada que: *“... que uma grande parcela dos alunos da enfermagem utilizam o crédito educativo, desde o seu início, ou outras bolsas oferecidas pela própria UGF...”*.

Realmente, a concessão de bolsas, especialmente a criação do crédito educativo impulsionou as instituições de ensino particular, uma vez que incentivou a procura por este contexto, diminuindo a evasão, e garantindo a sobrevivência das instituições. Atendeu, deste modo, às instituições particulares, e principalmente aos interesses governamentais de aumentar o número de vagas no ensino superior, mas foi e é questionado pelas seguintes perguntas: É mais coerente a edificação de novas universidades públicas? O ensino superior deve ser custeado pelo Governo?

Portanto, foi uma solução governamental discutível, uma vez que para alguns representava a utilização de verbas públicas no ensino particular, desviando os objetivos originais de sua aplicação. Entretanto, auxiliou na manutenção dos estudantes provenientes da classe média, que, nesta época, passavam por dificuldades, originárias do fim do milagre brasileiro, caracterizadas pelo desemprego e pela perda do poder aquisitivo.

A opinião dos estudantes a respeito do Crédito Educativo, foi descrente, levando o Vice Presidente do Diretório Acadêmico Tiradentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a comentar que: *‘...nós que já somos estudantes carentes, na maioria das vezes obrigados a trabalhar durante o Curso...passaremos a ser também profissionais carentes’*. (Maria, 1976).

Neste visão, a dificuldade maior seria o ressarcimento ao Governo do custeio e a dificuldade de entrada no mercado de trabalho, fase prevista nas regras que não estabeleceram outras formas alternativas de pagamento.

Apesar do Crédito educativo, mantinham-se mais uma vez as hierarquias sociais, uma vez que a Escola pertencia a uma sociedade dividida por Classes, cumprindo as suas funções e mantendo esta divisão. O proletariado, freqüentemente, não tinha condição de terminar o primeiro grau, portanto não alcançava o segundo grau e, muito menos, o ensino superior. Verifica-se, por conseguinte, que o caminhar da enfermagem na Universidade Gama Filho naturalmente foi influenciado por um contexto maior, imposto pelo próprio movimento social.

O Anteprojeto de funcionamento do Departamento de Enfermagem foi anexado ao Processo nº 21.298, que estava tramitando na UGF, e em 31 de maio de 1976, José Lisboa Miranda, membro do Conselho Universitário da Universidade Gama Filho, nomeado para analisar o Processo nº 21.298, votou favoravelmente ao funcionamento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia do Departamento de Enfermagem, sendo apoiado por todos os demais membros. (Doc. 3, 1976).

Este parecer valorizava a atuação de Leda: "... o excelente trabalho apresentado pela Profª Leda Santos Pires aborda as finalidades do Departamento de Enfermagem e especifica as suas funções. A Diretora do Departamento aceita a responsabilidade de planejar, organizar e selecionar o aprendizado a ser oferecido aos estudantes..." (Doc.3 ,1976, p.1)

Legitimava-se assim um poder simbólico, um poder decisório concentrado na figura de uma pessoa(responsabilidade de planejar, organizar e

selecionar o aprendizado a ser oferecido aos estudantes) definindo-se um campo de ação, um espaço e as posições relativas do agente.

Neste documento, foi realçada a recomendação dessa Diretora para iniciar em agosto de 1976 o Curso de Graduação em Enfermagem, em regime de tempo integral, com duas (2) matrículas anuais, no sistema de crédito, e não excedendo a admissão de sessenta (60) alunos por período letivo.(Doc.3,1976, p.2).

Antes da aprovação deste anteprojeto , o Jornal O Globo e o Jornal dos Sports divulgaram o vestibular da Universidade Gama Filho, informando a existência de “ 2145 vagas para 12 cursos - inclusive Enfermagem, novo Curso do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, a se iniciar no próximo semestre”(Jornal O Globo, 18/05/76), e “...a Universidade Gama Filho...pela primeira vez oferece vagas para Enfermagem...”.

Ficava claro que a aprovação pelo Conselho Universitário foi uma formalidade, sendo que provável e oficiosamente estava certo de que a realização do Curso ocorreria. Reforçando este aspecto, no mesmo dia do parecer favorável ao Processo nº 21.298, foi difundida a realização deste curso, em anúncios principalmente em jornais de grande circulação, onde foram enumerados todos os Cursos oferecidos, destacando a “**ENFERMAGEM**”¹⁵² , no jornal Última Hora e jornal O Globo.

Evidencia-se, assim, que as decisões eram tomadas muitas vezes anteriormente à consulta coletiva, por força dos interesses e pela violência simbólica da coerção presente nas relações que irão garantir sua aprovação.

¹⁵² Letras maiúsculas e negrito de acordo com os anúncios publicados.

Durante o período de inscrição para o Vestibular, foi aprovado e autorizado o funcionamento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, pela resolução nº 30 de dois de junho de 1976, assinada pelo Desembargador José Murta Ribeiro, Reitor da Universidade Gama Filho.(Doc.4, 1976).

Com o encerramento das inscrições, em 16 de junho deste ano, o Curso de Enfermagem, o único da área da saúde divulgado por esta Universidade, neste segundo semestre de 1976, foi o mais disputado, na proporção de 8.2 candidatos para cada vaga (492 inscritos para 60 vagas), seguido da Arquitetura (6.1, 985 para 150), e da Psicologia (2.7, 911 para 330).

Esta proporção de aluno vaga certamente possibilitou o ingresso dos candidatos melhor preparados. Favorecendo à criação de clientela qualificada para a primeira Turma do Curso de enfermagem da UGF.

Ao entrevistar os alunos selecionados neste Vestibular, constatamos no discurso que a *busca pela enfermagem recaía inicialmente nos Cursos na área de saúde*, que facilitariam o seguimento para outros cursos, principalmente a Medicina: “...de princípio, eu nem pensava em fazer enfermagem. Minha idéia era fazer medicina. Ai, naquela época fazia até um cursinho chamado de pré-médico.... apareceu esse curso lá da Gama Filho. Fiz vestibular, passei, e acabei ficando....”. (Egresso primeira turma); ou “... de início eu pensei em fazer medicina... tentei o CESGRANRIO, não consegui... tentei o isolado para enfermagem...”(egresso primeira turma).

Esta inferência também foi explicitada por pesquisadores, como Baptista(1995) e Duarte (1993), que relataram que muitos alunos estão cursando Enfermagem pelo simples fato de não terem obtido média para cursar Medicina, o que causará um prejuízo no nível de formação, de vez que não se

preocupam com a qualidade de ensino. Pode-se também associar a afinidade com a área de saúde à facilidade de acesso ao nível universitário, em que geralmente, no primeiro caso, há maior probabilidade de se identificar com a profissão, o que com menos frequência ocorre na segunda.

Quanto a *escolha do contexto do sistema particular*, o oferecimento pela UGF de um Curso na Área de Saúde no meio do semestre de 1976, além de demonstrar perspicácia da UGF, significou *um ganho de tempo para o candidato*, possibilitando futuramente conseguir isenção de maior quantidade de disciplinas, caso conseguissem permanecer no mesmo contexto, freqüentando outro curso(medicina): “.. eu na época estava fazendo vestibular para medicina... tentei duas vezes.... ai fui incentivada por uma amiga, que também tinha acontecido a mesma coisa ... fazer enfermagem. Então eu fiz ... com a intenção de mais adiante passar para medicina. Porque da minha turma, muita gente chegou ao final e partiu para medicina ou largou tudo,... comecei a gostar...fiquei...”, ou “...tentei o isolado para enfermagem ... tinha quase certeza de que iria conseguir... embora naquela época não tivesse nem idéia do papel do enfermeiro...”(egressos da primeira turma e segunda.)

Neste segundo semestre de 1976, o Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, também foi oferecido por vestibular isolado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (mantenedora no momento da Escola de Enfermagem Luíza de Marillac).

No contexto político, a implantação da Enfermagem na Universidade Gama Filho aconteceu num período favorável, de abertura política “lenta, gradual e segura”, caracterizada pela distensão, conseqüência da pressão da oposição, da Igreja, do desgaste de poder nas Forças Armadas .

Mas o início da abertura não proporcionou à comunidade universitária um clima de tranquilidade. Apesar das medidas liberalizantes, a repressão estudantil continuava, principalmente, o combate às manifestações de estudantes favoráveis à manutenção da União Nacional dos Estudantes (UNE), considerada ilegal pelo Governo.

Na Universidade Gama Filho, aparentemente não ocorriam este tipo de manifestação estudantil, e nos jornais da época explicitou-se a política de interdependência de Gama Filho, na manutenção do programa de cooperação com Governo¹⁵³, principalmente na área esportiva.

Estes fatos realçaram também a perspicácia do Governo e de seus aliados em alimentar o sentimento nacionalista, desviando o foco de interesse da população, em pleno período de acontecimentos desagradáveis como a violação dos direitos humanos.

Apesar desta aliança, o jornal Última Hora(06/02/76), publicou o depoimento do Diretor de Educação Física da Universidade Gama Filho, Manoel Tubino, sobre a implantação dos programas de Educação Física nas Universidades, especificamente o Decreto 69.450¹⁵⁴ do Ministério de Estado de Educação e Cultura, denominando-o: *“utópico, ilusório e impraticável”*, afirmando que *“...a lei existe, mas ninguém a cumpre e o Governo é o primeiro a falhar no seu cumprimento por falta de condições...”*.

Esta entrevista demonstrou “o jogo de interesses e poder”, as críticas ao sistema governamental, sugerindo nas entrelinhas que era de interesse da UGF, pressionar o Governo a incentivar à formação de professores de

¹⁵³ Descrita no capítulo anterior.

¹⁵⁴ Tornava obrigatório em todos os Cursos Universitários a realização de Educação Física e a prestação de exames clínicos anuais nos alunos.

Educação Física, dando-lhes espaço de atuação, cumprindo recordar que o Curso nesta área era recém implantado na Instituição.

A união da Universidade com segmentos jornalísticos, interessando “cooperar” com o Governo, tornou-se evidente, uma vez que o seu Coral, juntamente com a Orquestra Sinfônica Brasileira, estavam envolvidos com o Projeto Aquarius¹⁵⁵, realizando diversas apresentações.

Constata-se portanto, que a Universidade Gama Filho interagiu com um campo social, procurando a consecução de fins e interesses, que abrangeram um compromisso social, que garantisse sua sobrevivência. E, como participante no mundo da pseudoconcreticidade, oferecia um conceito para sua ação e uma representação do seu agir, que poderiam ser interpretadas conforme o olhar que lhe foi dirigido. Em outras palavras, a Universidade lutava de uma forma simbólica para a conservação do seu mundo, mantendo ou transformando a visão do mundo que a cercava, subordinando-se a lógica da conquista do poder: ao jogo político que envolvem : a ilusão, o encantamento, e a cumplicidade.

Neste contexto amplo da Enfermagem na Universidade, o Plano Geral do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, o aconselhamento curricular, mostraram concordância com o Parecer 163/ 72, do Ministério de Estado Educação e Cultura, programado para a formação geral e especializada em Enfermagem, com as Habilitações Saúde Pública, Médico Cirúrgica, Obstétrica, e formação de Educadores com a Licenciatura em Enfermagem. (Doc. 5, 1976, p.1-4).

¹⁵⁵Projeto iniciado pela Fundação Roberto Marinho, em 1972, com o objetivo de divulgar a música clássica através de eventos gratuitos. Gesto nobre e merecedor de elogios, mas que tencionava, nas entrelinhas, promover o esta Empresa e o Governo como executor de grandes eventos e elevando a UGF à qualidade de colaboradora da política de cultura oficial.

As disciplinas do Ciclo Profissional, de cunho eminentemente prático, seriam desdobradas em três dinâmicas: preleção(aula teórica), aula de laboratório(treinamento de técnicas e procedimentos em sala de aula) e atividade Prática(treinamento de técnicas e procedimentos no campo assistencial com supervisão direta do Enfermeiro Supervisor contratado pela UGF

Constatamos a preocupação em oferecer ao aluno uma variedades de experiências de ensino favorecendo as atividades que envolvam assistência o cliente, apresentadas em duas modalidades: prática e estágio supervisionado. A primeira modalidade estaria vinculada ao conteúdo programático de Disciplinas, enquanto a segunda seria desenvolvida independentemente de disciplinas, constituindo uma atividade obrigatória, onde o enfermeiro supervisor participaria numa postura de avaliação mais rígida.

Nas aulas teórica do Ciclo Profissional, a proporção professor: aluno poderia alcançar a proporção de um para quarenta e cinco, mas nas atividades práticas e no estágio seria obrigatório respeitar a proporção de um supervisor para quinze alunos. A Diretora do Departamento de Enfermagem e os docentes empenharam-se para defender e manter tal proporção: *“... a Universidade e às vezes o próprio acadêmico luta para aumentar o número de alunos por turma, ... a primeira talvez queira poupar ... o segundo gosta de formar grupinhos...”* (depoimento de uma docente).

O Estágio ocorreria, como comentado anteriormente em diferentes Instituições, onde o aluno executaria a assistência de enfermagem supervisionado por Enfermeiro contratado pelo Departamento de Enfermagem da UGF, *“...naquela época nós fizemos um estágio na Santa Casa de Misericórdia*

.....depois nós começamos também a usar o Hospital da Gama Filho .. tinha também o estágio no Pedro II(psiquiatria) e no São Sebastião(depoimento de um ex aluno da primeira turma).

No aconselhamento curricular, o Estágio Supervisionado, não foi explicitado, apesar de ser uma atividade obrigatória, envolvendo pelo menos cinco tempos¹⁵⁶ semanais e concomitante às seguintes disciplinas: Introdução à Enfermagem, Enfermagem de Saúde Pública I, Enfermagem Médico Cirúrgica I, Enfermagem Médico Cirúrgica II, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem em Doenças Transmissíveis, Enfermagem Materno Infantil I, Enfermagem Pediátrica , Enfermagem Obstétrica I.

No ultimo período acadêmico o graduando realizaria, além da atividade prática referente a sua Habilitação, o estágio livre¹⁵⁷ em Instituição de sua escolha, desde que aprovada pelo professor responsável por esta Habilitação.

O Primeiro Aconselhamento Curricular do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da UGF, teve a seguinte configuração:

Ciclo Geral de Estudo

Primeiro semestre:

Introdução a Biologia (4 créditos¹⁵⁸); Sociologia Geral A(4 créditos); Iniciação a Metodologia Científica(4 créditos) ;
Expressão Oral e Escrita A(4 créditos); Bioquímica Básica (4 créditos)

Segundo Semestre

Exercicio da Enfermagem I (3 créditos); Introdução à Saúde Pública I (4 créditos)
Anatomia E (8 créditos); Histologia E (6 créditos); Psicologia Aplicada à Enfermagem (4 créditos)

¹⁵⁶ Não era utilizada a terminologia “crédito”, o emprego deste termo envolvia pagamento, sendo que apesar de o professor ser remunerado para executá-lo, o ônus era exclusivo da Universidade. Este fato foi identificado e corrigido na implantação do um novo currículo em torno de 1991. Geralmente, o Estágio compreendia 5 tempos semanais, correspondendo a 60 horas.

¹⁵⁷ O estágio livre corresponderia a pelo menos 75 horas de atividade desenvolvida em campo prático, sem supervisão direta do Professor do Departamento de Enfermagem, mas sob a responsabilidade do enfermeiro assistencial. No final deste estágio, o graduando levaria ao Departamento uma Declaração da Instituição, onde realizou esta atividade, assinada pelo Enfermeiro Chefe, confirmando a sua realização e a carga horária desenvolvida

¹⁵⁸ Cada crédito corresponde a 15 horas, conforme descrito no Regimento da UGF.

Ciclo Profissional do Curso de Enfermagem e Obstetrícia

Terceiro Semestre

Exercício da Enfermagem II (3 créditos); Microbiologia e Imunologia (3 créditos)
Nutrição (3 créditos); Bioquímica E (3 créditos); Fisiologia E (3 créditos); Parasitologia E (3 créditos)
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus (4 créditos/ Licenciatura/ opcional)

Quarto Semestre

Introdução à Enfermagem (12 créditos); Farmacologia E (4 créditos); Didática Aplicada a Enfermagem (3 créditos);
Psicologia da Educação A (4 créditos/ Licenciatura/ opcional); Processo Patológico Gerais E (4 créditos);

Quinto Semestre

Enfermagem Médico Cirúrgica I (10 créditos); Didática Geral (4 créditos/ pre requisito para Licenciatura);
Enfermagem de Saúde Pública I (3 créditos); Enfermagem Psiquiátrica (10 créditos);

Sexto Semestre

Enfermagem Médico Cirúrgica II (10 créditos); Enfermagem em Doenças Transmissíveis (8 créditos);
Enfermagem Materno Infantil (4 créditos); Fundamentos da Sociologia da Educação (4 créditos/ Licenciatura/ opcional)

Sétimo Semestre

Enfermagem Obstétrica I (8 créditos); Enfermagem Pediátrica (8 créditos);
Administração Aplicada à Enfermagem (8 créditos); Estudo de Problemas Brasileiros A (2 créditos);
Prática de Ensino de Enfermagem A (4 créditos/ Licenciatura/ opcional);

Oitavo semestre

Habilitação Enfermagem Médico Cirúrgica
Enfermagem Médico Cirúrgica III (14 créditos); Administração do Serviço de Enfermagem Hospitalar (3 créditos);
Administração em Centro Cirúrgico (4 créditos); Estudo de Problemas Brasileiros B (2 créditos);
Psicologia do Relacionamento Enfermeiro - Paciente (4 créditos);

Oitavo semestre

Habilitação Enfermagem de Saúde Pública
Enfermagem de Saúde Pública II (14 créditos); Estudo de Problemas Brasileiros B (2 créditos)
Administração de Serviço de Enfermagem em unidade de Saúde Pública (3 créditos)
Introdução a Saúde Pública II (4 créditos); Enfermagem Materno Infantil II (4 créditos)
Psicologia do Relacionamento Enfermeiro - Paciente (4 créditos)

Oitavo Semestre

Habilitação Enfermagem Obstétrica

Enfermagem Obstétrica II (14 créditos);

Enfermagem Ginecológica (2 créditos)

Enfermagem Neo Natal (2 créditos);

Obstetrícia (4 créditos)

Administração em Serviço de Enfermagem e Dispensário Pré Natal (3 créditos)

Psicologia da Relação Enfermeiro - Paciente (4 créditos);

Estudo de Problemas Brasileiros B (2 créditos)

Oitavo Semestre

Licenciatura em Enfermagem

Prática de Ensino de Enfermagem B (7 créditos/ Licenciatura/ opcional));

Disciplinas Eletivas, oferecidas a partir do terceiro semestre letivo:

- 1.Administração Geral Pública Hospitalar (4 créditos);
- 2.Relações Humanas Aplicada à Enfermagem (3 créditos)
- 3.Ajustamento Profissional (2 créditos)
- 4.Princípios Técnicos Administrativos Aplicados à Enfermagem (4 créditos)
- 5.Medicina do Trabalho I (2 créditos)
- 6.Medicina do Trabalho II (2 créditos)
- 7.Legislação Hospitalar, Sanitária e Providenciária (2 créditos)
- 8.Legislação e Segurança do Trabalho (2 créditos)
- 9.Sistema de Previdência Social, Planejamento de Saúde e Fundamentos Econômicos da Saúde (2 créditos)
- 10.Epidemiologia Aplicada (2 créditos)
- 11.Psicologia da Seleção e Preparo de Pessoal Auxiliar (2 créditos)
- 12.Fundamentos da Sociologia da Educação (4 créditos)

Pré requisitos

1. Fisiologia E para Processos Patológicos Gerais
2. Processos Patológicos Gerais para Obstetricia
3. Bioquímica Básica para Bioquímica E
4. Exercício de Enfermagem I para Exercício de Enfermagem II
5. Exercício de Enfermagem II, Anatomia E, Microbiologia e Imunologia para Introdução à Enfermagem
6. Introdução à Saúde Pública I para Enfermagem de Saúde Pública I
7. Introdução à Saúde Pública I para Enfermagem de Saúde Pública II
8. Introdução à Enfermagem para Enfermagem Médico Cirúrgica I
9. Enfermagem Médico Cirúrgica I para Enfermagem Médico Cirúrgica II
10. Enfermagem Médico Cirúrgica II para Enfermagem Médico Cirúrgica III
11. Enfermagem em Saúde Pública I para Enfermagem em Doenças Transmissíveis
12. Enfermagem Médico Cirúrgica I para Enfermagem Materno Infantil I
13. Enfermagem Materno Infantil I para Enfermagem Materno Infantil II
14. Psicologia Aplicada a Enfermagem e Enfermagem Materno Infantil I para Enfermagem Pediátrica
15. Enfermagem Médico Cirúrgica II e Enfermagem Materno Infantil para Enfermagem Obstétrica I
16. Introdução à Enfermagem e Enfermagem Obstétrica I para Enfermagem Obstétrica II
17. Administração Aplicada à Enfermagem para Administração de Serviço de Saúde
18. Administração Aplicada à Enfermagem para Administração em Centro Cirúrgico
19. Administração Aplicada à Enfermagem para Administração em Serviço de Enfermagem e Dispensário Pré Natal
20. Enfermagem Obstétrica I para Enfermagem Ginecológica
21. Enfermagem Obstétrica I para Enfermagem Neo Natal
22. Introdução à Enfermagem para Ajustamento Profissional
23. Psicologia Aplicada a Enfermagem para Psicologia da Relação Enfermeiro - Paciente.

O total de créditos de disciplinas para obtenção do Grau de Bacharel era 200 créditos obrigatórios(3000 horas), 14 créditos de eletivas(210 horas), e 540 horas de estágio obrigatório e 75 horas de estágio livre.

Neste aconselhamento curricular, notamos que o elenco de disciplinas, com os seus respectivos de créditos, daria ao ensino ofertado pela Gama Filho características únicas e algumas vezes pioneiras, como a já referida possibilidade de o acadêmico obter simultaneamente a obtenção do Bacharelado e da Licenciatura em Enfermagem.

Percebemos, também, proporção maior de carga horária direcionada à Assistência de Enfermagem Hospitalar, procurando atender o mercado de

trabalho da enfermagem, sem negligenciar o atendimento comunitário, fato confirmado pela escolha de diversas disciplinas eletivas que procuravam direcionar o acadêmico para área da Saúde Ocupacional e/ou Gerenciamento em Enfermagem.

A preocupação com a humanização da assistência de enfermagem foi demonstrada com a inclusão de disciplinas (obrigatória e eletiva) que facilitariam o relacionamento interpessoal.

A não inclusão do Estágio Supervisionado no aconselhamento curricular, com os seus pré requisitos e co-requisitos, entretanto evidenciaria uma falha, não permitindo uma visão geral do Curso, e prejudicando inclusive o sistema de acompanhamento e avaliação do discente. Este fato levou a intensas discussões sobre critérios de aprovação e reprovação, surgindo a questão: poderia o aluno obter aprovação no Estágio mas ficar reprovado na Disciplina que respalda tal atividade?

Entretanto, ao ser a primeiro Curso de Enfermagem, da Cidade do Rio de Janeiro, criado dentro do contexto universitário, conforme já comentamos, o delineamento do Curso era coerente e demonstrou o engajamento com os setores mais progressistas do ensino de enfermagem.

Consideramos essencial destacar novamente que a função educativa do enfermeiro, era firmemente defendida pela Diretora e Docentes do Departamento de Enfermagem, e na proposta de desenvolvimento curricular, à formação do enfermeiro como educador, estava concomitante ao ensino de graduação, com isso o acadêmico, caso desejasse, ao findar os estudos receberia além do grau de Bacharel em Enfermagem, o diploma de Licenciado em Enfermagem.

Esse Curso foi singular ao oferecer esta possibilidade, e os conteúdos de específicos da Licenciatura foram: Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º e 2º Graus (terceiro período), Psicologia da Educação A (quarto período) e Didática Geral (quinto período), Fundamentos de Sociologia da Educação (sexto período), Prática de Ensino de Enfermagem A (sétimo período), Prática do Ensino de Enfermagem B (oitavo período).

Naquela época a ABEn estimulava o preparo pedagógico do enfermeiro, conforme recomendações da XXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, o que foi reforçado por Carvalho(1979): *“o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem deve fornecer experiências de aprendizagem para capacitar o enfermeiro ao atendimento das necessidades de aprendizagem do paciente e garantir sua atuação como educador”*. (p.5)

O Curso iniciou-se em agosto de 1976 com sessenta e seis alunos, número superior ao número de vagas, sugerindo a preocupação de acolher número maior de candidatos e de manter margem superior de alunos, caso ocorresse evasão, já presente na época, conforme o relato do Vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, padre João Mac Dowel : *“o crédito educativo além de evitar a evasão, estimulará os alunos na procura das vagas também nas particulares...”*.(Maria, 1976).

A primeira turma de acadêmicos do Curso de Enfermagem da UGF, foi composta por **quarenta e seis mulheres e vinte homens** correspondendo a trinta por cento(30%) de representantes do sexo masculino, índice extremamente alto para um curso supostamente direcionado para as mulheres.

Esse percentual mostrou que a procura pela profissão pelo sexo masculino, reprimida anteriormente em várias instituições, e liberada ou

facilitada após o Vestibular Unificado aumentava. No entanto, muitas vezes os candidatos desejavam outro curso na área de saúde, tendência já comentada já anteriormente.

No mês da implantação deste novo Curso, a Universidade Gama Filho participou do encerramento do XXIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado na Cidade do Rio de Janeiro, através do seu coral, provavelmente procurando dar continuidade à “política de interdependências”, querendo neste momento divulgar este Curso e escolhendo o Congresso como cenário ideal.

Torna-se interessante citar que as temáticas centrais deste Congresso de Enfermagem, que certamente retratavam as influências do contexto político na profissão, foram: “...*pelo alto sentido educativo, religioso e patriótico, assuntos de grande importância para a Classe: o primeiro refere-se à “Formação filosófica e religiosa da Enfermeira”, o segundo, “Projeção da ABEn na comunidade brasileira”.* (Imperial, 1976, p. 3)

Evidencia-se a ideologia da Igreja impregnando a enfermagem “concebida...*sob o prisma cristão, de obediência*”, e a do Estado, entendido como: “*entidade paternal, inquestionável, e guardião do bem comum*” .(Germano, 1985,p.105). Pontos de visão discutíveis, uma vez que não incluíam os problemas reais da classe como:

- os primeiros indícios da “crise da enfermagem profissional brasileira” ou “crise da enfermeira”, uma vez que esta profissional se isolava dos pacientes e vivenciava a questão da validade do seu exercício e da sua existência, em virtude da crescente subdivisão do trabalho;
- a indefinição de funções e do objeto de trabalho e processo inicial da construção de um corpo de conhecimentos específicos da enfermagem;

O afastamento da enfermeira da assistência direta ao enfermeiro, chegou a ser comentado neste ano, em um jornal, pela Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) seção Rio de Janeiro, a enfermeira e professora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Elvira de Felice Souza, que afirmou: “...em decorrência do restrito número de vagas nas universidades, o número de formandos em enfermagem é pequeno, resultando daí o afastamento, cada vez maior da enfermeira do paciente..” (Jornal do Brasil, 17/09/76).

Na mesma reportagem o Secretário Estadual de Saúde, o médico Wodrow Pantoja externou uma opinião diferente: “... não admito que enfermeiras diplomadas atendam paciente., Minha ordem é de que se aproveite esses profissionais na orientação e administração de auxiliares de enfermagem e, em último caso, prestando serviços nos Centros de Tratamento Intensivo..”(Jornal do Brasil, 17/09/76).

Ao analisar estes depoimentos, confirma-se a divergência do processo de formação com o mercado de trabalho. Enquanto a Escola tentava formar para a assistência direta ao paciente, o mercado de trabalho queria uma enfermeira que exercesse atividade educativa e de administração, sobre aquele que executaria tal assistência - o auxiliar de enfermagem.

Foi patente, ainda, no discurso do Secretário de Saúde, a utilização da sua autoridade para instituir comportamentos e atitudes a uma classe, o que certamente retratava o pensamento hegemônico sobre a profissão, com certeza constituindo uma violência simbólica, uma vez que, além da tentativa de impor significações, pretendia legitimá-las. (Bourdieu e Passeron, 1992, p.19)

Elvira comentou, ainda, nesta reportagem que: “a única razão para haver déficit de enfermeiros no Brasil é a falta de vagas nas universidades, que são oferecidas na proporção de uma para sete candidatos Assim, o que existe não é desestímulo à profissão e sim falta de oportunidade para exercê-la”(Jornal do Brasil, 17/09/76).

Este pensamento concordou com a política governamental, incentivando a aberturas de Cursos de Graduação em Enfermagem, para atender principalmente ao mercado de trabalho.

Referente ao mercado de trabalho para enfermeiros, a Prof^a Elvira afirmou: “...a maioria dos estudantes, ao atingir o último ano da universidade, já tem emprego garantido, principalmente no interior...” (Jornal do Brasil, 17/09/76).

Nas entrelinhas deste depoimento presumia-se que provavelmente o mercado de trabalho nas grandes capitais apresentava certa saturação.

Neste período, o processo de seleção de enfermeiros para comporem o Quadro Docente do Departamento de Enfermagem, era realizado pela Diretora, sendo que em algumas vezes, solicitava o auxílio de alguns docentes, formando a Comissão Diretora¹⁵⁹.

Alguns depoimentos assinalam tal processo: “ *....foi por uma profissional aqui da escola de enfermagem da Universidade Gama Filhoe convidaria para trabalhar com ela, e eu ingressei na universidade no dia 5 de outubro de 1978, ou “...tinha licenciatura em enfermagem e uma colega me avisou que na Universidade Gama Filho precisavam de professores para acompanhar o estágio... fiz uma entrevista, à época com a professora Leda Santos Pires, que era diretora, fui aprovada e iniciei em agosto de 1979...”* ou “...por indicação de colegas que conheciam o meu trabalho... umas 2 ou 3 indicações fui entrevistado pela Prof^a Leda ... uma entrevista ... ela concluiu que eu poderia fazer parte do quadro... para começar a dar aula em 79...” (professores pioneiros)

Nestes depoimentos constatamos que por não existiam critérios de avaliação docente para o processo de admissão, foi adotada uma política

¹⁵⁹ Seguindo parcialmente o Regimento da UGF conforme descrevi no capítulo anterior, não contando com professores titulares e a participação discente.

informal de seleção, que utilizou como critérios: **o prestígio social e a prestígio profissional**, possuindo o primeiro um peso maior sobre o segundo.

Verificamos ainda, que a grande maioria dos docentes tinham **experiência prévia em atividades assistenciais**, o que daria uma característica diferente a este Curso, configurada no próprio desejo de implementar a integração docente assistencial, já esboçada no plano geral do curso.

Outro dado significativo, que constatamos nos depoimentos foi a **formação gradual do Corpo Docente**, característica um tanto preocupante, uma vez que, o futuro docente por não ter participado da organização do Curso, do Aconselhamento Curricular, das ementas e conteúdos das disciplinas, poderá interpretá-los erroneamente ou resistirem a tais determinações.

Esse achado evidenciou, ainda, que, de uma maneira diferente do ensino público, a não existência de concursos ou de admissão prévia, dificultou a Diretora do Departamento de Enfermagem da UGF, compartilhar dúvidas, sendo o seu trabalho geralmente fruto da reflexão solitária, o que implicaria num comprometimento direto com os resultados das decisões assumidas, levando a **concentração de poder**.

Entretanto, de uma maneira ambígua, esta característica pode ter auxiliado na manutenção do seu cargo, uma vez que os docentes por não participarem do processo decisório, desconheciam as regras que envolviam este jogo. Além de favorecer a manutenção de uma estabilidade, que seria entretanto ameaça futuramente. Com tal inter-relações a categoria **concentração de poder** configurou-se como uma **característica do jogo de**

poder que se instalaria no Departamento de Enfermagem e **estratégia de luta** para cristalizar a Enfermagem na UGF.

Estas informações levam a inferir que a formação do Quadro Docente, envolveu múltiplas facetas, entretanto possibilitaram a formação de um grupo de trabalho homogêneo, onde se agrupariam indivíduos com histórias similares de desenvolvimento profissional e pessoal, fazendo com que respondessem de maneira idêntica a muitas situações e problemas. Além de possibilitarem a confluência de interesses, do sincretismo de uma moral de conduta, onde os valores são compartilhados e os julgamentos envolvem a cumplicidade.

Este clima harmonioso, entretanto, escamoteia as relações de poder, no sentido de manter a unicidade, por não haver contradições e não por superá-las. No entanto, a **homogeneidade do professorado** do Departamento de Enfermagem da UGF, apesar de envolver alguns aspectos negativos, possibilitou que na implantação do Departamento, constituiu **uma estratégia de luta**, já que as relações entre docentes seriam mais amenas e em busca de um crescimento para o Departamento de Enfermagem.

Nos depoimentos contatamos também que a inserção do enfermeiro na atividade docente significou uma **ascensão profissional**, conforme assinala este depoimento: “ *... na assistência nós somos mais iguais, mas se você comenta que é professor o tratamento é diferente..* ” (docente pioneira).

Embora, dentro do próprio Departamento existisse uma **política informal de determinações de funções docentes**, onde os menos titulados acompanhariam a prática, fato que futuramente provocaria atritos, o que foi comprovado nos depoimentos: “ *...precisavam de professores para acompanhar o*

estágio... era a primeira turma que estava se formando... eu já trabalhava como enfermeira na época...”, ou “ ... a parte teórica eu dava... , como as turmas eram grandes, eu ia com o professor assistente no estágio,...eu coordenava a disciplina.”

Como comentamos anteriormente não existia no Regimento da UGF as atribuições de cada categoria docente, e no Departamento de Enfermagem oficialmente só existia professores auxiliares¹⁶⁰, uma vez que todos eram recém admitidos.

O total de docentes do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da UGF, segundo documento encaminhado ao Ministério de Estado Educação e Cultura, com vistas ao reconhecimento, era de 44 professores, dentre estes, encontramos vinte e um enfermeiros, que atuariam no tronco profissional e nas habilitações.(Anexo 1)

Verificamos que este documento, relacionou vinte e um enfermeiros, sendo que alguns destes, eram denominados de responsáveis por disciplinas, ministrando conteúdos teóricos, e outros atuaram por um período de tempo reduzido, o que caracterizou uma estratégia utilizada pela UGF, para composição do quadro docente necessário para o reconhecimento do curso.

Esse corpo docente composto por enfermeiros tinha a seguinte diferente Titulações: Livre Docente (um), Mestre (um), Especialistas (dez), Licenciados (dois) e Habilitados (sete), sendo que a maioria dos professores tinham obtido formação profissional em escolas públicas, entre estas: Escola de Enfermagem Anna Nery , Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Escola de Enfermeiras Práticas da Cruz Vermelha Brasileira.

No ano seguinte, em 1977, a questão da integração docente assistencial, já discutida em anos anteriores, e também esboçada nos planos do Departamento de Enfermagem da UGF, era explicitamente defendida pela Assessoria de Recursos Humanos da Secretaria Geral do Ministério da Saúde, como estratégia que possibilitaria maior cobertura das ações de saúde.

O Ministério da Saúde tornou-se um dos incentivadores da articulação entre os setores formais de ensino e de serviço e firmou a sua política de realizar convênios com instituições de ensino, objetivando o aprimoramento do sistema de recursos humanos, iniciando estudos para o estabelecimento de supervisão interinstitucional, de atividades que favorecessem a articulação interinstitucional.

Esse posicionamento do Ministério da Saúde fortaleceu a proposta do Departamento de Enfermagem e, com a inauguração oficial do Hospital Universitário Gama Filho, neste ano, levou as docentes a realizarem reflexões mais intensas sobre a integração ensino/serviço.

O Departamento de Enfermagem, concomitante com este objetivo, almejando a criação de novos cursos com aproveitamento das disciplinas eletivas oferecidas durante a graduação, fez uma pesquisa entre os discentes do segundo período do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho, concluindo que os acadêmicos buscariam em ordem decrescente os Cursos de: Especialização em Enfermagem do Trabalho(45%), Licenciatura em Enfermagem (32%), e Administração Hospitalar(22%). (Doc. 6, 1977, p.1).

¹⁶⁰ Para maiores esclarecimentos comentamos os critérios utilizados pela UGF, para enquadramento dos docentes nas diferentes categorias na pág. 118 a 120

Foi, ainda, neste ano, que a Diretora do Departamento de Enfermagem escreveu um trabalho intitulado: “Enfermagem”, para distribuição na comunidade acadêmica da UGF, procurando esclarecer alguns aspectos da profissão de Enfermeiro, incluindo uma breve descrição da profissão, incluindo as atribuições, clientela, mercado de trabalho e processo de formação. (Doc 7, 1977).

Pressupomos que o objetivo maior de Leda era divulgar o Curso de Enfermagem recém implantado na UGF, para toda a comunidade universitária, além de esclarecer não somente, os acadêmicos de enfermagem, mas os demais sobre as características do Enfermeiro.

Em maio de 1978, falecia Luiz Gama Filho, causando grande tristeza no meio acadêmico, e uma certa ansiedade quanto os caminhos da UGF.

Neste ano, os filhos¹⁶¹ de Gama Filho assumiam o comando da Universidade, ficando responsáveis por setores da UGF. Entretanto não houve modificações na Estrutura Universitária e na alocação de funcionários, mantendo-se a maioria dos Cargos Administrativos. Infelizmente a sua morte, aliada à situação socioeconômica e política, repercutiria em alguns planos da Instituição, principalmente na manutenção de certas unidades da Universidade.

No Brasil , em 1979, no Governo de João Batista Figueiredo¹⁶², ocorreram mudanças positivas na esfera política, com a revogação do Ato

¹⁶¹ Após a morte de Gama Filho, a Chancelaria ficou assim configurada: Chanceler: Paulo Gama Filho, Vice Chanceler: Pedro Gama Filho, Diretor: Luiz Alfredo da Gama Filho, Chefe de Gabinete: Miguel Augusto de Almeida Costa, Assessor: Célio Caldas Pinto.

¹⁶² Figueiredo fora Chefe do Gabinete Militar no Governo Médici, e Chefe do Serviço Nacional de Informação(SNI) no Governo Geisel. O processo de abertura no seu governo demonstrava desta maneira uma atitude paradoxal, mas que atendia aos interesses governamentais, uma vez que a anistia foi estendida aos militares e civis torturadores.

Institucional nº 5¹⁶³, o que provocou certa euforia, porém ofuscada pela crise na esfera econômica e social. Com o aumento da dívida externa e interna, e a indexação anual¹⁶⁴ dos salários, surgiram inúmeros protestos e movimentos grevistas, principalmente dos metalúrgicos, sob a liderança de Luís Inácio da Silva, sendo que, neste ano, 3,2 milhões trabalhadores entraram em greve, entre estes os professores(766 mil assalariados), reivindicando aumento salarial, garantia de emprego e liberdades democráticas.

Os sindicatos de trabalhadores, denominados por Fausto(1997, p. 498) de “colarinho branco”¹⁶⁵, abrangendo os bancários, professores¹⁶⁶, enfermeiros¹⁶⁷, médicos, etc, impulsionou e apoiou estes movimentos.

Este cenário conturbado repercutiu na UGF, ocorrendo demissões de diversos professores que participaram deste movimento, afetando o Ciclo Básico, e provocando algumas modificações¹⁶⁸. Entretanto o corpo docente específico do Departamento de Enfermagem, na maioria recém contratado, não aderiu a este movimento.

O Departamento de Enfermagem, até aquele período, não possuía um

¹⁶³ A Emenda Constitucional nº 11 revogou o Ato institucional 5(1968),. A partir dessa data, o Executivo já não poderia declarar o Congresso em recesso, cassar mandatos políticos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar servidores públicos, e privar os cidadãos de seus direitos.

¹⁶⁴ O salário aumentava anualmente, mas acrescido de um valor aquém do necessário para uma sobrevivência digna. Essas perdas salariais ocorreram em consequência da manipulação da inflação nos anos anteriores.

¹⁶⁵ Os profissionais liberais ao organizarem sindicatos mudaram o caráter das profissões liberais tentando proteger os assalariados diplomadas.

¹⁶⁶ O Sindicato dos professores ganharia força e suas reivindicações trariam benefícios, principalmente para os docentes do sistema particular.

¹⁶⁷ Em 1976, recebeu a carta sindical o primeiro Sindicato de Enfermeiros, no Rio Grande do Sul, e em 1977, foi reconhecido o Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ Mudança de disciplinas sendo substituídas Sociologia Geral A e Iniciação a Metodologia Científica, respectivamente por: Introdução à Bioestatística(4 créditos) e Técnicas de Estudo e Pesquisa.

prédio próprio, ficando a sua Diretora, em uma sala nas dependências do prédio principal da Universidade, o que, levou a Diretora e alguns professores, a reivindicarem um espaço próprio. A mudança, em abril de 1979, para um edifício próximo, antigo espaço utilizado como creche dos filhos de funcionários e alunos da UGF, fora do campus universitário, apesar de oferecer condições para o desenvolvimento do Ciclo Profissional, levou ao isolamento do Corpo Universitário.

Uma das coordenadoras do projeto de mudança do Departamento para este espaço físico relatou que se pretendia, neste novo prédio, implantar consultórios de enfermagem para a comunidade, sendo que algumas salas foram reformadas para tal finalidade.

Consideramos que a necessidade de conquistar um espaço físico específico para enfermagem, também configurou o desejo de conquistar uma relativa autonomia, porque o contato da Diretora com os colegas hierarquicamente superiores, tornava-se esporádico, além de possibilitar “menor vigilância e controle” do Departamento de Enfermagem.

Entendemos que a busca desse espaço, representou uma estratégia de luta, que denominamos de **delimitação de território**, porque ao obter um espaço específico o Departamento ganharia referência própria

Como toda ação possibilita várias interpretações, para os discentes tal atitude, foi considerada como a formação de “gueto” específico para a enfermagem, sendo duramente criticado: “...até o 3º período, a gente desconhecia onde era o Departamento . ..nós só tivemos contato com a Enfermagem no 4º período,... as aulas passaram a ser no Departamento de Enfermagem ... aí sempre aquela coisa: vamos subir a rampa, vamos descer a rampa, e sempre aquela crítica - porque o

Departamento é tão longe do restante do campus ?... . Porque a enfermagem ficava tão longe ? (depoimento de uma ex-aluna)

Em outro trecho do depoimento desta a aluna, foram apontados outros aspectos negativos da localização do Departamento de Enfermagem: “... *na realidade ficávamos mais isolados ... tinha muita gente no campus... alguns alunos da UGF , perguntam: tem enfermagem na Gama Filho ? , .. aonde é o prédio da enfermagem ? Lá atrás. Lá atrás, aonde ?*

Entretanto, esta mesma depoente realçou também aspectos positivos, mas opinando como docente da UGF: “... *o interessante aqui é que pelo menos aqui, nós temos o nosso espaço. O prédio da enfermagem. Tem o nosso espaço, tem os nossos laboratórios, enfim, como se fosse a escola de enfermagem..”*

Constatamos que a mudança de posição acadêmica interferiu no julgamento da localização do Departamento de Enfermagem, cristalizando-se a idéia de que o ex-aluno, ao tornar-se docente do sistema que criticou, rapidamente reformula os seus conceitos, procurando ***reproduzir o habitus do campo de trabalho e aderir ao campo social já formado.***

O ano de 1979, a Chancelaria da UGF, iniciou programas integrativos, e no segundo semestre, deste ano, a Diretora deste Departamento, acumulando também o cargo de Conselheira do Conselho Técnico Administrativo do Hospital Universitário Gama Filho, a pedido desta Chancelaria, começou o processo de avaliação da situação da Enfermagem no Hospital Universitário Gama Filho, esboçando os primeiros passos da integração docente assistencial, no âmbito da própria UGF.(Doc.8, 1979)

Leda Santos Pires e um grupo de docentes de enfermagem, neste mesmo período, elaboraram o Plano Global de Implantação e Implementação do Núcleo de Orientação a Saúde Materno Infantil(N.O .S. Materno Infantil), no

Hospital Universitário Gama Filho, esboçando as *primeiras tentativas concretas da integração docente assistencial*.(Doc. 9, 1979)

No Projeto de Implantação e Implementação do Núcleo de Orientação à Saúde Materno Infantil, ficou definido que a equipe responsável pelo Projeto seria constituído pelas professoras do Departamento de Enfermagem: Leda Santos Pires, Rosalda Cruz Nogueira Paim¹⁶⁹, os integrantes: Luis Eurico Ferreira(Diretor do HUGF), Lúcio Costa(Professor de Medicina Preventiva), Orlando Orlandi(Professor de Pediatria), Dirce Lorgren Calaro(Médica Pediátrica do Ambulatório do HUGF), e os colaboradores: docentes do Departamento de Enfermagem, entre estes: Herdy de Almeida Vieira e Maria Antonieta Rubio Tyrrell.

A justificativa de Projeto teve pontos comuns com o posicionamento do Ministério da Saúde quanto a integração docente - assistencial, ao afirmar que :

- *“..pretende assegurar a otimização do ensino de Enfermagem com bases científicas, assim como permitir a maximização de efeitos positivos na prestação de serviços à clientela Materno Infantil...”*
- *“.. entende que a Integração Docente Assistencial é um processo de cunho integrativo entre estudantes e profissionais (ensino e serviço) e a comunidade, objetivando efetivar o ensino aprendizagem em situações reais e produtivas, ou seja adequando os programas de ensino aos programas de serviço, e conseqüentemente a incorporação do trabalho à educação...”*
- *“... a Universidade Gama Filho engaja-se nos programas de ação de cobertura em saúde e filosofia de abertura à Comunidade, conjugando com o esforço nacional...”*
(Doc. 8, 1979, p. 3: 5)

¹⁶⁹ Professora pioneira do Departamento de Enfermagem da UGF, foi a primeira enfermeira do Brasil a ocupar uma Cadeiras no Poder Legislativo. como Deputada Estadual.

Neste ano, o Departamento de Enfermagem, também iniciou os estudos para a implantação de *atividades de extensão* em uma comunidade carente, localizada em um Bairro próximo a UGF, conhecida popularmente como Morro dos Urubus, onde atuariam principalmente as docentes de Saúde Pública com seus alunos, realizando atendimento de enfermagem.

Foi, ainda no ano de 1979, aprovado o Regimento do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia da UGF, confirmando o Primeiro aconselhamento curricular, com exceção da substituição de duas disciplinas pertencente ao Ciclo Geral de Estudo, sendo que Sociologia Geral A e Iniciação à Metodologia Científica foram substituídas, respectivamente, por Introdução à Bioestatística(4 créditos) e Técnicas de Estudo e Pesquisa(4 créditos). (Doc.10 , 1979, p.2:3).

O Artigo 7º desse Regimento, afirmou que “...*para obtenção do diploma de Enfermeiro, com Habilitação em Enfermagem Médico Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica, além das disciplinas obrigatórias prescritas neste artigo, o aluno deverá: cursar as Disciplinas Estudos de Problemas Brasileiros A e Estudo de Problemas Brasileiros B, cujos os créditos se excluem de total mínimo exigido no Art. 3º para obtenção do Grau de acadêmico; cumprir as atividades de Educação Física na forma do Decreto nº 69.450/71; cumprir estágio supervisionado e prática de ensino de enfermagem, a ser realizada em Instituições de Ensino e Saúde da Comunidade ou na própria Universidade, sob, orientação e Supervisão do Departamento de Enfermagem* .”(Doc.10, 1979, p.4).

Embora o estágio supervisionado, não estivesse incluído no aconselhamento curricular, foi garantido o seu cumprimento, o mesmo acontecendo com as atividades práticas da Licenciatura. Percebemos, também, neste Artigo a preocupação de atender as determinações governamentais,

assinaladas pela doutrinação e pela vigilância imposta aos universitários, pelo Governo autoritário.

No ano seguinte, foram implantados os Cursos de Pós Graduação “Lato Sensu” em Enfermagem da UGF: Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e Neonatal¹⁷⁰, e o Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho¹⁷¹, vinculados a Coordenação Central de Pós Graduação e Atividades Complementares da UGF, e coordenados por Maria Antonieta Rubio Tyrrell.

Estes cursos apesar de serem na área de enfermagem não eram subordinados ao Departamento de Enfermagem, uma vez que a estrutura universitária da UGF, criou uma Coordenação específica, concentrando todos os Cursos de Pós Graduação Lato Sensu: a Coordenação Central de Pós Graduação e Atividades Complementares da UGF, que possuía um Diretor subordinado diretamente ao Vice Reitor Acadêmico.

Em janeiro de 1980, quando iniciado o Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho, oficialmente foram implementados os Cursos de Pós Graduação Lato Sensu em Enfermagem na UGF. Os Cursos de Pós Graduação, eram por conseguinte, autônomos e não sofriam intervenções do Departamento de Enfermagem, significando a expansão do ensino de Enfermagem na UGF e sua projeção no meio Institucional e fora deste.

Ainda neste ano, Leda Santos Pires, Maria Antonieta Rubio Tyrrell e Nely Alves Pereira Gomes elaboraram o “Projeto Educacional para Enfermeiros da Universidade Gama Filho”(Doc.11, 1980, p.2), onde descreveram a filosofia do Departamento de Enfermagem da UGF: “... o Departamento de

¹⁷⁰ Este Curso iniciou as atividades em 1985 formando uma única Turma.

¹⁷¹ O Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho formou a primeira Turma em 1980, e apesar de não ser oferecido em alguns períodos ainda está em funcionamento.

Enfermagem da UGF propõe-se a preparar enfermeiros, capazes de desempenhar com alto grau de qualificação o exercício profissional em enfermagem, com a responsabilidade de zelar pela continuidade na educação e aperfeiçoamento destes profissionais tanto em nível de graduação quanto de pós - graduação". Reafirmando o anseio pelo crescimento do Departamento de Enfermagem e a inquietação para contribuir pela qualificação da profissão.

O Projeto considerava o aluno como: *"o componente das decisões sobre a seleção e organização da maioria de suas experiências de aprendizagem ... com a finalidade de desenvolver o sentido de responsabilidade e despertar o interesse para que o mesmo(individualmente ou em grupo) seja responsável pelas suas próprias experiências educacionais como parte do processo."* Demonstrava, assim, um caráter inovador ao permitir ao aluno compartilhar com os docentes as decisões quanto as experiências de aprendizagem, e uma atitude democrática que envolveria um diálogo constante, proporcionando o dinamismo pedagógico. Afirmava, ainda, que: *"o Departamento de Enfermagem da UGF estabelece integração docente assistencial, contando com a participação efetiva dos enfermeiros responsáveis pela assistência de enfermagem a nível hospitalar e comunitário e docentes responsáveis pelas atividades educativas nesses níveis, que visem a assistência de enfermagem. Deste modo, enfermeiros e docentes são co-responsáveis pela formação geral do enfermeiro, no que diz respeito a sua atuação na assistência, ensino e pesquisa".*(Doc.11, 1980, p.3)

A *Integração Docente Assistencial*, portanto, perpassou toda a filosofia do Departamento de Enfermagem, e a sua oficialização, definindo a responsabilidade conjunta da docência e da assistência, mostrou o reconhecimento da atividade assistencial e sua influência sobre o processo de ensino.

Consideramos que a cristalização dessa filosofia pelo Departamento de Enfermagem, além de identificar-se com o discurso governamental e da enfermagem, foi produto da interação do campo, onde houve a presença de vários docentes que atuavam concomitantemente na assistência.

4.5 O processo de Reconhecimento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da UGF

Em 1980, estava tramitando no Conselho Federal de Educação, o Processo nº 1350/80, referente ao reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia da UGF. Este Conselho designou as professoras Marianna Augusto, da Escola Paulista de Medicina e Maria Hélia de Almeida, da Universidade Federal da Bahia, *'... sob a presidência da primeira, constituírem Comissão que verificará "in loco" as condições de funcionamento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho.'* (Doc12,1980, p. 1)

Em 16 de junho de 1980, o Reitor da UGF recebeu oficialmente um comunicado da Encarregada do Setor de Verificação do Conselho Federal de Educação, que informava sobre a visita daquelas professoras, com a finalidade de verificarem as condições de funcionamento do Curso de Mestrado em Direito e o Curso de Enfermagem e Obstetrícia.(Doc. 13, 1980)

Esta Comissão visitou o Curso de Enfermagem, durante três dias (de oito a dez de julho de 1980), elaborando um documento intitulado: "Relatório da Comissão Verificadora das Condições de Funcionamento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho.(Doc. 14 , 1980).

Neste relatório, estas professoras destacaram: o elevado número de alunos matriculados(483), as excelentes condições da biblioteca, a satisfatória

adequação curricular, o eficiente controle na integração curricular, a frequência elevada dos alunos, a realização de atividades de extensão (a proposta de reformulação do HUGF.

Vemos que, para um Curso iniciado a quatro anos, o número de alunos era satisfatório, indicando um entrada aproximada de sessenta alunos em cada semestre¹⁷², portanto tinha se firmado como uma das opções para a Graduação em Enfermagem. O corpo docente, também foi analisado por esta Comissão, sendo relatado que oito professores exerciam suas atividades em tempo integral e os demais em tempo parcial atendendo às necessidades do curso. (Doc.14, 1980, p.4).

Esses docentes, geralmente eram responsáveis por disciplinas, principalmente do ciclo básico e, muitas vezes acumulavam outras atividades além da docência, como Vice Decania¹⁷³, Direção de Departamento¹⁷⁴, Direção de Instituto¹⁷⁵, permitindo a caracterização de execução de atividades integrais na UGF.

Tal fato configurou-se em uma **estratégia de convencimento**, uma vez que era necessário para o reconhecimento a participação de professores com dedicação integral e com titulação.

¹⁷² O Curso era oferecido no primeiro e segundo semestre, sendo que o número de alunos matriculados neste período foi: 63(1977.1), 63(1977.2), 72(78.1), 66(1978.2), 64(1979.1), 74(1979.2) e 68(1980.1), perfazendo com a primeira turma(1976.2, 66 alunos) um total de 473 alunos, podendo indicar a transferência para esta Universidade de alunos de outros Cursos.

¹⁷³ Benedito Aparecido de Toledo, professor responsável pela Anatomia e Vice Decano do Centro Ciências da saúde.

¹⁷⁴ Marion Merlone dos Santos Pena, professor responsável pela Psicologia Aplicada à Enfermagem, Diretora do Departamento de Psicologia, Leda Santos Pires, professor responsável pela Enfermagem Pediátrica e Neonatal, Diretora do Departamento de Enfermagem

¹⁷⁵ Gobert de Araújo Costa, responsável pela disciplina Microbiologia, Diretor do Instituto Gonzaga Gama Filho.

Na conclusão deste relatório encontramos: *'...de todos os aspectos que a Comissão pode verificar "in loco" a Universidade Gama Filho dispõe de condições adequadas e de excelente nível quanto à estrutura física, recursos humanos, materiais e financeiros para a ministrar o Curso de Enfermagem e Obstetrícia. Somos portanto de parecer que deve ser concedido ao mesmo o reconhecimento'*(Doc. 14, 1980, p.9).

O esforço da Diretora, do corpo docente e o envolvimento dos alunos estava sendo recompensado, mas não houve acomodação, e o Departamento dava continuidade aos seus planos.

Em julho de 1980, dos sessenta e seis acadêmicos de enfermagem matriculados no início do Curso, trinta e nove(60%) conseguiram terminar o Curso de Graduação, sendo que alguns trancaram o Curso(sete estudantes em 1977, dois em 1978, três em 1979), e outros provavelmente estavam retidos devido a reprovações.

Este dado, permitiu-nos inferir que a evasão do Curso de Enfermagem e a retenção por média aritmética era comum tanto no sistema público e particular, mostrando que este último não oferece facilidades para o seu alunado.

Os graduandos¹⁷⁶ optaram pelas habilitações de: Enfermagem Médico Cirúrgica(39%), Habilitação em Enfermagem de Saúde Pública(39%) e Enfermagem Obstétrica (22%).

Vislumbramos o equilíbrio na escolha de habilitações que envolvem o atendimento hospitalar e comunitário. Quanto a Licenciatura em Enfermagem, quinze enfermeiros(39%) foram Licenciados, sendo que, dentre estes, sete eram habilitados em Enfermagem de Saúde Pública.

¹⁷⁶ O Anexo 4 traz a listagem nominal dos bacharéis da primeira turma do Curso de Enfermagem e Obstetrícia.

Este dado demonstrou que havia aderência do Curso de Licenciatura em Enfermagem, principalmente para o enfermeiro que iria atuar na Comunidade, o que ensejou uma interpretação equivocada que a Licenciatura era mais importante para a atuação na comunidade.

A primeira turma de formando denominou-se “Turma Leda Santos Pires”, tendo como: Patrono: Leda Santos Pires, Paraninfo o Professor Ernesto de Souza Freire Filho¹⁷⁷, Homenagem póstuma ao “*Ministro Gama Filho*”, in memoriam João Batista Ribeiro¹⁷⁸, e Homenagem especial: “*Professor Paulo da Gama Filho pela criação do Curso*”, Homenagem afetivas “*a todos assistentes, supervisores, monitores¹⁷⁹ e funcionários*”.

Estas homenagens demonstraram o reconhecimento ao trabalho empreendido pela Diretora do Departamento de Enfermagem, e a integração com outros órgãos universitários, principalmente a Vice Reitoria Acadêmica¹⁸⁰, num momento de extrema importância, onde pretendeu-se estimular a Pós Graduação, a referência a Gama Filho e a seu filho Paulo Gama Filho, então Chanceler da UGF, demonstrou **habilidade política**, inclusive inserindo este último diretamente no contexto da enfermagem, pela responsabilidade de zelar pela continuidade do Curso, produto de sua criação.

Os habilitandos deixaram transparecer, ainda, a integração, presente na Turma ao homenagear um colega que faleceu durante o período de formação, e a gratidão aos profissionais, que, apesar de ocuparem papéis hierarquicamente inferiores, colaboraram efetivamente no processo de ensino.

¹⁷⁷ Vice Reitor Acadêmico

¹⁷⁸ Acadêmico do Curso de Enfermagem da UGF e Auxiliar de Enfermagem em um hospital militar. Não terminou o Curso. Faleceu em 1979.

¹⁷⁹ Os monitores eram acadêmicos de enfermagem ou de outros Cursos que acompanhavam as atividades dos alunos em atividades práticas nas disciplinas do Ciclo Básico.

A característica de vincular o nome da Turma ao de professores, tornou-se constante, sendo que a segunda turma de formandos(dezembro de 1980), denominou-se: “Turma Nilton Rosa”, e as homenagens centraram-se nos docentes do Departamento de Enfermagem, sendo: Patrono, Herdy de Almeida Vieira, e Paraninfo, Maria Antonieta Rubio Tyrrell.

4.5 O caminhar inicial dos planos de expansão

Comemorando este Parecer, acompanhando os movimentos para a festa de formatura da primeira Turma, e dando prosseguimento às atividades de cooperação do Departamento de Enfermagem com a UGF, ainda no início do segundo semestre de 1980, Leda Santos Pires, acumulando o cargo de Diretora deste Departamento ao de Conselheira do Conselho Técnico Administrativo do Hospital Universitário Gama Filho, envia ao Presidente deste Conselho um Documento de Avaliação da Situação de Enfermagem no Hospital Universitário Gama Filho.(Doc.15, 1980)

O Documento de Avaliação da Situação de Enfermagem no Hospital Universitário Gama Filho, datado de julho de 1980 designou para assessorar os trabalhos administrativos, pertinentes à Enfermagem, a professora da disciplina Administração Aplicada à Enfermagem, em: “*caráter experimental, como solução preliminar no atendimento ao solicitado... além de mencionar “... preparamos um questionário com a colaboração do corpo docente do departamento de Enfermagem...”*”. (Doc.15, 1980, p. 2).

¹⁸⁰ A Vice Reitoria Acadêmica avaliava os processos de implantação de Cursos.

Este questionário foi respondido pelos enfermeiros dos diferentes setores do Hospital e as informações obtidas, permitiu o diagnóstico da situação. Entre outros, foram apontados os seguintes problemas: “... *não sistematização das atividades de Enfermagem por falta de normas e rotinas escritas,... falta de liderança do enfermeiro*¹⁸¹, ... *falta de treinamento... falta de entrosamento da equipe multiprofissional... as funções exercidas pelo pessoal de enfermagem levam a uma despersonalização do enfermeiro...*”.(Doc.15, 1980, p. 4:5).

Na tentativa de sanar tais problemas, foi sugerido no Documento medidas a “*curto, médio e longo prazo*”, propondo:

“1. Nivel Organizacional

- estruturação da Enfermagem*
- elaboração de normas e rotinas para a equipe de Enfermagem*
- desenvolvimento de recursos humanos de enfermagem utilizando a educação continuada*
- revisão do quadro de pessoal de enfermagem e revisão salarial*

2. Nivel Operacional

- reorganização da assistência de Enfermagem com o objetivo de dinamiza-la para que ela exerça as funções de promoção, proteção e reabilitação da saúde, no ambulatório e internação*
- implantação das atividades docentes assistenciais na área de enfermagem...”*

(Doc.15, 1980, p. 5)

Novamente foi evidenciado o desejo de tornar realidade a comentada Integração Docente - Assistencial (IDA), objetivando compromisso maior do ensino com a assistência, defendido por vários Enfermeiros(desde a década de

¹⁸¹ No HUGF, a relação de enfermeiro / paciente era de 1 por 16, e a proporção enfermeiro / médico staff, compreendia 1 por 9. A média de atendimentos mensal aos clientes era: Ambulatórios: 474, Núcleo de Orientação à Saúde: 45, Serviço de Pronto Atendimento: 133, Cirurgias: 108. A média de óbitos mensal era de 10 obituários/mês.(Doc 15,1980).

sessenta), que almejavam a utilização de métodos de ensino que incentivassem a atuação multidisciplinar e multiprofissional, o que infelizmente não ocorreu neste período e em outros.

O Departamento de Enfermagem e a Chancelaria da UGF não mediram esforços para efetivar a IDA, sendo a enfermeira e professora de Administração Aplicada a Enfermagem, Maria Darci Colares Siqueira, convidada a assumir o gerenciamento de enfermagem do HUGF (“*responsável pela enfermagem no HUGF*”), juntamente com a enfermeira e professora de Enfermagem Materno Infantil, Joselice da Sena Estevão, na função de sua assessora.

Segundo depoimento de Joselice da Sena Estevão, ambas foram contratadas pela UGF para realizarem estas funções, representando um ganho financeiro considerável além da remuneração pela atividade docente. O trabalho era árduo e: “... *muitas vezes discutíamos com a equipe de enfermagem, queríamos melhorar a assistência era necessária uma mudança geral, ... trabalhávamos no período da manhã como professora, muitas vezes lá no próprio hospital, e a tarde como funcionárias do hospital..., mas era inevitável a associação de atividades... a equipe muitas vezes não entendia isto...*”. (*enfermeira pioneira da UGF, entrevista em 1998*)

Continuando o seu depoimento Joselice descreveu as relações de poder no Hospital: “... *a Dr^a Léa¹⁸² nos dava total apoio, no início tudo ia bem... mas aos poucos devido a certas posições de Darci..., ocorreriam conflitos...*” (*enfermeira pioneira da UGF, entrevista em 1998*).

A própria denominação para a enfermeira Maria Darci, como: “*responsável pela enfermagem no HUGF*” (*Doc. 16, 1980*), era demonstrativo da dificuldade em dividir o poder, com o emprego de Diretor ou Chefe de Enfermagem do HUGF. Ao implicar autorização para resolução de problemas

com relativa autonomia, conflitava com o posicionamento da Direção do Hospital e da Chancelaria da UGF.

Talvez a própria estrutura hospitalar contribuisse para este conflito, o Hospital tinha iniciado suas atividades há três anos(1977), sem a presença desta integração, o que poderia provocar na equipe de enfermagem desconforto quando ocorreu a nomeação de enfermeiras docentes para o gerenciamento do Hospital.

Em setembro de 1980, a enfermeira Maria Darci, na função de responsável pela enfermagem da HUGF, encaminhou ao Coordenador do Ambulatório do HUGF informações da equipe de enfermagem deste setor, inclusive as atribuições da enfermeira, mostrando que a sua participação era real e objetivava a melhoria da assistência à clientela.

Neste período, foi elaborado o Projeto de Organização do HUGF, por dez docentes do Departamento de Enfermagem da UGF:

as pioneiras¹⁸²: Herdy de Almeida Vieira(Administração Aplicada à Enfermagem), Erandy Gomes Barroso(Enfermagem Médico Cirúrgica III), Nely Alves Pereira Gomes(Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental), Maria Antonieta Rubio Tyrrel(Enfermagem Obstétrica I), Ediburga Pereira(Enfermagem Médico Cirúrgica I), Nilton Rosa(Enfermagem em Doenças Transmissíveis), Joaquina de Souza Rocha(Administração do Serviço de Enfermagem Hospitalar, Ajustamento Profissional , Enfermagem Ginecológica) e as novas contratadas: Maria Darci Colares Siqueira(Administração Aplicada à Enfermagem/ Responsável pela enfermagem do HUGF), Almandina Maria da Conceição(Administração do Serviço de Enfermagem Hospitalar), e Angela Cristina Moraes

¹⁸² Léa Gama Filho, filha de Luís Gama Filho. Diretora do Hospital Universitário Gama Filho.

¹⁸³ Considerei como pioneiras as enfermeiras(os) citados no Parecer nº 77/81 do CFE, favorável ao reconhecimento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da UGF, e as que foram admitidas até 1980. O Anexo 3 traz a relação completa de docentes pioneiros.

Ostritz(Enfermagem Médico Cirúrgica I, responsável pela Clínica Médica do HUGF).(Doc. 16, 1980)

Neste Documento foi mencionado que: “... *as atividades de enfermagem em um hospital nunca devem tornar-se estáticas, não devem ser para sempre estabelecidas... estão sujeitas a um processo constante de renovação...*”.(Doc. 16, 1980)

Esse discurso enfatizou o dinamismo que deve estar presente nas atividades de enfermagem, entretanto não dispensando a organização: o regimento interno, a estrutura organizacional e um Manual de Normas e Rotinas.

O projeto de organização do HUGF pretendeu que a enfermagem, além da assistência ao cliente, desenvolvesse programas de educação em serviço, colaborasse com o Departamento de Enfermagem da UGF, incentivasse o crescimento profissional, a fim de “... *promover a elevação da Enfermagem do Hospital, oferecendo oportunidades para o pessoal progredir na profissão, dando oportunidades de frequentar cursos de especialização, reciclagem, reuniões de estudos, Congressos, jornadas e pesquisa científicas em Enfermagem...*”(Doc..16, p.2)

Vemos que as docentes do Departamento de Enfermagem da UGF, estava exercendo atividades de integração com o HUGF, e somaram esforços no sentido de oferecer oportunidades para aprimoramento do pessoal de enfermagem.

No projeto de organização do HUGF, as docentes reafirmaram a importância do crescimento profissional e da pesquisa, sugerindo um Programa de Ensino e Pesquisa em Enfermagem, tanto para a Graduação, Educação Continuada e Pós Graduação. Evidenciaram, ainda, que as atividades universitárias não se restringem ao ensino, englobam também pesquisa e

extensão, mostrando o comprometimento daqueles com a efetivação do real compromisso universitário.

Foi sugerido o nome de docentes do Departamento de enfermagem que poderiam atuar no HUGF:

“...Diretor de Enfermagem: seria exercido pela Diretora do Departamento de Enfermagem, Leda Santos Pires;

Colegiado Unidade de Enfermagem: Professores Titulares do Departamento de Enfermagem;

Sub Diretor de Enfermagem: Maria Darci Colares Siqueira;

Coordenação Docente Assistencial: Herdy de Almeida Vieira;

Coordenação do Programa de Ensino e Pesquisa em Enfermagem: Maria Antonieta Rubio Tyrrel;

Responsável pela Graduação: Joaquina de Souza Rocha;

Responsável pela Educação Continuada: Nely Alves Pereira Gomes;

Responsável pela Pós Graduação: Antonieta Rubio Tyrrel;

Assistente de Enfermagem: Maria Edith Furtado Grossi ;

Supervisores Turnos: enfermeiros contratados pelo Hospital;

Chefia Paciente Externo: Juvianvialca Pinto Bandeira;

Chefia de Materno Infantil: Maria das Graças Siqueira de Miranda;

Chefia Médico Cirúrgica: Nadir Torres de Faria;

Núcleo de Orientação à Saúde: Elicéa (não encontrado o seu sobrenome);

Internação: Eliana Manarelli; Unidade Médica: Ediburga Pereira; Unidade

Cirúrgica: Mathilde Rabelo Fortes Nogueira; Cirurgia especializada: Erandy Gomes

Barroso; Berçário e Obstetrícia: sem determinação; Pediatria: Joselice Maria da Sena Estevão (Doc. 16, p. 6)

O projeto de organização do HUGF, também estruturou um organograma do Serviço de Enfermagem da HUGF, procurando implantar e implementar a integração ensino/serviço:

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário Gama Filho visando a Integração Docente Assistencial:



O anteprojeto do Regimento do HUGF, também em discussão neste ano, propôs a criação da Divisão de Enfermagem no HUGF, que representaria autonomia e reconhecimento do valor do trabalho destes profissionais, e outro passo para a efetivação da integração docente - assistencial. (Doc. 17, 1980, p.7).

Na tentativa de iniciar imediatamente o intercâmbio com o HUGF, ainda no mês de setembro de 1980, a Diretora do Departamento de Enfermagem, enviou a Responsável pela Enfermagem deste Hospital, a solicitação de apoio para dinamização das “*técnicas de micro classe*”, da disciplina: Prática de Ensino de Enfermagem B”, a pedido de Solange Lourdes de Souza Chaves, responsável pela referida disciplina, sendo anexado “O Programa de

Fundamentos de Enfermagem”, sugerindo que acadêmicos ministrassem aulas aos Técnicos de Enfermagem do HUGF. (Doc. 18, 1980).

Em outubro deste ano(1980), o Conselho Técnico Administrativo do HUGF formou uma Comissão para analisar a minuta padrão de Convênio com Hospitais Universitários e de Ensino do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), cabendo a Leda relatar a deliberação desta Comissão que criticou: *“o caráter leonino da Portaria 143 do Ministério da Previdência e Assistência Social ..”*, assinalando que diante das obrigações da Conveniente *“amplas, graves e onerosas ... não parece justo que o Poder Público, para cumprir obrigação que a lei lhe defere, use do artifício de pretender dar cumprimento a esse dever através de terceiros, e a esses terceiros apenas subsidie pelos serviços prestados. “(Doc.19, 1980, p.3)*

Neste período a crise da Previdência Social, decorrente da adoção de políticas econômicas recessivas, tornou-se evidente, prejudicando a expansão de políticas sociais, mesmo assim o governo insistiu em ampliar a cobertura de beneficiários, com certeza este Convênio com os Hospitais Universitário, foi uma das tentativas de garantir assistência aos segurados.

Apesar destas críticas, recomendou a assinatura do Convênio, aconselhando que o Conselho Técnico Administrativo do HUGF, recomendasse à Direção deste Hospital *“uma aproximação com as direções dos demais Hospitais - Escolas da área (UFRJ e UERJ), no sentido de, em conjunto, examinar uma proposta de minuta de Convênio que, em tempo hábil, possa ser levada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, como contribuição ao aproveitamento dos serviços médicos assistenciais.(Doc.19,1988, p.4).*

Futuramente, a UGF, perderia o controle sobre o HUGF¹⁸⁴, para o INAMPS, que se tornaria um Hospital público, com a denominação “Hospital Piedade”.

Além do empenho para garantir um campo assistencial hospitalar para o desenvolvimento da IDA, o Departamento de Enfermagem da UGF, consciente da necessidade de oferecer campos de prática extra hospitalares, possibilitando o preparo do futuro enfermeiro para atuação na atenção primária, iniciou, ainda em 1980, atividades na comunidade do “Morro dos Urubus”¹⁸⁵, já preconizadas no ano anterior.

A retomada pela enfermagem da realização de ações de enfoque preventivo, estava de acordo com a política nacional de saúde, e futuramente provocaria mudança de perfil, da formação e da atuação da enfermeira.

O final de 1980, também significou **mobilização no corpo discente** que se organizou e formaram um Comissão formada por dois representantes de cada Período do Curso de Enfermagem, com o “... *objetivo de discutir nossos problemas dentro da Universidade, resolvemos nos reunir e discuti-los, na tentativa de solucioná-los da melhor maneira possível*”. (Doc.20, 1981,p.1).

No dia trinta de janeiro de 1981, ocorreu o reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia da UGF, pelo Parecer nº 77/81, aprovado na Câmara do Ensino Superior do Conselho Federal de Educação,

¹⁸⁴ O Hospital foi inaugurado oficialmente em 16 de junho de 1977 Em 1990 era desapropriado e, em 1992, passou para o controle governamental, conforme Portaria GRH 4264(16 de novembro de 1992). As versões sobre esta desapropriação são contraditórias.

¹⁸⁵ Em 1980, a cidade do Rio de Janeiro tinha mais de um milhão de favelados, a taxa de mortalidade infantil ultrapassava a 50%. as condições de moradia, saúde e higiene, transporte coletivo, segurança, educação e lazer, eram péssimas. O homem brasileiro continuava mal de saúde: 40% da população era desnutrida, e tínhamos 20 milhões desdentados. O Papa João Paulo II exclamava, emocionado, ao visitar o Brasil “Pai Nosso, o povo passa fome”. Álvaro, 1996, p. 415:19.

tendo como presidente do Dom Serafim Fernandes de Araújo, e relator João Paulo do Valle Mendes.(Anexo 2).

Verificamos que o Conselho Federal de Educação encaminhou o processo de reconhecimento do Curso de Enfermagem , para um Dom Serafim Fernandes de Araújo, dignitário da Igreja católica, portanto defensor da escola. Vemos que a política de interdependências não era exclusiva do cenário UGF.

Neste Parecer foi enumerado todo o corpo docente com a formação e titulação, e matéria que iriam ministrar, sendo que alguns destes professores já tinham o nome aprovado anteriormente, provavelmente os do curso básicos, e os outros, especialmente os enfermeiros, vinha após o nome os dizeres; “pode ser aceita”.(Anexo 1)

A Portaria nº 201, de vinte e três de fevereiro de 1981, do Ministério de Educação e Cultura, reconheceu o Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetria da UGF, sendo assinado pelo então Ministro da Educação, Rubem Ludiwig.(Anexo 2)

Uma cópia integral do Parecer 77/81, foi enviado a UGF, por Genuíno Bordignon, Diretor Geral do CFE. Neste documento descreveu a situação financeira da Mantenedora, os estabelecimentos de Ensino Superior que já possuía, o número de alunos classificados, de 1978 a 1980, além da discriminação do corpo docente, conforme citei anteriormente.(Doc.21, 1981)

Quanto ao corpo docente, as primeiras mudanças ocorriam, com o desligamento de professores e a contratação de outros, principalmente ex0-aluno, confirmado por este depoimento: “... depois de formado, convidaram para ficar na Gama, mas fui fazer pós-graduação em Manguinhos, exigia dedicação integral, no

ano seguinte, 1982, comecei a trabalhar no Departamento de Enfermagem da UGF, ... auxiliando no estágio... “. (Ex aluno da primeira turma, professor da UGF).

Percebemos que o Departamento de Enfermagem começou a recrutar para o seu quadro docente ex-alunos do próprio curso, geralmente recém graduados, demonstrando um critério diferenciado da fase inicial, embora com finalidade igual ao período anterior, a de manter a homogeneidade, proporcionando uma “falsa segurança” para as partes envolvidas: o campo de trabalho, por não sentir a ameaça do novo e os ex-alunos, que iniciaram suas atividades como profissional num espaço, que acreditavam conhecer (*.. vou me formar, de repente a pessoa acha que você não sabe nada, como é que vai procurar o primeiro emprego, como é que você vai se apresentar ? E quando eu já estava na parte de licenciatura e surgiu essa oportunidade, aí eu aproveitei e fiquei na universidade...).*

Configurou-se uma outra característica da estratégia da política informal de seleção docente, **perfil do egresso**, podendo-se assim recrutar os ex-alunos que provavelmente conseguiriam se adaptar às regras do campo laboral do Departamento de Enfermagem. Mostrando, também, a tendência a acomodação intragrupal, a **reprodução de modelos**.

Nestes depoimentos novamente evidenciamos que a admissão definia-se no momento do convite, e o professores iniciante geralmente ficavam com as atividades práticas, como se estas exigissem menor experiência e conhecimentos. Subjacente a esse discurso estava a questão da dicotomia entre o manual e intelectual, a **relação de poder entre classes docentes**, onde os docentes com menor qualificação seriam responsáveis pelas atividades consideradas de menor status e mais cansativas.

Ainda em 1981, as atividades de integração, iniciadas no ano anterior, sofreram modificações:

- o Projeto de Integração do Departamento de Enfermagem com o HUGF foi interrompido e, segundo um depoimento: “... *não houve estruturação da divisão de enfermagem,os conflitos entre enfermeiros assistenciais e as docentes responsáveis pelo setores e pelo própria Enfermagem, agravaram-se, ... a enfermeira Darci foi desligada, ... ela tinha gênio muito forte...autoritária... não acatava as idéias de Lea, o próprio hospital passava por uma crise... reflexo da modificações das lideranças devido a morte de Gama Filho, ... não foi mais possível a IDA.... e foi mudado até mesmo os campos de estágio....*”. (depoimento de docente participante do processo).
- as atividades realizadas no Morro dos Urubus foram fortalecidas, demonstrando o envolvimento dos docentes e discentes no atendimento à comunidade, e o prosseguimento de programa de extensão,

Verificamos que houve ganhos (solidificação de uma atividade de extensão, integrando o ensino à prestação de serviços à comunidade), mas, também, perdas significativas principalmente no projeto de integração com o HUGF, tão cuidadosamente elaborado pelo Departamento de Enfermagem.

Quanto ao cancelamento do projeto de integração com o HUGF, principalmente das atividades de integração docente assistencial, o depoimento de uma das docentes destacou dificuldade de relacionamentos principalmente da Responsável pelo Serviço de Enfermagem com a Diretora do Hospita, assinalou em seu depoimento: “ *a Darci.. tinha dificuldades de aceitar a Direção, ela discutia muito...., ... fui chamada pela Diretora... ela queria que mudança de atitude...*”.

Neste depoimento verificamos que, no contexto particular as regras do jogo de poder eram mais contundentes, levando geralmente ao rompimento de

relações, prevalecendo o interesse institucional. Evidenciou-se, ainda, a **fragilidade das relações**.

A continuidade de atividades no Morro dos Urubus, demonstrou o compromisso do Departamento com os movimentos em prol de modificações na área da saúde, que desde o final da década de setenta, defenderam o Sistema Único de Saúde, a descentralização das ações de saúde.

Apesar do insucesso deste Departamento em relação a integração docente assistencial, houve outra tentativa em uma outra Instituição Hospitalar do Rio de Janeiro, o Hospital da Força Aérea do Galeão, sendo que no XXXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, as enfermeiras Leda Santos Pires, Nilze Rodrigues Sobreira¹⁸⁶ e Elza Ferreira de Candrina¹⁸⁷, apresentaram o trabalho intitulado: “Importância da Integração Docente Assistencial: uma tentativa realizada em um hospital militar”.(Doc. 22 , 1981)

Neste período, além da Direção do Departamento de Enfermagem da UGF, Leda Santos Pires, era Adjunta da Divisão de Ensino e Pesquisa deste Hospital, o que facilitou os primeiros contatos, sendo relatado que os passos iniciais já estavam dados, isto é, os acadêmicos do Departamento de Enfermagem realizariam as atividades práticas nesta Instituição e o modelo de operacionalização da IDA estava delineado. Constatamos que o seu dinamismo ultrapassou o espaço da UGF, porque, ao propor tal integração, vislumbrou melhoria para os seus dois campos de trabalho.

A mobilização discente, iniciada no ano anterior, se fortaleceu e através de um Boletim Informativo, foi comunicado a formação de Subcomissões,

¹⁸⁶ Nesta época Professora do Departamento de Enfermagem UGF, Chefe do Serviço de Controle e Avaliação do Ensino do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

(Imprensa, Atividades, Finanças) que num trabalho¹⁸⁸ conjunto tinham conseguido angariar fundos para a participação, de trinta e um alunos do Curso de Graduação em Enfermagem da UGF, no V Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem, onde integraram os grupos de discussão dos temas centrais deste evento: A Formação do Enfermeiro, Condições de Vida e Saúde do Povo Brasileiro, Previdência e Saúde, Análise das características da Prática atual do profissional de Enfermagem nas diversas áreas de atuação e A mulher e a Sociedade. Constatamos, por conseguinte, que os acadêmicos de enfermagem do país, mostraram estar conscientes dos problemas nacionais e da enfermagem, e também buscavam soluções.

No ano seguinte, 1982, apesar da mudança do contexto político¹⁸⁹, com vitória parcial da oposição, o país viveu um período de crise, devido o agravamento da recessão, do desemprego e da inflação. Esta crise praticamente afetou todos os setores, inclusive a enfermagem, onde a indefinições das atividades próprias da enfermeira, tornaram-se evidentes, levando a severas críticas ao sistema formador.

Entretanto houve conquistas, como a implantação em 1982, do Curso de Doutorado em Enfermagem, em São Paulo, e o incremento a realização de Cursos de Mestrado em Enfermagem, aumentando a produção científica.

Em 1983, a insatisfação popular aumentou com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a favor da realização de eleições para Presidência da

¹⁸⁷ Naquela época Enfermeira Chefe do Hospital da Força Aérea do Galeão - Rio de Janeiro.

¹⁸⁸ A Comissão durante dois meses (maio e junho de 1981) realizou diferentes atividades no Campus Universitário, como: verificação da Pressão Arterial, Festa Junina.

¹⁸⁹ A oposição conseguiu eleger os Governadores: Franco Montoro (São Paulo), Tancredo Neves (Minas Gerais), José Richa (Paraná), Brizola (Rio de Janeiro)

República. A escolha de Tancredo Neves¹⁹⁰ para assumir a Presidência, em 1985, reacendeu esperança do povo, mas a sua morte em abril deste ano, por problemas pós-operatórios, comoveu o país, trazendo descrença, inclusive quanto ao atendimento médico hospitalar, provocando mudanças que refletiriam posteriormente no próprio ensino da enfermagem.

José Sarney, Vice Presidente, assumiu efetivamente a Presidência, instalando-se o Governo da Nova República; após duas décadas de autoritarismo, procurando ressuscitar os ideais do nacionalismo, assinaladas nas palavras: “..brasileiros e brasileiras...”.

Nesse período de transição democrática, ainda em 1985, as tentativas de modificação do sistema de saúde¹⁹¹, culminaram com a implantação do Sistema Unificado de Saúde, a Reforma Sanitária, o que possibilitou uma ampla discussão sobre a questão de políticas de saúde, havendo a participação do Conselho Federal de Enfermagem, em vários encontros nacionais, com o objetivo de não só implementar a mudança, mas traçar a atuação de enfermagem nesta nova realidade

Tal mudança, implicaria na formação da enfermeira permitindo-lhe tomar parte do processo de atenção à saúde, nas entidades assistenciais, administrativas, educativas e de investigação, tanto no setor hospitalar como no não hospitalar, diversificando a sua atuação.

¹⁹⁰ Tancredo Neves foi ex ministro da Justiça de Getúlio Vargas e ex primeiro ministro no parlamentarismo em 1962.

¹⁹¹ No período de 1982 a 1985, o Governo tentou implementar as Ações Integradas de Saúde, descritas pelo Conselho Nacional de Administração de Saúde Previdenciária(CONASP), apesar da resistências dos prestadores privados de serviços médico - hospitalares. Em 1985, pouco mais de 130 municípios haviam assinado termo de adesão às AIS, entre estes, a Prefeitura do Rio de Janeiro. (Noronha e Levcovitz, Apud: Guimarães e Tavares, 1994, p.84)

Não indiferente a esta situação, as Escolas e Faculdades de Enfermagem, a ABEn Nacional e a Comissão de Especialistas em Enfermagem da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (CEEn / CESu - MEC), promoveriam estudos sobre o currículo, realizando encontros em todo o País com objetivo de caracterizar a situação do ensino de Graduação em Enfermagem por região e apresentar alternativas para os problemas identificados, bem como perfil e competência do enfermeiro.

O Departamento de Enfermagem da UGF, neste período iniciou também um processo de reformulação, reflexos não só das mudanças apontadas para à área do ensino de enfermagem, mas também da própria crise financeira brasileira que afetou a Universidade, conforme discutirei no próximo capítulo.

4.6 Síntese do capítulo

A inserção da Enfermagem no espaço universitário UGF conforme constatamos não atendeu exclusivamente os interesses oficialmente percebidos como: o desejo de ampliar os Cursos na área de Saúde, incentivo governamental para Criação de Cursos, e aos deduzidos:

- necessidade de um atendimento de enfermagem qualificado;
- possibilidade de utilizar o Ciclo Básico do Curso de Medicina, com unificação de turmas da área da saúde;
- necessidade do mercado de trabalho de enfermeiros e conseqüente oferta de empregos;

- a perspicácia em oferecer outra opção na área da saúde, ao grande número de candidatos que procuravam a Instituição.
- lógica do mercado de investimento: necessidade de novos Curso de Enfermagem, na Cidade do Rio de Janeiro, devido à expansão populacional(há aproximadamente três décadas não ocorria a criação de outras escolas de enfermagem no Estado)

Pela confluência de informações concluímos que um outro motivo, certamente animador, surgiu nesta época, o custeio do Curso pelo Programa do Governo referente ao crédito Educativo, uma vez que uma parcela significativa dos acadêmicos de enfermagem foram subsidiados por este programa¹⁹².

Identificamos no depoimento da Diretora do Departamento de Enfermagem, características que lhe são peculiares , e ao nosso ver , resultam da introdução de modelos familiares e do seu contexto de formação e trabalho, as quais convergem para a determinação, persistência e dinamismo em busca do que considera ideal e, provavelmente são resultado do processo de inculcação de padrão de ações impostas pelo aparelho educativo. Estas características, parafraseando Bourdieu, irão impregnar todo o contexto da enfermagem da UGF.

Os movimentos iniciais da organização do Departamento de Enfermagem, não foi diferente de outras escolas, mostrando que apesar de já terem passados aproximadamente cinquenta e quatro anos, deste a implantação da enfermagem moderna no Brasil, o movimento de criação de uma Escola de

¹⁹² Em entrevista com um dos Dirigentes de uma das Vice Reitorias esta informação foi dada, mas não houve a possibilidade de fixarmos o percentual exato.

Enfermagem partiu da iniciativa de um médico atendendo ao poder hegemônico.

Entretanto, diferenciando-se das demais, a organização do Departamento ocorreu após o início do Curso, e foi gradual a medida que os docentes eram admitidos, implicando numa dinâmica constante até chegar a um relativo equilíbrio.

Os documentos analisados demonstraram que a Diretora e o Corpo Docente e Discente somaram esforços para inserirem a enfermagem no contexto da universidade, no anteprojeto já era claro o anseio pelo crescimento, não se limitando ao ensino de Graduação.

Constatamos que o Departamento de Enfermagem considerava que o processo de formação do enfermeiro englobava conhecimentos específicos associados ao de educador, portanto estimulava a Licenciatura em Enfermagem. No perfil do enfermeiro a ser formado, por conseguinte reforçou tal entendimento, além de realçar a função do enfermeiro como agente de ações primárias.

Neste anteprojeto, encontramos outra característica singular, mas própria do sistema de ensino particular, a preocupação em racionalizar gastos, onde deveria ser associado os aspectos de custo do processo de formação com qualidade de ensino e adequação do futuro enfermeiro ao mercado de trabalho, oferecendo um conceito de produtividade do Ensino Superior.

O Departamento de Enfermagem mostrou, ainda, estar envolvido nos movimentos da classe de enfermagem e no próprio contexto socioeconômico, político e social do país. Por conseguinte o ensino a ser oferecido aos acadêmicos tinham aderência a essa realidade, e oferecia variedades de

modalidades acadêmicas, como: aulas teóricas, práticas e o estágio supervisionado, onde foi garantida uma proporção adequada entre o números de professores e alunos.

A mobilização dos alunos, evidenciou que este grupo não estava alienado, e procurou colaborar com a organização do Departamento de Enfermagem, principalmente ao relatarem a intenção de propor soluções para os problemas que poderiam surgir.

A tentativa da implantação da integração docente assistencial, no Hospital Universitário Gama Filho e no Hospital da Força Aérea do Galeão, a atividade de extensão realizada no Morro dos Urubus, e os dos Cursos de Especialização Lato Sensu: Enfermagem Obstétrica e Neonatal e Enfermagem do Trabalho, demonstraram o compromisso deste corpo docente, não só com a Instituição mas com o a Enfermagem.

Ao analisarmos os depoimentos da Diretora, dos docentes e ex-alunos associado aos documentos que respaldam este estudo, chegamos as seguintes deduções em relação:

- a. ao discentes, os diálogos convergiram para: *a escolha da profissão como segunda opção*, antecedendo à esta o desejo de cursarem medicina; *a adesão ao contexto de ensino particular*, resulta do *oferecimento do processo de seleção em período diferente das demais Universidades*, *a possibilidade da não reprovação no Vestibular*, *o ganho de período letivo* e *possibilidade do aproveitamento de créditos ao transferirem para outros cursos da área de saúde*;
- b. aos docentes, as informações evidenciaram que, para o enfermeiro assistencial, o engajamento na docência permitiria uma *ascensão*

profissional oficiosa entendida como aquisição de um status social e profissional, mostrando o desprestígio que envolve a execução da assistência, já para os ex-alunos o ingresso na docência por significar a primeira experiência no mercado de trabalho, proporcionava *um iniciar seguro*. A possibilidade de *manutenção de outro vínculo empregatício*, apesar de não ser relatada como motivo de ingresso na UGF, foi identificada nos relatos sobre as modalidades de contrato de trabalho, que analisamos no próximo capítulo.

- c. os jogos de poder, observamos que no campo de trabalho em formação, impunham-se normas e regras baseadas na *concentração de poder* na Diretora, na *política informal de seleção de docentes*, privilegiando o prestígio pessoal, na *política informal de determinações das funções docentes*, na *fragilidade das relações dentro do contexto particular*.
- d. as estratégias de lutas utilizadas pelas enfermeiras para implantarem a enfermagem na UGF, constatamos que alteram entre: *concentração de poder na figura da Diretora*, *homogeneidade do corpo docente*, *política de convencimento*, *habilidade política*, *delimitação de territórios*. A *mobilização discente*, outra estratégia usada, demonstrou que os acadêmicos, também auxiliavam no processo de construção da Enfermagem na UGF.

**V- A iniciativa do Departamento de Enfermagem por uma
formação específica de enfermagem: 1986 a 1991**

'O campo do poder
(que não deve ser confundido com o campo político)
não é um campo como os outros:
ele é o espaço de relações de força entre
os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente,
entre os agentes suficientemente
providos de um dos diferentes tipos de capital
para poderem dominar o campo correspondente
e cujas lutas se intensificam sempre
que o valor relativo dos diferentes tipos de capital
é posto em questão...isto é, especialmente
quando os equilíbrios estabelecidos
no interior do campo,
entre circunstâncias especificamente e
encarregadas da reprodução do campo de poder
(no caso francês, o campo das grandes escolas),
são ameaçados.

Bourdieu, 1996, p.52

Neste capítulo, discutiremos a reorganização do quadro docente do Departamento de Enfermagem e a UGF, o incentivo à qualificação docente , o desenrolar do processo de mudanças associado à necessidade da manutenção das raízes em conflito como os anseios da administração acadêmica central, no recorte temporal entre 1986 e 1991.

5.1 A reorganização do Quadro Docente do Departamento de Enfermagem

O Departamento de Enfermagem da UGF, desde o início *da crise econômica, enfrentou sérias dificuldades para manutenção do seu quadro docente*, uma vez que os salários estavam defasados e inferiores aos das Instituições Públicas, incentivando à procura por este contexto, não só pelo ganho financeiro, mas pela estabilidade oferecida, num período de recessão e desemprego.

Essa situação, de *manutenção do emprego associada à crise econômica*¹⁹³ do país, era e ainda é própria do sistema particular, o que por provocar instabilidade, leva à intensificação do poder da Instituição sobre o indivíduo, caracterizando o poder coercitivo respaldado na questão econômica.

Evidenciamos, que foi acrescentado novos jogos de poder, no campo laboral do Departamento de Enfermagem, frutos das **relações empregatícias**, singulares do sistema particular.

Os docentes da UGF foram *contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, e geralmente possuíam carga horária flutuante*¹⁹⁴, diferente do ensino público, havendo, excepcionalmente, contratos em regime de trabalho pré estipulado para os denominados professores mensalistas, que tinham um ganho financeiro pré determinado para trabalharem de vinte a trinta horas semanais.

¹⁹³ O país passou por várias crises econômicas. No entanto a instabilidade econômica do governo Figueiredo, repercutiu acentuadamente no cenário da UGF, principalmente no período de transição democrática, durante e após o Governo Sarney.

¹⁹⁴ O contrato de trabalho do professor estava baseado na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que para o professor que iria ministrar aula teórica a remuneração estava fixada em valor de hora/aula superior a paga ao professor que iria realizar supervisão de atividades práticas e estágio, sendo assim, apesar de receberem uma carga horária fixa (20 horas/ semanais), recebiam um salário inferior.

Estas **modalidades de contratação**: hora/aula ou mensalista, *ocasionaram conflitos, tanto pelo ganho financeiro como pelo status*: os mensalistas eram supervisores de estágio ou atividade prática, exercendo esta função muitas vezes em diferentes campos de atividades.

Vemos que a diferenciação do trabalho intelectual e prático, já relatada neste trabalho, influenciou também a remuneração docente, ocasionando desentendimentos: será que o professor que realiza a supervisão não merece ter uma remuneração idêntica ao do professor teórico?

Esse tipo de contrato de trabalho não garantiu aos professores, admitidos pelo valor hora/ aula, uma carga horária anual fixa, podendo ocorrer aumento ou diminuição, estando este fato associado à decisão da Diretora em manter o professor em determinada disciplina, e o número de turmas que iriam freqüentar a disciplina no período, de acordo com o desempenho acadêmico do docente.

Constatamos, assim, uma **política informal de distribuição de disciplina**, conforme assinalou este depoimento: “... devido a necessidade de professores que entravam de licença, ou professores que eram demitidos, ... a prof^a **Leda me solicitou várias vezes para cobrir outras disciplinas até que se conseguisse professor..... dei aula de médico -cirúrgico, administração de enfermagem, Saúde Pública, além de doenças transmissíveis...**”(docente pioneiro) ou “... fiquei chateada porque eu soube, através de uma colega de mestrado, **que tinham me mudado de disciplina... estava inclusive com tudo preparado para a enfermagem pediátrica.... fui no Departamento, ... ia ficar com enfermagem obstétrica a professora tinha pedido demissão... ”.**(docente contratada em 1985).

Percebemos nestes relatos que o sistema de ensino particular contrata o docente e não o professor de determinada área ou disciplina, muitas vezes

não se importando em alocá-lo em outras disciplinas que não se inserem no seu perfil profissional, *tornando-o polivalente pela força da coação*.

Por conseguinte, o professor, raramente *teve possibilidade de projetar o seu ganho financeiro anual*, podendo o seu salário ser menor em determinados períodos, ou, simplesmente, ser demitido por motivos que, muitas vezes não envolviam a sua capacidade profissional. Essa *instabilidade*, também presente para os professores mensalistas, ocasionou um clima de intranquilidade, reforçando a **coação**, visível no depoimento: “...no início ela me falou que seria como se fosse um estágio. Tanto que eu fiquei 6 meses sem receber salário, era tipo um estágio, como ela falava...”.

Ao analisarmos estes depoimentos, vemos que no sistema de ensino particular diferente do público, *estar ministrando uma disciplina compreende uma carga horária de trabalho vinculada a um ganho salarial*, portanto a manutenção desta carga horária torna-se, muitas vezes, mais importante do que a própria disciplina.

Os depoimentos sobre este tipo de contrato de trabalho com carga horária flutuante foram diferenciados, apontando vantagens : ‘... acho que existe muito mais vantagens. “...*Você fica muito mais livre para poder exercer outras atividades lá fora.... Até porque, para quem vive de salário, não dá apenas um emprego para sobreviver sinto muito compromissada com a Universidade ...*”(*docente pioneira*).

A vantagem apontada neste depoimento, a **liberdade de possuir mais de um vínculo empregatício**, foi proveniente da remuneração inadequada do profissional, pelo mercado de trabalho em geral, conduzindo o enfermeiro ao engajamento em outra atividade, facilitada pela possibilidade de exercer atividades assistenciais em horários distintos(esquema de plantões) ou atuar na área do ensino e da assistência. Auxiliando este engajamento, a oferta de

empregos para o enfermeiro continuou acentuada, já que o número de profissionais formados ainda era insuficiente.

De modo contraditório, ao vincular-se a mais de uma atividade, o enfermeiro ficou com indisponibilidade horária, o que prejudicou não só a sua qualidade de vida, mas a participação em associações e sindicato, afetando a mobilização da classe para reivindicar um salário digno e condizente, criando-se um feedback .

Essa *vinculação, em pelo menos duas atividades laborais*, foi uma das *características básicas da maioria dos docentes do Departamento de Enfermagem da UGF, desde a sua implantação e assim permaneceu.*

Consideramos que o ensino particular não cerceou o professor ao seu espaço universitário, por se entender que a possibilidade de possuir outro vínculo, proporciona uma relativa estabilidade financeira ao docente, configurando, portanto, *uma das estratégias para a manutenção do corpo docente.*

A desvantagem do contrato empregatício, baseado em hora/aula, também foi relatado, sendo considerado que : *“... a desvantagem é que você não tem um vínculo ... terminava a minha aula, eu ia embora.... não tinha exigência de produção científica... mas se tivesse um horário x para dar aula e x para produzir, seria bem melhor. Mesmo que fosse hora/aula”*(docente contratada em 1989)

Realmente, o contrato hora/aula não remunera o tempo empreendido na produção científica, só oferecendo um adicional¹⁹⁵ para a correção de trabalhos e provas , denominado repouso remunerado. A questão da produção científica foi e permanece como um dos pontos mais polêmicos para o professor horista.

Independente desta implicação negativa, *observamos que os docentes, desde o início elaboraram projetos¹⁹⁶ e realizaram pesquisas talvez almejando reconhecimento do Curso pela comunidade acadêmica, reconhecimento profissional, projeção da atividade que executa e melhorias na profissão.*

Entendemos que a **produção científica independente de remuneração**, definiu uma *estratégia de luta* utilizada pelos docentes com o objetivo de consolidar a Enfermagem na UGF.

Supomos ainda que essa produção científica faça parte da “*política de interdependências*”, que prevaleceu mesmo após a morte da Gama Filho e se manifestou na Enfermagem por troca de interesses e favores entre a Direção do Departamento e UGF¹⁹⁷, a Direção e outras Instituições¹⁹⁸ e a Direção e Docentes¹⁹⁹.

Outro fator, que pode também ter contribuído para esta evasão docente, foi a **concentração de poder na figura da Diretora**, conforme evidenciaram este depoimentos: “... o diálogo ficou cada vez mais difícil... era difícil encontrá-la.. tinha que ser tudo da sua maneira...o controle era sufocante...”. (*Depoimento de uma ex docente*).

Ou, ainda, a **dificuldade de promoção acadêmica**, do reconhecimento de Títulos pela Instituição, conforme comentamos anteriormente, além do professor ter o Título, era necessário sofrer um processo de avaliação e

¹⁹⁵ Geralmente o professor ganha por quatro semanas e meia ou cinco semanas e meia, variando de acordo o calendário. Esta meia semana corresponde ao repouso remunerado.

¹⁹⁶ No Capítulo anterior vimos a elaboração do Projeto de integração docente assistencial, dos Cursos de Pós Graduação, mostrando o engajamento do docente a um dos compromissos da Universidade.

¹⁹⁷ Explicitados no capítulo anterior, como: o plano de integração docente assistencial com HUGF, Programa de Treinamentos para os Técnicos de Enfermagem da UGF.

¹⁹⁸ Enumerados no capítulo anterior: tentativa de implantação da IDA em um Hospital Militar.

¹⁹⁹ Elaboração de trabalhos conjuntos como: O Projeto Educacional para os Enfermeiros da Universidade Gama Filho, descrito no capítulo anterior

aguardar vaga²⁰⁰ uma cadeira no cargo que estaria sendo pleiteado: “... *os professores que eram coordenadores da disciplina eram chamados de titulares. Não oficialmente pela Universidade, mas dentro do Departamento...*”(docente pioneiro)

Outra estratégia para a manutenção do corpo docente configurou-se com este diálogo. A **valorização do professor**, que apesar da informalidade dava prestígio, mas, simultaneamente, ao conferir classes a este corpo docente, conduziu a situações de desgaste.

A saída paulatina de uma parcela significativa dos professores com maior titulação acadêmica, impulsionou a contratação de professores, com diferentes características: *experiência docente, prática comprovada ou recém formados (ex-alunos)*, conforme explicitado nos depoimentos: “*naquela época, já existiam ex-alunos da universidade lecionando e ela me convidou para permanecer...*”(docente, ex-aluna admitida em 1985), ou “... *já trabalha na assistência há muitos anos... daí surgiu o convite... estavam precisando de professor... nunca tinha dado aula.... fiquei com receio..*”(docente admitida em 1985), ou “... *precisava ter um emprego, uma colega falou sobre a necessidade de professor na UGF, ...se eu queria ser apresentada, minha experiência anterior era com o ensino de nível médio.. pensei vou tentar...* (docente admitida em 1986). Verificamos que, apesar das características diferenciadas das futuras docentes, a *política informal de seleção docente* continuava.

Esse processo de mudança, que ocorria no Departamento de Enfermagem, estava associados ao contexto econômico do país, que, desde o início de 1986, também, foi marcado por: substituição da moeda²⁰¹,

²⁰⁰ Para melhor entendimento ver páginas 118:9. A distribuição de vagas ocorria no âmbito geral da Universidade. e não do Departamento.

²⁰¹ O cruzeiro foi substituído pelo cruzado na proporção de 1000 por 1.

congelamento de preços²⁰² e da taxa de câmbio por prazo indeterminado, políticas de reajuste do salário²⁰³ e instituição do empréstimo²⁰⁴ compulsório que afetou principalmente a classe média.

Como no ensino particular²⁰⁵ a participação da classe média sempre foi significativa, a Universidade Gama Filho sentiu repressão na demanda, mas no Curso de Enfermagem este fato não ocorreu, sendo que no primeiro e segundo semestre de 1986 estavam matriculados, para iniciarem suas atividades no Curso de Graduação em Enfermagem, respectivamente: 121 e 137 alunos²⁰⁶.

Devemos recordar que o candidato ao Curso de Enfermagem geralmente conseguia engajar-se em Programas de Bolsa(Crédito Educativo e Cursos oferecidos pela UGF) e que, nas Instituições particulares, havia procura maior de vagas pelos exercentes da enfermagem estimulados pela mobilidade social oferecida pela realização do Curso de Enfermagem.

Para estes técnicos e auxiliares de enfermagem, a manutenção do emprego era mais fácil no sistema particular, devido à **flexibilidade horária**, valendo ao sacrifício empreendido. Este depoimento confirma esta afirmação: “... *resolvi fazer enfermagem na Gama ... pois além de ser mais próxima do meu trabalho, as atividades iniciam mais tarde.. dá para descansar um pouco....*,”

²⁰² A população, entusiasmada com o congelamento de preços, ocupou supermercados e se tornou fiscal dos aumentos de preços, denominadas “fiscais do Sarney”.

²⁰³ O salário mínimo foi aumentado, implantando-se o sistema de gatilho salarial, sendo que o reajuste de salário era automático sempre que a inflação chegasse a 20%, além de incentivar a livre negociação de aumentos salariais entre empregador e empregados.

²⁰⁴ O empréstimo compulsório foi instituído na compra de carros, de gasolina e álcool, de dólares para viagens e passagens aéreas ao exterior.

²⁰⁵ Para Fausto(1997) o acesso de camadas pobres e da baixa classe média aos cursos mais prestigiosos das universidades públicas torna-se difícil. Esses setores sociais constituem a clientela preferencial das escolas privadas”.(p.544)

²⁰⁶ A partir do primeiro semestre de 1984, o Departamento de Enfermagem ofereceu 100 vagas por semestre.

...sonho em ser logo enfermeira quero mandar também....”(ex-aluna com ingresso em 1985)

Quanto às facilidades referentes ao horário e ao processo de avaliação, os acadêmicos ficavam surpreendidos com certas características do ensino de enfermagem na UGF: “.... no hospital ... a professora não saía de perto.... tinha que fazer conforme a técnica..., ... foi difícil conseguir passar....”. (ex-aluna , ingresso em 1976), ou “..... tentava justificar o atraso mas tinha professora que não perdoava até levava a escala de trabalho.. não tinha jeito, sempre fui obrigado a repor estágio..”. (ex-aluno , ingresso em 1985).

Nestes depoimentos verificamos que o corpo docente da UGF **firmou limites** e, independente do aluno pagar pelo ensino que recebeu, o nível de exigência foi intenso reproduzindo muitas vezes um distanciamento imposto para as docentes em relação ao tempo que em que eram alunas, o que é claro neste depoimento: “... **tínhamos que manter uma certa distância no relacionamento com o aluno, ... só assim conseguimos impor barreiras, ser respeitado....., foi assim que aprendi.. não podemos nos envolver....”**(docente contratada em 1989).

5.2 Os novos planos e a continuidade das metas anteriores

Apesar da procura acentuada pelo contexto de enfermagem da UGF, verificamos que esse Curso também apresentou um índice de evasão²⁰⁷ razoável, chegando a um percentual estimativo de 50% (cinquenta por cento). Como esse índice de evasão estava superior ao índice de 40%(quarenta por cento), valor médio de evasão nas Instituições de Ensino

²⁰⁷ O Anexo 5 através do Quadro demonstrativo do percentual de formandos do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho. do primeiro semestre de 1980 ao segundo semestre de 1990.

Superior de Enfermagem da Região Sudeste²⁰⁸, levou a Direção e Corpo Docente a buscar mecanismos que mantivessem o acadêmico na Instituição.

A evasão já preocupante no sistema público, para o particular ao implicar perda de receita financeira, exigiu soluções imediatas e caminhos alternativos de superação.

O Departamento de Enfermagem incomodado com tal situação, que envolveu além da preocupação com a profissão, a possibilidade de redução de carga horária ou rescisão do contrato de trabalho, mobilizou-se em duas frentes para **combater a evasão**:

▫ palestras sobre a Profissão em Escolas de 2^o Grau, tentando contribuir na resolução de fatores que exijam soluções a longo prazo, como fragilidade na opção do indivíduo pela profissão²⁰⁹ (devido às restrições pessoais e familiares quanto à sua escolha) ou reopção²¹⁰(possibilidade do candidato não classificado no curso de sua escolha, optar por uma carreira com vagas ociosas), visão inadequada do enfermeiro (dificuldade da sociedade em delimitar fronteiras entre as categorias da enfermagem) e status profissional mínimo (dificuldade da sociedade aceitar a profissão como integrante do ensino superior);

▫ discussões iniciais sobre a reestruturação do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da UGF, procurando sanar outros fatores que levariam à evasão como: dificuldades de entrosamento no meio universitário²¹¹ (discriminação

²⁰⁸ Descrito por Maria Cristina Loyola Miranda e Jussara Sauthier no trabalho intitulado: “ Evasão: Um estudo Preliminar”, datado de 1989, mimeografado.

²⁰⁹ Relatado no trabalho intitulado: “ Evasão: Um estudo Preliminar”, datado de 1989. Descrito por Maria Cristina Loyola Miranda e Jussara Sauthier.

²¹⁰ Discutido no estudo: A Evasão na escola de enfermagem da Universidade de São Paulo : Considerações sobre o fenômeno, elaborado por um grupo de Professoras desta escola, datado de 1990.

²¹¹ Analisado por Sueli de Souza Baptista na sua tese de Doutorado, intitulada: A Luta por um espaço na Universidade: O caso da Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1995

dos alunos de outros cursos da área de saúde), impossibilidade de manutenção de vínculo empregatício devido ao horário do Curso(carga de atividade que extrapolam o horário acadêmico), e que possibilitavam soluções mais imediatas.

No depoimento de uma docente percebemos um desses problemas: *“.....o aluno se dedicava em período integral, e a própria situação em que os estágio, e aulas teóricas, aulas de laboratório, aulas práticas nos locais de ensino, nos hospitais, fora da sala de aula, era muito bom ... com um tempo maior.... mas o aluno reclamava porque a dedicação era integral e ele não poderia trabalhar...”*.(docente pioneira).

Neste relato, notamos, também, uma crítica velada a mudança que futuramente ocorreu no aconselhamento curricular (*...era muito bom....*), indicativos da crise que envolveu tal mudança.

Apesar da evasão de acadêmicos, a procura pelo ensino de enfermagem na UGF consolidou-se, levando à ampliação do número de vagas, que desde 1984, foi 100 por semestre.

Esta informação surpreende, uma vez que, neste período (década de oitenta), as escolas de enfermagem públicas já estavam com dificuldade de preencher suas vagas, fato que se agravou no início da próxima década.

Uma das causas condutoras desta situação foi a institucionalização do Vestibular Unificado, em que muitos candidatos não obtinham nota mínima, sendo eliminados. A necessidade de um preparo rigoroso para o exame vestibular, com Cursos Pré Vestibulares ou com um excelente embasamento obtido no segundo grau, afastou muitos candidatos que se julgavam incapazes, geralmente os jovens de menor poder aquisitivo, que buscavam de

modo paradoxal o ensino particular²¹², onde a proporção candidato/vaga era freqüentemente menor.

Verificamos que os mecanismos de manutenção do escamoteado equilíbrio entre classes sociais, através do processo de exclusão do ensino, estava sendo burlado, com a permissão das classes dominantes, que se favoreciam com tal comportamento.

Como a maioria da clientela da carreira de enfermagem geralmente era oriunda dessas classes menos abastadas, um dos caminhos para o ingresso na profissão era o ensino no sistema particular, onde, conforme já informamos, poderia se utilizar bolsa de estudo e/ou manter vínculo empregatício.

Consideramos que este motivo influenciou para a manutenção do índice de matriculados do Curso de Enfermagem da UGF, bem como a operacionalização das medidas citadas anteriormente, como: palestras em escolas e reestruturação curricular.

Este anseio pela mudança curricular não teve como fonte geradora, somente a evasão dos acadêmicos. A essa justificativa, o Departamento somou forças para se aliar na caminhada nacional da enfermagem, em busca de um currículo mais adequado à realidade, em que a formação da enfermeiro fosse direcionada para a nova realidade das políticas de saúde e mercado de trabalho.

No ano de 1986, surgiu outra reivindicação na área da enfermagem, ou seja, a reformulação da legislação referente ao exercício profissional da

²¹² O crescimento do ensino superior particular, pode ser entendido pelos seguintes dados, em 1960, 44% dos alunos estavam matriculados em instituições particulares, em 1970, 50% e em 1980 chegou a 65%. (Fausto. 1997, p. 544)

enfermagem tornou-se real com a Lei nº 7498²¹³ modificando a Lei 2604²¹⁴, que, além de estar com trinta e um anos, portanto defasada, explicitou uma forma de subordinação entre profissões²¹⁵.

Neste ano(1986), o Diretório Acadêmico dos estudantes de enfermagem da UGF foi oficializado, fruto de movimento iniciado seis anos antes, contando como apoio de docentes do Departamento de Enfermagem, entre estes, a Professora Joana D’Arc Tenório, que inspirou o nome dado: “Diretório Acadêmico Joana D’Arc Tenório”.

Ainda, em 1986, foram comemorados os dez anos do Departamento de Enfermagem, cabendo às professoras: Leda Santos Pires, Joselice da Sena Estevão²¹⁶ e Nilze Sobreira²¹⁷ a organização de um documento sobre os dez anos da implantação do Curso, denominado : “Reminiscências dos dez anos do Curso de Graduação de Enfermagem”, em que foram descritas, algumas características do curso.(Doc.23, 1986).

Cabe registrar que o estudo das referidas professoras procurou dar ênfase ao caráter universitário, delineado anteriormente no anteprojeto de funcionamento do Curso, englobando além do desenvolvimento de programas de ensino, atividades de pesquisa e extensão.

Este documento informou que o Corpo docente era formado por professores pós-graduados, com formação mínima de especialização, demonstrando que, apesar das substituições, se mantinha a qualificação

²¹³ A Lei nº 7498 foi elaborada pelo Conselho Federal de Enfermagem sem a participação de outras Entidades, fato duramente criticado. No entanto, mostrou uma tentativa heróica de caracterizar as funções de cada componente da equipe de enfermagem, especialmente as funções da enfermeira, que recebeu atribuições próprias, as ditas privativas ou precípua.

²¹⁴ A reformulação da Lei nº 2604, de 1955, já tinha um caráter emergencial, desde a implantação do Conselho Federal de Enfermagem e dos Conselhos Regionais, na década de setenta.

²¹⁵ A Lei nº 2604 determinou que a fiscalização da enfermagem fosse responsabilidade do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

²¹⁶ Admitida em 1979, considerada pioneira.

exigida para o reconhecimento, passado cinco anos deste processo. (Doc.20, 1986).

Estevão et al. (1986) comentaram também sobre as atividades do Departamento de Enfermagem, durante estes dez anos de existência:

- *“a readaptação do Hospital Universitário Gama Filho para campo prático, supondo uma integração docente assistencial.”;*
- *implantação e a implementação da Consulta de Enfermagem no Hospital Universitário Gama Filho;*
- *implantação e implementação de Atividades comunitárias no Morro dos Urubus;*
- *realização de trabalhos científicos destinados a encontros e congressos; não descrevendo a temática destes trabalhos ou a frequência de participação dos docentes e discentes;*
- *realização de pesquisa visando a integração docente assistencial; no Hospital da Força área do Galeão;*
- *fundação do Diretório Acadêmico.*

Na redação deste Documento, ficou implícito que as suas autoras associaram à enfermagem uma filosofia calcada na fé e perseverança, esboçando a influência dos valores religiosos da profissão como missão divina: *“Apesar das conquistas, concebe-se que mais se poderia construir, por isso, valemo-nos mais uma vez das palavras de Frei Anselmo Fracasso: é pouco o que fazamos e por mais extraordinário que sejam nossas realizações, podemos fazer sempre alguma coisa mais.”* (Doc. 23, 1986)

A reformulação do sistema de atendimento à população, neste ano (1986), foi amplamente discutida na VIII Conferência Nacional de Saúde²¹⁸, destacando - se os seguintes pontos: a unificação institucional dos serviços de saúde, a descentralização dos serviços de saúde, a hierarquização dos atos,

²¹⁷ Admitida em 1981, desligou-se do curso em 1984.

²¹⁸ Realizada em Brasília, reunindo cerca de quatro mil pessoas para discutir a reforma sanitária a ser implantada pelo Governo.

os serviços de cuidados médicos²¹⁹ e a participação popular nos serviços de saúde.

Esta mudança estrutural no sistema de saúde levou as escolas da área de saúde a repensar os seus modelos de ensino, levando Luz(1994, p. 145) a explicitar: “... a gravíssima questão dos currículos de formação dos profissionais da área da saúde (medicina, enfermagem²²⁰, nutrição, psicologia, etc.), ... as faculdades desse campo não formam recursos humanos adequados à realidade sanitária do país...”.

No final deste ano, na Reunião de Avaliação do Semestre Letivo²²¹, a Diretora do Departamento, **incentivou os professores a participarem de encontros científicos²²²**, e solicitou a todos o empenho no sentido de estimular o discente a realizar de atividade em ambiente extra hospitalar, atuando na promoção à saúde. Assinalando que: “ ... temos que lembrar que o ano 2000 logo chegará..., temos que colaborar com a meta governamental de Saúde para todos no ano 2000...”(depoimento docente).

Nesta mesma reunião, Leda comunicou que a UGF, estava *preocupada com a qualificação docente*, solicitando que os professores realizassem o Curso de Pós Graduação, especificamente o Mestrado. Nesta época a maioria dos professores do Departamento tinha como maior titulação cursos de Especialização em áreas diversas da enfermagem.

²¹⁹ A hierarquização dos atos médicos segundo a sua complexidade e especialização, prioriza os cuidados médicos ditos primários, mais necessários à maioria da população alvo das instituições públicas de saúde, por oposição aos cuidados mais sofisticados, ditos terciários. (Luz, 1994, p.138:42)

²²⁰ A Escola de Enfermagem Anna Nery foi pioneira na sua reformulação curricular, sendo que em 1976, implantou um currículo diferenciado, onde as atividades de atenção primária foram evidenciadas, e o acadêmico inseriram-se no contexto da promoção à saúde no primeiro semestre letivo.

²²¹ No Departamento de Enfermagem as reuniões com todo o Corpo Docente eram realizadas no final de cada semestre. raramente ocorrendo reuniões durante o período letivo. Nessas reuniões eram avaliados o andamento das disciplinas, as intercorrências diversas, e os projetos para o próximo período.

²²² Neste ano uma das docentes do Departamento de Enfermagem apresentou no XXXIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Salvador/ BA, o trabalho intitulado “Aspectos Logísticos da Reforma Sanitária”, mostrando o envolvimento dos docentes com a Reforma Sanitária.

Em 1987, alguns docentes²²³ do Departamento de Enfermagem, preocupados com a questão curricular, participaram do Seminário Nacional sobre o Currículo de Enfermagem, realizado na Cidade de Niterói, integrando oficinas de trabalho, juntamente com outros professores e representantes de entidades de classe, procurando estabelecer um novo currículo e originando uma Proposta de Currículo Mínimo, que seria amplamente discutida pela classe nos anos posteriores.

Neste ano, o Departamento de Enfermagem, procurando tornar mais efetiva a sua participação no trabalho comunitário, sugeriu ao Decano do Centro de Ciências da Saúde a **contratação de uma enfermeira para o Gerenciamento das atividades no Morro dos Urubus**, com horário de trabalho integral, dando andamento À sua proposta de dinamizar a participação dos alunos na assistência primária.

Essa enfermeira foi contratada como docente do Departamento, mas inicialmente só atuou no Morro dos Urubus, e escreveu no Livro de Ordens e Ocorrências: “... *designada para a função de gerente do projeto Morro dos Urubus, fui conhecer o local de trabalho(12/08/87, acompanhada pela professora Ítala Cardoso²²⁴, solicitei as chaves da sala de atendimento, às freiras do Educandário Santa Cruz(vizinho à Igreja)*”(Doc. 24 ,1990, p.31)

A sala de atendimento do Departamento de Enfermagem no Morro dos Urubus, devido ao acordo verbal realizado com o Pároco, ficou localizada no Salão Paroquial da Igreja, e, sob os cuidados das freiras do Educandário, estas características futuramente trariam problemas quanto ao desenvolvimento das atividades.

²²³Entre estes: Leda Santos Pires, Lia Cristina Galvão dos Santos(admissão 1985), Margarethe Maria Santiago Rego(admissão 1985), Joana D’Arc Tenório(admissão 1983), Maria de Loudes Vicente(pioneira), Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez(admissão 1986).

Este fato demonstrou que o Departamento aproximou-se da Comunidade através da Igreja Católica, o que afastou alguns adeptos de outras seitas religiosas.

As condições da sala de atendimento foram descritas no Livro de Ordens e Ocorrências: *“.. deparei-me com centenas, senão milhares de caixas de medicamentos.... a minha primeira impressão foi de um local um tanto quanto abandonado.... inspecionando as fichas dos clientes tive a sensação que as disciplinas atuantes no campo de estágio, agiam de forma isoladas umas das outras...”*.

Esse depoimento deixou claro que a concentração de poder na Diretora e nos responsáveis pelas Disciplinas, não conseguiu manter a unicidade. Tal fato, somado à contratação de novos docentes, possibilitou o aparecimento da situação relatada. Assim, a contratação de uma enfermeira para administrar as atividades no Morro dos Urubus teve, então, como causa, a dificuldade de manter o entrosamento entre as diversas disciplinas e do próprio campo de atuação e a necessidade de esclarecimento sobre a importância das atividades de prevenção.

Ressaltamos, ainda, que, no período de férias escolares, não havia atividades na Comunidade, sendo que a primeira visita dessa enfermeira ocorreu logo após o recesso escolar (férias de julho), o que, com certeza, favoreceu às primeiras impressões, referidas por ela, e demonstrou a urgência da existência do acompanhamento constante desse local.

Após a organização da sala de atendimento básico e desativada a “farmácia”, em setembro de 1987, os docentes do Departamento realizaram contato com esta enfermeira, para o prosseguimento das atividades práticas:

²²⁴ Itála Ferreira Cardoso admitida em 1978 desligou-se do Curso em 1989.

“ neste mês recebi a Professora Rita da Cassia (Enf 115)²²⁵, acompanhada por uma ex-aluna²²⁶, agora na condição de voluntária, também me procurou a Prof. Ana Palmira (Enf. 112)²²⁷ para entregar-me o plano de atividades da Disciplina, a Prof. Ítala iniciou o estágio com seus alunos(Habilitando de Enfermagem de Saúde Pública)....”

Implantaram-se protocolos, oficializando a gerência e prestigiando a figura da enfermeira de campo, tendo sido criado um espaço, onde sua hierarquia ficou demarcada. A presença da ex-aluna voluntária²²⁸ demonstrou a reprodução de modelos, novamente sugerida a realização de um trabalho gratuito, em que ocorreria uma avaliação e futura admissão.

Constatamos que estratégias para a manutenção do Curso se ampliaram com a **contratação de uma enfermeira para o Gerenciamento das atividades no Morro dos Urubus e a implantação de protocolos.**

Essa enfermeira procurou, também, conhecer os locais mais próximos à Comunidade, que serviriam como referências de encaminhamento do cliente, mostrando o compromisso com esta comunidade. Organizou, ainda, um espaço físico reservado à realização de consultas para gestantes: “... lembramos que existe um quarto (do Padre) com um banheiro que não está sendo utilizado.... ele autorizou usarmos....”.

Com essa descrição, ficou confirmado que o campo de atividades do Morro dos Urubus, apesar de ser utilizado há sete anos, não tinha uma infraestrutura básica e específica da enfermagem, utilizando **espaços cedidos e improvisados**, demonstrando que a enfermagem realizava um trabalho pioneiro e pretendendo que a Universidade reconhecesse este campo, e

²²⁵ Rita de Cássia Pontes de Mattos. admitida em 1985, ex-aluna formada em dezembro de 1984, participava da Disciplina Enfermagem Obstétrica I (Enf. 115/ 7º Período).

²²⁶ Andrea Moreira Costa Campos foi admitida no ano seguinte.

²²⁷ Ana Palmira P. Cerdeira da Silva, admitida em 1982, integrante da Disciplina Enfermagem Materno Infantil I (Enf. 112/ 6º Período), desligou-se do Curso em 1993.

implantasse um Polo de Atividades extra muros, caracterizando realmente uma atividade de extensão.

Essa capacidade de adaptar-se a situações e criar ambientes de atuação é inerente à profissão, onde o aluno é “treinado” e avaliado, também, pela sua capacidade de iniciativa e improvisação, certamente qualidades, mas que em outra leitura, estimula a não reivindicação consistente de melhorias nas condições de trabalho da enfermagem .

Os **contatos com líderes comunitários** tornaram-se mais freqüentes, possibilitando o livre transito das professoras e alunos. Entretanto a enfermeira deste campo documentou a seguinte situação: “... *infelizmente os alunos são enviados de forma irregular... além do excesso de alunos, que se queixam de serem enviados para o nosso campo ... como uma válvula de escape dos campos hospitalares,.... são poucos alunos e professores que percebem o verdadeiro significado do deslocamento para muros extra hospitalares. ... Obrigou-me a tentar, na medida do possível organizá-los... somente no período da tarde iniciamos o Projeto de Saúde Escolar*²²⁹... *conversei com a Diretora da escola vizinha à Igreja e obtive permissão para implementá-lo.*”

Neste “lamento”, percebemos que a profissional já tinha formado raízes com a atividade realizada, delimitando e introjetando um espaço de trabalho: “... o nosso campo de trabalho...”, evidenciando que o seu compromisso era real. Confirmamos, novamente, o compromisso da enfermeira em engajar os alunos nas atividades de prevenção, ampliando em seu campo os planos de atendimento na comunidade, inclusive realizando “**convênio oficiosos**”, conforme assinalou este relato “... *solicitei ao CMS da*

²²⁸ Andrea Moreira Costa Campos integrou a equipe de professores em 1989.

²²⁹ O Projeto Saúde Escolar, implantado em 1987, pela Enfermeira Otavia Maria de Salles P. Silva, tinha como objetivo promover a saúde dos escolares, diagnosticar e tratar precocemente algum problema relacionado à saúde do escolar, a sua clientela era : crianças escolares de seis a dez anos.

XIIIª RA, algumas doses de vacinas... e consegui a realização de dez exames de fezes(parasitológico) .. mas tudo indica que existe uma rivalidade entre os moradores desta região e os da redondezas do CMS, por este motivo, combinei que levaria os exames²³⁰...”

Vemos que as dificuldades deste campo de prática envolveram também questões que ultrapassaram a capacidade de resolução desta enfermeira, mas sua atitude demonstrando disponibilidade, novamente, confirmou o seu envolvimento, o que a levaria a participar de reuniões com os líderes comunitários, as assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência e a Nutricionista da Associação de Moradores do Morro dos Urubus, procurando mecanismos para auxiliar a comunidade.

Entretanto, ficaram patentes, os problemas do Departamento de Enfermagem e do seu corpo docente, já que, além da renovação do quadro docente, a UGF tinha permitido que as Turmas discentes fossem compostas com número excessivo de alunos, não cumprindo a proporção professor/aluno estipulada pelo Plano Geral do Curso, conseqüência da tentativa de reduzir verbas . Este fato confirmou a **fragilidade das relações**, em razão do **poder hegemônico da Instituição**.

Na tentativa de contornar este problema, as Turmas de atividade prática e estágio hospitalares foram divididas e uma parcela do alunado, em forma de rodízio, foi encaminhada para a Comunidade. Evidenciamos que criou-se uma estratégia(**divisão de turmas**) para resolver o problema relatado, mas que não obteve êxito.

²³⁰ No ano seguinte desistiu de realizar tal atividade por não haver aderência da comunidade.

Nesta época, uma das docentes do Departamento de Enfermagem, recém contratada, utilizou como um dos campo de sua dissertação²³¹ do Curso de Mestrado em Enfermagem, esta comunidade, estimulando a participação dos acadêmicos da Disciplina Enfermagem Médico Cirúrgica I, em atividades de prevenção primária e secundária.

Constatamos, deste modo, que, apesar das dificuldades do Departamento de Enfermagem, a produção científica continuava e os professores já tinham engajados nos programas de pós graduação.

Nesse ano(1987), o Decreto nº 94.406 regulamentou a Lei 7498, referente ao Exercício de Profissional da Enfermagem. Apesar dos dezenove vetos, os enfermeiros conseguiram grandes conquistas, dentre estas, garantir ao enfermeiro o Cargo de Direção do órgão de Enfermagem na área da saúde e a oficialização da consulta de enfermagem.

A regulamentação da Lei do Exercício Profissional, ocorreu em um momento em que a participação da enfermagem no atendimento à população, principalmente com a realização da consulta de enfermagem, poderia cooperar com a nova política de saúde, já que a criação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde(SUDS), conforme Noronha e Levcotiz(1994) pretenderam consolidar a universalização, a equidade no acesso aos serviços de saúde, a integralidade dos cuidados assistenciais, a regionalização e integração dos serviços, a descentralização das ações de saúde, a implementação de distritos sanitários e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos.

²³¹ A dissertação foi intitulada: Transposição das Atividades de Enfermagem Médico Cirúrgica para a comunidade. e sua autora foi Lia Cristina Galvão dos Santos.

Na esfera econômica o ano de 1987, o incremento do processo inflacionário conduziu Luís Carlos Bresser Pereira, ao Ministério da Fazenda, surgindo o Plano Bresser que desvalorizou o cruzado, congelou dos salários e preços e associou a indexação do salário a Unidade de Referência de Preços (URP).

No final deste ano(1987), na Reunião de Avaliação do Semestre Letivo, foi novamente argumentado a necessidade dos professores engajarem em Cursos de Pós Graduação Stricto Sensu, informando que um dos requisitos necessários para ser admitido na UGF seria possuir, no mínimo, o Título de Mestre.

Este depoimento ilustra que este requisito já estava sendo fundamental para a admissão do docente na UGF: “*Em 87, eu vim para a Gama Filho ... depois que eu fiz o mestrado. ... meu ingresso na UGF foi porque eu tinha mestrado, ...a professora Leda queria, sempre pensava em mudar, mas ela tinha muita restrição dos professores ... alguns professores tinham uma certa resistência à mudança curricular.*”(docente contrata em 1987).

5.3 O processo de mudança como fator gerador de confrontações: os embates entre poderes.

“...a menor tentativa de modificar os programas escolares e sobretudo os horários atribuídos às diversas disciplinas encontra resistências enormes quase sempre e em toda parte, não é apenas porque interesses corporativos muito poderosos (especialmente dos professores envolvidos) estão ligados à ordem escolar estabelecida, é também porque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como naturais pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural...”

Bourdieu. 1996.p.94:5.

No depoimento citado anteriormente, constatamos que os **processos de mudança**, tanto nas características do corpo docente como no currículo, estavam provocando *divisões inter grupais*, uma vez que ocorreu **confrontação de interesses**, ou seja a essência da manutenção deste grupo, isto é a força real ou relacional que ele pode dar àqueles que o expressam, foram contestadas.

Alguns depoimentos assinalaram tal afirmação: “... *é difícil o profissional entender essa mudança... então, nas reuniões era muita discussão...*” (docente admitida em 1987), ou ainda, “... *até mesmo com os alunos e com os professores, já existia um certo clima já não tão ameno. Era um clima já meio de guerra, de briga, muitos alunos já pediam para que ela saísse, alguns colegas também já não estavam tão satisfeitos com a direção dela...*”. (docente pioneira)

Este clima de mudança envolveu toda a nação brasileira, que em 1988, recebeu a Constituição Cidadã²³² com grandes avanços na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos²³³ em geral e às denominadas minorias (indígenas). Apesar dos avanços, foi criticada por manter a estabilidade do funcionário público concursado, distribuir recursos direto aos Estados e Municípios e manter a aposentadoria por idade, sobrecarregando a previdência social. No entanto, foi elogiada por tornar obrigatório e gratuito o ensino de segundo grau e por assegurar aos trabalhadores a assistência

²³²Fruto da Assembléia Nacional Constituinte instalada em fevereiro de 1987, para elaboração de uma nova Constituição, que não fixasse somente os direitos dos cidadãos e das instituições básicas, mas que buscasse soluções para todos os problemas do país. Permitiu a apresentação de propostas populares: trabalhadores rurais, funcionários públicos, donas de casa, professores, estudantes.

²³³ Infelizmente, a questão da cidadania ficou desacreditada com a morte de “Chico Mendes”, seringueiro, defensor dos povos da floresta e da exploração não predatória das riquezas da Amazônia. Provocando indignação internacional, e incoerente com a Constituição Cidadã, no final de 1988.

sanitária, hospitalar e médica preventiva; afirmando que: “saúde é direito de todos e dever do Estado”, reforçando os pressupostos da Reforma Sanitária.

O Departamento de Enfermagem procurou seguir esta afirmação, mantendo pela primeira vez **no período de férias escolares**, janeiro e fevereiro, **o atendimento na Comunidade Morro dos Urubus**, cabendo à enfermeira realizar tal atividade. Fato que a diferenciou dos outros colegas de trabalho que gozaram as férias normalmente.

No início do período letivo, a enfermeira responsável por campo fez o seguinte registro: “... *alguns professores insistem em enviar alunos sem prévio contato para conhecimento das reais necessidades da região... os alunos estão desmotivados e irritados... os professores não se comunicam entre si, ... os alunos informaram, as atividades de algumas disciplinas são idênticas...*”(Doc. 21, 1990).

Percebemos nas entrelinhas deste relato, a instalação de uma “**crise organizacional**” no Departamento de Enfermagem: não cumprimento de protocolos básicos, professores ferindo Regimento(não aparecem no estágio), falhas na integração das disciplinas(disciplinas são idênticas), falta de interação entre docentes.

Declarou-se um *embate silencioso entre os subgrupos, que ao estabelecerem alianças, desafiaram as estruturas, experienciaram os seus poderes e limites, demonstrando que a admissão de novos professores, requeria a reformulação de espaço.*

Neste ano(1988), a nova estruturação do Quadro Docente da UGF, distribui os docentes nas categorias de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar, podendo atenuar ou agravar tal situação, já que, até então, alguns professores do Departamento de Enfermagem receberam oficiosamente o Título de Titular, conforme comentamos anteriormente, assinalado no depoimento “.....

a Prof^a Leda nos chamava de titulares. Porque éramos responsáveis por disciplinas e tínhamos professores assistentes - tinham 1 ou 2 assistentes...”(docente pioneiro)

Essa questão da **subordinação intra classe** muitas vezes é mal interpretada pelos profissionais ou utilizada de forma inadequada. Na subordinação entre docentes, em que as delimitações não são taxativamente demarcadas, a vulnerabilidade é constante, compreendendo não só o título e/ou cargo mas o prestígio que o envolve, podendo criar situações de competição negativa, camufladas em posicionamento e discursos ambíguos.

O Regimento do Departamento de Enfermagem, não discriminava as atribuições de cada categoria docente, e muitas vezes em uma mesma disciplina por possuir professores em igual categoria, em funções que envolviam subordinação, possibilitou que esta questão gerasse conflitos.

A denominação de: **“responsável por disciplina ou responsável pelos estágios”**, permitiu ainda que a Diretora do Departamento cobrasse destes comportamento e atitudes de seus “subordinados”, o que apesar de conotar distribuição de **poder simbólico**, favoreceu as situações de desgaste intra professores e destes com a Direção.

Neste trecho de um depoimento encontramos tal situação: *“... quando nós entrávamos supervisionávamos o campo prático.... tínhamos que fazer um relatório para o professor da disciplina...por que isso? .. por que aquilo?, era um interrogatório.... muito chato... tinha uma cobrança e muitas vezes ela mostrava dúvidas acreditava mais nas queixas dos alunos... e nos enfermeiros do hospital ... isto me deixava chateado...”(professora admitida em 1988).*

Ainda, em 1988, o Quadro Docente da UGF foi delineado pelo Ato Executivo nº 16.667²³⁴, esclarecendo os critérios utilizados para o enquadramento funcional.

No Art. 1º desta deliberação, encontramos: “ *O Quadro Regular é resultante da soma total dos professores com admissão formalizada até 31 de dezembro de 1987, nessa data em efetivo exercício nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos níveis de graduação e pós - graduação.* (Doc.25 ,1988,p.1)

A lotação máxima deste Quadro Regular foi determinada pela resultante da soma de todos os docentes da UGF, que foram distribuídos em categoria conforme o Art. 3º : “ *Professor Titular, até o limite de 10%(dez por cento), Professor Adjunto, até o limite de 20%(vinte por cento), Professor Assistente, até o limite de 30%(trinta por cento), Professor Auxiliar, os professores não compreendidos nas alíneas a,b,c.*” (Doc.25 ,1988,p.1)

Foi também nomeada a Comissão de Promoção da Carreira Docente(CPCD), presidida pelo Vice Reitor Acadêmico, e com representantes dos quatro Centros Universitário: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências Sociais.

À Comissão de Promoção da Carreira Docente , além das atribuições permanentes do Artigo 6º ²³⁵, competirá conhecer e decidir dos recursos administrativos que envolvam o Artigo 4º , com base nos mesmos critérios aplicados para a implantação do Quadro Regular, a saber:

“I - Para Categoria de Professor Titular:

²³⁴ O Ato Executivo nº 16.667, de 8 de março de 1988, dispõe sobre o Quadro Regular do Corpo Docente da Universidade Gama Filho e dá outras providências.

²³⁵ Esse Artigo estabeleceu que os professores admitidos após 31 de outubro de 1987 constituirão parte suplementar e poderão ter acesso ao Quadro Regular desde que ocorram vagas, sendo que a movimentação deste Quadro ocorreria no mês de dezembro de cada ano, entrando as reformulações em vigor no próximo ano. Doc.22. 1988, p. 32

- a. *Professores admitidos até 31 de dezembro de 1969*
- b. *Professores com grau de douto ou título de livre docente, admitidos até 31 de dezembro de 1978.*
- c. *Professores com o grau de doutor ou título de livre docente, admitidos de 1º de janeiro de 1979 a 31 de dezembro de 1982, comprovados 10(dez) anos de experiência de magistério no ensino superior.*

II- Para categoria de Professor Adjunto:

- a. *Professores admitidos de 1º de janeiro de 1970 a 31 de dezembro de 1972.*
- b. *Professores com grau de mestre, admitidos até 31 de dezembro de 1982.*
- c. *Professores com o grau de mestre, admitidos de 1º de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1985, comprovados 6(seis) anos de experiência de magistério no ensino superior.*
- d. *Professores com grau de doutor ou título de livre docente, admitidos de 1º de janeiro de 1979 a 31 de dezembro de 1987.*

III- Para a categoria de Professor Assistente:

- a. *Professores admitidos de 1º de janeiro de 1973 a 31 de dezembro de 1979.*
- b. *Professores com o grau de mestre, admitidos de 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987.*

IV- Para Categoria de Professor Auxiliar, os professores admitidos até 31 de dezembro de 1987, não compreendidos nos incisos I,II, III.(Doc.25, 1988,p.33).

Com esta nova determinação, Departamento de Enfermagem, composto por 27(vinte e sete) docentes, ficou o seu Corpo Docente distribuído nas seguintes categorias: Professor Titular - Leda Santos Pires, Professores Assistentes: Eliana Manarelli, Itála Ferreira Cardoso, Joselice Maria Sena de Estevão, Juianvialca Pinto Bandeira, Maria de Lourdes Vicente, Maria de Loudes Vicente, Matilde de Oliveira Rodrigues, Nilton Rosa, Vera Lúcia de Aragão. Professores Auxiliares: Ana Palmira P. Cerdeira da Silva, Diva Cristina Moret Silva Romano, Joana D'Arc Tenório,

Laura Nadyr Velasco²³⁶, Lia Cristina Galvão dos Santos, Marcelo de Almeida Valice, Margarethe Maria Santiago Rego, Maria Igenes da Costa, Maria Lelite Leopoldo Pereira, Maria Madalena Mandarin, Otávia Maria de Salles P. Silva, Regina Célia Esteves P. de Araújo, Rita de Cassia Pontes Matos, Sandra Maria do Amaral Chaves, Sidney de Souza Peixoto, Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez, Thadeu Fernandes Viana, Therezinha Gomes Santana.

Esta Ato deliberativo infelizmente não fixou as atribuições das categorias docentes. O Corpo Docente do Departamento ficou com a seguinte configuração: um titular(4%), oito assistentes(30%), e dezoito auxiliares(66%), evidenciando a necessidade de estimular A capacitação profissional Enfermagem, sendo que vários docentes²³⁷ estavam realizando o Curso de Mestrado.

No final do primeiro semestre de 1988, a enfermeira responsável pelas atividades na comunidade relatou: “... conversei com a Dr^a Leda e, diante deste “descaso” do campo de estágio, solicitei a minha demissão, porém a mesma avisou-me que irá suspender o estágio de algumas disciplinas, somente Enf 105, Enf 106, Enf 103 e Enf 110, permaneceriam no campo de estágio. Assim, resolvi tentar mais uma vez...”.(Doc.24,1990 , p. 34)

Esses códigos correspondiam Às disciplinas Introdução à Enfermagem(enf.103/4^o período), Enfermagem de Saúde Pública I(Enf. 105/5^o período), Enfermagem de Saúde Pública II(Enf.106/ 8^o período/ Habilitação) e Enfermagem Psiquiátrica(Enf. 110/ 5^o período).

²³⁶ Nutricionista, QUE por ainda não existir o Curso de Nutrição na Universidade Gama Filho. integrou o Corpo Docente do Departamento de Enfermagem.

²³⁷ Vera Lúcia de Aragão(Mestre em Enfermagem/1987), Joselice da Sena Estavão (Mestrado em Enfermagem/1988) Lia Cristina dos Santos(Mestrado em Enfermagem/ 1988), Maria Lelite Leopoldo Ferreira (Mestre em Enfermagem/1988) Margarethe Maria Santiago Rego (Mestrado em Educação/

A manutenção de disciplinas, direcionadas especificamente para a atuação comunitária, visando à promoção da saúde física e mental²³⁸, apesar de ter aderência poderia, escamotear as relações de poder, e de pactos estabelecidos.

A divisão de atividades no campo de estágio do Morro dos Urubus, conforme estabelecido pelas docente, foi: “... *Enf 103 - triagem, enf. 105 - Consulta de enfermagem, Enf 110 - Visita Domiciliar..*”.(*Doc.24,1990, 34v*)

A realização da consulta de enfermagem, demonstrou o esforço empreendido no sentido de engajar o aluno na nova atividade, colaborando na efetivação prática da Lei nº 7498/86.

Com esta organização, verificamos que este semestre foi mais tranquilo as atividades do campo comunitário, e os habilitandos promoveram: “... *uma grande festa, no mês de outubro “Sábado de Lazer”, com o objetivo de ajudar a Creche da Amizade. O dinheiro arrecadado foi entregue à responsável pela creche Srª Dilza*”.(*Doc.24,1990, 34v*).

Verificamos que a nova organização das atividades no Morro dos Urubus deu frutos positivos, além de oferecer a tranquilidade da enfermeira responsável por este campo: “... *como só recebia estagiários pela manhã(8:00 às 12:00 horas), o período da tarde ficava reservado para visita aos moradores e acompanhamento do estágio livre dos habilitandos*”(*Doc. 24, 1990, 34v*)

A aceitação da **delimitação do campo** sugerido pela enfermeira responsável, evidenciou uma estratégia de luta.

No ano seguinte, 1989, a Comissão de Especialistas de Enfermagem, SESU/MEC e Comissão de Educação, juntamente com a ABEn/Nacional,

1989), Sandra Maria do Amaral Chagas(Mestre em Enfermagem/1990), Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez(Mestrado em Enfermagem/1990), Rita de Cassia Pontes Matos(Mestrado em Enfermagem/1991)

²³⁸ A disciplina Enfermagem Psiquiátrica neste período iniciou atividades de saúde mental, implantadas e implementadas por Sandra Maria do Amaral Chagas, admitida em 1986.

realizaram Seminário Nacional sobre Currículo Mínimo para a Formação do Enfermeiro, alguns professores²³⁹ da UGF participaram, inclusive secretariando Grupos de Discussão.

Foi ainda em 1989, que ocorreu o Primeiro Fórum de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões, onde discutiu-se os novos modelos da assistência em saúde mental, contando com a participação de docentes de enfermagem da UGF.

Neste ano, na Comunidade Morro dos Urubus, foram implantados e implementados os Projetos: a) Criança, Saúde e Educação²⁴⁰, desenvolvido por habilitandos de Enfermagem de Saúde Pública, compreendendo orientar as crianças que freqüentavam as primeiras e segundas séries do 1º Grau, sobre saneamento ambiental, prevenção de acidentes e doenças, b) Clube da Saúde²⁴¹, realizado por acadêmicos do quinto período, com crianças de cinco a dez anos e suas mães, enfatizando os hábitos higiênicos, c) Saúde Mental²⁴² no contexto da saúde coletiva, executado por alunos do quinto período que freqüentaram a Disciplina Enfermagem Psiquiátrica, envolvendo o atendimento a toda a comunidade, atividades educativas com o adolescente e o adulto, sobre toxicomanias, alcoolismo, etc.

Essas **atividades educativas** demonstraram o compromisso do Departamento com a comunidade, e enfatizaram o papel do enfermeiro como educador, concordando com Carvalho(1972). Além de serem um dos mecanismos para treinamento, o desenvolvimento das habilidades como

²³⁹ Entre estes: Leda Santos Pires, Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez, Lia Cristina Galvão dos Santos, Sandra Maria Amaral Chaves, Margarethe Maria Santiago Rego, Sidney de Souza Peixoto, Joana D'Arc Tenório. Ana Palmira P. Cerdeira da Silva, Diva Cristina Moret Silva Romano.

²⁴⁰ Este Projeto deu continuidade ao Projeto Saúde do Escolar, iniciado em 1987, desenvolvido pela Professora Ítala Cardoso

²⁴¹ Desenvolvido pela Professora Maria de Loudes Vicente.

²⁴² Desenvolvido pelos Professores Sandra Maria do Amaral Chaves e Sidney de Souza Peixoto.

educador de saúde e uma estratégia para efetivação do envolvimento do aluno com a comunidade, do Departamento com Projetos de Pesquisa.

No final do segundo semestre de 1989, a mudança de Pároco, ocorrida no ano anterior, afetou o prosseguimento das atividades na Comunidade do Morros dos Urubus, sendo relatado: *“... a chave da porta que dá para o palco da Igreja está em poder do padre...nossas atividades ficaram restritas à sala de atendimento... a aula para as crianças(sobre verminose) foi realizada nesta sala pois estava chovendo...fiz contato com a Prof. Ítala e a mesma se ofereceu para ir comigo falar com o padre”*.

O espaço social, tão arduamente conquistado, foi ameaçado pela **ruptura de estruturas pré estabelecidas**, havendo a necessidade de reorganizá-las, conforme as novas regras deste sistema, o **somatório de forças** com outra enfermeira possibilitaria a tentativa demonstrar a consistência da proposta até então desenvolvida.

O diálogo com o Pároco, demonstra esta asserção: *“... segundo ele, as nossas atividades estavam ocupando muito espaço da Igreja e, se assim quiséssemos, o certo era a UGF pagar um aluguel. Disse ainda que era contra a parte assistencial e que a maior preocupação era com a parte espiritual... solicitei que emprestasse o Salão só até o final do período ... o programa de 1989 tinha sido aprovado pelo pároco anterior..., a resposta continuou negativa...”* (Doc.24, 1990, p. 19v)

A luta pelo espaço deixou de ser simbólica para tornar-se real e a Diretora do Departamento, informada sobre este fato, orientou para que fosse aguardada a manifestação dos moradores, integrantes da disputa e beneficiários da assistência.

A líder da comunidade e Vice Presidente da Associação dos Moradores da Amizade, ciente do fato, comunicou-se com a Presidente da Associação, que se mostrou favorável a ceder um espaço para a UGF: *“...*

Dona Dilza que se mostrou bastante satisfeita em poder contar com nossa colaboração na sua Associação. Combinamos uma festa com o propósito de arrecadarmos fundos para a construção do nosso Posto de Enfermagem no campo de futebol do Morro da Amizade... ”. (Doc.24,1990 p.20).

No país os movimentos em prol de melhorias para a população expandiram-se. As Associações de Moradores multiplicaram-se e procuraram alinhar alianças. Para a Associação Moradores da Amizade, a possibilidade de vincular a assistência à saúde a seu território, certamente proporcionaria prestígio.

No entanto, este episódio mostrou a **fragilidade dos campos de estágio não estruturados**, e a necessidade de o Departamento e da própria UGF ter um espaço próprio nesta comunidade: “um campus avançado”, integrando as atividades de promoção e prevenção dos cursos da área da saúde.

O esforço de manter a atividade e construir um local para atendimento²⁴³ demonstrou que o compromisso do Departamento com o Morro do Urubus, ultrapassando os limites institucionais. Ao **envolver o alunato na problemática**, proporcionou interação com a comunidade, e a **estratégia para a manutenção do campo**.

O Departamento de Enfermagem, também no ano de 1989, dando continuidade à transposição de atividades de enfermagem médico - cirúrgica para a comunidade, operacionalizou o Projeto Cuidando da Saúde, desenvolvido pela disciplina Enfermagem Médico Cirúrgica I²⁴⁴, propondo a

²⁴³ Apesar da mobilização docente, discente e dos moradores não a Sala de atendimento não foi construída, devido principalmente da impossibilidade de manter a sua administração.

²⁴⁴ Projeto de autoria das professoras: Lia Cristina Galvão dos Santos, Márcia Pantaleão de Mello(admitida em 1989/demissão 1990) e Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez.

atuação dos acadêmicos como agentes de preservação de saúde²⁴⁵ da comunidade universitária da UGF.

No final deste ano o Departamento de Enfermagem da Universidade Gama Filho, não indiferente à mobilização nacional em torno do currículo de enfermagem, organizou Seminário sobre: “Significação e Tendências do Curso de Graduação em Enfermagem”, procurando traçar paradigmas que norteariam o seu novo currículo de enfermagem.

Neste período, o país viveu mudanças significativas, as críticas contra o modelo nacional - desenvolvimentista, considerado obstáculo à modernização, induziu à política neo-liberal preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que o novo Ministro Fazenda Mailson da Nóbrega, lançou o Plano Verão, caracterizado pela abertura ao mercado externo, privatização de estatais e corte nos setores públicos, além de implantar uma nova moeda, o cruzado novo.

Entretanto, a inflação continuou sendo acelerada levando à hiperinflação, e a uma crise financeira, iria repercutir fortemente no Departamento de Enfermagem.

Em 1990, o Presidente Fernando Collor foi empossado por eleições diretas²⁴⁶ realizadas em 1989, contando com o agressivo marketing da imprensa escrita e televisionada(principalmente a Rede Globo). No primeiro

²⁴⁵ Este Projeto foi inspirado no Projeto à Saúde Começa em Casa de autoria de Suely de Souza Baptista, professora da Escola de Enfermagem Anna Nery.

²⁴⁶ Outros candidatos do primeiro turno foram: Ulisses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Leonel Brizola(PDT), Mário Covas (PSDB) e Roberto Freire (PCB). No segundo turno Luís Inácio da Silva, inspirou certo receio na população uma vez, que pretendia mudanças radicais: ruptura com o FMI, priorização de questão internas: reforma econômica e sociais, e mais ainda era da coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil(PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). De origem proletária, sem nível superior, o quê alimentava a fantasia que iria acabar com a propriedade particular, Lula provocou um movimento contrario a sua eleição principalmente da classe média e elites

dia de seu mandato, a Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, e presidente do Banco Central Ibraim Eris oficializaram o Plano Collor, retornando o cruzeiro como moeda nacional, bloqueando os depósitos que ultrapassavam a 50 mil cruzados novos, nas contas correntes, na poupança e nas aplicações financeiras, tabelando de preços dos principais gêneros de consumo e congelando os salários²⁴⁷. Posteriormente implantou medidas drásticas de cortes de gasto público.²⁴⁸

O Plano Collor afetou praticamente todos os setores da sociedade. O bloqueio financeiro causou grande tumulto para a classe trabalhadora, significando desemprego e redução dos salários. A UGF não poderia isolar-se desta crise uma vez que, além de afetar a clientela desta Instituição, favoreceu à evasão e inadimplência, bloqueando verbas.

O ambiente de trabalho tornou-se intranquilo, levando a diferentes suposições sobre os caminhos que a Universidade tomaria para superar a crise que a envolveu.

O Departamento de Enfermagem, neste ano, deu continuidade aos seus projetos, sendo que o Projeto Saúde Direto de Todos²⁴⁹, vinculado à disciplina Enfermagem Médico Cirúrgica I, foi iniciado na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, através de atividades educativas, de prevenção e controle da saúde dos usuários deste meio de locomoção.

²⁴⁷ Antes de congelar, fez uma correção pelo índice de inflação de fevereiro em torno de 75%, ignorando o de março 84%.

²⁴⁸ A Reforma Administrativa levaria à demissão e disponibilidade de 360 mil funcionários públicos federais, extinção de onze ministérios, oito fundações (entre estas: Funarte, Pro-Memória, Educar), oito sociedades de economia mista (entre estas: Embrafilme, Interbrás), cinco autarquias (como: Instituto Brasileiro do Café), e três empresas públicas.

²⁴⁹ O Projeto Saúde Direto de Todos, estava inserido no Projeto Cuidando da Saúde, elaborado no ano anterior.

Enfermeira da Comunidade Morro dos Urubus, ainda impossibilitada de utilizar o Salão Paroquial, deu continuidade as atividades com o auxílio da Associação de Moradores e no final do primeiro semestre letivo relatou: “... convém ressaltar o grande interesse que a maioria dos acadêmicos estão demonstrando pelo estágio, realizando o mesmo com muita dedicação e total apoio dos moradores da Comunidade que, compareceu ao nosso serviço com maior freqüência e confiança”. (Doc. 24, 1990, p. 25v.).

O lamento inicial desta enfermeira foi substituído pela satisfação, mostrando que o processo de mudança(implantação de uma Gerência) e o trabalho comunitário requereram empreendimento, determinação e persistência. Além de realçar que a modificação de um espaço ou situação, exige confrontações que levarão a construção de novas estruturas, onde novas delimitações são firmadas.

No ano seguinte,1991, a situação financeira da Universidade se agravou-se, procurando contornar este problema, os Decanos solicitam ao Departamentos medidas de Contenção de Gastos. A Diretora de Enfermagem foi comunicada que a instituição iria rever o seu quadro docente e transferir as Disciplinas ditas “médicas²⁵⁰” para outro Departamento, o que levaria a um retrocesso, envolvendo não só a perda de espaços, mas de docentes e qualidade de ensino.

Conforme citado no seu depoimento: “... entendia que a enfermagem não poderia perder espaços não quis ficar acomodada queriam tomar as disciplinas da enfermagem, ... iriam para os Departamento de Medicina e Cirurgia... comecei a me posicionar que não era por aí... “. (Diretora Departamento de Enfermagem)

²⁵⁰ As disciplinas: Enfermagem Médico Cirúrgica; Enfermagem Obstétrica, Enfermagem Materno Infantil, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Pediátrica, Enfermagem Ginecológica, Enfermagem neonatal.

A intenção de transferir disciplinas da área de domínio do enfermeiro para a área médica poderia estar baseado no Parecer nº 271/62²⁵¹, que, conforme já comentado, permitiu que alguns conteúdos fossem ministrados por médicos, e , apesar de ultrapassado, impregnou a memória de alguns médicos.

Foi acelerado o **processo de reformulação do currículo de Enfermagem da UGF**²⁵², como uma estratégia para contornar esta situação. Formou-se uma Comissão com os professores: Leda Santos Pires, Margarethe Maria Santiago Rêgo, Sandra Maria do Amaral Chaves, Sidney de Souza Peixoto e Teresa Cristina Escrivão Soares Cortez.

A formação desta Comissão causou transtorno, não só para os envolvidos, mas para os demais professores que consideravam excluídos do processo, e apesar de várias reuniões com o corpo Docente, ou com grupos específicos de determinada área, o descontentamento de alguns foi evidente.

Esperou-se que após as discussões ocorridas anteriormente, que este processo fosse tranquilo, mas alguns docentes do Departamento não conseguiam introjetar a necessidade de mudança, sendo que os discursos acadêmicos enfatizaram que a modificação estrutural de carga horária iriam prejudicar o ensino oferecido, esquecendo que esta nova distribuição implicaria em revisão de ementas e conteúdos programáticos, direcionados para a nova configuração do mercado de trabalho do enfermeiro e do perfil desejado para o enfermeiro da década de noventa.

²⁵¹ O Parecer 271/62 é comentado na página 58:9.

²⁵² Os primeiros movimentos da reformulação curricular tinha ocorrida em 1986. Estava em consonância com o movimento nacional de mudança curricular do ensino de enfermagem, que culminou, no ano de 1991, com o envio de uma Proposta de Currículo Mínimo ao SESu/MEC e posteriormente ao Conselho Federal de Educação com o apoio de todas as Escolas e Entidades de Enfermagem.

Alguns depoimentos assinalaram tal realidade: *“... fui chamada pela professora Leda para ajudar na reformulação... quase todos os dias ficávamos até tarde... as reuniões com os professores era só discussão... ninguém queria perder créditos da sua disciplina...o clima era muito tenso..”*(docente participante da Comissão), ou *“..., algumas disciplinas reduziram a carga horária... até outro dia alguém questionou... como vou dar minha disciplina com menor carga horária.. senti dificuldade..”*(docente envolvida no processo)

Esses discursos provavelmente escamoteavam a preocupação com a possibilidade de perder a carga horária de trabalho, provocando uma perda salarial. Este **clima de disputa pela manutenção de carga horária**, perpassou também o conteúdo programático, uma vez que ao se mudar estruturas, novas disciplinas surgiram englobando conteúdos até então específicos de uma disciplina, de um professor.

A **“ameaça de perda de poder”** mesmo que este fosse limitado levou a um clima tenso durante todo o primeiro semestre de 1991, e inclusive a embates frontais ou dissimulados, configurando que, apesar de discutir-se a reformulação há pelo menos cinco anos, existia **a resistência às mudanças**.

No final de semestre os comentários sobre a possibilidade de ocorrerem demissões acentuou-se, o que foi confirmado por este depoimento: *“..., segundo as informações ... um grupo de professores, seriam dispensados ..teria uma relação... a profª Leda conversou comigo que eu estaria na relação mas que ela não abria mão de eu continuar...”*. (Docente pioneiro)

Em meados do segundo semestre de 1991, a Comissão de Reformulação Curricular elaborou a Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Graduação em Enfermagem da UGF, citando que: *“o corpo docente deste Departamento, comprometido que está com a “Nova Política de Saúde”, procura incessantemente tecnologia apropriada e estratégias que possibilitem o surgimento de*

uma nação saudável ... consideramos como meta fundamental a formação de enfermeiros num novo perfil profissional que atenta às reais necessidades do mercado de trabalho, isto é, enfermeiros aptos ao engajamento perfeito na nova política de saúde..”(Doc 26 ,1991,p.2)

Verificamos que **estratégias** estavam sendo utilizadas para auxiliar na aceitação do novo currículo o Departamento, utilizando como um dos fatores de convencimento da Administração **a necessidade do mercado de trabalho e a política governamental referente a saúde.**

A política de saúde, naquele momento, continuou com o objetivo de implantar a reforma sanitária e apesar da substituição da denominação de SUDS por SUS (Sistema Único de Saúde), mantendo as suas características administrativas facilitando o acesso dos municípios ao governo federal e constituindo “municipalização federal”²⁵³.

Esta proposta também citou um fator irrefutável, a proposta ao nível nacional da Reformulação Curricular do Ensino Superior de Enfermagem, que seria enviada ao Ministério da Educação, mostrando a necessidade de adequar o ensino de enfermagem da UGF à nova realidade.

Ao analisar o currículo anterior, os integrantes da Comissão de Reformulação Curricular autores da Proposta, concluíram que haveria necessidade de maior integração com o ciclo básico, inclusão de disciplinas que enriqueçam a formação profissional tanto ao nível instrumental como ao nível técnico científico, modificação da nomenclatura utilizada e reestruturação do conteúdo programático das disciplinas, adequando-as às atuais tendências da formação do enfermeiro, redefinição nos critérios de pré

²⁵³ A municipalização federal foi a denominação dada ao estabelecimento de relações convencionais diretas entre a União e os municípios, sem interferência técnica ou política dos estados, desarticulando completamente a função gestora deste nível de governo.

requisito.

Nesta análise, surgiu uma estratégia para evitar que as disciplinas ditas médicas, continuassem com a nomenclatura anterior, que possibilitava a transferência para outros Departamentos.

Ao não incluir as habilitações, mostrou seguir a tendência nacional, entendendo que o enfermeiro generalista, contribuirá efetivamente no programa de ações de saúde, seja no trabalho hospitalar, ambulatorial e comunitário, desenvolvendo concomitantemente atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Deste modo, a Comissão de Reformulação Curricular, justificou a nova organização do aconselhamento curricular, com cinco etapas inter relacionadas e de complexidade crescente, discriminando-as: Etapa I - O enfermeiro no contexto sócio político da saúde, Etapa II - O enfermeiro e a Saúde Comunitária, Etapa III - O enfermeiro no ciclo saúde doença, Etapa IV - O profissional de enfermagem no Sistema de Saúde e Etapa V - O enfermeiro e a assistência de enfermagem.

As disciplinas que compunha estas etapas eram:

Etapa I - O enfermeiro no contexto sócio político da saúde

Primeiro Período:

Introdução a Bioestatística (4 créditos); Introdução à Biologia(4 créditos); Bioquímica Básica(4 créditos);

Expressão Oral e Escrita (4 créditos); Anatomia I(4 créditos); Técnica de Estudo e Pesquisa(4 créditos);

Exercício da Enfermagem I(3créditos);Biofísica Básica(4 créditos)

Segundo Período

Histologia(4 créditos); Embriologia(2 créditos), Introdução à Saúde Pública(4 créditos); Anatomia II(4 créditos);

Enfermagem no Processo Científico I(2 créditos), Enfermagem e o Sistema de Saúde(2 créditos);

Princípios Fundamentais de Enfermagem(2 créditos)

Etapa II - O Enfermeiro e a Saúde Comunitária

Terceiro Período

Microbiologia e Imunologia(3 créditos); Necessidades Nutricionais do Indivíduo(2 créditos);
Parasitologia (3 créditos); Bioquímica II(3 créditos); Fisiologia IV (5 créditos);
Sistema de Informação em Enfermagem I(2 créditos); Exercício da Enfermagem II(3 créditos).

Quarto Período

Farmacologia IV(4 créditos); Processos Patológicos Gerais (4 créditos); Assistência de Enfermagem Comunitária I (4 créditos);
Introdução à Enfermagem(2 créditos); Assistência de Enfermagem no Exame Clínico(4 créditos);
Relacionamento Enfermeiro Cliente I (2 créditos); Sistema de Informação em Enfermagem II(2 créditos).
A Enfermagem no Processo Científico II (2 créditos);

Etapa III - O Enfermeiro no Ciclo Saúde Doença

Quinto Período

Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto I (8 créditos); Assistência de Enfermagem em Saúde Mental I (5 créditos);
Assistência de Enfermagem na Saúde nas Terapias Medicamentosas (4 créditos);
A Enfermagem no Processo Científico III (2 créditos); Estágio Integrado em Saúde do Adulto I(5 créditos).

Sexto Período

Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto II (8 créditos); Sistema de Informação em Enfermagem III(2 créditos).
Assistência de Enfermagem ao Ciente Portador de Doença Infecto Contagiosa (8 créditos);
A Enfermagem no Processo Científico III (2 créditos); Estágio Integrado em Saúde do Adulto II(5 créditos).

Etapa IV - O Profissional de Enfermagem no Sistema de Saúde.

Sétimo Período

Assistência de Enfermagem à Saúde da Criança (4 créditos); Assistência de Enfermagem à Saúde do Adolescente (3 créditos);
Assistência de Enfermagem no Ciclo Reprodutivo(7 créditos); Assistência de Enfermagem à Saúde da Mulher (3 créditos);
A Enfermagem no Processo Científico IV(2 créditos);
Estágio Integrado na Saúde da Criança e do Adolescente e Ciclo Reprodutivo (5 créditos).

Oitavo Período

Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto III (8 créditos); Sistema de Informação em Enfermagem IV(2 créditos).
Assistência de Enfermagem em Saúde Mental I I(8 créditos); Relacionamento Enfermeiro Cliente II (2 créditos)
Assistência de Enfermagem Comunitária II (2 créditos); A Enfermagem no Processo Científico V(2 créditos);
Estágio Integrado em Saúde do Adulto III(5 créditos); Enfermagem no Processo Científico IV(2créditos)

Etapa V - O enfermeiro e a assistência de enfermagem

Nono Período

Estágio Curricular em Enfermagem na Saúde do Adulto (8 créditos);
Estágio Curricular em Enfermagem Comunitária I (6 créditos);
Estágio Curricular em Enfermagem na Saúde da Mulher e da Criança (8 créditos);

Pré Requisitos

Exercício de Enfermagem I para Exercício de Enfermagem II
Enfermagem no Processo Científico I para Enfermagem no Processo Científico II
Enfermagem no Processo Científico II para Enfermagem no Processo Científico I II
Enfermagem no Processo Científico III para Enfermagem no Processo Científico I V
Sistema de Informação em Enfermagem I para Sistema de Informação em Enfermagem II
Sistema de Informação em Enfermagem II para Sistema de Informação em Enfermagem I II
Sistema de Informação em Enfermagem III para Sistema de Informação em Enfermagem I V
Assistência de Enfermagem no Exame Clínico para Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto I
Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto I para Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto II
Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto II para Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto III
Farmacologia IV para Assistência de Enfermagem na Saúde nas Terapias Medicamentosas
Assistência em Saúde Mental I para Assistência em Saúde Mental I

Disciplinas eletivas

A Política de Saúde Mental(2 créditos) ; Saúde do Trabalhador(2 créditos)
Assistência Integral à Saúde da Criança(3créditos) ; Política de Saúde no Brasil(2 créditos)
Relações Humanas Aplicada à Enfermagem(2 créditos) ; Princípios Técnicos de Administração Aplicados à Enfermagem(2 créditos)
Ajustamento Profissional(2 créditos); Enfermagem em Emergências(2 créditos)
A Enfermagem e o Processo de Metodologia Científica(3 créditos); Assistência de Enfermagem na Saúde do Trabalhador(3 créditos)
Assistência de Enfermagem em Ginecologia(3 créditos); Assistência de Enfermagem em Neonatologia(2 créditos)
Assistência de Enfermagem nas Terapias Psicofarmacológicas(3 créditos); Enfermagem Holística(2 créditos)
Princípios de Treinamento em Enfermagem(2 créditos).

O total de créditos de disciplinas para obtenção do Grau de Bacharel era 216 créditos obrigatórios(3240 horas), 18 créditos de eletivas(270 horas), e 75 horas de estágio livre.

O Curso de Enfermagem deixaria de ser integral, passando a ser oferecido no período da manhã (7:30 às 12:40 horas) e noite (18:20 às 22:30), com a utilização de seis dias da semana(segunda-feira ao sábado), aumentando um semestre letivo. Esta dinâmica visou a garantir a execução da carga horária proposta. A **mudança de horário integral para parcial,**

tinha o objetivo de permitir que auxiliares e técnicos de enfermagem realizassem o Curso, *alterando paulatinamente a proporção enfermeiro e equipe auxiliar, além de ser uma estratégia para conseguir maior captação de alunos.*

Constatamos que a *mudança de toda a nomenclatura das Disciplinas* dimensionando-as para Enfermagem. Foi uma **estratégia** que visou a garantir o **domínio de conhecimento para o enfermeiro** e a inclusão do Estágio supervisionado, facilitando a sua dinâmica durante o período de formação.

A inclusão da disciplina *Exercício de Enfermagem I, no primeiro período*, tinha o objetivo de “...oferecer ao aluno uma visão inicial da enfermagem, suas raízes históricas e embrionárias...”, **estratégia de aproximação do alunado com a profissão**, pretendendo assim combater a evasão.

Consideramos que houve uma preocupação com a iniciação do acadêmico na pesquisa, explicitada pela disciplina Enfermagem no Processo Científico, que se iniciava no segundo período, com conteúdos relacionados aos estudos quantitativos, continuava no quarto período com informações sobre estudos qualitativos e a partir do sexto, período estimulava a realização de Projeto de pesquisa, integrado ao estágio supervisionado, a ser desenvolvido no sétimo e oitavo período, culminando com a entrega de uma monografia no nono período.

O mesmo ocorrendo com os conteúdos referentes à Administração de Enfermagem, que neste aconselhamento denominou-se Sistema de Informação em Enfermagem I, II, II, IV, oferecido respectivamente nos terceiro, quarto, sexto e oitavo período.

Entretanto não houve menção das disciplinas relacionadas com a Licenciatura em Enfermagem, uma vez que, em entrevistas com um dos

componentes desta Comissão, foi relatado que se pretendia manter a mesma nomenclatura e seqüência pedagógica das disciplinas que permitiam a formação do enfermeiro licenciado em enfermagem. Evidenciou-se uma falha, uma vez que a não inclusão poderia inviabilizá-la futuramente

Em dezembro de 1991, foi comunicado que esta Posposta tinha sido analisada pelo Decano do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, e que estava em estudo sua implantação²⁵⁴.

No final deste semestre terminou a Gestão Administrativa de Leda Santos Pires, que foi desligada da instituição, sendo a nova Chefe do Departamento Professora Joana D'Arc Tenório.

Alguns depoimentos referem-se à saída de Leda Santos Pires do Departamento de Enfermagem: “... a prof^a Leda conversou comigo que eu estaria na relação mas que ela não abria mão de eu continuar ... nesse intervalo, ao invés de saírem os professores, saiu a prof^a Leda.....” , “... a professora Leda sempre foi uma pessoa muito inovadora, ela tinha uma visão muito aquém da realidade, e nós tivemos a mudança curricular..” e “... ela tinha muitas atividades... não ficou tão próxima, tão junto...e depois, talvez, como ela tivesse essa personalidade muito forte, e essa dificuldade para mudar em direção ao caminho dos outros” .

5.4 Síntese do Capítulo

A reorganização do quadro docente do Departamento de Enfermagem da UGF ocorreu associada à crise econômica do país e à substituição de professores. Foi gradual, permeando as relações empregatícias próprias do sistema de ensino particular, caracterizadas pela : instabilidade no emprego,

²⁵⁴ Foi implantada em 1993 com algumas modificações mas mantendo as novas nomenclatura das disciplinas e conteúdos programáticos.

política informal de seleção docentes, dificuldade de promoção acadêmica, modalidade de contrato, política informal de distribuição de disciplinas, carga horária flutuante e vinculação da carga horária ao ganho salarial.

A modalidade de contrato hora/aula ou mensalista evidenciou uma divisão preconceituosa entre os professores, discriminando os docentes que ficavam responsáveis pelas atividades práticas, com se estas fossem de menor valor acadêmico.

A vinculação do ganho salarial à carga horária da disciplina conduziu a distorções, principalmente na reformulação curricular, onde muitas vezes o professor direciona a suas energias na manutenção de ganho salarial, mas escamoteados por discursos acadêmicos realçando o prejuízo da diminuição de determinado número de crédito para tal Disciplina, já que disciplinas com maior número de créditos conduz a melhor remuneração.

A não remuneração para realização de produção científica foi apontada como um fator negativo deste tipo de contrato, mas isto não impediu que o Corpo Docente elaborasse Projetos e os executasse, como: Saúde do Escolar, Cuidando da Saúde, Saúde Direito de Todos. O interesse pela pesquisa é conduta consagrada no exercício docente dos mais competentes e com compromisso profissional.

Os docentes recém admitidos eram provenientes da atividade assistencial ou do ensino, havendo um engajamento maior de ex-alunos, buscando manter a homogeneidade e a reprodução de modelos. Entretanto houve quebra da unicidade, conforme evidenciou os depoimentos e documentos. A busca pela qualificação docente estava presente e foi oficializada a necessidade de obter o Título de Mestre., a partir de 1987 requisito fundamental para admissão na UGF.

A evasão escolar foi outro fator que conduziu a demissões e foi combatida pelo Departamento, através palestras em escolas de 2^o Grau e iniciação de estudos sobre a reformulação curricular, objetivando tornar o Curso acessível principalmente aos alunos que tinham vínculo empregatício.

As atividades de extensão continuaram e ampliaram abrangendo além da Comunidade Morro dos Urubus a Companhia Brasileira de Trens Urbanos. As dificuldades ocorridas neste primeiro campo, mostraram um crise organizacional no Departamento, que tinha como causa a substituição docente, a tentativa de redução de gastos, imposta pela Universidade, ocasionando o aumento do números de alunos por Turma, a fragilidade dos convênios oficiosos. A busca de soluções para este problema, fez-se presente, levando à contratação de uma enfermeira para gerenciar as atividades práticas nesta comunidade, atribuindo-lhe relativo poder e implantando normas de funcionamento.

Os conflitos dentro do Departamento eram provenientes da não existência de definições transparentes sobre a função docente, utilizando termos vagos para impor hierarquias, responsável pela disciplina, responsável pela atividade prática, o que provocou instabilidade no campo das relações, onde o poder real e simbólico flutuava mas não se definia.

Esse ambiente levou a confrontações de interesses que perpassaram todo o processo de reformulação curricular, mas devido à própria dinâmica da reorganização do campo culminaram com a união de esforços contra uma ameaça comum a todos, a perda do vínculo empregatício.

O poder institucional, de imposição presente neste período, mostrou a força de coação e a tentativa de subjugar uma classe a outra historicamente hegemônica. Entretanto o poder de convencimento das docentes, fortemente

respaldado, nos instrumentos normativos educacionais, no mercado de trabalho e na política de saúde, mostrou-se vitorioso, conseguindo reverter tal situação, apesar do ônus presente.

A análise dos depoimentos permitiram-nos, pela confluência de informações, chegar as seguintes inferências em relação:

- a. aos discentes, ocorreu mudança de perfil, evidenciando uma procura maior do curso por auxiliares de enfermagem, que atribuíam esta opção a flexibilidade horária;
- b. aos docentes, substituição dos pioneiros, por enfermeiros provenientes de campos diferentes (assistência e ensino) e por ex-alunos, ocasionando uma fragmentação da homogeneidade do campo laboral;
- c. aos jogos de poder, constatado que no campo de trabalho estava ainda presente a concentração de poder, mas de forma alternada, entre a Diretora e o poder institucional. Eram acrescentadas novas táticas como, as relações empregatícias, conduzindo à coação do corpo docente pela violência simbólica, associados à fragilidade das relações, devido o poder hegemônico da Instituição, além da resistência as mudanças, que envolviam a perda de poder real e simbólico;
- d. às estratégias de luta, que convergiram em frentes diferenciadas, *relativo a manutenção do corpo docente*, “a permissão” de outro vínculo empregatício, valorização docente (independente da informalidade), *concernentes a efetivação de atividades na Comunidade*, a pseudo divisão de poder (instalação de uma Gerência), união com o corpo discente e com a comunidade, política de interdependências, *específicas da reformulação curricular*, a estratégia de convencimento, pautada no aumento da busca pelo contexto da enfermagem na UGF, devido ao Curso

ser em horário parcial (matutino e vespertino), necessidade do mercado de trabalho devido à política de saúde, convergência com os instrumentos legais, como a Proposta de Currículo Mínimo em aprovação.

*VI - Tecendo as considerações finais: análise e interpretações
dos achados reais ou relacionais do estudo empreendido*

*“... se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo...”
Bourdieu, 1989, p.31.*

A trajetória percorrida neste estudo situa a Enfermagem no sistema particular de ensino num universo de significados e práticas amplas desvendando dimensões ideológicas, estruturais, relacionais e reais que permeiam o desenvolvimento educacional e cultural no Brasil.

Ao reconstruir uma parte da história da enfermagem na Universidade Gama Filho, reconstruímos também uma parte de nosso passado, numa perspectiva completamente diferente da vivida neste período. Ao entrevistarmos os depoentes, sejam eles, a Diretora do Departamento, com quem convivemos por cinco anos, ou os docentes e ex-alunos, vislumbramos os cenários relatados, os diálogos, e principalmente o campo social que envolvia tal situação.

Em cada entrevista compartilhamos alegrias, tristezas e esperanças. A entrevista com Leda Santos Pires, proporcionou-nos um momento de intensa emoção, não só pelo reencontro, mas pelo diálogo franco e desprendido. A ansiedade dos docentes em relembrarem o passado e dividi-lo estimulou-nos a continuar na busca de informações, a encontrar aquele documento tão referenciado. A convivência com os ex-alunos, a troca de energias, demonstrou que o período formação, às vezes tão conturbado, quase sempre faz emergir da memória recordações agradáveis, mesmo que venham depois de um desabafo.

Quando partilhamos o caminhar da enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, percebemos que a história apesar de contínua é cíclica e perpassa, indubitavelmente, pelo modelo de ensino já iniciado neste Estado por outras Escolas, visto que não há como deixar de reconhecer e perpetuar os paradigmas que permitiram o progressivo entendimento do processo de formação do enfermeiro, como integrante do sistema universitário.

Ao realizarmos essa retrospectiva, perfizemos um longo trajeto, onde constatamos que a evolução do ensino de enfermagem acompanhou o interesse das Instituições em oferecer uma formação onde era reforçada a sua ideologia dessas, principalmente no que se refere à enfermagem como profissão.

Nosso preparo profissional procurou ratificar o sistema hierárquico de classes, sejam escolares, profissionais e sociais, uma vez que era produto das estruturas de dominação ideológica próprios da sociedade, corroborando as representações que os outros fazem dele, à medida que compartilha rituais e crenças, que lhe foram impostos milenariamente, através da inculcação.

Contudo, é notável a capacidade que temos de crescer neste emaranhado social, uma vez que conseguimos, através da introjeção da cientificação, conduzir o processo de formação a um patamar de excelência acadêmica, não obstante os prejuízos, principalmente no que se refere a profissão como atividade assistencial.

A Legislação, pertinente ao ensino de enfermagem, deixou claro a influência do poder hegemônico que através da luta dissimulada e da violência simbólica, quer legitimar o seu entendimento sobre a profissão e perpetuar a transmissão de visões particulares e de identidades sociais, que auxiliam a prolongar as relações de poder, isto é, das relações sociais a que nós, enfermeiros, estamos submetidos sob a vontade e o arbítrio de outros.

Naturalmente, a construção de um espaço de saber, como a Universidade Gama Filho, ao estar submersa no meio social e mantendo relações com outras instituições econômicas, políticas e culturais, tende a reproduzir desigualdades estruturais de poder e de acesso a recursos, incorporando regras ideológicas que preservam, incrementam e até legitimar essas desigualdades, através de suas atividades curriculares, pedagógicas e de avaliação.

No sistema particular de ensino, é indubitável o somatório do controle econômico e cultural, manifestado em regras e rotinas para manter a ordem, que exercem domínio não só sobre os indivíduos, mas sobre os significados. A concentração de poder em um grupo de pessoas, unidas por laços familiares, numa instituição de ensino, permitirão a tentativa de impor valores e tendências que lhe são próprios, manifestas ,neste estudo, na política de interdependências que impulsionou o crescimento universitário.

A construção da enfermagem, neste espaço, demonstrou a capacidade que uma “minoría” detém e utiliza na tentativa de suplantar essas questões ideológicas pertencentes ao ensino, mais nítidas no âmbito do sistema particular, e que impelem à reprodução das hierarquias sociais.

Os jogos de poder e as estratégias de luta das enfermeiras, rumo à inserção da enfermagem na Universidade Gama Filho, evidenciaram que esta classe, embora com sérios problemas internos, consegue se mobilizar para construir um espaço, que apesar de carregar a confluência de ideologias, lhe dá o caráter de especificidade. Ao entrevistá-las, pudemos entender o discurso real dos docentes, que está nas entrelinhas de documentos, fontes relacionais deste estudo, que muitas vezes tentam passar neutralidade como se fosse possível tal existência.

O compromisso de Leda Santos Pires pelo crescimento e amadurecimento da Enfermagem implantada neste espaço de ensino, independente de outras interpretações, mostra a coragem e determinação de uma enfermeira, que, apesar de ser produto de um sistema que tenta inculcar valores pré estabelecidos de conformismo, rompeu esta fronteira incorporando o espírito de mudança.

Conseqüentemente, influenciado por estes comportamentos, e apesar dos conflitos inerentes a todo ambiente de trabalho e da pluralidade de identidades e ideologias, E por possuírem um traço comum, também inculcado no seio universitário “pela preservação” da sua profissão, o corpo docente, conseguiu cristalizar um novo espaço de conhecimento

Por sua vez, consideramos que embora pressionados pelo sistema hegemônico, que os obrigou a uma escolha profissional, num momento em que a imaturidade se faz presente - uma vez que esta é precoce - e os conduz a inquietações por estarem se inserindo numa profissão impregnado de representações sociais desfavoráveis, de limites imprecisos entre os próprios profissionais que a exercem - os alunos foram persistentes e demonstraram comprometimento com a construção deste novo espaço.

A dualidade na política educacional, “o jogo entre poderes e interesses”, impregnou todo o processo de construção da Enfermagem na Universidade Gama Filho, mas as enfermeiras docentes mostraram que o habitus que lhe foi inculcado durante o processo de formação acadêmica, permitiu encontrar estratégias para contornar as situações que lhe pareciam prejudiciais.

A força legal dos instrumentos normativos configurou-se uma estratégia de grande valia, aliada ao poder de convencimento da Diretora e dos Docentes. Eles foram perspicazes ao associar a esses instrumentos, a lógica do mercado de

investimento, e o conceito de produtividade do Ensino Superior, em que o interesse em atrair uma clientela e conquistá-la é fundamental para a manutenção do investimento.

A percepção de conseguir romper os rituais institucionais fortaleceu essa equipe e o “insight” em modificar radicalmente as nomenclaturas das disciplinas não possibilitaram a ingerência de outros profissionais no novo Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Gama Filho demonstrando outra estratégia irrefutável.

A violência simbólica, inserida neste contexto e baseada no poder institucional aliado ao poder econômico, esteve sempre presente e manifestou-se com a coerção, que tentou conduzir à conformidade. E embora aparentemente vitoriosa, a Enfermagem sofreu retaliações, visivelmente expressas na saída da docente que durante dezesseis anos, gerenciou o Departamento de Enfermagem, sinalizando que o poder decisório e discricionário e necessário aos detentores do capital. No entanto, na racionalidade lógica que investe as relações inerentes ao sistema particular, tal atitude preservou do poder de comando e a integridade institucional.

Deste modo, as docentes construíram, com suas estratégias, uma unidade política e organizacional, utilizando-se de movimentos sutis e de empreendimentos singulares, que lhes garantiram um espaço próprio, apesar de estar permeado de tendências e interesses, constituindo um campo onde as peculiaridades de cada ser são perpassadas por uma estrutura rígida e coercitiva.

Entendemos que o caminho a ser percorrido para fincar as raízes iniciais da construção da Enfermagem na Universidade Gama Filho, estava sendo delineado e, com certeza, envolverá um movimento contínuo. Deste modo, este trabalho, apesar de não esgotar as possibilidades de análise e nem fechar as

conexões acerca da temática, alicerça-se em documentos e em depoimentos que continuam disponíveis para outras investigações e interpretações.

Em que pese a magnitude do esforço empreendido, cremos, firmemente, que, a partir do estudo que aqui se encerra, outras investigações advirão, ampliando questões importantes, que projetem o amanhã, enquanto as resposta por nós obtidas iluminamos o passado, mas não passam de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A POSIÇÃO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 set. 1976. Notícias da UGF.

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 202 p.

ALEGRIA, L. **Pequena História da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Riex, 1985. p.

ALENCAR, F. et al. **História da Sociedade Brasileira**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. 467p.

ALMEIDA, M.C.P., ROCHA, J.S.Y. **O saber da enfermagem e sua dimensão prática**. São Paulo: Cortez, 1986. 128p.

ANDRADE, M. D. Lins de. **Uma visão histórica e analítica da enfermagem**. Entrevista concedida na sua residência, Rio de Janeiro, 1995.

ANÚNCIO de divulgação de vestibular. Equipe de Comunicação Social da UGF. **Última Hora**, Rio de Janeiro. 31 mai. 1976. Notícias da UGF.

ANÚNCIO de divulgação de vestibular. **O Globo**, Rio de Janeiro. 31 mai. 1976. Notícias da UGF.

AQUARIUS em Icaraí. **O Globo**, Rio de Janeiro. 23 ago. 1976. Notícias da UGF.

BARNARD desenvolve nova técnica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 07 mar. 1976. Notícias da UGF.

BAPTISTA, S. de S. **A Luta por um espaço na Universidade: o caso da Escola de Enfermagem Anna Nery**. Rio de Janeiro, 1995. 245p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

BAPTISTA, S. de S., BARREIRA, I de A. Condições de surgimento das escolas de Enfermagem brasileiras (1890-1960). **Revista Alternativa de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 4-17, maio 1997.

BARBIER, R. **Pesquisa: ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 280p.

BARBOSA, E. **Faculdade de Enfermagem Luíza de Marilac: breve relato histórico**. Rio de Janeiro: SBSC, 1989. 102p.

BARREIRA, I. de A. **A enfermeira ananéri no país do futuro: a aventura da luta contra a tuberculose**. Rio de Janeiro, 1992, 355p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

BENITEZ, M. M. M. et al. **Sociologia de una profesion: el caso de enfermería**. México: Nuevomar, 1985. 305p.

BIXLER, R. W. Administration for nursing education. New York, Putnam's Sons, 1954. Real, V. R. D. **Aquisição de destrezas motoras na enfermagem: o modelo baseado em Anete Gentile**. Santa Maria, 1996. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) Escola de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria.

BOLA Social. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro. 03 jun. 1976. Notícias da UGF.

BOLA Social. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro. 15 jun. 1976. Notícias da UGF.

BOLSAS, um auxílio que muitos desconhecem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 out. 1976. Notícias da UGF.

BOSUI, E. **Memória e sociedade: lembranças da velhice**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987. 92p.

BOTO, C., STANGE, M. B. Corporação universitária: ofício de mestres e estudantes. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 118-121, out. 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 313p.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**, Campinas: Papirus, 1996. p.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria de sistema de ensino**. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. 238p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Enfermagem: legislação e assuntos correlatos**. 3. ed. Rio de Janeiro: MS/ FSSP, 1974.

BUENO, S. M. V. et al. Inserção do enfermeiro na profissão: uma abordagem relacional de sua formação com a vivência profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 40, n. 2/3, p. 156-164, 1987.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UEP, 1992. 353p.

CALDAS, N. P. **Os caminhos da lembrança: um olhar retrospectivo sobre a memória da Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1995, 257p. (Tese apresentada a Comissão Examinadora do Concurso Público para ingresso na Carreira do Magistério como Professor Titular) - Escola de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1995.

30 CALVINO, I. A palavra escrita e a não escrita. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 139-164.

CANDIDATOS ao crédito educativo no Estado do Rio são apenas 14.500.

O Globo, Rio de Janeiro, 14 ago. 1976. Notícias da UGF.

CAPANEMA, G. Exposição de motivos que acompanhou a reforma de ensino secundário, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 134, n. 60, p. 253-260, 1974.

CARVALHO, A. C. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1976. 514p.

_____. **Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico**. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 1972.

CARVALHO, V. L. **Avaliação dos Cursos de Graduação em Enfermagem de Escolas do Município do Rio de Janeiro quanto à capacitação do enfermeiro como educador**. Rio de Janeiro, 1979, 47p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTRO, I. B. A evolução do setor saúde e a crise na enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 41, n. 3/4, 183-189, jul./dez, 1988.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995 a, 440p.

_____. **O que é ideologia**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 b, 125p.

COELHO, C. P. **A Escola de Enfermagem Anna Nery: sua história, nossas memórias**, Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1997. 224p.

COMINO, L. B. S. **Associação profissional: o empreendimento sindical das enfermeiras cariocas**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

CONCERTO da Independência foi um espetáculo inesquecível para Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro. 08 set. 1976. Notícias da UGF.

CONVITE à Classe Médica. **O Globo**, Rio de Janeiro. 11 mar. 1976. Notícias da UGF.

CORTEZ, T. C. E. S. **A prática profissional da enfermeira hospitalar à luz do Decreto 94.406/86**. Rio de Janeiro, 1990, 173p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

4 COTRIM, G. **História e consciência do mundo**, 6. ed, Rio de Janeiro: Saraiva, 1995. V. 2.

CRÉDITO educativo inscreveu no Rio 4 mil universitários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1976. Notícias da UGF.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260p.

_____. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 332p.

_____. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia a Foi Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE OLHO no futuro. **O Globo**, Rio de Janeiro, out. 1976. Notícias da UGF.

DIA da União Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro. 24 mar. 1976. Notícias da UGF.

DIAS, S. de M. **A universidade, ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: UGF, 1995. 32p. (Série Acadêmica)

DISCURSO proferido pela Sra. Maria das Graças Simões Côrte Imperial, presidente da ABEn, na sessão de abertura do XXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem e I Congresso Brasileiro Sul-Americano do CICIAMS, em 12/8/76. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 11-13, jul./ago./set. 1976.

DUARTE, D. R. Hipócrates versus Florence. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 49-60, 1993.

EGRY, E. Y. Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem, São Paulo, ícone, 1996.

ESPÍRITO SANTO, F. H. do. **As interações entre professores e estudantes na trama de construção da identidade profissional da enfermeira**. Rio de Janeiro, 1997. 175p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

ESTEVÃO, J. da S. et al. **Reminiscências dos dez anos do curso de graduação de enfermagem da UGF**. Rio de Janeiro: UGF, 1986.

FALTA a Revolução no Esporte. **Última Hora**, 6 fev. 1976. Notícias da UGF. (Entrevista do Professor Manoel Tubino).

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. 650p.

FÁVERO, M. de L. de et. al. **A Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

_____. **Da universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez, 1991. 150p.

FERNANDES, F. **A Questão da U. São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, M. de M., AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277p.

FESTA no Leme, no monumento a Castelo, dia 31. **O Globo**, Rio de Janeiro. 24 mar. 1976. Notícias da UGF.

FÉTIZON, B. A. de M. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1986 Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1986.

FISCHER, R. M. B. A análise do discurso: para além de palavras e coisas, **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

FOLHETO UNIVERSIDADE GAMA FILHO. Rio de Janeiro: UGF, 1995.

FONSECA, D. M. O ensino privado no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 26-31, nov. 1992.

FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1989. 86p.

GADOTTI, M. **Concepção dialética de educação: um estudo introdutório**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GAMA FILHO também tem vagas para Enfermagem. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro. 18 mai. 1976. Notícias da UGF.

GAMA FILHO homenageia O GLOBO pelo Aquarius. **O Globo**, Rio de Janeiro. 17 jan. 1976. Notícias da UGF.

GAMA FILHO inscreve dia 25. **O Globo**, Rio de Janeiro. 18 mai. 1976. Notícias da UGF.

GAMA FILHO tem mais de dois candidatos por cada vaga. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro. 01 jun. 1976. Notícias da UGF.

GARCIA, T.R. et al. Retrospectiva histórica do ensino de enfermagem no Brasil e tendências atuais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 16, n. 1/2, p. 74-81, jan./dez. 1995.

GEOVANINI, T. et. al. **História da enfermagem: versões e interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 204p.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 118p.

- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 121p.
- IGUALDADE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1976. Notícias da UGF.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 248p.
- LOPES, M. J. M. O trabalho da enfermeira: nem público, nem privado, feminino, doméstico, desvalorizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 41, n. 3/4, p. 205-210, jul./dez. 1988.
- LORENZETTI, J. A nova lei do exercício profissional da enfermagem: uma análise crítica. **Caderno de Legislação**, Brasília, p. 9-14, 1987.
- LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 117p.
- LOYOLA, C. M. **Os doces corpos do hospital: as enfermeiras e o poder institucional na estrutura hospitalar**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1987. p.
- LUCKESI, C. et. al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 232p.

LUZ, M. T. As Conferências Nacionais de Saúde e as Políticas da Década de 80. In: GUIMARÃES, R. e TAVARES, **Revista Saúde e Sociedade no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 280p.

LUZ, S. C. Serdeira da. **Perfil das instituições de ensino superior no estado do Rio de Janeiro: o movimento docente**. Rio de Janeiro: ANDES, 1996. 4p.

MACHADO, W. C. A. Reflexões sobre a prática profissional do enfermeiro. In: GEOVANINI, T. et. al. **História da enfermagem: versões e interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. p. 163-204.

MANCEBO, D. **Da gênese aos compromissos**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. 233p.

MARIA, N. Crédito educativo abre inscrições dia 15 de julho: o que é, como é, quanto vai custar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jun. 1976. Notícias da UGF.

MARTINS, C. A. **O perfil do estudante de graduação em enfermagem das instituições privada e pública de Goiânia/GO**. Rio de Janeiro, 1990. 220p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

MARTINS, C. B. Notas sobre o ensino superior. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal., v. 1, n. 2, p. 30-35, nov. 1991.

MATOS, R. C. P. **Atuação da(o) enfermeira(o) obstétrica(o) ao trabalho de parto e parto: dificuldades e possibilidades de atuação.** Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Rio de Janeiro.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MOREIRA, A. A escola de enfermagem Alfredo Pinto. In: GEOVANINI, T. et al. **História da enfermagem: versões e interpretações.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995. p. 69 - 80.

MOREIRA, M. C. N. **Os profissionais de enfermagem e seus emblemas : identidades e distinções na construção de uma cultura profissional.** Rio de Janeiro, 1996. 230p. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

MOROSINI, M. C. et. al. **Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios.** São Paulo: Cortez, 1994. 308p.

NEVES, C. de S. **Ensino superior no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Central, 1955. p.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez, 1994. 120p.

NORONHA, J. C de e LEVCOVITZ, E. AIS - SUDS - SUS Os Caminhos do Direito à Saúde. In: GUILMARÃES, R. e TAVARES, R. **Saúde e Sociedade no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 280p.

O GLOBO. Rio de Janeiro, maio 1976. Coluna de Carlos Swann. Notícias da UGF.

OS ALUNOS da Gama. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 4 out. 1976. Notícias da UGF.

PAIXÃO, W. **Páginas da história da enfermagem**. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1963. p.

PINTO, D. C. **A privatização do ensino secundário e superior no Brasil (1834-1982): uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 1988. 347p. Tese (Doutorado) - FE, CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

PIRES, D. **Hegemonia médica na saúde e a enfermagem: Brasil 1500 a 1930**. São Paulo: Cortez, 1989. p.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **estudos históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212.

PREFEITO expulsa 15 famílias sem piedade. **Última Hora**, Rio de Janeiro. 09 jul. 1976. Notícias da UGF.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UEP, 1992. p. 167.

PROFESSORES. **O Globo**, Rio de Janeiro. 23 out. 1976. Notícias da UGF.

PROJETO Aquarius inaugura centro comunitário em JF. **O Globo**, Rio de Janeiro. 04 ago. 1976. Notícias da UGF.

REVISTA UNIVERSIDADE, Órgão oficial da Universidade Gama Filho, Ed. UGF, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 2, 1971a.

_____, Órgão oficial da Universidade Gama Filho, Ed. UGF, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 3, 1971b.

_____, Órgão oficial da Universidade Gama Filho, Ed. UGF, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 4, 1972.

REZENDE, A.M. de. **O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço**. São Paulo: Cortez, , 88p.

RIBEIRO, D. **Universidade de Brasília: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.

ROBERTO MARINHO é Doutor *honoris causa* da Universidade Gama Filho. **O Globo**, Rio de Janeiro. 27 out. 1976. Notícias da UGF.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 267p.

SANTOS, A. C. Marques dos. Prefácio do livro: da gênese aos compromissos. In: MANCEBO, D. **Da gênese aos compromissos**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. p v-x.

SAUTHIER, J. A **Missão de enfermeiras norte-americanas na capital da República: 1921-1931**. Rio de Janeiro: 1996. 258p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983. 96 p.

SCHAFF, A. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.

SECAF, V. Enfermeira: como aparece na empresa? **Revista Âmbito Hospitalar**, São Paulo, v. 3, n. 95, p. 31-39, 1995.

SENA, A C. **Legislação brasileira do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Central, 1939. 110 p.

SERENREICH, S. C. D. **A construção histórica de um projeto institucional: o caso da PUC - Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: UFRJ/ PROEDES, 1994, 89p.

SILVA, M. T. **Organização dos cursos de enfermagem e obstetrícia: situação da disciplina de enfermagem de saúde pública.** Rio de Janeiro, 1986. 155p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

SILVA, G. B. **Enfermagem profissional: análise crítica.** São Paulo: Cortez, 1986. 143p.

_____. **Introdução à crítica de ensino secundário,** Rio de Janeiro: MEC/CADES, 1959. p.49.

SILVA, I. C. M. da. **As “engenheiras” do cuidado de enfermagem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): enfermeiras no advento do hospital moderno.** Rio de Janeiro, 1996. 256p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, L. E. P. Carvalho et al. **Proposta para uma universidade no terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991, 240p.

SILVA, M. F. **Resgatando a memória: a história das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro, 1995. 183p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

SNYDERS, G. **Feliz na universidade: estudo a partir de algumas biografias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 189p.

SOARES, G. Fonseca. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. do Instituto Abel, 1995. 123p.

SOUSA, M. do S. B. de. **A formação do enfermeiro no Pará passado e presente**. Rio de Janeiro, 1996. 205p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

TEICH, D.H. Crendices e animais povoavam a medicina do Brasil Colônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1995. p. 43.

TELLES, Ir. M. Histórico da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 16, n.3, p. 153-59, 1963.

TUBINO, M. J. G. **A complexidade da gestão na universidade diante da sua crise contemporânea**. Rio de Janeiro: U.G.F: 1995 a, 20p. Série Acadêmica.

_____. **A relevância da pesquisa na universidade**. Rio de Janeiro: Ed. da U.G.F, 1995. 25p. (Série Acadêmica) Universidade.

_____. Universidade brasileira alienada? In: TUBINO M. J. G. et. al. **A universidade de ontem e hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1985. p. 170-181.

TUBINO, M. J. G. et. al. **A universidade de ontem e hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1985. p. 170-181.

TYRRELL, M. A. R. **Universidade Gama Filho: a enfermagem 20 anos de lutas e conquistas: um ponto de vista**. Rio de Janeiro, 1996. p.

UNIVERSIDADE GAMA FILHO. **Estatuto da Universidade Gama Filho**. Rio de Janeiro. Ed. da UGF, 1976. 94p.

_____. **Publicação de comemoração ao decenário da Universidade e ao 43.º aniversário do Colégio Piedade**. Rio de Janeiro: Ed. da UGF, 1982. 124p.

UNIVERSIDADE despeja famílias para construir estacionamento. **Última Hora**, Rio de Janeiro. 26 jun. 1976. Notícias da UGF.

UNIVERSIDADE Gama Filho e Cleveland promovem intercâmbio. **O Globo**, Rio de Janeiro. 17 jun. 1976. Notícias da UGF.

VESTIBULARES de meio de ano oferecem quase 7500 vagas. **O Globo**, Rio de Janeiro. 18 mai. 1976. Notícias da UGF.

VIANA, L. de O. **A formação do enfermeiro no Brasil e as especialidades: 1920-1970.** Rio de Janeiro, 1995. 168p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

WEHLING, A. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo.** Rio de Janeiro/Niterói: Central da UGF/UFF, 1994. 260p.

WRIGHT, M. G. M., CARNEIRO, A. O espaço da mulher brasileira e o espaço da enfermeira brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília, v. 38, n. 1, p. 55-62, jan./mar.1985.

Anexos

Anexo 1

Reconhecimento do curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.

SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO - RJ

Reconhecimento do curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.

CESu, 1º Grupo - Par.nº. 77/81, aprovado em 30/01/81 (Proc. Nº. 1.350/80)

I - RELATÓRIO

A Sociedade Universitária Gama Filho encaminhou ao Conselho Federal de Educação pedido de recolhimento do Curso de Enfermagem e Obstetrícia, ministrado pela Universidade Gama Filho.

O curso foi autorizado a funcionar através do Ato nº. 30/76 do Conselho Universitário da UGF.

Quem subscreve o pedido de recolhimento do curso é o chanceler em exercício da Universidade Gama Filho.

Pela Portaria nº. 129/80, foi constituída a Comissão Verificadora integrada pelas professoras Marianna Augusto e Maria Hélia de Almeida, encarregada de observar in loco as condições de funcionamento do curso objeto deste recolhimento.

Corpo Docente

Atende às exigências das normas em vigor. São indicados os seguintes professores:

- 1 - **Benedito Aparecido de Toledo** - Já aprovado para o curso de
Medicina - Par. CFE nº.1.547/69
- Anatomia

2 - **Pedro Domingues Lanzieri** - Aprovado, Par. CFR - 544/70

- Histologia

3 - **João Paulo de Campos** - Já aprovado, Par. CFE - 184/70

- Bioquímica Aplicada à Enfermagem

4 - **Denise Angela Ribeiro Santos** - Pode ser aceita

- Fisiologia

5 - **Lucila da Rocha Coelho** - Pode ser aceita

- Farmacologia

6 - **Gobert Araújo Costa** - Já aprovado, Par. CFE - 544/70

- Microbiologia

Pode ser aceito Também para

- Parasitologia

7 - **José Maria Pinto Barcelos** - Aprovado, Par. CFE - 544/70

- Processos Patológicos Gerais

8 - **Adilson Novaes Motta** - Pode ser aceito

- Psicologia da Educação

9 - **Paulo Christiano Mainbard** - Aprovado, Pareceres 349/73 e 1.429/74

- Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º.e 2º. Graus

10 - **Cely Leal Ferreira** - Pode ser aceita

- Didática

11 - **Nilda Teves Ferreira** - Pode ser aceita

- Fundamentos da Sociologia da Educação

- 12 - **Fernando Leitão** - Pode ser aceito
- Introdução à Saúde Pública I / Epidemiologia Aplicada
- 13 - **Lúcio de Vasconcelos Costa** - Já aprovado pelo Par. CFE - 544/70
- Introdução à Saúde Pública II / Legislação e Segurança do Trabalho
- 14 - **Francisco Xavier Uribe Rivera** - Pode ser aceito
- Planejamento de Saúde e Fundamentos Econômicos de Saúde /
Legislação Hospitalar, Sanitária e Providenciária
- 15 - **Heitor Felix Ferreira e Silva** - Pode ser aceito para Administração
Geral Pública e Hospitalar, no curso, e para Coordenador de EPB
- Administração Geral, Pública e Hospitalar / EPB A e B
- 16 - **Marion Marlene dos Santos Penna** - Pode ser aceita
- Psicologia Aplicada à Enfermagem
- 17 - **Maria da Soledade Dias Lima Rentroia** - Pode ser aceita
- Exercício de Enfermagem I e II
- 18 - **Matilde de Oliveira Rodrigues** - Pode ser aceita
- Introdução à Enfermagem
- 19 - **Rosalda Cruz Nogueira Pain** - Pode ser aceita
- Enfermagem Materno Infantil I / Didática Aplicada à Enfermagem /
Prática de Ensino de Enfermagem
- 20 - **Ítala Ferreira Cardoso** - Pode ser aceita
- Enfermagem de Saúde Pública I e II

- 21 - **Ediburga Pereira** - Pode ser aceita
- Enfermagem Médico-Cirúrgica I
- 22 - **Edith Furtado Grossi** - Pode ser aceita
- Enfermagem Médico-Cirúrgica II
- 23 - **Erandy Gomes Barroso** - Pode ser aceita
- Enfermagem Médico-Cirurgica III
- 24 - **Nely Alves Pereira Gomes** - Pode ser aceita
- Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental
- 25 - **Nilton Rosa** - Pode ser aceito
- Enfermagem Doenças Transmissíveis
- 26 - **Solange Lourdes de Souza Chaves** - Pode ser aceita
- Enfermagem Materno-Infantil II / Prática de Ensino de Enfermagem B
- 27 - **Leda Santos Pires** - Pode ser aceita
- Enfermagem Pediátrica / Enfermagem Neo-Natal
- 28 - **Maria Antonieta Rubio Tyrrell** - Pode ser aceita
- Enfermagem Obstétrica I
- 29 - **Cely de Oliveira Paiva** - Pode ser aceita
- Enfermagem Obstétrica II
- 30 - **Herdy de Almeida Vieira** - Pode ser aceita
- Administração Aplicada à Enfermagem

31 - **Joaquim de Souza Rocha** - Pode ser aceito

- Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar / Ajustamento Profissional / Enfermagem Ginecológica

32 - **Francisco Michel** - Pode ser aceito

- Administração em Centro Cirúrgico

33 - **Argentina Diamantino Chaves** - Pode ser aceita

- Administração de Serviços de Enfermagem em Maternidades e Dispensários Pré-Natais / Administração de Serviços de Enfermagem em Unidades de Saúde

34 - **Matilde Rebelo Fortes Nogueira** - Pode ser aceita

- Nutrição

35 - **Maria da Gloria Ribeiro da Silva** - Pode ser aceita

- Psicologia da Relação Enfermeiro-Paciente / Psicologia de Seleção e do Preparo do Pessoal Auxiliar / Relações Humanas Aplicada à Enfermagem

36 - **Roberto Silvio Pallottino** - Pode ser aceito

- Obstetria

II - VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, vota o relator pelo reconhecimento do curso de Enfermagem e Obstetria, da Universidade Gama Filho, habilitações em: Habilitação Geral em Enfermeiro, Enfermagem Médico Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública, Licenciatura em Enfermagem Médico Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública, Licenciatura em Enfermagem e Enfermagem Obstétrica.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1º. Grupo, acompanha o voto do relator.

Sala das Sessões, em 28 de Janeiro de 1981.

(a) Dom Serafim Fernandes de Araújo - Presidente / João Paulo do Valle Mendes - Relator

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo nº. 1.350/80, originário da Câmara de Ensino Superior, 1º. Grupo, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao reconhecimento do curso de Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública e Licenciatura em Enfermagem, da Universidade Gama Filho, mantida pela Sociedade Universitária Gama Filho.

Anexo 2

**Portaria de Reconhecimento do
Curso de Enfermagem e Obstetrícia, da Universidade Gama Filho.**

PORT. Nº. 201, DE 23/02/1981

Reconhece o curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Ministério de Estado da Educação e Cultura, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº. 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 77/81, conforme consta do Processo nº. 1.350/80-CFE e 204.398/81 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º. É concedido recolhimento ao curso de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitações em Enfermagem e Obstetrícia, com habilitações em Enfermagem Médico - Cirúrgica , Enfermagem de Saúde Pública, Geral de Enfermeiro, Licenciatura em Enfermagem e Enfermagem Obstétrica, ministrado pela Universidade Gama Filho, mantida pela Sociedade Universitária Gama Filho, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rubem Ludwig

D.O.U de 25/02/81 - Seção I - p. 3950

Anexo 3
Relação de Professores Pioneiros
do Curso de Enfermagem e Obstetrícia
Período de 1976 a 1980

1. Adilson Novaes Mota
2. Argentina Chaves Diamentino
3. Almandina Maria da Conceição
4. Antonio Nunes Pereira Filho
5. Benedito Aparecido de Toledo
6. Cely de Oliveira Paiva
7. Cely dos Santos Araújo
8. Cely Real Ferreira
9. Denise Angela Ribeiro dos Santos
10. Delzuite de Souza Cordeiro
11. Edilburga Pereira
12. Edmundo Vieitas Novaes
13. Eliana Mandarelli
14. Erandy Gomes Barroso
15. Fernando Leitão
16. Francisco Michel
17. Francisco Javier Ubire Riviera
18. Gobert de Araújo Costa
19. Helena Kamandaroba
20. Herdy de Almeida Vieira
21. Heitor Félix Ferreira e Silva
22. Ítala Ferreira Cardoso
23. João Paulo de Campos
24. Joaquina de Souza Rocha
25. Joselice Maris de Sena Estevão
26. José Maria Pinto Barcellos
27. José Maria de Oliveira Mendes
28. Julianvialca Pinto Bandeira
29. Kleber de Souza Pires
30. Luzia Maria Bastos Ferreira

31. Leda Santos Pires
32. Lucila de Rocha Coelho
33. Lucio de Vasconcelos Costa
34. Maria Antonieta Rubio Tyrrell
35. Maria da Conceição Moreira
36. Maria da Glória Ribeiro dos Santos
37. Mari Darci Colares Siqueira
38. Maria da Soledade Dias Lima Rentróia
39. Maria das Graças Siqueira Miranda
40. Maria de Loudes Vicente
41. Maria Edith Furtado Grossi
42. Maria Madalena de Souza Mandarinó
43. Marion Merlone dos Santos Penna
44. Matilde de Oliveira Rodrigues
45. .Mathilde Rebello Fortes Nogueira
46. .Mauro Scapin
47. Nilda Teves Ferreira
48. .Nely Alves Pereira Gomes
49. Nilton Rosa
50. Patrícia de Azambuja Montera
51. Paulo Christiano Mainhard
52. .Pedro Domingues Lanziere
53. Rosalda Cruz Nogeira Pain
54. Sandra Bastos
55. Solange Loudes de Souza Chaves

Anexo 4

Relação de Formandos da Primeira Turma do curso de Graduação em Enfermagem da UGF

Primeira Turma - 1980

Enfermagem Obstétrica

Denise dos Santos Toledo

Edilson Sebastião Oimentel

Élida Pereira Cabral

Elísia Silva Araujo Braz

Francisca Ivone da Silva Brasil

Geny Regina Reis de Campos

Helen Campos Ferreira

Vera Araújo da Silva

Virgínia Célia Mello Silva

Enfermagem de Saúde Pública

Adna Barbosa da Paixão

Elzair Faraías Pontes

Guaraci Bnovaes Barbosa

Ivone Marques da Silva

Márcia Abreu Magalhães

Maria das Graças Vieira de Abreu

Nilton Lopes de Oliveira

Orlando de Azevedo Vieira

Ophélia Maria Arantes da Silva

Rosângela de Andrade Finoquio]Solange de Oliveira Peresa

Thadeu Fernandes Rocha Viana

Vera Lúcia Affonso Basílio

Vilma de Oliveira

Enfermagem Médico- Cirúrgico

Ana Cristina Araújo da Costa

Gilson Baltazar Gonçalves

Gláucia Regina Machado Favilla Nunes

Glória Maria Ventura Marques

Graça Maria Mangas da Silva

Márcia Batista Gil

Margareth Santos Zanchetta

Maria Elizabeth Barreiro da Cunha

Maria de Fátima Faria Machado

Maria de Lourdes Fernandes de Castro

Mário Jorge Augusto de Andrade

Neide Lúcia dos Santos Silva

Paulo Cesát Rebello Luzes

Paulo Oséas Tenório Calcanti

Rosele Castro Viana

Licenciados em Enfermagem

Adna Barbosa Paixão

Brenda Schiriak

Elisia Silva Araújo Braz

Helen Campos Ferreira

Márcia de Abreu Magalhães

Margareth Santos Zanchetta

Maria das Graças Ferreira Pinheiro

Maria das Graças Vieira de Abreu

Maria Elizabeth Barreiro da Cunha

Orlando de Azevedo Vieira

Solange de Oliveira Peres

Vera Araujo da Silva

Virgínia Célia de Mello Silva

Anexo 5

**Quadro demonstrativo do percentual de formandos
do Curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Gama Filho, do
primeiro semestre de 1980 ao segundo semestre de 1990**

Ano de ingresso / ano de formatura	Acadêmicos do primeiro período	Formandos	% de graduandos
1976.2 / 1980.2	66	37	59
1977.1 / 1981	63	54	85
1977.2 / 1981.2	63	63	100
1978.1 / 1982.1	72	57	79
1978.2 / 1982.2	66	35	53
1979.1 / 1983.1	64	44	68
1979.2 / 1983.2	74	35	44
1980.1 / 1984.1	68	26	38
1980.2 / 1984.2	65	45	69
1981.1 / 1985.1	59	44	74
1981.2 / 1985.2	60	48	80
1982.1 / 1986.1	69	40	57
1982.2 / 1986.2	68	43	63
1983.1 / 1987.1	57	33	57
1983.2 / 1987.2	63	33	54
1984.1 / 1988.1	92	33	39
1984.1 / 1988.2	113	58	51
1985.1 / 1989.1	106	44	41
1985.2 / 1989.2	108	63	58
1986.1 / 1990.1	121	64	52
1986.2 / 1990.2	137	68	49
1987.1 / 1991.1	116	99	85
1987.2 / 1991.2	115	69	60
1988.1 / 1992.1	121	58	47
1988.2 / 1992.2	163	69	42
1989.1 / 1993.1	87	75	86
1989.2 / 1993.2	112	52	46
1990.1 / 1994.1	90	46	51
1990.2 / 1994.2	137	35	40
1991.1 / 1995.1	85	43	50
1991.2 / 1995.2	117	35	47

¹ A partir do primeiro semestre de 1984, foi ampliado o número de vagas para 100 vagas/ semestre.

Anexo 6

Relação dos Documentos referenciados

- Doc.1 Primeira Versão do Ante Projeto de funcionamento do Departamento de Enfermagem da UGF, 1976
- Doc. 2 Versão final e oficial do Ante Projeto de funcionamento do Departamento de Enfermagem da UGF, 1976
- Doc. 3 Parecer de José Lisboa Miranda sobre o Processo nº 21.298/75, que tratava da Criação do Curso de Enfermagem e Obstetrícia do Departamento de Enfermagem da UGF, 1976.
- Doc. 4 Revolução nº 30 da Universidade Gama Filho sobre a autorização de funcionamento do Curso de Enfermagem. 1976
- Doc. 5 Plano Geral do Curso de Enfermagem e Obstetrícia do Departamento de Enfermagem da UGF, 1976.
- Doc. 6 Documento conclusivo da pesquisa realizada pelo Departamento de Enfermagem, sobre o aproveitamento das disciplinas eletivas para a criação de novos cursos, segundo os próprios discentes, 1977.
- Doc. 7 Trabalho intitulado: Enfermagem, elaborado por Leda Santos Pires, 1977.

- Doc. 8 Instrumento empregado para o Diagnóstico da situação de Enfermagem no HUGF/ 1979.
- Doc.9 Projeto: Implantação e implementação do N.O S (Núcleo de Orientação à Saúde) Materno Infantil, 1979
- Doc. 10 Regimento Geral do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia Decreto da UGF, 1979
- Doc. 11 Projeto Educacional para Enfermeiros da Universidade Gama Filho, 1980.
- Doc. 12 Formação da Comissão Verificadora do CFE, tendo em vista o reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia Decreto da UGF, 1980
- Doc.13 Comunicado da Encarregada do Setor de Verificação do Conselho Federal de Educação, sobre a Visita da Comissão Verificadora do CFE, 1980
- Doc. 14 Relatório da Comissão verificadora das condições de funcionamento do Curso de Enfermagem e Plano e Obstetrícia da Universidade Gama Filho para fins de Reconhecimento. 1980.
- Doc.15 Avaliação da Situação da Enfermagem no Hospital Universitário Gama Filho, 1980
- Doc. 16 Projeto de Organização do Serviço de Enfermagem do Hospital Universitário Gama Filho, 1980

- Doc.17 Anteprojeto do Regimento do HUGF, 1980
- Doc.18 Memorando a Diretora do Departamento de Enfermagem para Responsável pela Enfermagem deste Hospital, solicitando campo prático para disciplina Prática de Ensino de Enfermagem B, 1980
- Doc.19 Parecer da Comissão de Análise da minuta padrão de Convênio com Hospitais Universitários e de Ensino do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)
- Doc.20 Boletim Informativo Enfermagem, elaborado pelos alunos do Curso de Enfermagem da UGF, 1981.
- Doc. 21 Parecer do Conselho Federal de Educação Parecer nº 77/81, aprovado na Câmara do Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, tendo como presidente do Dom Serafim Fernandes de Araújo, e relator João Paulo do Valle Mendes. 1981
- Doc. 22 Importância da Integração Docente Assistencial: uma tentativa realizada em um hospital militar, autoras Leda Santos Pires, Nilze Rodrigues Sobreira e Elza Ferreira de Candrina. 1981

- Doc.23 Reminiscências dos dez anos do Curso de Graduação de Enfermagem da UGF. Autoria de Jocelice da Sena Estevão, Lêda Santos Pires, Nilze Sobreiro- 1986
- Doc. 24 Livro de Ordem e Ocorrência da Comunidade Morro dos Urubus abrangendo os anos de 1987 a 1990
- Doc. 25 Universidade Gama Filho. Quadro Docente Regular. 1988.
- Doc. 26 Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Enfermagem da Universidade Gama Filho, 1991.